

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E
HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM HISTÓRIA**

CLOVIS DONIZETH GARCIA RIESCO

***O COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS-GOIÁS (1962 –
1964): UMA UTOPIA NO CORAÇÃO DO BRASIL***

Goiânia

2018

CLOVIS DONIZETH GARCIA RIESCO

***O COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS - GOIÁS (1962 –
1964): UMA UTOPIA NO CORAÇÃO DO BRASIL***

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
graduação em História da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás,
Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Coordenação de
Pós-graduação Stricto Sensu
Mestrado em História

Orientadora: Dra. Maria Cristina
Nunes Ferreira Neto

Goiânia

2018

R559c

Riesco, Clovis Donizeth Garcia

O combinado agro-urbano de Arraias-Goiás (1962-1964)[
recurso eletrônico]: uma utopia no coração do Brasil./
Clovis Donizeth Garcia Riesco.-- 2018.

233 f.; il.

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em História, Goiânia, 2018

Inclui referências

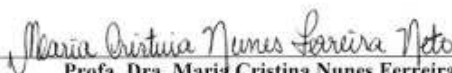
1. Teixeira, Mauro Borges - Combinado Agro-Urbano de
Arraias-Goiás. 2. Colonização agrária - Arraias (TO).
3. Cooperativas agrícolas - Israel. 4. Capitalismo
- Arraias (TO). 5. Poder (Ciências sociais). 6. Reforma
agrária - Arraias (TO). I. Ferreira Neto, Maria Cristina
Nunes. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
III. Título.

CDU: 332.2.021.8(043)

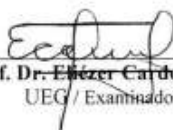
**O COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS-GOIÁS (1962-1964): UMA UTOPIA
NO CORAÇÃO DO BRASIL**

Dissertação aprovada em 05 de junho de 2018, no curso de Mestrado em História da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
PUC Goiás / Presidente



Prof. Dr. Eliezer Cardoso de Oliveira
UEG / Examinador Externo



Prof. Dr. Cristiano Alexandre dos Santos
Examinador Interno / Pós-Doutorando - PUC Goiás

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás / Suplente

Prof. Dr. Vinicius Gomes de Aguiar
UFG / Suplente

DATA: 05/06/2018

DEDICATÓRIA

À minha esposa Orcione Boaventura Martins Riesco e aos meus filhos: Arthur Boaventura Riesco e Alanis Boaventura Riesco.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter preservado minha vida e me dado oportunidade de continuar convivendo com meus familiares e amigos.

Ao Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil (IPEHBC) que foi de grande relevância no direcionamento da pesquisa.

Sou grato aos membros da banca, professores: Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira (Universidade Estadual de Goiás – UEG), Dr. Cristiano Alexandre dos Santos (pós-doc. Mestrado em História da PUC Goiás) e a minha orientadora, Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, pelas considerações que permitiram aperfeiçoar e finalizar a dissertação.

Aos professores: Dr. Eduardo José Reinato / PUC Goiás e Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / PUC Goiás pela colaboração tornando-se informalmente coorientadores desta pesquisa.

Ao Pr. Luiz Aurélio Póvoa Bezerra que contribuiu com a fonte bibliográfica da História dos Judeus.

A Profa. Dra. Thaís Alves Marinho / Coordenadora do Mestrado em História da PUC Goiás, Profa. Dra. Milca Severino Pereira / Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa PUC Goiás e Giovanne de Bastos Vieira Delfino / Secretário Adjunto do Curso Mestrado em História PUC Goiás.

A Luzia Garcia da Silva e Nelson Damásio da Silva que sempre estiveram do meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida e nunca deixaram de estender as mãos para me levantar.

Aos meus irmãos Antônio Levertino Garcia, Maria Madalena Garcia Riesco e Miguel Garcia Riesco que apoiaram a minha família e me acompanharam na minha luta pela vida.

Aos amigos João Batista Carlos que dedicou uma parte do seu tempo a me ouvir quando estava elaborando a dissertação e ao Professor Zeis Teixeira dos Reis pela revisão de texto e por dialogar comigo contribuindo para o aperfeiçoamento da análise crítica de documentos.

A Profa. Sulamita de Aquino Porto / Assessora Técnica da FIEG que me recebeu no seu trabalho e compartilhou comigo a sua experiência no Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Combinado Agro-Urbano de Arraias em 1981.

A todas as pessoas que contribuíram para que este trabalho fosse realizado. Quando passamos pela vida das pessoas incorporamos o que gostamos delas em nós e vamos nos construindo com os fragmentos da convivência efêmera. As análises feitas neste trabalho foi o resultado dessa construção coletiva.

“[...] gloriamo-nos na esperança da glória de Deus. E não somente isto, mas também nos gloriamos nas próprias tribulações, sabendo que a tribulação produz perseverança, e a perseverança, experiência, e a experiência, esperança. Ora, a esperança não confunde, porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado” Rm 5. 2-5.

RESUMO

RIESCO, C. D. G. O Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás (1962 – 1964): uma utopia no coração do Brasil. Dissertação De Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em História Goiânia, 2018.

O Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, projeto de reforma agrária e colonização, implantado na cidade de Arraias, atualmente município do Tocantins, no período de 1962 – 1964, pelo então governador Mauro Borges Teixeira, era uma proposta inovadora que procurou conciliar cidade e campo. Foi inspirado nas sociedades cooperativas rurais de Israel: Kibutz, Moshav Shitufi e Moshav Ovdim. Contudo, não foi bem-sucedido, sendo totalmente desativado em 1985. Por meio de uma análise do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás e das obras autobiográficas de Mauro Borges Teixeira e de obras relacionadas ao Projeto foi possível constatar os motivos que levaram ao insucesso: a distância dos mercados consumidores, os entraves econômicos para a implementação do projeto Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, a questão social no combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, a expansão capitalista no campo, o poder dos latifundiários e as transformações tecnológicas na agricultura. Este estudo demonstra que naquele período a expansão do capitalismo no campo estava inerente as novas tecnologias voltadas à agricultura e foi um dos fatores determinantes para o insucesso do empreendimento, que se fundamentava em experiências cooperativistas e socialistas israelenses.

Palavras-chave: Mauro Borges, Colonização, Combinado Agro-Urbano, Cooperativas de Israel, Capitalismo Agrário, Poder Político.

ABSTRACT

RIESCO, C. D. G. The Combined Agro-urban of Arraias-Goiás, Central West region of Brazil (1962 – 1964): a utopia in Brazil's heart. Master's degree Dissertation - Pontifical Catholic University of Goiás, Teachers Formation School and Humanities, Master in Goiânia History Postgraduate Program, 2018.

The Combined Agro-urban of Arraias-Goiás, agrarian reform project, and colonization were implanted in Arraias city, currently in Tocantins state, in the 1962-1964 period, by those days governor Mauro Borges Teixeira, that was an innovative proposal which intended to conciliate city life and country life. It was inspired in Israel rural co-operative societies: Kibutz, Moshav Shitufi and Moshav Ovdim. However, it didn't go well, being totally deactivated in 1985. By means of the analytical method of Goiás Economic Development Plan and by Mauro Borges Teixeira autobiography works and related works to the project that was possible to find out the causes that led to the unsuccessfulness: the distance from consumer markets, the economic barriers for implementation of the Combined Agro-urban of Arraias-Goiás Project, the social problems in the Combined Agro-urban of Arraias-Goiás, the capitalist expansion in the countryside, the landowner's power and the technological breakthroughs in agriculture. This study demonstrates that on that period the capitalist expansion in the countryside was inherent to new technologies applied in agriculture and it was one of the determinant factors for the entrepreneurial failure, which was based on cooperative experiences and Israeli socialists.

Keywords: Mauro Borges, Colonization, Combined Agro-urban, Israel cooperatives, Agrarian Capitalism, Political Power.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA – American International Association for Economic and Social Development
(Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social)

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

AIJ – Agência Judaica por Israel

CAESGO – Companhia Agrícola do Estado de Goiás

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado

CAU – Combinado Agro-Urbano

CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina

DNA – deoxyribonucleic acid – ácido desoxirribonucleico

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

Dt. Deuteronômio

ETA – Escritório Técnico de Agricultura

ETPAR – Escritório Técnico de Paulo de Assis Ribeiro

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMP – Frente de Mobilização Popular.

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

IBEC – Corporação Internacional de Economia Básica

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás

IPEHBC – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

IRI – Instituto de Pesquisa Internacional

KH – Keren Haïessod (Fundo de Reconstrução)

Keren Kayemet Le'Israel – Fundo Nacional Judaico

Kolkhoz – **KOL**levtvnoe **KHO**Ziastvo: propriedade coletiva

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização da Nações Unidas
OPA – Operação Pan-Americana
OSM – Organização Sionista Mundial
PNB – Produto Nacional Bruto
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PIB – Produto Interno Bruto
PSD – Partido Social Democrata
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC — Superintendência da Moeda e do Crédito.
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
UDN – União Democrática Nacional
UJA - United Jewish Appeal
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA – United States of America
USAID – U.S. Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
USDA – United States Department of Agriculture (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)
URBS – Cidade
WZO – Organização Sionista Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1- O COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS-GOIÁS: UM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO.....	22
1.1 – REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: CAMPO E CIDADE.....	22
1.1.1 – A Industrialização Tardia No Brasil	25
1.1.2 – A industrialização brasileira no cenário da Guerra Fria	29
1.2 - UM BREVE RELATO SOBRE A ECONOMIA EM GOIÁS: DO SÉCULO XVIII A MEADOS DO SÉCULO XX	34
1.3 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO GOVERNO DE MAURO BORGES (DIRETRIZES PARA 1961-1965)	50
1.3.1- Cooperativismo, Sionismo e Socialismo: uma transposição de modelo das agrovilas israelenses.....	54
1.3.2 - Cooperativa de consumo dos pioneiros de Rochdale.....	57
1.3.3 - O Sionismo e a formação do Estado de Israel.....	59
1.4 - KIBUTZ, MOSHAV SHITUFI E MOSHAV OVDIM	66
1.4.1 - Kibutz.....	67
1.4.2- Moshav Ovdim.....	71
1.4.3- Moshav Shitufi.....	74
1.4.4- Tnuva: “Cooperativa Central para a venda de produtos agrícolas em Israel” e Hamashbir Hamerkazi.....	76
2- O PROJETO E A IMPLANTAÇÃO DO COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS-GOIÁS.....	80
2.1 - O PROJETO DO COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS – GOIÁS.....	80
2.2 – A ESTRUTURA AGRÁRIA DO GOVERNO DE MAURO BORGES.....	83
2.2.1 - Justificativas socioeconômicas para a criação dos Combinados Agro-Urbanos	93
2.2.2 - Organização e funcionamento do Combinado Agro-Urbano.....	97
2.3 - O COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS	101
2.3.1- Instituto De Desenvolvimento Agrário De Goiás- IDAGO	103
2.3.2 – A produção de energia e construção de estradas.....	104
2.3.3 - A composição social do campesinato goiano.....	106
2.4 - A VIDA NA RURÓPOLIS	109
2.4.1 - Cooperativa de compra e venda.....	111
2.4.2 – A terra estatal não transferível.....	111
2.4.3 – O trabalho e a economia	113
2.7.4 – O direito à herança e seleção.....	122

3- O INSUCESSO DO PROJETO AGRO-URBANO DE ARRAIAS.....	125
3.1 – A DISTÂNCIA DOS MERCADOS CONSUMIDORES.....	125
3.2 – OS ENTRAVES ECONÔMICOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS.....	134
3.3 - A QUESTÃO SOCIAL NO COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS – GOIÁS.....	145
3.3.1 A – Questão Social Educacional	149
3.4 – A EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO E O PODER DOS LATINFUNDIÁRIOS.....	151
3.5 – AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA.....	153
3.5.1 – O Desenvolvimento Tecnológico na Agricultura	153
3.5.2 – A Revolução Verde.....	157
3.5.3 – O processo de modernização na agricultura no Brasil.....	159
3.5.4 – O Cerrado Brasileiro como perspectiva de negócios.....	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174
ANEXOS	
LEIS.....	183
ANEXO A – ESTRUTURA AGRÁRIA DO GOVERNO MAURO BORGES.....	191
ANEXO B – MAPAS.....	230

INTRODUÇÃO

A escolha do título O Combinado Agro-Urbano de Arraias¹ (1962 – 1964): uma utopia no coração do Brasil, se deu por ser um estudo específico que se propõe a compreender como ocorreu a elaboração e implantação desse empreendimento até a deposição de Mauro Borges Teixeira do governo de Goiás com o golpe militar de 1964, daí esta delimitação do recorte temporal, de 1962 a 1964. A expressão “uma utopia no coração do Brasil”, nos remete a sociedade imaginária idealizada por Thomas Morus² (1478-1535) que deu título a seu livro: *Utopia*, escrito em 1516. A pretensão do governador Mauro Borges era algo fabuloso para aquele momento e local, pois tratava-se de construir no cerrado desabitado quatro vilas rurais cooperativas que estariam filiadas à uma Cooperativa Central localizada na URBS, cidade a ser construída com esse propósito. Nela funcionaria as indústrias que processariam a produção agropecuária das vilas rurais cooperativas, além de produzir os objetos que elas necessitassem. No planejamento dessas vilas procurou conciliar cidade e campo inspirado nas sociedades cooperativas rurais de Israel: Kibutz, *Moshav Shitufi* e *Moshav Ovdim*.

É importante ressaltar que estas cooperativas foram criadas no início do século XX, antes da criação do Estado de Israel, em 1948, no território Palestino,

¹ O município de Arraias, entre 1962 e 1964, período estudado nessa pesquisa, encontrava-se localizado no Estado de Goiás, com a criação do Estado de Tocantins em 1988, ficou localizado no Sudeste desse Estado. Sua origem está estritamente ligada à mineração. Por volta de 1736, foi descoberto um garimpo de ouro na Chapada dos Negros. Para lá afluíram grandes contingentes de escravos provenientes de São Paulo e da Bahia. Em 1740, D. Luís de Mascarenhas, com auxílio do Capitão Felipe Antônio Cardoso e de escravos, transferiu a sede do povoado de Chapada dos Negros para o lugar onde atualmente se localiza a cidade, que, logo em seguida, recebeu o nome de Arraias [...]. Em 16 de agosto de 1807, o povoado foi elevado a julgado. Por resolução do Conselho de Governo, elevou-se à categoria de Vila em 1833. Através da Resolução nº 12, de 31 de julho de 1852, a sede do Município foi transferida para o arraial do Morro do Chapéu, sob a denominação de Monte Alegre. Por Ato Provincial e Resolução, datados de 1853 e 1861, respectivamente, foi restaurada e se municipalizou na Vila de Arraias. A Lei do Estado de Goiás nº 501, de 1º de agosto de 1914, elevou Arraias à categoria de cidade, sendo instalada em 19 de novembro do mesmo ano. Em 1890, Arraias já era sede de Comarca (SEPLAN - GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2015, p. 8).

² Thomas Morus ou “Thomas More (1478-1535). Pensador e estadista inglês, autor da célebre *Utopia* (1516). [...] Em sua obra, More condena o regime econômico, social e político da época e propõe a criação de um Estado ideal, no qual toda propriedade seria coletiva, não existiriam classes sociais e todos estariam obrigados a uma parcela de trabalho manual. Combinando elementos do cristianismo e da moral epicurista, a obra de More teve grande influência em autores posteriores, que também criaram suas ‘utopias’” (SANDRONI, 1999, p. 412).

inicialmente pertencente ao domínio Turco e que, posteriormente, passou ao domínio da Inglaterra. Essas cooperativas foram um misto de ideologias, como o sionismo, que defendia a criação de uma pátria para os judeus; o cooperativismo³, embora essa doutrina tenha se separado do socialismo, teve na sua formação a participação e influência de discípulos de Robert Owen⁴, como veremos no decorrer dessa dissertação. Também não podemos deixar de citar a forte influência do “socialismo utópico”, termo pejorativo usado por Karl Marx e Friederich Engels a Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier⁵. Os

³ O cooperativismo é uma “Doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos em comum. Sua realização prática prevê a criação de cooperativas de produção, consumo e de crédito. O cooperativismo pretendeu representar uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo, mas sua origem encontra-se nas propostas dos chamados socialistas utópicos. O iniciador deste movimento foi o inglês Robert Owen, que patrocinou a criação da primeira cooperativa na Europa, a sociedade Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, integrada por tecelões. Na França, o movimento cooperativista representou uma negação do capitalismo e foi incentivado por Charles Fourier, Saint-Simon e Louis Blanc, os quais procuraram organizar cooperativas de produção, principalmente com os artesãos arruinados pela Revolução Industrial. Mais tarde, em lugar do conteúdo socialista, o cooperativismo adquiriu características mais atenuadas de reforma social, nas formulações de Beatrice Potter Webb, Luigi Luzzatti e Charles Gide. No Brasil, o cooperativismo iniciou-se no final do século XIX, principalmente no meio rural. Atualmente, é regulamentado por leis especiais e subordinado ao Conselho Nacional de Cooperativismo, órgão do Ministério da Agricultura. Conta ainda com uma instituição financeira especial, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo” (SANDRONI, 1999, p. 132).

⁴ Robert Owen (1771-1858) foi um “industrial e reformador inglês, um dos representantes do chamado socialismo utópico. Em sua grande fábrica de New Lanark, Escócia, adotou melhorias sociais, como a criação de jardins-de-infância para os filhos dos operários e armazéns que vendiam gêneros alimentícios e outros artigos a preço de custo. Recusava-se a empregar nas fábricas menores de 10 anos, o que era um grande avanço para a época. Em 1825, fundou, no México e nos Estados Unidos (New Harmony), colônias cooperativistas que não tiveram êxito. Voltando à Grã-Bretanha, criou, em 1832, as primeiras cooperativas de produção e atuou sobre o movimento trabalhista, tentando organizar uma central sindical. Suas ideias encontram-se em várias obras, destacando-se *A New View of Society or Essays on the Principle of Formation of the Human Character* (Uma Nova Visão da Sociedade ou Ensaio sobre o Princípio de Formação do Caráter Humano), 1813; *Lectures on an Entire New State of Society* (Conferências sobre um Estado Inteiramente Novo na Sociedade), 1830; e *Life of Robert Owen Written by Himself* (Vida de Robert Owen Escrita por Ele Mesmo), 1857” (SANDRONI, 1999, p.438-439).

⁵ François-Marie Charles Fourier (1772-1837), pensador francês, foi “um dos principais representantes do chamado socialismo utópico ou romântico. Desenvolveu uma filosofia social de base naturalista — ligada à corrente de Rousseau e George Sand —, que considera o homem uma criatura fundamentalmente boa. Essencial a sua doutrina é a idéia de uma evolução natural do homem, na qual se poderiam distinguir quatro fases: a primitiva, a selvagem, a patriarcal e a civilizada. Esta última, que Fourier considerava a de seu tempo, estaria fadada a dar lugar a uma quinta: a fase da harmonia. O autor via nas desordens sociais provocadas pelo comércio e pelo afã de lucro dos empresários e detentores do poder econômico os sinais de decadência da civilização. Ao liberalismo econômico, causador dessa situação, contrapunha a “liberdade das paixões”, baseada na “atração social”. Para concretizar suas ideias, propôs a criação de comunidades cooperativas livres, os falanstérios, bases de uma nova organização social. Suas ideias encontram-se registradas em vários livros, entre os quais se destaca *Théorie des Quatre Mouvements et des Destinées Générales* (Teoria dos Quatro Movimentos e dos Destinos

fundadores do marxismo os denominaram de socialistas utópicos porque “procuraram expor detalhadamente os princípios e características de uma sociedade igualitária, por eles idealizada, mas de modo geral sem indicar os meios para alcançá-la” (BARROS, 2011, p. 241). Contudo, apesar de Fourier não ter encontrado patrocinadores para a construção dos *Falanstérios Socialistas* na Europa, no século XX, diversas experiências cooperativistas integrais terão como base o programa de Fourier, a exemplo, os *Kibutzim* de Israel.

Este estudo tem como tema central a investigação sobre o planejamento, a implantação e o insucesso do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás. O projeto, realizado no governo de Mauro Borges, foi implantado no dia 20 de outubro de 1962, com a distribuição, por sorteio, de lotes para 114 famílias, no município goiano de Arraias, que atualmente faz parte do estado do Tocantins⁶.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de análises de fontes teóricas bibliográficas, fontes primárias do fundo documental Mauro Borges, pertencente ao acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), e de livros autobiográficos de Mauro Borges, que sustentaram a argumentação da hipótese levantada de que o insucesso do Combinado Agro-Urbano de Arraias não se deu somente devido à falta de continuidade do empreendimento pelos governos estaduais seguintes, Mauro Borges não conseguiu o capital necessário para a implantação e, também, não considerou ou não percebeu as reais condições que se encontravam as pessoas que fariam parte do Combinado Agro-Urbano de Arraias. Estariam elas preparadas para viverem numa aldeia cooperativa como as de Israel? O governador teria subestimado o poder político dos latifundiários e não teria atentado para a expansão do capitalismo no campo conjuntamente com as transformações

Gerais), 1808. Fourier é também a denominação de um sistema de medidas em tipografia e artes gráficas”. (SANDRONI, 1999, p.251).

⁶ O estado do Tocantins, até a segunda metade século XX, fazia parte do estado de Goiás. De acordo com Cavalcante (1999), o movimento separatista remonta ao século XIX, especificamente no ano de 1821, quando o Ouvidor Teotônio Segurado declarou o Norte independente do Sul de Goiás. Porém, em 1823 foi reunificado à Província de Goiás. O sentimento separatista iniciou-se no século XIX finalizando-se no século XX com a Constituição de 1988, que legitimou a criação do estado do Tocantins.

tecnológicas na agricultura orientadas para a grande propriedade? São essas questões que a dissertação procura esclarecer.

As fontes de pesquisas sobre o Combinado Agro-Urbano de Arraias ainda são restritas, pois não há estudos aprofundados ou com maiores detalhes sobre esse empreendimento. O que mais se encontra na historiografia a respeito do tema são citações deste projeto. Alguns livros, dissertações e artigos referenciam-no apenas como um fato que ocorreu no município de Arraias, inspirado num Kibutz ou Moshav de Israel. Algumas dissertações⁷ criticam o governo de Mauro Borges, vendo-o como um intervencionista que não resolveu os conflitos no campo e que usou tal projeto para impedir o livre acesso à terra, fechando as últimas fronteiras aos posseiros. De fato, as pessoas que escreveram até o momento não se interessaram ou não procuraram conhecer e elucidar as ideologias nas quais se fundamentou o Combinado Agro-Urbano de Arraias.

Para conhecer as ideologias que estavam contidas no Projeto do Combinado Agro-Urbano de Arraias, elegemos livros e dissertações que pudessem esclarecer sobre os criadores dos *Kibutzim* e dos *Moshavim*, o povo judeu. Com uma cultura milenar depois do ano 70, quando se deu início à diáspora judaica, os judeus se espalharam pela Europa e, com base no estudo sistemático dos seus livros sagrados, mantiveram sua cultura religiosa, mas, também, assimilaram as transformações culturais, sociais e econômicas do continente europeu. E foi neste período em que estiveram na Europa, que fizeram a sua Haskalah⁸ (iluminismo judaico), quando passaram a ter uma

⁷ ESTEVES, C. L. D. S. **Estado e Agricultura em Goiás**: Escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges (1961 - 1964) Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1340.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016. FAVARO, T. C. P. **O Governo Mauro Borges (1961-1965): O PLANEJAMENTO TECNOCRÁTICO E OS LIMITES DO PERSONALISMO POPULISTA**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4724>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

⁸ A Haskalah começou na Prússia, no governo absolutista de Frederico II, "foi uma manifestação paralela ao movimento do esclarecimento geral do século XVIII na Europa Ocidental cujo objetivo era, além de obter a emancipação civil dos judeus, dotá-los de dignidade humana, dando oportunidades por tanto tempo negadas a eles. Tendo em vista que os judeus da Europa estavam potencialmente desprovidos de direitos, viam surgir a oportunidade de serem beneficiados por esse despertar de ideais de liberdade geral na Europa. O judeu de ideias liberais era convicto de que sua assimilação cultural dentro do ambiente geral seria uma maneira de vencer os obstáculos que impediam sua aceitação social como ser humano e como europeu. Além disso, era necessário que o judeu fosse emancipado e conhecedor dos valores da cultura ocidental.

atitude mais aberta para os valores seculares. No século XIX, os judeus assimilaram as ideias do socialismo utópico, do socialismo científico e as ideias cooperativistas, que contribuíram, nos meados do século XX, para a formação do Estado de Israel e do novo judeu ou israelense.

Este trabalho está subsidiado em algumas obras escritas por autores judeus e descendentes de judeus ou de pesquisadores que fizeram suas teses estagiando no Estado de Israel, como foi o caso da pesquisadora Eva Maria Lakatos⁹, suas obras estão presentes em várias partes desta dissertação e têm contribuído para sustentar as argumentações sobre as cooperativas de Israel.

Com George Jacob Holyoake (2008) e Diva Benevides Pinho (1966) foi possível o esclarecimento do que é uma cooperativa, pois os *Kibutzim* e *Moshavim* não são apenas partes de um projeto sionista¹⁰ com ideologia socialista, são antes de tudo cooperativas rurais.

Inicialmente a dissertação apresenta uma contextualização das transformações provocadas pela Revolução Industrial no mundo, no Brasil e especificamente em Goiás em momentos diferenciados, que não se limitaram

Assim, muitos pensadores judeus de classe média na Europa, no final do século XVIII, atraídos por esses ideais de liberdade, chegaram à conclusão de que para obter os benefícios de emancipação civil como os cristãos, precisavam retirar aqueles judeus que se encontravam nos guetos, do isolamento físico e do atraso cultural” (WAKRAT, 2013, p.7).

⁹ Eva Maria Lakatos foi professora de Sociologia Aplicada em Faculdades e Escola de Sociologia e também membro da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência e Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Publicou várias obras, dentre elas, as que serviram para as análises realizadas nesta dissertação: *Estrutura e Organização Social em Israel* (1970) e *Moshav Bet Hananya* (1972). A primeira, *Estrutura e Organização Social em Israel* foi escrita para a obtenção de mestrado na Escola de Pós-graduação da Fundação de Sociologia e Política de São Paulo. Para a realização desse trabalho passou por um estágio em 1968 em Israel. Na parte introdutória descreve sobre o sionismo e a colonização da Palestina. O capítulo I trata da cooperativa integral, o *Kibutz*, caracterizada por coletivismo total. No capítulo II usa o termo cooperativa simples para designar os *Moshav Shituvi* e *Moshav Ovdim*, caracterizando detalhadamente cada cooperativa e, nos demais capítulos, num total de 6, descreve como ocorre a cooperação regional, as outras formas de associação, a mudança social em Israel, especificamente a burocracia e o bem-estar social. O último livro, *Moshav Bet Hananya* (um estudo de comunidade), publicado em 1972, conferiu-lhe o Título de Doutora. Durante a sua escrita esteve em Israel, desta vez fazendo um estágio prolongado no *Moshav Bet Hananya*. Neste livro descreve um *Moshav Ovdim*, a posição da comunidade, o seu histórico, organização jurídica, regime econômico, aspectos demográficos e aspectos da vida social, além de trabalhar o papel das cooperativas de segundo e terceiro grau (as federações).

¹⁰ Sionista deriva de sionismo – “Doutrina e movimento que visava ao estabelecimento na Palestina de um Estado judaico autônomo” (LAKATOS, 1972, p. 163).

somente a economia e a política das cidades, mas também a agricultura. É neste contexto histórico, com uma revolução tecnológica em várias áreas do conhecimento, alterando inclusive o comportamento das pessoas, é que foi idealizado e construído o Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, como veremos no transcorrer desse trabalho.

Os livros autobiográficos *Tempos idos e vividos: Minhas experiências* (2002), *O Golpe em Goiás: história de uma grande traição* (2006) e também o livro sobre a importância agrícola do cerrado na produção de alimentos: *A CONQUISTA DO CERRADO. Uma proposição para duplicar a produção de grãos* (1985) escritos por Mauro Borges Teixeira foram importantes para compreender tanto o Combinado Agro-Urbano como a Cartilha para orientar a implementação do Projeto. Vale ressaltar que, sem essas obras, torna-se praticamente impossível esse estudo, devido as poucas fontes existentes. De acordo com as orientações de Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, em seu artigo “Autobiografia e biografia: a arte de construção de si mesmo e do outro” (2005), procurei analisar esses relatos autobiográficos marcados por intencionalidades, coerências e linearidade, buscando as evidências implícitas nesses textos, que pudessem ajudar a compreender a ideologia que estava permeando tal projeto. Ao mesmo tempo, tendo o cuidado para perceber as ambiguidades e os problemas que as autobiografias podem trazer para o historiador.

Este trabalho não tem por finalidade fazer apologia a pessoa de Mauro Borges e nem condená-lo, mas procura compreender porque um projeto que foi baseado em cooperativas bem sucedidas em Israel não teve o mesmo sucesso em Goiás.

Esta dissertação ficou organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, *Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás: um projeto de modernização*. Buscou compreender esse projeto de modernização na agricultura em Goiás

O segundo capítulo, *O Projeto e a Implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás*, analisa o projeto do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, mostrando que teve como base a obra *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges*, que se subdivide em duas partes, a primeira escrita por Mauro Borges Teixeira em 1963, que aparece também no livros autobiográficos

Tempos idos e vividos. Minhas experiências (2002), O golpe em Goiás. História de uma traição (2006), e a segunda parte, Cartilha para o Combinado Agro-Urbano completando a obra. Sua escrita é atribuída ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), provavelmente escrita em 1962, inspirada em algum Estatuto de um Moshav, no período em que o governador esteve em visita ao Estado de Israel. Esta obra narra um pouco do processo da implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás e descreve algumas normas que poderiam transformá-la, futuramente, num estatuto. São tratadas as Justificativas socioeconômicas para a criação dos Combinados Agro-Urbanos, Organização e funcionamento do Combinados Agro-Urbanos. Na segunda parte da cartilha trata-se especificamente da implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, as condições necessárias estruturais e sociais e as regras estabelecidas para o seu funcionamento.

No terceiro capítulo, O Insucesso do Projeto Agro-Urbano de Arraias-Goiás. Foi realizado uma análise para compreender os motivos do insucesso do projeto Agro-Urbano.

1 – O COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS-GOIÁS: UM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO.

1.1 – REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: CAMPO E CIDADE

Em meados do século XVIII, na Inglaterra, ocorreu a chamada Revolução Industrial, que promoveu uma grande transformação político-econômica e social, por meio do uso da máquina a vapor na produção, inicialmente no setor têxtil. Foi também responsável pela consolidação do capitalismo juntamente com a Revolução Francesa (1789) e Revolução Americana (1776). A partir daquele período o mundo já não foi o mesmo. A forma de viver das pessoas foi mudada, seu ritmo de trabalho passou a ser determinado pela máquina e não mais pela natureza como era no campo. O centro econômico foi transferido para a cidade onde estavam as indústrias. Houve um fortalecimento político da burguesia industrial que adotou o liberalismo¹¹ como política econômica.

Essas transformações se intensificaram em meados do século XIX, com a Segunda Revolução Industrial, que não se limitou somente a Inglaterra, mas se espalhou por grande parte da Europa e Estados Unidos da América. Essa segunda transformação não ficou restrita a cidade, que no passado era somente centro administrativo, cultural e comercial, atingiu também o campo, que na Primeira Revolução Industrial apenas forneceu mão de obra e matéria prima. No século XIX na Inglaterra e Estados Unidos intensificou-se o êxodo rural. Grandes contingentes de pessoas se deslocaram para as cidades industriais:

As populações que, até o início do século XIX apresentavam, quase que em sua totalidade, caráter rural, começaram nessa época,

¹¹ “O liberalismo pode ser entendido como uma ideologia que concede espaços à iniciativa e à autonomia individuais. Nessa filosofia, as ações dos indivíduos, desde que respaldadas por normas legais (e nesse caso o Direito é fundamental para a instituição de uma sociedade liberal), podem manter uma autonomia relativa ante o Estado. [...] O princípio básico de sua teoria rezava que o Estado deveria deixar o mercado se autorregular por suas próprias leis. Para ele, o mercado encontraria por si mesmo os níveis naturais de preços, de salários, de lucros e de produção. O liberalismo econômico e seus princípios clássicos de total liberdade para os negócios capitalistas sem intervenção estatal (*laissez-faire* e *laissez-passer*) incentivaram o avanço avassalador da burguesia expansionista dos séculos XVIII e XIX” (SILVA e SILVA, 2009, p. 260).

principalmente na Europa e América do Norte, a deslocar-se incessantemente para as novas zonas industriais e urbana (LAKATOS, 1970 p.95).

Esse fenômeno de abandono do campo e crescimento das cidades não se limitara somente aos países europeus e Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial, países da Ásia, África e América Latina passaram pelo mesmo processo. “O fenômeno foi acompanhado por um fator concomitante com a expansão industrial – o crescimento das cidades” (LAKATOS, 1970 p.96).

Essa grande transformação que aconteceu com a revolução industrial provocou uma explosão demográfica nas cidades e um despovoamento do campo, segundo Lakatos (1970), aconteceu primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos, que sofreu um grande êxodo rural, no campo o percentual de pessoas neste país “em 1940 reduziu-se à 18,8%, e em 1960 passou a 6,6%”, já na Inglaterra país onde começou a Revolução Industrial, ainda segundo a autora, os índices populacionais do campo eram ainda mais baixos, “até 1955, a redução chegou à 4,5%”.

Esse baixo índice populacional no campo poderia ter provocado uma diminuição da produção agrícola e, conseqüentemente, uma crise no abastecimento das cidades, que passavam por uma explosão demográfica, pois o crescimento das cidades atingira um índice nunca visto na história. Essa redução da produção que poderia acontecer não aconteceu, porque a indústria chegou também ao campo. Foram usadas novas tecnologias na produção, além do estímulo ao aumento da produção que fê-la crescer.

Tudo isso, entretanto, não provocou uma redução na produção agrícola: pelo contrário – a produção aumentou, pois era necessário satisfazer o crescente consumo de uma população em constante aumento. [...] a própria tecnologia que produziu a revolução industrial, tem os meios de acelerar e aumentar a produção das atividades agrícolas. Assim, em nossa época a agricultura assumiu vastas proporções; porém a aldeia rural está começando a desaparecer da face da terra. A revolução tecnológica, a industrialização e mecanização da agricultura, lançam cada vez mais gente fora da órbita da comunidade rural (LAKATOS, 1970, p. 96 - 97).

Esse aumento da produção e da produtividade em meados do século XIX, se deve a mecanização do campo e também as descobertas de um cientista alemão Justus von Liebig (1803-1873). Foi um químico alemão, criador da **lei do**

mínimo “(para as plantas crescerem é preciso haver no solo uma qualidade mínima de elementos), que assinalou o nascimento da moderna agricultura e da era dos fertilizantes minerais” (DIAS, 2005, p. 20). Desde a Antiguidade já havia uma preocupação com a fertilidade do solo para a produção agrícola, eram utilizadas técnicas de aração, drenagem e irrigação. Alguns povos utilizavam fertilização natural do solo que ocorria nas margens dos grandes rios, como os mesopotâmicos e egípcios, outros como “os chineses fabricavam adubos com resíduos vegetais e animais, húmus dos rios e esterco humano” (DIAS, 2005, p. 11). Mas, ainda segundo Dias (2005), na Idade Média foi quando houve uma grande mudança na fertilização e recuperação do solo para o plantio na Europa: “Foi lá que a agricultura deu um passo à frente com a rotação de culturas. Os rodízios duravam três anos e envolviam vários tipos de plantas [...] Após o terceiro ano de cultivo, o solo ficava em repouso” (DIAS, 2005, p. 12). Porém, coube a Justus von Liebig com suas descobertas a revolução da produtividade agrícola mundial:

Justus von Liebig. Com toda justiça, esse alemão de Giessen merece o título de patrono da indústria mundial de fertilizantes. Seus estudos de química agrícola, da qual é considerado pai, comprovaram a verdade procurada pela humanidade desde tempos imemoriais e que se tornou a base científica dos fertilizantes: a nutrição vegetal é feita a partir dos elementos minerais do solo (DIAS, 2005, p. 18).

As mudanças que aconteceram, na agricultura, dos séculos XVI ao XIX, foi denominada por Mazoyer e Roudart (2010) como *Primeira Revolução Agrícola*, cujas características podem ser destacadas a substituição do alqueive¹² por pastagens artificiais e por plantas “mondadas”¹³ e com o aumento

¹² “[...]o alqueive é o estado de uma terra de cultivo em rotação, não semeada durante vários meses, submetida ao pastoreio dos animais domésticos e, por definição, uma terra arada. [...] O alqueive é, portanto, um pousio herbáceo de curta duração, mas que não é deixado ao abandono: ele é explorado como pastagem, submetido a uma ou duas passadas de arado escarificador e, quando possível, uma ou duas vezes é preparado por uma verdadeira lavração a braço, com a pá ou com a enxada” (MAZOYER, E ROUDART, 2010, p.269-270).

¹³ Plantas mondadas: “Do francês *plantes sarclées*. Apesar da inexpressiva utilização deste termo no vocabulário agrônomo brasileiro moderno, optou-se pela utilização do termo “plantas mondadas” para designar as plantas cultivadas que, no decorrer do seu ciclo vegetativo, prestam-se à destruição manual ou mecânica de ervas adventícias intercalares (N.T.)” (MAZOYER, E ROUDART, 2010, p.275). “[...] às plantas “mondadas” destinadas ao consumo humano, como o nabo alimentar, o repolho, a batata, ou às plantas industriais, como a beterraba açucareira, o linho, o cânhamo e a colza “(MAZOYER, E ROUDART, 2010, p.363). Mondada deriva de “Monda – (1) ato de arrancar as ervas invasoras que crescem entre as plantas cultivadas. (2) corte os ramos secos ou supérfluos; desramar. (3) expurgo do que é supérfluo ou prejudicial” (ORMOND, 2006, p. 197).

do rebanho. A *Segunda Revolução Agrícola*, iniciou-se no final do século XIX e se estendeu ao longo do século XX, fundamentando-se “no desenvolvimento de novos meios de produção agrícola originários da *Segunda Revolução Industrial*” (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 420). A *Segunda Revolução Agrícola* apresenta as seguintes características: motorização, mecanização, quimificação (adubos minerais e produtos de tratamento), seleção de plantas cultivadas e especialização da produção.

A transformação da Segunda Revolução Agrícola, no século XX, acontece num momento marcado por Guerras Mundiais e pela grande crise do capitalismo em 1929, uma crise de superprodução, que foi a maior crise econômica mundial da história:

Em 1929, o capitalismo enveredava por mais uma crise. O Capitalismo sempre viveu em crises periódicas, mas essa superou as expectativas mais capitalistas. Foi uma crise caracterizada não pela escassez mas – pasmem! – pela abundância. Nessas ocasiões, os preços caem ao invés de subirem (NOVAES e RODRIGUES, 1997, p. 112).

Esse período de crise do capitalismo afetou o mundo todo e provocou grandes mudanças com a crise do liberalismo e início de uma política intervencionista nos países capitalistas.

1.1.1 – A Industrialização Tardia no Brasil

No Brasil ocorreu a ascensão ao poder por Getúlio Vargas, na propalada Revolução de 1930, colocando fim no acordo feito entre os políticos dos dois estados mais poderosos do Brasil, São Paulo produtor de café e Minas Gerais produtor de leite e também de café. Tal acordo foi rompido quando São Paulo se recusou a cumprí-lo, deixando de apoiar um candidato mineiro na sucessão presidencial nas eleições de 1930. Minas Gerais, descontente, se alia a Paraíba e ao Rio Grande do Sul e apoiam Getúlio Vargas nas eleições, que não se elege pelo voto, mas torna-se presidente através de um golpe. Esse período, segundo Bresser-Pereira (1968), foi marcado por mudanças sociais, políticas e econômicas, como podemos observar na sua narrativa:

A Revolução Industrial Brasileira tem início nos anos trinta devido à conjugação de dois fatores principais: a oportunidade econômica para investimentos industriais, proporcionada paradoxalmente pela depressão econômica, e a Revolução de 30. O significado fundamental da Revolução de 30, [...] (primeiro fator) é de ter apeado do poder a oligarquia agrário-comercial brasileira [...]. O segundo fator fundamental a explicar o início da decolagem da economia brasileira está no surgimento inesperado e paradoxal de uma imensa oportunidade de investimentos industriais devido à depressão mundial dos anos trinta (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 30 - 31).

Segundo Bresser-Pereira (1968), essa oligarquia que dominou o Brasil do período colonial até 1930, impedia o desenvolvimento industrial do país porque estava ligada aos interesses externos, inicialmente de portugueses, depois ingleses e por último dos norteamericanos, que não tinham interesses na industrialização do Brasil. Como a crise afetou a maior potência capitalista mundial, os Estados Unidos, que adotou uma política intervencionista na economia, utilizando as ideias de Keynes¹⁴, ficando mais voltado para os problemas internos. O Brasil que foi afetado grandemente por ter uma economia voltada para o exterior, teve que mudar o seu foco para o mercado interno. A crise do principal produto de exportação o café e a alta dos preços dos produtos manufaturados importados estimularam o desenvolvimento da indústria. Bresser-Pereira (1968) afirma que foi:

[...] uma grande oportunidade para que os empresários nacionais que então surgiam realizassem investimentos altamente lucrativos no setor industrial. [...] a capacidade ociosa existente nas empresas nacionais foi rapidamente utilizada. [...] As fábricas geralmente começavam como oficinas. O pequeno capital necessário era na maioria das vezes levantado entre os membros da própria família. Com o reinvestimento dos lucros, porém, logo se expandiam. Dedicando-se inicialmente a indústrias de bens de consumo que exigiam equipamentos simples (indústria alimentícia, indústria de artigos de higiene e limpeza, perfumaria, indústria farmacêutica, indústria metalúrgica, etc.) muitos desses equipamentos já podiam ser fabricados no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 35).

No período da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), Bresser-Pereira (1968), contrapõe a ideia de que essa guerra constituiu um elemento de estímulo

¹⁴ John Maynard Keynes (1883-1946) é considerado um dos “mais célebre economista da primeira metade do século XX, pioneiro da macroeconomia. Seus estudos sobre o emprego e o ciclo econômico deitaram por terra os conceitos da ortodoxia marginalista, e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país” (SANDRONI, 1999, p.323).

ao desenvolvimento brasileiro, concorda com a proposição de Celso Furtado que “a política seguida durante os anos da guerra foi, na essência, idêntica à que se havia adotado imediatamente depois da crise” (FURTADO apud BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 36).

Segundo Bresser-Pereira (1968), no final da Segunda Guerra Mundial já estava instalada a indústria leve de consumo e que o próximo passo na industrialização brasileira seria o desenvolvimento de bens de consumo, com tecnologias mais complexas, como os eletrodomésticos. Ainda segundo o autor, no período de 1956 – 1961, ocorreu a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, até aquele período ele acontecera sem praticamente nenhum planejamento enfrentando sérios problemas estruturais. Como podemos notar:

Finalmente, o desenvolvimento econômico nacional via-se ameaçado pela crise da infra-estrutura econômica do país. Todo desenvolvimento ocorrido até então fora realizado sem maior planejamento, ao sabor de estímulos externos (fundamentalmente nossa incapacidade cambial de importar bens de consumo manufaturados e a melhoria das relações de troca) que se casavam com a manutenção e crescimento da demanda interna. Ocorre, todavia, esse desenvolvimento em um ritmo acelerado. Era de esperar, portanto, que os investimentos de infra-estrutura não houvessem acompanhado esse desenvolvimento e agora se apresentassem como verdadeiros pontos de estrangulamento da economia (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 43 - 44).

Juscelino Kubitschek assumiu o governo brasileiro para o mandato de 1956 – 1961. Neste período encerrou-se a primeira fase da industrialização cuja característica marcante foi o forte nacionalismo, e começou a segunda fase da industrialização brasileira, mas com um diferencial, JK recorre ao capital externo para completar a industrialização brasileira. Para realizar seu projeto de desenvolvimento industrial houve um investimento maciço na infra-estrutura do país. Bresser-Pereira (1968) atribui a eficiência do desenvolvimento em seu governo a três fatores:

Em primeiro lugar, fora eleito pelas mesmas forças políticas que desde 30 estavam no poder. [...] podiam ser definidas em suas linhas gerais como nacionalistas, industrialistas e intervencionistas. [...] Em segundo lugar, temos a personalidade do Sr. Juscelino Kubitschek. [...] Soube ele perceber com raro senso de oportunidade o momento histórico pelo qual o país passava e deu a seu Governo duas linhas mestras: a industrialização forçada, a todo vapor, e o otimismo, a confiança nas potencialidades do país e de seu povo. [...] Finalmente, [...] o novo presidente soube rodear-se de um equipe de técnicos, particularmente

de economistas, que viera surgindo no Brasil a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em torno da Fundação Getúlio Vargas, da SUMOC¹⁵, do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda. Essa equipe de técnicos, muitos deles formados no exterior, e sofrendo muito a influência do pensamento econômico da CEPAL¹⁶ (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 46).

O governo de Juscelino teve como marco o planejamento que fora realizado por uma Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas. Juscelino Kubiteschek “entregou-lhes a tarefa de elaborar o Plano de Metas, e depois conferiu-lhes um grande número de responsabilidades nos setores-chaves da economia do país” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 47). Outra atitude tomada por Juscelino, condenada pelos nacionalistas, foi a sua relação com os investidores de outros países, pois estimulou investimentos internacionais no Brasil:

O Governo federal incentivou a entrada de capitais estrangeiros diretos, seja através da Instrução 113 da SUMOC, baixada pelo Governo de transição que sucedeu ao suicídio de Getúlio Vargas, e que chegava ao exagero de discriminar contra as empresas nacionais em favor das estrangeiras, até os grandes incentivos cambiais, tarifários, fiscais e creditícios que o Governo federal proporcionou para a instalação da indústria automobilística, da indústria naval, da mecânica pesada, etc. (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 48).

Segundo Bresser-Pereira (1968) a política de dificultar a industrialização do Brasil inicialmente pela Inglaterra e, posteriormente, pelos Estados Unidos, era uma forma de garantir o mercado para seus produtos industrializados. Realizavam somente investimentos em áreas que facilitava somente a exportação de produtos agrícolas. Com os obstáculos que foram surgindo para a importação de produtos destes países, que passaram a serem feitos internamente, pelas empresas nacionais que surgiram a partir da década de

¹⁵ Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) foi uma “instituição financeira criada em 1945, na dependência do Ministério da Fazenda, incumbida de fiscalizar o sistema bancário nacional, traçar a política monetária e cambial do país assessorar o governo nas questões econômicas. Suas determinações eram executadas pelas carteiras especializadas do Banco do Brasil. Foi extinta em 1964, quando da fundação do Banco Central do Brasil S.A., que absorveu suas funções” (SANDRONI, 1999, p. 583).

¹⁶ A Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) é considerada uma “referência obrigatória a todos aqueles que se dedicam ao estudo do subdesenvolvimento e suas consequências na América Latina. Criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, a CEPAL surgiu com o fito de explicar o atraso socioeconômico dos países latino-americanos (periferia) em relação aos grandes centros desenvolvidos (Estados Unidos e alguns países europeus) e, com isso, tentar encontrar, via estudos e projetos, para superá-los” (PELLEGRINO, 2000, p. 2-3).

1950 e pelas barreiras cambiais e tarifárias, “viram-se diante da alternativa de ou realizar grandes investimentos industriais no Brasil ou perder o mercado brasileiro” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 50).

Com o Governo de Juscelino Kubitschek, de acordo com Bresser-Pereira (1968), estava consolidada a segunda fase da Revolução Industrial brasileira. “A crença na vocação agrícola do Brasil perdeu qualquer substância” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 51). Como aconteceu nos países da Europa e dos Estados Unidos concomitante ao processo de industrialização, ocorreu o fenômeno da urbanização. Nesse contexto Bresser-Pereira apresenta três origens para a urbanização brasileira:

A urbanização exige constantemente um maior número de obras nas indústrias e serviços auxiliares localizados nas cidades; o desenvolvimento do transporte por caminhões, que permite aos trabalhadores das cidades habitar nas pequenas cidades interioranas e trabalhar no campo (esta tendência, aliás, foi intensificada devido à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, desincentivando os fazendeiros a manter os colonos); e finalmente a urbanização pode ter origem não na demanda de empregos pelo setor urbano, mas simplesmente pela impossibilidade de sobrevivência no setor rural (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 65).

1.1.2 – A industrialização brasileira no cenário da Guerra Fria

O período de 1930-1964 foi marcado por um grande progresso tecnológico até aquele momento nunca visto pela humanidade. Houve uma expansão da indústria e do capitalismo em muitos países, tanto nas cidades quanto nos campos. Essas transformações que ocorreram de forma tão rápida, mudaram a maneira de viver, ver, ser, sentir e pensar o mundo. Mas tudo isso aconteceu em meio a uma grande turbulência. A mesma tecnologia que produzia muitos alimentos e bens, produzia também, na mesma proporção, desigualdades. A grande produção gerou a crise de superprodução. Foi neste cenário de contradições, de Guerras e da Crise de 29, que se desenvolveram políticas de bem-estar social nos países capitalistas, firmadas na modernização e no progresso. Passou-se a ter necessidade de melhorar as condições de vida das pessoas que viviam à margem de todo o progresso gerado pela revolução

tecnológica, ao mesmo tempo que o socialismo tornava-se uma ameaça para o mundo capitalista.

Logo depois da Segunda Guerra Mundial começou um período de embate diplomático entre Estados Unidos e União Soviética, era a chamada Guerra Fria. Uma intensa propaganda de combate ao socialismo no mundo capitalista gerava tensão e medo que ocorresse uma possível Guerra Atômica. URSS inimiga do capitalismo, era uma ameaça, porque também detinha a tecnologia atômica. Os Estados Unidos se colocava como o defensor do mundo capitalista. De um lado estava os Estados Unidos e seus aliados capitalistas e do outro estava URSS e seus aliados socialistas.

O mandato de Juscelino Kubitschek transcorreu neste período da Guerra Fria. Em seu discurso desenvolvimentista alegava que com a industrialização geraria riqueza e conseqüentemente prosperidade para todos.

Como grande e constante preocupação de JK encontra-se a industrialização do país. Ele acredita que com o advento industrial, com o crescimento da indústria pesada, virá o aumento da riqueza, virá a prosperidade, que não atinja apenas grupos particulares, mas a sociedade inteira: todos que a compõem poderão beneficiar-se do progresso alcançado. De acordo com Juscelino, portanto, a busca da prosperidade tem em si a marca do social, e nesta a de toda a coletividade (CARDOSO, 1978, p. 94)

Cardoso (1978) relata que o ano de 1959 foi uma das fases mais difíceis para JK, com a inflação num ritmo acelerado. Com o aumento da inflação passou a sofrer pressões externas e internas: “externamente, aumenta a pressão do Fundo Monetário Internacional para a utilização de mecanismos estabilizadores [...]” (CARDOSO, 1978, p. 119), que comprometia a aceleração do crescimento econômico brasileiro. Internamente, houve um descontentamento muito grande com seu governo, ocorreram greves e “tentativas golpistas”. Apesar de toda a pressão JK usou a crise internacional gerada pela Revolução Cubana para criar a Operação Pan-Americana (OPA), para obter capital em nome da segurança continental.

1959 é uma época de grave tensão internacional, com o agravamento da guerra fria, envolvendo especialmente a América Latina em decorrência do caso cubano. Nossas relações internacionais se tornam objeto de importantes decisões. É a ocasião em que o Governo Juscelino se empenha a fundo na promoção da Operação Pan-Americana, tentando obter a afluência de capitais em nome da segurança continental, [...] e em que rompe com a orientação do Fundo Monetário Internacional a propósito dos mecanismos para a contenção

da inflação, embora adote o Plano de Estabilização Monetária, seguindo uma alternativa que não causasse prejuízos maiores ao montante de investimento para o desenvolvimento (CARDOSO, 1978, p. 108-109).

O governo de JK com todas as suas realizações só se concretizou com os investimentos e os empréstimos internacionais. “Juscelino aponta no seu período presidencial a existência de um grande afluxo de capitais, sem os quais não teria sido possível o ritmo de desenvolvimento alcançado” (CARDOSO, 1978, p. 188). Para conseguir esse capital para fazer os investimentos que foram realizados no seu governo Juscelino soube aproveitar o conflito da Guerra Fria. Com o Brasil assumindo a liderança da América Latina fundamentada na OPA, cujo objetivo era o combate ao comunismo. Mas a Guerra Fria representou de fato todo esse perigo para a América Latina e para o Brasil? O que representava a URSS, depois da Segunda Guerra Mundial, para o Ocidente? Hobsbawm (1995) contrapõe a essa ideia de que a União Soviética, logo depois da Segunda Guerra Mundial, passou a representar uma ameaça para o mundo, e que o expansionismo socialista pudesse provocar uma guerra atômica, que extirparia a humanidade da face do planeta, quando afirma que:

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrava uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime (HOBSBAWM, 1995, p. 230).

Como podemos notar, esse era o grande inimigo que de dividiu o mundo com os Estados Unidos em dois blocos, o bloco capitalista liderado pelos EUA e o bloco socialista liderado pela URSS. O medo de uma guerra entre essas duas potências esteve na mente das pessoas por várias décadas. Mas o que Hobsbawm descreve sobre a URSS, não é o que era mostrado, no período da Guerra Fria, pela imprensa, pelos filmes e discursos políticos inflamados defendendo a democracia, a liberdade, a religião e a família. Como foi criado e por que foi criado esse inimigo tão perigoso? Hobsbawm (1995) não nega a existência e nem as consequências da Guerra Fria, “Os dois lados viram-se comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição,

e com o tipo de generais e intelectuais nucleares cuja profissão exigia que não percebessem essa insanidade” (HOBSBAWM, 1995, p. 233), claramente podemos notar que esse inimigo tão perigoso não passou de uma criação norte-americana. Como algo necessário para que demonstrasse ao mundo o seu grande poder. A maior potência mundial defenderia o mundo de todos os perigos, como mostrava os filmes hollywoodiano, mas para que isso de fato acontecesse:

Governo americano precisava. Para dois propósitos, um anticomunismo apocalíptico era útil, e portanto tentador, mesmo para políticos não de todo convencidos de sua própria retórica [...]. Um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser conveniente para governos americanos que havia concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial – na verdade, de longe a maior – e que ainda viam o “isolacionismo” ou protecionismo defensivo como seu grande obstáculo interno (HOBSBAWM, 1995, p. 232).

Em meio a esse conflito simbólico de demonstração de poder entre os dois impérios, um o norte-americano, sem sombra de dúvida o maior do mundo; o outro, o soviético, forjado pelo governo dos Estados Unidos para justificar suas intervenções bélicas nos outros países, Juscelino se aproveitou desse jogo político, dessa “ameaça” socialista como forma de pressionar e conseguir empréstimos externos que viabilizaram seu governo. Mas de fato essa ameaça existiu? O Brasil, país estratégico, grande nação subdesenvolvida, poderia ser a porta de entrada e líder de uma grande revolução comunista na América Latina, que colocaria em risco o poderio, na América, da grande potência do norte-americana? De fato no Brasil havia grupos socialistas ideologicamente preparados para fazer uma revolução como foi feito na URSS? O povo estava pronto para participar de uma revolução socialista? Havia líderes para conduzi-la?

Cardoso (1978) cita um discurso proferido em 1958 por JK na Escola Superior de Guerra sobre a OPA. Expõe os perigos de uma ameaça soviética para o Ocidente e, principalmente, para a América Latina, usando o contexto histórico a favor dos seus objetivos como podemos notar.

A preocupação com a ameaça soviética, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, fez com que todos os esforços da diplomacia ocidental se concentrassem no auxílio e na recuperação das áreas devastadas pela conflagração. [...] O que acontece é que não podemos manter, em 1958, o mesmo plano de ação que foi considerado indispensável em 1945. Hoje, a América Latina está em situação mais

precária do que a dos países reconstruídos da Europa e constitui o elo mais fraco da coligação ocidental. É para esse fato que não cessaremos de chamar a atenção de nossos amigos dos Estados Unidos da América, com franqueza, com lealdade e até com palavras duras e realistas” (JK *apud* CARDOSO, 1978, p. 137-138).

Juscelino ainda no seu discurso argumentava que o subdesenvolvimento era uma ameaça para a segurança da América Latina. O desenvolvimento seria a forma de afastar toda e qualquer ameaça socialista que viesse comprometer a segurança e a liberdade das pessoas. “A Operação Pan-Americana parte, assim, da premissa política de que o desenvolvimento econômico é hoje inseparável do conceito de segurança coletiva e constitui a salvaguarda da nossa liberdade” (CARDOSO, 1978, p. 138).

De fato o Brasil corria esse risco? De acordo com Bresser-Pereira (1968), o Brasil nunca correu esse risco, pois os líderes da esquerda “Não tinham quaisquer condições de sensibilizar uma fração ponderável da população brasileira” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 110). Portanto, podemos concluir que o discurso de JK de segurança coletiva e salvaguardar a liberdade, não passava de um meio para conseguir capital para financiar seus empreendimentos. Toda sua argumentação não passava de retórica, sem de fato ter fundamentação. Pois Bresser-Pereira (1968) ainda demonstra que o projeto de esquerda no Brasil não diferia do projeto da direita, pois defendiam as mesmas ideologias:

Quais eram, então, as ideologias da esquerda no Brasil? Simplesmente, o nacionalismo, o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista. Em suma, as ideologias da esquerda eram as mesmas defendidas pelos elementos mais representativos do grupo sócio-econômico emergente dos empresários industriais (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 110-111).

Na década de 1960, segundo Bresser-Pereira (1968), a esquerda esteve presente em alguns setores da sociedade como no controle dos sindicatos dos trabalhadores, nos meios estudantis, entre os sargentos e entre a liga de camponeses de trabalhadores rurais. De acordo com o autor, a direita criou um alarmismo com relação a esquerda para justificar suas atitudes políticas:

A causa básica da radicalização que, de meados para fins de 63, chegava a grandes extremos, resultando afinal na Revolução de 64, tem portanto raízes nas transformações estruturais pelas quais a política brasileira acabava de passar. Os grupos de esquerda, apesar de sua relativa fraqueza dentro do cenário político brasileiro [...] passaram a acreditar que possuem uma grande força política no Brasil. O caminho para a radicalização das esquerdas estava evidentemente aberto (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 123-124).

Segundo Bresser-Pereira (1968), a direita usou o alarmismo para obter a radicalização. Espalhavam frases para amedrontar as pessoas para uma possível revolução socialista. Havia o medo de destruição da família, de perdas de propriedades e proibição da religião. “Eram frases, evidentemente, sem fundamento real. O comunismo, no Brasil, jamais teve maior repressão política” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 124). Contudo, a luta que se travou no período que antecedeu o golpe foi entre os grupos de direita. De um lado os reformistas, de outro os conservadores.

Dessa forma, era de se prever que a luta ideológica que deveria dominar todas as demais, pelo menos durante vários anos, seria a do reformismo contra o conservadorismo. A partir da renúncia do Sr. Jânio Quadros, no entanto, e mais ainda a partir do começo de 63, quando o Sr. João Goulart propôs algumas reformas de base, começa a verificar-se no Brasil um processo de radicalização política. [...] A causa básica da radicalização que, de meados para fins de 63, chegava a grandes extremos, resultando afinal na Revolução de 64, tem portanto raízes nas transformações estruturais pelas quais a política brasileira acabava de passar (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 123).

1.2- UM BREVE RELATO SOBRE A ECONOMIA EM GOIÁS: DO SÉCULO XVIII A MEADOS DO SÉCULO XX.

Para analisar a sociedade que antecedeu a criação do Combinado Agro-Urbano de Arraias, projeto de colonização e reforma agrária, implantado por Mauro Borges em 1962, inspirado nas experiências das cooperativas de produção agrícola, *Kibutzim e Moshavim* em Israel, foi utilizada a obra: *História de Goiás* (PALACÍN e MORAES, 2008), que descreve como ocorreu a colonização no período da mineração, quando Goiás era povoado por mineiros no século XVIII, que “era profissão mais honrosa” (PALACÍN e MORAES, 2008, p. 35), até o período da intervenção do Estado, com a política de integração nacional. Para compreender melhor a sociedade da época também foi utilizado o livro *Campos Belos: sua história, sua gente*, de autoria de Samuel Aureliano

da Silva e Odiva Silva Xavier (SILVA e XAVIER, 2004). Campos Belos é um município limítrofe de Arraias. Foi distrito de Arraias e foram as fazendas ali situadas, no município de Arraias, que deram origem ao Combinado.

As ideias de isolamento, economia de subsistência, atraso, regressão sociocultural em Goiás, utilizadas pelos autores supracitados, foram analisadas por meio de comparações com o artigo de Pierre Clastres, *A Sociedade Contra o Estado (2006)*, que faz um estudo sobre economia de subsistência de povos indígenas da América, questionando a historiografia positivista tradicional que usa uma linha interpretativa evolucionista para analisar essas comunidades, comparando-as com as europeias, portanto, atrasadas.

O povoamento de Goiás, durante o século XVIII, segundo Palacín e Moraes (2008), ocorreu com a mineração em três zonas do território: a primeira no centro sul, a segunda na região do Tocantins no Alto Tocantins ou Maranhão, e a terceira entre o Tocantins e os chapadões nos limites com a Bahia, onde se localizava a cidade de Arraias, que abrigou mais tarde o Combinado Agro-Urbano. O resto do território goiano, dois terços pelo menos do atual estado de Goiás, ficava ainda sem nenhuma povoação. Segundo esses os autores, Goiás continuava despovoado em grande parte do seu território, fato que se agravaria com a crise da mineração, chegando a população até se reduzir com o fim do ciclo da mineração no início do século XIX, voltando a crescer somente no final do século XIX e início do século XX.

Caio Prado Júnior (1994) apresenta dois fatores imprescindíveis para analisar a decadência da mineração, a primeira do esgotamento das jazidas, o ouro brasileiro na sua maior parte era de aluvião encontrado nos leitos dos rios e de outras fontes de água. A segunda se refere às deficiências técnicas, o autor culpa administração pública:

[...] que manteve a colônia num isolamento completo; e não tendo organizado aqui nenhum sistema eficiente de educação, por mais rudimentar que fosse, tornou inacessível aos colonos qualquer conhecimento técnico relativo às suas atividades. O baixo nível intelectual na colônia, que não tem talvez paralelo na América, não cabe em nosso assunto; mas é preciso lembrá-lo por que interfere aqui diretamente com a economia do país. Não resta a menor dúvida que a ignorância dos colonos portugueses sempre constituiu um óbice muito sério oposto ao desenvolvimento de suas atividades econômicas, mineração como nas outras também (PRADO JUNIOR, 1994, p. 61).

A mineração teve seu auge em meados do século XVIII, já no final deste mesmo século entrara em decadência. No começo do XIX ocorreu a transição da sociedade mineradora para a sociedade agropastoril.

Goiás viveu um longo período de transição. Desparecera uma economia mineradora de alto teor comercial. Nascia uma economia agrária, fechada, de subsistência, produzindo apenas algum excedente para aquisição de gêneros essenciais, como sal, ferramentas etc. (PALACÍN e MORAES, 2008, p. 93).

Palacín e Moraes (2008) tratam a atividade agropecuária como se ela não existisse no período da mineração, e que era atividade inferior e representava um período de transição, porém não deixam claro o significado desse “período de transição”. Estevam (2004) discorda dessa tese de que depois da mineração “nascia uma economia agrária”, como se tal atividade não fosse praticada no território goiano e os alimentos fossem importados de outras capitanias. Mas, como podemos notar, isso não representou de fato a realidade daquele período.

O mais importante é que as atividades produtivas, apesar da especialização do empreendimento mineratório, não se restringiram à extração de metal. O grande distanciamento e a decorrente dificuldade de abastecimento fizeram com que lavoura e pecuária coexistissem com a extração metalífera, servindo de amortecedores para as crises. No início dos trabalhos inexistia preocupação imediata com a lavoura e, mesmo que existisse, a produção agrícola não se daria de imediato (ESTEVAM, 2004, p. 26-27).

Mesmo não tendo surgido depois do esgotamento das minas auríferas, essa economia agrária, fechada e de subsistência e o novo modo de vida que as pessoas encontraram para sobreviver no interior de Goiás, isolados e sem a intervenção de outros povos e do governo, incomodou os viajantes europeus do século XIX, que por aqui passaram.

No entanto, a pecha de caipira ‘preguiçoso’ não foi bem aceita na literatura regional. Há quem defenda que tais interpretações exprimem falta de visão e entendimento social. Para Bertran, por exemplo, a despreocupação e a folgança do povo goiano, que chegou a irritar viajantes, partiu de ‘observadores vindos da apertada e difícil Europa – um Phol, um Saint Hilaire, um Cunha Matos – condenação esta não destituída de um talvez inconsciente fundo de inveja pelo pobre, sensual e non-chalant paraíso caboclo de Goiás nos anos 1800 (ESTEVAM, 2004, p. 33).

Esses viajantes analisavam de forma negativa o que viam, tratando aquele “modus vivendi” como uma regressão cultural dos habitantes do território goiano. “Por um lado, evidente que esta imagem não significa obrigatoriamente uma verdadeira reprodução da realidade goiana, pois envolve a concepção de mundo do sujeito que a elaborou” (ESTEVAM, 2004, p.32). Para esses observadores, que vinham de uma Europa agitada pelas revoluções tecnológicas, viam seu mundo como superior ao mundo dos outros terráqueos. Para eles ficava explícito, através de seus relatos, que havia uma hierarquia cultural e uma cultura superior.

Os viajantes europeus do século XIX aludem a uma regressão sociocultural, em que os brancos assimilaram os costumes dos selvagens, habitavam choupanas, não usavam o sal, não vestiam roupas, não circulava moeda. Tão grande era a pobreza das populações que se duvidou ter havido um período anterior com outras características (PALACÍN e MORAES, 2008, p. 74).

Para os autores Palacín e Moraes (2008), o isolamento e a economia de subsistência no período colonial foram vistos como atraso para Goiás. Por não desenvolverem uma agricultura de mercado, este foi um período de grandes dificuldades econômicas. Chaul (1997) questiona os autores que tratam o período da mineração como de resplendor e o período que a agropecuária se torna a atividade econômica predominante no território goiano como atraso e decadência.

Para a maioria dos autores, a consequência direta da ideia de decadência foi a construção de um outro estado para Goiás, o estado de vítima, a vitimização de uma região. Visão repassada, em grande parte, pelas autoridades do período, com variados fins, entre eles o de ampliar os recursos destinados pela Corte à Província. Enumeram como razões pelas quais a ideia de decadência se propagou a ideia de uma região onde havia de tudo, para uma outra fase onde o nada a resumia. Ora, torna-se bastante difícil acreditar num esplendor social e econômico em Goiás na fase da mineração, bem como atestar a sua longa e prolongada decadência provocada pela crise do outro (CHAUL, 1997, p. 72).

Palacín e Moraes (2008) viram Goiás não como uma economia própria que seguia seu caminho fora do mundo capitalista, mas atrasado e periférico. Atribuem as dificuldades econômicas a ausência de mercados e as dificuldades

dos meios de transporte e de comunicação. A ausência de mercados consumidores impossibilitou o desenvolvimento da agricultura comercial. Se for para subsistência e para atender as necessidades das pessoas e não é voltado para o mercado não é fracasso e nem atraso econômico. Na visão dos mesmos, somente a pecuária obteve êxito, porque o gado bovino atravessava longas distâncias caminhando até chegar aos mercados consumidores. Assim, notamos que eram valorizados os negócios e a produção voltados para o mercado. Goiás só tinha um produto que poderia ser levado às longas distâncias até aos mercados consumidores, o gado: “A pecuária alcançou relativo êxito, não só pela existência de boas pastagens mas porque o gado se conduzia ao mercado consumidor, vencendo as grandes distâncias” (PALACÍN e MORAES, 2008, p. 93).

No início do século XX ainda permanecia a preocupação com esse isolamento, com a baixa densidade demográfica e a economia de subsistência. Acreditava-se que a chegada da ferrovia e a abertura de estradas que estavam acontecendo lentamente traria o progresso e melhoraria a comunicação de Goiás com os centros mais “desenvolvidos” como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. “(...) a estrada de ferro somente chegou a Goiás em 1913” (PALACÍN e MORAES, 2008, p. 136).

Como o prolongamento da estrada de ferro era lento e inviável por ser considerado antieconômico, visto que a população era pequena, a alternativa foi construir uma estrada de rodagem. “A primeira estrada de rodagem foi inaugurada em 1921: era o trecho que ligava a capital à estação terminal da estrada de ferro” (PALACÍN e MORAES, 2008, p. 137). Ela ligava a cidade de Goiás, então capital do Estado, a estrada de ferro, cuja construção que partia de Araguari atingiu o município de Ipameri em 1913, ficou “[...] paralisada até 15 de julho de 1922, data da conclusão dos serviços de construção da ponte sobre o rio Corumbá” (BRANDÃO, 2005, p. 41), na estação da região conhecida como Roncador em Ipameri.

Mesmo com a construção da estrada de ferro, grande parte do território goiano era considerado isolado e despovoado, predominando as propriedades de grande tamanho. O tamanho das propriedades, o latifúndio¹⁷, era uma

¹⁷ “Latifúndio é uma palavra de origem latina que designa um grande domínio agrícola explorado extensivamente, sem aprimoramento técnico ou racionalidade. Ao longo da história, esse tipo de

herança do tempo colonial, vinda do sistema de sesmarias¹⁸ e, também, uma forma de compensar a distância do mercado consumidor.

Segundo von *Thünen*, os sistemas de utilização da terra variam do mais intensivo para o mais extensivo, à proporção que aumenta a distância dos mercados. Ora, essa lei econômica, que é válida para os países pequenos, verifica-se, com muito maior razão, num país de dimensões gigantescas, como o Brasil. Será, portanto, antieconômico qualquer projeto de lavoura intensiva em pequenas propriedades nas regiões remotas [...] (VON THÜNEN apud VALVERDE, 1985, p. 265).

A ausência de pequenas propriedades, durante muitos anos em Goiás, foi prejudicial tanto para a democratização, como para a mentalidade, impediu a compreensão de que é possível democraticamente, viver e produzir em espaços menores.

Para Palacín e Moraes (2008), a manutenção e o fortalecimento do latifúndio eram consequências da falta de mercados e de uma economia monetária. Dentro do latifúndio trabalhavam e viviam seus dependentes: sitiantes, vaqueiros, meeiros, camaradas, jagunços dentre outros; num sistema patriarcal, herdado do período colonial. Podemos deduzir que a raiz do autoritarismo está na forma como o poder foi constituído em Goiás, no sistema patriarcal advindo desse sistema. Como implantar ideias democráticas dentro de um sistema patriarcal?

Procurando justificar a tese de que isolamento e economia de subsistência são aspectos negativos para a sociedade goiana e que foram consequências da ruína da mineração, Palacín e Moraes (2008) afirmam:

propriedade existiu em diversas partes do mundo. Como exemplos podemos observar as *vilas romanas*, imensas propriedades de produção de alimentos da Roma Imperial, cultivadas com trabalho escravo; e as plantations e haciendas, formas de latifúndio na América Colonial” (SILVA e SILVA, 2009, p. 253).

¹⁸ O sistema de sesmarias foi implantado, por Dom João III, rei de Portugal em 1530, como uma forma de colonizar o Brasil. Este sistema fora criado como uma Lei em 26 de junho de 1375, por D. Fernando I rei de Portugal, para resolver uma crise econômica pela qual seu país estava passando. “Havia muitos conflitos entre os proprietários de terras e os lavradores. Estes últimos descontentes, com a baixa remuneração pelo árduo trabalho que realizavam no campo, começaram a abandonar a área rural, dirigindo-se para as cidades, em busca de melhores condições de vida. A primeira consequência logo se fez sentir: começaram a faltar alimentos nas grandes cidades. Para tentar impedir o êxodo do trabalhador rural para as áreas urbanas, o esvaziamento do campo e a falta de alimentos, D. Fernando I – rei de Portugal naquela época – transformou em lei um costume antigo dos países ibéricos (Portugal e Espanha). Nesses países, o rei sorteava entre os habitantes de uma região pedaços de terras, chamados de sesmarias, para serem trabalhados durante um certo tempo por pessoas que se dispusessem a semeá-los e cultivá-lo” (STRAZZACAPPA e MONTANARI, 1999, p. 15).

O povo goiano, como consequência da ruína da mineração (que na consciência popular tinha significado um período de grandeza), do isolamento e do esquecimento nacional, tinha desenvolvido um sentimento de frustração, uma espécie de complexo de inferioridade coletivo (PALACÍN e MORAES, 2008, p. 161).

O isolamento pode sim ser consequência da mineração, mas dizer que depois da decadência da mineração em Goiás, a população desenvolveu um sentimento de frustração por causa do isolamento e do esquecimento nacional, é negar que essa sociedade estava construindo a seu modo uma forma de se relacionar, trabalhar e criar uma indústria artesanal que resolvesse seus problemas cotidianos. A ideia de progresso que foi implantada em Goiás foi responsável pelo rompimento do desenvolvimento dessa sociedade que estava em curso, como que podemos comprovar na obra: Campos Belos sua História e sua Gente de Silva e Xavier (2004), segundo os autores durante muitos anos o município de Campos Belos manteve-se isolado do restante dos municípios pelo fato das estradas não serem boas e pela falta de pontes, o que impedia a ligação entre os municípios em determinadas fases do ano. Por muitos anos Goiás desenvolveu uma economia de subsistência, produzindo praticamente tudo que necessitava dentro do seu território, de produtos agrícolas a produtos industrializados, feitos nas indústrias artesanais rurais.

A inclusão de fatos da história de Campos Belos, município limítrofe de Arraias na pesquisa, deve-se ao fato de ter sido parte do território de Arraias, emancipando-se posteriormente, e também por ser a área na qual foi implantado o Combinado Agro-Urbano pertencente a este município. É importante ressaltar que foi por uma questão política que Arraias anexou à área do Combinado ao seu território com o apoio de parlamentares e políticos da região:

Não ficou esclarecido até hoje que tipo de negociação ocorreu entre a Prefeitura de Monte Alegre de Goiás e a de Arraias, incluindo parlamentares. Porém, vários moradores, como Juarez Barbosa, Lídio José de Sousa, José da Silva Rosa, são unânimes em afirmar que o Município de Campos Belos foi lesado. Este tem lembrança de que o fato envolveu Ademar, prefeito de Monte Alegre, e políticos de Arraias. Não se sabe se contou ou não com a participação de autoridades políticas de Campos Belos nem quem mais ganhou com a “negociata”. Sabe-se, no entanto, que Campos Belos perdeu boa parte do município, onde ficavam suas melhores terras de cultura e pecuária. Presume-se, também, que os planos do governo estadual para

construção da usina hidroelétrica no Rio Mosquito e da criação do Combinado Agro-Urbano, que seriam no Município de Campos Belos, tenham sido a razão maior desse conchavo, por se tratarem de obras relevantes e, assim, despertaram, antecipadamente, o interesse e a ambição do município que se colocou em evidência e deu nome ao Combinado (SILVA e XAVIER, 2004, p. 64 - 65).

Outro fato relevante que podemos apontar sobre a importância de Campos Belos na implantação do Combinado, foi sua posição geográfica, para se chegar à área onde foi criado o Combinado Agro-Urbano. “Campos Belos era a cidade mais próxima e de melhor estrutura comercial e para hospedagem naquela época” (SILVA e XAVIER, 2004, p. 240).

Foi a cidade que serviu de ponto de apoio na construção da Usina do Rio Mosquito¹⁹ e teve relevante importância na estruturação do Combinado Agro-Urbano.

Conhecer Campos Belos é uma forma de compreender as pessoas daquela região e suas participações na implantação do projeto do Combinado. O isolamento de Campos Belos e Arraias, no período que antecedeu ao Governo de Mauro Borges nos anos de 1961 a 1964, é notado nos vários depoimentos de pessoas que participaram do empreendimento como o do senhor Lídio: “Primeiramente, o que influenciou e valorizou muito a nossa região foi a ponte do Paranã, porque, antes disso, a nossa região era totalmente isolada” (SILVA e XAVIER, 2004, p. 236).

Os moradores viam na ponte do Paranã o fim do isolamento, o começo de uma nova era, a valorização da região. “Essa ponte propiciou a integração de Campos Belos com Brasília, Anápolis, Goiânia e de toda a região do nordeste goiano com outras cidades do centro-sul do estado e do Brasil [...]” (SILVA e XAVIER, 2004, p. 237).

¹⁹ Em sua dissertação do Mestrado em História da PUC de Goiás, Flaubert Souza de Oliveira cita um comentário do senhor Lídio José de Souza em entrevista realizada na cidade Campos Belos (Go), em abril de 2015, sobre a importância da construção da Usina do Rio Mosquito para cidade de Campos Belos e quando iniciaram as obras: “Foi no governo Mauro Borges que iniciou o projeto de construção da Usina do Rio Mosquito [...]. A Hidrelétrica não foi inaugurada no tempo previsto, devido a deposição de Mauro Borges em 1964 conforme afirmou Oliveira: “Esse fato impediu a inauguração no tempo previsto. A Primeira etapa entrou em funcionamento em 1967 e foi inaugurada em 1968, fornecendo energia elétrica para a região habitada do Combinado e Campos Belos, Arraias e Monte Alegre de Goiás” (OLIVEIRA, 2015, p. 49).

O Combinado Agro-Urbano de Arraias era visto como um vetor de desenvolvimento para a região considerada rica, que na visão dos seus moradores estava abandonada. Segundo depoimentos, relatados por Silva e Xavier (2004), uma viagem à Goiânia levava na época até 22 dias.

As longas distâncias foram um estímulo para o desenvolvimento de uma cultura própria, que buscava solucionar seus problemas. Dessa forma, construiriam a partir de suas experiências uma sociedade com produção familiar e com uma economia semelhante as das sociedades tribais descritas na obra: *Sociedades Tribais* (SAHLINS, 1974). Os grupos não eram autossuficientes, mas não desenvolveram uma sociedade capitalista, com produção destinada para o mercado, sua produção foi designada por ele de “produção para provisão”, isto é, algumas coisas precisavam ser produzidas para se conseguir outras que atendiam suas necessidades:

Apresso-me a acrescentar que os grupos domésticos não são autossuficientes, embora geralmente produzam a maior parte do que consomem. A produção doméstica não é descrita exatamente como “produção para uso”; isto é, para consumo direto. As famílias também podem produzir para troca, assim conseguindo indiretamente o que precisam. Ainda assim é “o que eles precisam” que governa a produção, e não o lucro que possam ter. O interesse na troca permanece como um interesse de consumo, e não como um interesse capitalista. Talvez a melhor definição seja “produção de provisão” (SAHLINS, 1974, p. 118).

Por estarem longe das políticas do Estado e distantes das outras regiões esse fato deveria ter sido de grande relevância, no entanto, para as pessoas que viveram no município de Campos Belos, naquela época, não era visto como algo positivo. As palavras expressas em seus depoimentos são negativas como: “isolamento” e “abandono”. “Às vezes o governo do estado enviava um médico para visitar a região, mas muito esporadicamente. Só a partir da segunda metade da década de 50 passou a demonstrar maior preocupação com a saúde pública na região [...]” (SILVA e XAVIER, 2004, p. 153 - 154).

A economia goiana não se limitou somente a agricultura e ao pastoreio, mas foram desenvolvidas indústrias familiares na zona rural. Segundo Silva e Xavier (2004), a produção era desenvolvida em oficinas ou nos locais onde os

produtores agroindustriais ou os trabalhadores que dominavam um ofício exerciam suas atividades. Assim, como ocorria na Idade Média, o ofício era entendido como um trabalho, que se aprendia com a convivência com o pai, um tio ou um profissional mais experiente.

Dentre as oficinas agroindustriais, estão o engenho de cana, o forno de farinha de mandioca, o alambique, assim como o tear e a olaria, que foram iniciativas mais rurais do que urbanas. Essas oficinas foram, na realidade, uma manifestação de processos industriais familiares rudimentares, em pequena escala, na zona rural (SILVA e XAVIER, 2004, p. 204).

A indústria artesanal da tecelagem era praticada, principalmente na zona rural, por mulheres, fiadeiras e tecelãs. O alto preço dos produtos industrializados vindos de fora era estímulo para que produzissem seus próprios tecidos para roupas de cama e vestuário.

O comércio que se desenvolveu inicialmente em Campos Belos era baseado na troca de produtos, poucos habitantes tinham acesso ao dinheiro. O dinheiro começou a circular no início do século XIX, dinamizando o comércio com o aparecimento das tropas e, posteriormente, na segunda metade do século vinte, com o aparecimento dos caminhões. “[...] os comerciantes vinham em comboios com as tropas, trazendo mercadorias da Bahia, que eram vendidas aos fazendeiros e estes as revendiam ao povo” (SILVA e XAVIER, 2004, p. 228).

A pergunta que se faz, de acordo com Pierre Clastres, é a seguinte: o Estado é o destino de toda a sociedade? O Estado é necessário? Clastres ainda continua seu questionamento: “Cada um de nós traz efetivamente em si, interiorizada como a fé do crente, essa certeza de que a sociedade existe para o Estado” (CLASTRES, 2006, p. 3).

Nessa perspectiva de questionamento da necessidade e da existência do Estado, Clastres (2006) faz uma crítica a historiografia positivista evolucionista, que coloca o Estado dentro de um plano de desenvolvimento das sociedades. As que não possuem Estado e vivem numa economia de subsistência, sedentárias ou nômades são consideradas atrasadas. A partir do momento que passam a produzir excedentes, acabam se fixando em um território e, conseqüentemente, ocorre o surgimento do Estado.

Usando as sociedades sem Estado como objeto dos seus estudos, Clastres (2006) faz questionamentos relevantes como: A função da economia

não seria a subsistência? E os povos que não tinham Estado, que eram chamados de selvagens, sociedades arcaicas, eram incapazes de produzirem mais do que necessitavam? No Brasil e especialmente em Goiás esse afastamento gerou a ideia de que longe do Estado não haveria progresso, enfatizando que estavam distantes de novas tecnologias.

Por trás das formulações modernas, o velho evolucionismo permanece, na verdade, intacto. Mais delicado para se dissimular na linguagem antropológica, e não mais na da filosofia, ele aflora, contudo, ao nível das categorias que pretendem ser científicas. Já se percebeu que, quase sempre, as sociedades arcaicas são determinadas de maneira negativa sob o critério da falta: sociedades sem Estado, sociedades sem escrita, sociedades sem história. Mostra-se como sendo da mesma ordem a determinação dessas Sociedades no plano econômico: sociedades de economia de subsistência. Se, com isso, quisermos significar que as sociedades primitivas desconhecem a economia de mercado onde são escoados os excedentes da produção, nada afirmamos de modo estrito, e contentamo-nos em destacar mais uma falta, sempre com referência ao nosso próprio mundo: essas sociedades que não possuem Estado, escrita, história, também não dispõem de mercado. Todavia, pode objetar o bom senso, para que serve um mercado, se não há excedentes? Ora a ideia de economia de subsistência contém em si mesma a afirmação de que, se as sociedades primitivas não produzem excedentes, é porque são incapazes de fazê-lo, inteiramente ocupadas que estariam em produzir o mínimo necessário à sobrevivência, à subsistência. Imagem antiga, sempre eficaz, da miséria dos selvagens. E, a fim de explicar essa incapacidade das sociedades primitivas de sair da estagnação de viver o dia-a-dia, dessa alienação permanente na busca de alimentos, invocam-se o subequipamento técnico, a inferioridade tecnológica (CLASTRES, 2006, p. 3 - 4).

Como afirmamos, em Goiás esse afastamento gerou a convicção de que longe do Estado não haveria progresso, enfatizando que estavam distantes de novas tecnologias, que não podiam produzir além daquilo que necessitavam para sobreviver e que por isso viviam na pobreza. CLASTRES (2006) questiona a função do trabalho e o termo equivocado de “economia de subsistência”, como se os povos da América do Sul gastassem a maior parte do tempo trabalhando para sobreviver, o que era um equívoco, pois trabalhavam poucas horas por dia, apenas o suficiente para sobreviverem, gastando as outras horas no lazer, sendo, portanto, chamados de preguiçosos.

Da mesma forma essas ideias podem ser aplicadas ao homem do campo, o “caipira”²⁰, que era motivo de piadas e zombaria, visto e representado como

²⁰ Ana Flávia da Silva, Evelyn Flávia Brancalhão e Thayse Bardão Alves da Silva, procuram analisar como foi a construção identitária do caipira através de três gêneros do discurso: o

uma pessoa de pouca capacidade intelectual e preguiçoso. Monteiro Lobato, ajudou a construir essa imagem negativa quando tipificou de forma pejorativa o personagem Jeca-Tatu, criando o estereótipo do homem do campo como preguiçoso:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, [...]. Este funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, semi-nomade, inadaptável à civilização, mas que vive nela à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças (LOBATO, 1994, p. 161).

Com as transformações que foram acontecendo no início do século XX, no Brasil, aquele trabalhador que vivia no campo passou a ser criticado e ridicularizado, tornou-se motivo de piadas, como se seu modo de vida fosse algo vergonhoso. Na verdade, a sua forma de viver e de produzir para atender as suas necessidades não estava de acordo com os interesses do capitalismo em expansão no campo nas primeiras décadas do século XX.

Na visão dos primeiros modernistas republicanos, Jeca Tatu, que na primeira metade do século XX representava a condição de vida da maioria do povo brasileiro, era fruto de um passado colonial que precisava ser superado e esquecido (CAROLA, 2004, p. 8).

A economia de subsistência era vista como uma incapacidade. Entretanto, Clastres (2006) questiona o conceito de economia de subsistência como prática negativa:

Por conseguinte, se as sociedades primitivas repousam numa economia de subsistência, não é por lhes faltar uma habilidade técnica. A verdadeira pergunta que se deve formular é a seguinte: a economia dessas sociedades é realmente uma economia de subsistência?

literário, o cinematográfico e as HQs. Para as autoras no gênero literário “O caipira criado por Lobato é visto como o caboclo ignorante, preguiçoso, de personalidade rude [...]” (SILVA, BRANCAHÃO e SILVA, 2014, p. 2,14). No gênero cinematográfico, Amácio Mazzaropi representa a vida a personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, “No filme, Jeca Tatu representa um caipira desajeitado, preguiçoso e debochado” (SILVA, BRANCAHÃO e SILVA, 2014, p. 23). No gênero do discurso das HQs, Maurício de Sousa, criou o Chico Bento personagem infantil que personifica o caipira, não como Monteiro Lobato, que o caracterizou de forma pejorativa e nem como Mazzaropi que explorou o lado cômico, criando um personagem desajeitado, engraçado, preguiçoso e ardiloso, mas um menino caipira simples e simpático, que gosta da natureza, de animais, de causos e lendas. Dos três gêneros citados que caracterizou o caipira, dois estão nas mentes dos brasileiros citadinos, as caracterizações feitas, por meio do personagem Jeca Tatu, por Lobato na literatura: fraco, passivo, preguiçoso e pela releitura do Jeca por Mazzaropi no cinema: com seu jeito desengonçado de andar, vestindo-se de forma ridícula, com roupas de xadrez, com uma calça curta no meio da canela e cós acima do umbigo, falando um português comum na zona rural, considerado como dialeto caipira e uma forma incorreta diante da norma culta do português. Foi com essa imagem construída por Lobato e Mazzaropi é que são vistas as pessoas do interior nas zonas rurais do Brasil.

Precisando o sentido das expressões: se por economia de subsistência não nos contentamos em entender economia sem mercado e sem excedentes – o que seria um simples turismo, o puro registro da diferença – então com efeito se afirma que esse tipo de economia permite à sociedade que ele funda tão somente subsistir; afirma-se que essa sociedade mobiliza permanentemente a totalidade de suas forças produtivas para fornecer a seus membros o mínimo necessário à subsistência CLASTRES, 2006, p. 5, 6).

A integração das sociedades que viviam no interior representou uma mudança no modo de vida das pessoas, um rompimento de uma organização social mais solidária, quando havia liberdade para falar e ser ouvido, com igualdade para superar as dificuldades que surgiam no dia a dia. O trabalho naquelas sociedades era realizado dentro do tempo da natureza, pois também estavam longe do capitalismo, podendo limitar o tempo de trabalho de acordo com suas necessidades, de modo semelhante às tribos indígenas, que praticavam uma economia de subsistência, citadas por Clastres (2006):

Os índios, efetivamente, só dedicavam pouco tempo àquilo a que damos o nome de trabalho. E apesar disso não morriam de fome. As crônicas da época são unânimes em descrever a bela aparência dos adultos, a boa saúde das numerosas crianças, a abundância e variedade dos recursos alimentares. Por conseguinte, a economia de subsistência das tribos indígenas não implicava de forma alguma a angustiada busca, em tempo integral, de alimento. Uma economia de subsistência é, pois, compatível com uma considerável limitação do tempo dedicado às atividades produtivas. Era o que se verificava com as tribos sul americanas de agricultores, como os Tupi-Guarani, cuja ociosidade irritava igualmente os franceses e os portugueses” (CLASTRES, 2006, p. 6).

Na década de 1960, a presença do Estado em algumas regiões de Goiás, que não possuíam líderes políticos de âmbito estadual e nacional, pouco se fez sentir. Neste período, na maior parte do Estado, um percentual alto da população vivia isolada em suas propriedades rurais, tendo pouco contato com as cidades, que eram muito pequenas na época. Praticavam uma economia de subsistência, produzindo quase tudo que necessitavam, exceto alguns artigos como como sal, pelo fato de estar longe do mar, em Goiás não se tem notícia de minas de sal. Produziam tecidos de algodão cru que eram utilizados para fazer roupas de cama e, também, vestuários que eram usados no dia a dia. Não conseguiram de forma artesanal produzir uma linha fina, produzindo roupas com fios muito espessos e pesados, por isso os tecidos não eram muito bons para ocasiões

especiais, daí a necessidade de comprar nos comércios locais tecidos mais finos para confecções de roupas para alguns eventos como festas, casamentos ou até mesmo para ser enterrado. As roupas não seguiam nenhuma moda, não existia confecções, quase toda casa tinha uma costureira.

No passado, era no tear que as tecedeiras fabricavam os tecidos para fazer calças, camisas, redes, cobertores e outras peças de cozinha, cama e mesa para sua família e por encomenda de clientes que eram, na sua maioria, as fiadeiras. Estas utilizando-se de uma roca (roda de fiar) ou de fusos, produziam a linha em sua própria casa. Tudo isso, porque no início do povoado não havia lojas de tecidos nem roupas prontas, e poucas pessoas podiam comprar os tecidos trazidos de Barreiras ou de Anápolis, pelos tropeiros e vendidos pelos mascates ou nas lojas do arraial ou da cidade. Portanto, até as décadas de 40 e 50, as pessoas mais simples ainda vestiam roupas de algodão, fabricadas em casa. Por isso, especialmente as mulheres da zona rural, aprendiam logo cedo a fiar e a costurar, pelo menos à mão, porque naquela época nem todas possuíam máquina de costura. Havia também mais tecelãs na zona rural do que no povoado. Com o tempo, a roca (roda de fiar) foi desaparecendo, assim como o tear (SILVA e XAVIER, 2004, p. 205).

A vida interiorana era muito simples, desprovida de qualquer luxo, os móveis das casas eram feitos pelas próprias pessoas, quando se podia pagar contratava-se artesãos para fazê-los. Silva e Xavier (2004, p. 213) os classificam como: “artesãos em fibras naturais, em madeira, em barro e látex”, respectivamente. As casas eram feitas de madeiras (tábua ou pau a pique), taipa de mão ou de adobe, a cobertura poderia ser de capim, folha de babaçu ou telha de barro. As folhas do babaçu foram usadas por muito tempo para se construir casas, sendo um material de grande utilidade para àquelas comunidades pois:

As folhas dessas palmeiras foram muito usadas no passado para cobertura de casas e enchimento de paredes. Mesmo no povoado de Campos Belos, até a década de 50, ainda se podia ver casas de palha. Com o tempo, esse material foi sendo substituído por telhas, adobes e tijolos (SILVA e XAVIER, 2004, p. 195).

A circulação de dinheiro praticamente inexistia. O comércio era feito à base de troca. Era comum usarem o termo a “troco” de alguma coisa que o fazendeiro tinha para oferecer em troca do produto vindo da cidade. “[...] Os comerciantes ambulantes faziam o comércio pelo interior do município e dos municípios vizinhos, vendendo as mercadorias também à troco [...]” (SILVA e XAVIER, 2004, p. 228).

Portanto, torna-se incorreto utilizar termos como regressão cultural, atraso, para as sociedades que viviam “isoladas” em Goiás, com uma economia de subsistência. O mais correto seria utilizar o termo usado por Sahlins (1974) “produção de aprovisionamento”, para se referir a economia tribal como modo de produção familiar. Para esclarecer, ainda, que as tribos além de produzir para atender suas necessidades, produziam também com o propósito de realizar trocas para conseguir aquilo que necessitavam e que não produziam.

Apresso-me a acrescentar que os grupos domésticos não são autossuficientes, embora geralmente produziam a maior parte do que consomem. A produção doméstica não é descrita exatamente como “produção para uso”; isto é, para consumo direto. As famílias também podem produzir para troca, assim conseguindo indiretamente o que precisam. Ainda assim é “o que eles precisam” que governa a produção, e não o lucro que possam ter. O interesse na troca permanece como um interesse de consumo, e não como um interesse capitalista. Talvez a melhor definição seja **produção de aprovisionamento** (SAHLINS, 1974, p. 118).

Para se utilizar o termo regressão cultural, fez-se uma comparação com a sociedade mineradora de comércio do século XVIII, que utilizava mão de obra escrava e proibia uma economia de subsistência, visto que toda força de trabalho deveria ser voltada à extração de ouro. Os outros gêneros que necessitavam para se sustentarem deveria ser importado de outras regiões, assim como é narrado por Palacín e Moraes (2008), quando encontraram ouro no Brasil no século XVII:

Por isso, no Brasil organizou-se logo uma hierarquia da produção: os territórios de minas deviam dedicar-se exclusivamente – ou quase exclusivamente – à produção de ouro, sem desviar esforços na produção de outros bens, que poderiam ser importados (PALACÍN e MORAES, 2008, p. 34).

Em Goiás, mesmo com proibições, a economia agropecuária coexistiu com a mineração, substituindo-a com o esgotamento dos veios auríferos de aluvião. Para analisar as sociedades que se desenvolveram em Goiás nos séculos XVIII, XIX e XX, Chaveiro e Borges (2015), usam o termo Fazenda-roça, definindo-o da seguinte forma:

A Fazenda-roça goiana consiste então, na organização espacial, que particulariza a estrutura socioeconômica e cultural de Goiás entre meados do século XVIII e meados do XX. Esta periodização se deve às conjunturas políticas e socioeconômicas que interligavam Goiás e o

Brasil da época. Na segunda metade do século XVIII, a crise da mineração abre condições para a espacialização da produção agropecuária, que passa a comandar a organização espacial de Goiás; o que se arrasta até os meados do século XX. Quando a modernização do território brasileiro atravessa Goiás e o insere na dinâmica da reestruturação capitalista mundial e promove a propalada modernização do campo (CHAVEIRO e BORGES, 2015, p. 444-445).

Entretanto, economia de subsistência não pode ser considerada como atraso pelo fato de não produzir excedentes voltados para o mercado. Qual é a finalidade do trabalho? Não seria atender as necessidades das pessoas? Se, em Goiás, essa economia atendia tais necessidades da população, não poderia, então, ser considerada atrasada, pois não havia o compromisso de produzir para o mercado.

De acordo com o conceito Edward Tylor, criado no século XIX, “Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica” (SILVA E SILVA, 2009, p. 85). Se observarmos também a crítica sistemática de Franz Boas, no início do século XX, às teorias chamadas evolucionistas influenciadas pela obra de Charles Darwin que defendiam a existência de uma hierarquia entre culturas, e “Boas, por sua vez, foi um dos pioneiros em criticar essa visão, afirmando que toda cultura tem uma história própria, que se desenvolve de forma particular e não pode ser julgada a partir da história de outras culturas” (SILVA e SILVA, 2009, p. 85). Concluímos que não houve regressão cultural pois a sociedade que estava se desenvolvendo, em Goiás nos séculos XVIII, XIX e meados do XX, era de pessoas solidárias e que poderiam construir uma sociedade menos desigual.

Sabe-se que a tendência, das comunidades menores é serem mais solidárias, criando-se vínculos de amizade entre seus membros e vizinhos. Os problemas que afetam a todos, a um membro ou a um vizinho da comunidade são resolvidos de forma coletiva e com a participação de todos. Esse ato de solidariedade da comunidade fundamentado na honestidade, fidelidade, que são valores que foram transmitidos pelo cristianismo e assimilados também dos povos nativos que já estavam no território goiano, era a forma que a “*política*” aparecia no seu meio.

1.3 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GOVERNO DE MAURO BORGES (DIRETRIZES PARA 1961-1965)

O Projeto Combinado Agro-Urbano de Arraias foi desenvolvido no mandato de Mauro Borges Teixeira eleito governador de Goiás pela coligação integrada pelos partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Trabalhista Nacional (PTN), nas eleições de 03 de outubro de 1960, empossado em 31 de janeiro de 1961 para um mandato de 5 anos, que terminaria em 31 de janeiro de 1966.

Mauro Borges em seu governo, que foi de 1961–1964, procurou administrar centrado no Plano de Desenvolvimento Econômico, que também é conhecido como Plano MB, aprovado pela LEI N° 3.040, de 7 de novembro de 1960, que fora elaborado no período, do seu antecessor, o Governador José Feliciano Ferreira (PSD), eleito para um “mandato-tampão” de 1959 a 1960. Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e traçar as metas para se obter o desenvolvimento econômico, foram realizados estudos sobre a estrutura econômica e as perspectivas econômicas de Goiás. O Plano seria seguido pelo governo, nos próximos 5 anos, para se obter o sucesso econômico. Acreditava-se que a forma de resolver os problemas existentes em várias áreas do estado de Goiás seria através de um planejamento estratégico elaborado cientificamente. O que se percebe é que o governo goiano pretendia modernizar a economia goiana por meio de um planejamento científico que possibilitasse o uso de novas tecnologias na produção agrária para atingir alta produtividade, mas para isso seria preciso romper com a forma tradicional de subsistência que ainda persistia em Goiás. Por outro lado, na seção de anexos do Plano MB (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961), no “Parecer do [...] Deputado Estadual, Celestino Filho, relator do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, nas Comissões Reunidas da Egrégia Assembleia Legislativa”, afirma que:

O Plano MB não apresenta nada de novo no campo científico da pública administração. Ao contrário, o seu grande mérito, como o do

Plano SALTE²¹, o do PAG²², do Dr. Carvalho Pinto, verifica-se pelo aproveitamento de velhas lições de economistas, sintetizadas no esquema de trabalho de Fayol: Prever, Organizar, Planejar, Executar. O Plano, segundo a justificação, calcou-se em um estudo sobre a estrutura da economia goiana e suas perspectivas de desenvolvimento, levado a efeito pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Naturalmente, não será um trabalho perfeito, pois os meios e as informações de que dispõe o Estado são precários, mas deve aproximar-se da realidade. Esse levantamento de recursos e necessidades é imprescindível para maior precisão do planejamento. Elaborado cientificamente, ao rigor das leis econômicas, o manejo do plano e o seu êxito vão depender do acerto da previsão de rendas públicas e da atração de financiamentos para o desenvolvimento de nossa infraestrutura econômica (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p. 118).

O propósito era que a partir do momento que se conhecesse o problema tornava-se viável a resolução dos problemas relacionados a modernização econômica e social com medidas políticas do governo estadual. Na agricultura o cumprimento dos objetivos se daria com a implantação de cooperativas.

Em sua tese de doutorado Esteves (2011) explica que os planejamentos dos governos estaduais e especificamente de Goiás na década de 1960, foram exigências do capital internacional, principalmente da Aliança para o Progresso, para se conseguir empréstimos:

A ideia do planejamento, que não era nenhuma novidade para o Brasil, surgia no construto da Aliança como condição essencial para o sucesso do desenvolvimento do país em todas as áreas de atuação dos governos devidamente orientados por uma coerente política econômica e social afeita à superação de barreiras que impediam o pleno emprego do capital privado, constituindo-se em base 'racional' que determinaria, entre outros aspectos, a obtenção de ajuda externa. Esta era entendida como concessão de empréstimos junto a organismos financeiros interamericanos, atração de capital multinacional com vistas a promoção do desenvolvimento econômico local, assistência técnica e treinamento de pessoal por meio de agências transcontinentais. A novidade residia na defesa veemente do

²¹ O Plano Salte foi o "primeiro ensaio de planejamento econômico realizado no Brasil, desenvolvido em 1948 durante o governo do general Gaspar Dutra. Representava a soma de sugestões dos vários ministérios, sendo coordenado em termos administrativos e contábeis pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Priorizava quatro áreas: saúde, alimentação, transporte e energia (cujas iniciais formavam a palavra Salte). Os recursos para a sua execução seriam provenientes das receitas federais e de recursos externos. Foi cumprido apenas parcialmente e, em 1952, estava quase abandonado" (SANDRONI, 1999, p. 471).

²² "O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) – PAGE, como era conhecido – teve por objetivo a criação de uma tecnocracia democrática para racionalizar o serviço público e promover o desenvolvimento do Estado de São Paulo, cujos investimentos foram estruturados em três setores: 1- melhoria das condições do Homem, que incluía as áreas de educação, cultura e pesquisa; justiça e segurança; saúde pública e assistência social, e sistemas de água e esgoto; 2- infraestrutura, abrangendo energia; ferrovias; rodovias; pontes municipais; aeroportos, portos e navegação; e 3- expansão agrícola" (CAMARGO, 2016, p. 165).

planejamento pelo governo americano sob a presidência de Kennedy, ainda que sob forte crítica de setores empresariais contrários à atuação do Estado na esfera econômica (ESTEVES, 2011, p. 87).

Para cumprir os objetivos traçados para o desenvolvimento econômico de Goiás, o Plano de Desenvolvimento Econômico previa investimentos totais de 33 bilhões e 21 milhões de cruzeiros. O Plano deixava claro que: “A principal fonte de recursos será a arrecadação estadual. [...] Outra fonte de recursos serão os acordos de fundos federais” (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p. 15).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás esses 33 bilhões e 21 milhões seriam investidos no período de 1961/1965, e distribuídos de forma percentual nas seguintes áreas: Energia Elétrica, Transportes e Comunicações, Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social, Aperfeiçoamento e Atualização das Atividades do Estado, Levantamento de Recursos Naturais, Fundo de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária. Especialmente para a agricultura e pecuária seriam destinados 15,4%, para a educação e cultura 12,4%. Dos 15,4% para a agricultura e pecuária seriam destinados 18,92% na colonização (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961).

Nas pesquisas realizadas, no campo, para se elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico, constataram a existência de uma agricultura de subsistência, com base no esforço muscular humano, uma agricultura extensiva que esgotava as terras férteis, que depois seriam transformadas em pastagens por um a três anos. Os camponeses, sem conhecimento das técnicas de uso e manejo da terra, abandonavam-nas, partindo em busca de novas terras férteis. Logo, por meio dos estudos realizados no Plano de Desenvolvimento Econômico concluíram que:

A população agrícola de Goiás é mal assistida, técnica e economicamente, não estando preparada para fazer uso adequado da terra. Falta-lhe conhecimento de técnicas agrícolas modernas, as possibilidades de progresso técnico e material são limitadas e o seu nível de renda é baixo e instável. Um dos mais graves problemas do desenvolvimento econômico de Goiás é o que representa a elevada percentagem da população ocupada em atividade agrícola com reduzidos capitais, escasso nível técnico e baixa produtividade (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p. 36).

O Plano previa o desenvolvimento da economia agrícola através de investimentos em pesquisas agrícolas, implantação do ensino agrícola, instituição do crédito agrícola e utilização do cooperativismo para que o pequeno produtor pudesse resistir ao grande capital e se defender do “marxismo revolucionário”. Importante ressaltar que a implantação do projeto do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás foi realizada no período da Guerra Fria, conflito ideológico entre os Estados Unidos da América (USA) e União Soviética (URSS) em que ocorreram embates diplomáticos, não acontecendo conflitos militares diretos. Depois da Revolução Cubana (1959) os estadunidenses sentiram a possibilidade de ocorrer revoluções em outros países da América. “Cuba dava grande importância ao que se passava no Brasil. Na verdade, dava grande atenção ao que se passava na América inteira, buscando integrar e integrar-se no processo revolucionário continental” (LIGA, 1969 apud SILVA, 2016, p. 123). Cuba seria, portanto, um portal de entrada do socialismo na América e principalmente no Brasil, maior país da América Latina. Os Estados Unidos, por meio da Aliança para o Progresso, passaram a fazer investimentos para promover o desenvolvimento econômico, nos países latino-americanos e, especialmente, no Brasil para afastar a hipótese de uma revolução comunista.

O Brasil despertava no início da década de 1960 as maiores preocupações dentre os países latino-americanos, segundo diagnósticos elaborados por agências dos Estados Unidos empenhadas na construção de uma vigorosa aliança ‘capitalista’ continental capaz de barrar qualquer possibilidade de avanço do comunismo na América do Sul após o surgimento da ameaça representada pela Revolução Cubana (1959). A Aliança para o Progresso, criada em 1961 pelo governo norte-americano sob a presidência de John F. Kennedy, pretendia, sob a rubrica da promoção do desenvolvimento econômico nos países latino-americanos, criar ‘ilhas de sanidade’ no continente, espaços plenamente desenvolvidos e irradiadores de um sentimento anticomunista capaz de barrar os ventos revolucionários soprados do Caribe. A miséria de grande parte das populações dos países sul-americanos era vista como foco detonador de ações que punham em risco os interesses capitalistas no continente, ao passo que abriam a possibilidade de disseminação de ideias comunistas e de contestação da ordem ‘democrática’. O discurso contido na propaganda da Aliança consubstanciava um apelo ao reformismo das estruturas administrativas dos governos latino-americanos e a necessidade do desenvolvimento das estruturas econômicas em prol da superação do atraso, identificado principalmente a partir de diagnósticos que apontavam a agricultura como o mais vigoroso entrave à liberação das forças do progresso industrial (ESTEVES, 2011, p. 83-84).

Para a implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias, que seria o projeto principal, que serviria de modelo para colonização e reforma agrária em Goiás, foi criada uma Cartilha, baseada nos estatutos dos *Moshavim* de Israel, elaborados na época do mandato britânico e, também, resultados “de uma consolidação das disposições orgânicas de 1933, 1934, 1950 e 1951” [...] (LAKATOS, 1972, p. 196).

1.3.1 – Cooperativismo, Sionismo e Socialismo: uma transposição de modelo das agrovilas israelenses

Mauro Borges foi buscar em Israel um modelo para implementar a reforma agrária em Goiás, pois a experiência anterior, a Colônia Agrícola de Goiás, não teve sucesso. Ele percebeu em Israel a possibilidade de implantar um sistema semelhante no estado, com base na prática bem sucedida naquele país, que fundamentou sua economia no cooperativismo, inclusive a prática da agricultura, com a criação de agrovilas. Estas agrovilas cooperativas - Kibutz, Moshav Ovdim e Moshav Shitufi -, também continham ideias socialistas provindas dos imigrantes da Rússia e da Polônia, que começaram a ocupar a Palestina. De acordo com as obras dos autores: Bulgarelli (1966), Eban (1982), Lakatos (1970) Pinho (1966) e Wakrat (2013) podemos conceber o Estado de Israel como resultado de três ideologias: cooperativismo, socialismo e sionismo. Essas três ideologias serão tratadas durante o desenvolvimento do capítulo I, quando estudaremos o cooperativismo, as agrovilas e a formação do Estado de Israel.

O Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás foi um empreendimento do Governo do estado de Goiás de criar, por meio do IDAGO, cooperativas de primeiro grau e, com a construção da URBS, uma cooperativa de segundo grau, adotando princípios básicos do Cooperativismo que foram descritos na Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges (TEIXEIRA, 1963) e Cartilha para o Combinado Agro-Urbano (IDAGO, 1987), que era o fundamento a ser seguido pelos seus membros.

A palavra Cooperativismo deriva da palavra cooperação que significa ajuda mútua por um objetivo comum, “etimologicamente cooperação (do verbo

latino *cooperari*, de *cum* e *operari* = operar juntamente com alguém). O Cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação” (PINHO, 1966, p. 07).

A doutrina cooperativa surgiu no século XIX como uma alternativa de correção das injustiças sociais causadas pelo liberalismo econômico, e também, como uma forma de se opor aos excessos da intervenção do Estado socialista. Duas personagens tiveram papel importante na fase inicial do desenvolvimento do Cooperativismo no Século XIX, na fase que foi denominada de pré-cooperativas, a saber Robert Owen e Charles Fourier.

As pré-cooperativas seculares estabeleceram “esquemáticamente importantes normas gerais depois retomadas e aperfeiçoadas pelos Pioneiros de Rochdale²³.” (PINHO, 1966, p. 34). De acordo com Pinho (1966, p. 34), o socialismo associacionista e o cooperativismo tiveram a mesma origem na primeira metade do século XIX. É importante assinalar que essas experiências associacionistas serão tomadas como objeto de experiências em Israel, no início do século XX, quando começou a colonização da Palestina, por meio de comunidades agrícolas.

Na América (Estado de Indiana) Robert Owen, em 1828, projetou uma comunidade cooperativista-comunista, como uma tentativa de transformação do ser humano por meio de mudanças no meio social pelo igualitarismo, comunidade de bens e pela “remuneração segundo as necessidades de cada um” (PINHO, 1966, p. 36). O lucro e a concorrência na sua visão seriam os responsáveis pelas injustiças sociais. Mesmo fracassando Owen teve forte influência na formação do cooperativismo. “Dentre 28 Pioneiros seis eram discípulos de Owen. E dois desses discípulos – Howarth e Cooper – tornaram-se a alma da Cooperativa de Rochdale” (PINHO, 1966, p. 36).

Já Charles Fourier não chegou a colocar suas ideias em prática, “sua obra é sobretudo doutrinária e teórica” (HUGON, 1978, p. 182). Os *Kibutzim* de

²³ Rochdale é uma cidade no Noroeste da Inglaterra. De acordo com HOLYOAKE (2008), os Pioneiros de Rochdale foram os criadores da primeira cooperativa.

Israel, que são cooperativas integrais, foram fortemente influenciados pelo Falanstério que foi a realização prática do idealismo fourierista:

Trata-se de uma espécie de hotel cooperativo pertencente a uma associação e que só receberá os membros dessa associação. Reúne livremente, sem nenhuma coerção, cerca de 1.500 pessoas – proprietários, capitalistas, operários, etc. – em ambiente agradável e em condições de permitir a livre expansão das paixões humanas. [...] O Falanstério terá, sobretudo, objetivo agrícola. [...] A vida no Falanstério apresentará o mais profundo aspecto comunitário; as refeições serão tomadas em comum, os trabalhos serão feitos por todos os membros do grupo, a produção será realizada em comum e haverá reuniões de fins culturais (conferências, representações teatrais, etc.) [...] Dessa forma, a vida, sob o mesmo teto, de homens provenientes das mais diversas condições sociais, terá por fim, pela multiplicidade de relações, substituir os sentimentos de ódio e desprezo por sentimentos de simpatia. E do ponto-de-vista econômico, a associação permitirá o máximo de conforto com o mínimo de despesas, pois, os serviços normais de cada família serão substituídos por grandes realizações coletivas, tais como aquecimentos, banhos, alimentação, etc. [...] (PINHO, 1966, p. 36 - 37).

Segundo PINHO (1966, p. 10) as Cooperativas de Primeiro Grau são as formadas por pessoas físicas. As Cooperativas de Segundo Grau são constituídas por Cooperativas de Primeiro Grau, seus membros são pessoas jurídicas. Nas Cooperativas de Terceiro Grau reúnem-se as de Segundo Grau em Federações, Uniões e Centrais. A autora apresenta a seguinte organização das cooperativas de acordo com sua forma de atividade:

- I. Cooperativas de primeiro grau
 1. Cooperativas de produção ou de produtores;
 2. Cooperativas de consumo ou de consumidores;
 3. Cooperativas de crédito;
 4. Cooperativas mista.
- II. Cooperativas de segundo grau
 1. Federações;
 2. Uniões;
 3. Centrais.
- III. Cooperativas de terceiro grau
 1. Confederações. (PINHO, 1966, p. 9-10)

1.3.2 – Cooperativa de consumo dos pioneiros de Rochdale

As fábricas de Rochdale distrito de Lancashire, na Inglaterra, no fim do ano de 1843 estavam num momento de constante desenvolvimento e progresso.

Esse período coincide com um grande desenvolvimento tecnológico na produção, sendo chamado de Segunda Revolução Industrial. A classe operária mal remunerada reivindicou aumento salarial naquele momento de prosperidade econômica, alguns industriais “se manifestaram pessoalmente dispostos a satisfazê-los, desde que os demais fabricantes procedessem da mesma maneira” (HOLYOAKE, 2008, p. 11), contudo houve fabricantes que preferiram não ceder. Diante da recusa patronal os operários decidiram pela greve, mas fracassaram. Neste contexto histórico os socialistas tiveram uma importante influência na capacidade do operário pensar sobre sua situação. Alguns recorreram aos ensinamentos socialistas principalmente às ideias de Robert Owen:

Alguns lembraram-se, então, das ideias de Robert Owen. Os socialistas tinham prestado o grande serviço de ensinar os operários a raciocinar sobre a sua situação. Tiveram o mérito de fazer compreender que tanto os patrões como os operários são escravos da organização comercial e industrial existente, de tal maneira que, se os operários de hoje chegassem a ser patrões amanhã, procederiam da mesma maneira que os industriais, de quem hoje se queixam. Portanto, o que se deve reformar é o conjunto do ambiente social (HOLYOAKE, 2008, p. 15).

Segundo Holyoake (2008), o caminho que tomaram diante do impasse foi de se unirem para encontrarem a melhor solução para a situação em que se encontravam. A forma encontrada para atingir o seu propósito e melhorar a condição de vida dos trabalhadores, foi criar seus próprios meios de ação mediante o auxílio mútuo (self-help). Em assembleia, foram apresentadas propostas de três grupos:

- I. Os Teetotallers, via na abstinência absoluta de bebidas alcoólicas uma alternativa, os salários seriam destinados exclusivamente para as despesas da família.
- II. Os cartistas argumentavam que o único caminho seria a adesão ao movimento político em prol da Carta do Povo. A participação política seria uma forma de resolver os problemas que afligem a sociedade.
- III. Sem abandonar os ideais cartistas e teetotallers, os socialistas propuseram que “os tecelões se unissem, numa ação conjunta, e lançassem mão dos meios que estavam ao seu alcance para melhorar a sua situação (HOLYOAKE, 2008, p. 19).

Depois de realizarem várias reuniões secretas, finalizaram decidindo abrir um armazém cooperativo de consumo. Vinte e oito tecelões estabeleceram as bases da sociedade que passou a existir legalmente, servindo de símbolo para as cooperativas em todo mundo.

Em vez de procurar evitar as responsabilidades, comunistas, teetotallers, cartistas e cooperadores, deram à sua sociedade a constituição legal. A sociedade foi registrada em 24 de Outubro de 1844, sob este título: "Rochdale Society of Equitable Pioneers": Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (Acts. of Parliament, 10th. Geo. IV c. 56 and 4th, William IV, c. 40, apud HOLYOAKE 2008, p. 24).

O Estatuto criado pela Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale serviu de modelo para as cooperativas atuais. Um dos pioneiros, Charles Howarth, que era discípulo do socialista utópico Robert Owen, se destacou na elaboração do Estatuto da Cooperativa de Rochdale:

Dentre os Pioneiros, destacou-se Charles Howarth, discípulo de Owen, cognominado o 'Arquimedes da Cooperação' e a quem foram atribuídas as principais normas sobre o funcionamento da cooperativa de consumo (PINHO, 1966, p. 42).

Os Pioneiros de Rochdale deram início a uma cooperativa e elaboraram um Estatuto com os princípios do funcionamento e estrutura da sociedade cooperativa de consumo, mas coube a Charles Gide a fundamentação do cooperativismo como doutrina econômica e social.

Os estatutos elaborados pelos Pioneiros continham os princípios a respeito do funcionamento e da estrutura da sociedade cooperativa de consumo os quais, completados dez anos depois, passaram a constituir os fundamentos da doutrina sistematizada mais tarde pela Escola de Nîmes, com Gide à frente. Tais princípios referiam-se ao governo da sociedade mediante a eleição, em assembleias gerais, dos representantes dos associados; à livre adesão e demissão dos sócios; à compra e venda a dinheiro; ao pagamento de juros módicos ao capital; ao direito a um voto apenas por associado – "um homem, uma voz"; ao autofinanciamento de obras sociais; à constituição de um fundo especial destinado ao aperfeiçoamento intelectual dos membros da sociedade (PINHO, 1966, p. 41 - 42).

1.3.3 - O Sionismo e a formação do Estado de Israel

A cidade de Jerusalém foi destruída no ano 70 d.C. pelo general romano Tito, a partir dessa data começa a dispersão dos judeus pelo mundo. São usados dois termos para essa dispersão: exílio e diáspora. Para Eban (1982) “Deve-se distinguir entre as duas palavras – Exílio, que significa um banimento compulsório, e Diáspora, significando uma dispersão voluntária”. O autor acrescenta, ainda, que tanto exílio quanto diáspora fazem parte da história do povo judeu.

No governo do Imperador Adriano, em 132 – 135, ocorreu uma revolta dos judeus liderada por Simão Bar Kokhba. A maioria das cidades e aldeias foram abandonadas ou destruídas. A comunidade judaica ficou limitada a poucas pessoas. Com a finalidade de apagar a história judaica naquela região os romanos passaram a denominá-la de Palestina.

Não existe uma nação árabe chamada Palestina [...]. Palestina é o nome que os romanos deram para o Eretz Israel com o intuito de enfurecer os judeus. Por que deveríamos usar o mesmo infeliz nome dado para nos humilhar? Os ingleses escolheram chamar a terra que eles controlavam de ‘Palestina’, e os árabes pegaram este nome como seu suposto nome milenar, apesar de nem sequer conseguirem pronunciá-lo corretamente. Eles transformaram a Palestina em ‘Falastin’, uma entidade ficcional (GOLDA MEIR *apud* KATZ, 2012).

É um termo que se refere, aos filisteus, um povo que viveu em Israel no período que antecedeu a Jesus Cristo. A última referência feita, a esse povo, na Bíblia, é no livro do profeta Zacarias 9:6 (BÍBLIA, 2009). No Novo Testamento não se faz referência a existência dos mesmos, portanto, ele já não existia mais. O povo que habitava aquela região no início da colonização no século XIX, não eram filisteus e sim um número reduzido de árabes, além de judeus que permaneceram na Palestina, mesmo em condições precárias de sobrevivência.

Não existe um país chamado Palestina. ‘Palestina’ é um termo que os sionistas inventaram [...]. Nosso país foi por séculos parte da Síria. ‘Palestina’ é estranha a nós. Foram os sionistas (termo como os árabes se referem aos judeus) que criaram este termo. Líder árabe que discursou na Comissão Britânica, 1937 (KATZ, 2012).

Os judeus se espalham pelo mundo, principalmente pela Europa, mesmo assim algumas comunidades judaicas continuaram sendo abastecidas na Palestina, segundo Eban (1982), por uma corrente de imigrantes devotos. No

século X a Europa fora escolhida como a principal área de concentração de judeus, embora muitos preferiram viver na Mesopotâmia, Síria e Índia.

Com a colonização da Palestina pelos judeus, nos séculos XIX e XX, houve a volta ao trabalho da terra. Durante muitos séculos estiveram afastados da agricultura. Alguns fatores podem explicar esse afastamento secular da agricultura em favor do comércio: “a legislação visigótica havia despojado os judeus de suas propriedades de terras” (EBAN, 1982, p. 144), a exigência do descanso pela Igreja Católica no domingo, o que os obrigava a parar a produção duas vezes por semana, pois o descanso judaico é no sábado, reduzindo os dias de trabalho a cinco, prejudicando a produção e a ameaça de perda da terra em caso de expulsão que eram constantes. Esses fatores obrigaram os judeus a se dedicarem ao comércio e ao empréstimo de dinheiro que coube aos “infiéis” como profissão.

Na Idade Média os judeus passaram a intermediar o comércio entre o mundo muçulmano e o mundo cristão europeu. Muçulmanos e cristãos eram mutuamente hostis e não se aventuravam na tentativa de uma relação comercial. Os judeus transitavam livremente entre os dois mundos pela capacidade que tinham de se comunicar com ambos. O hebraico adaptado aos propósitos práticos tornou-se uma língua internacional. Pelo fato de ter a fé e hábitos sociais comum com base nos livros sagrados, transitavam pelas várias comunidades judaicas africanas e asiáticas. A Lei Judaica do Pentateuco era seguida por todas as comunidades espalhadas pelo mundo, o que facilitava a integração dos judeus. Apesar de estarem espalhados pelo mundo sentiam-se como um único povo.

Os juízes de um tribunal judeu no Cairo sabiam que suas decisões seriam aceitas pelas autoridades judaicas em Aden ou Marselha. Os contratos comerciais sendo redigidos com uma terminologia legal uniforme, as partes contratantes podiam obter plena justiça em qualquer cidade suficientemente grande para sustentar uma comunidade judaica. E não se pode deixar de levar em conta, finalmente, os sentimentos fraternais existentes entre judeus nos vários países. Viajantes-mercadores judeus sentiam-se seguros sob a proteção de líderes comunitários judeus (EBAN, 1982, p. 145).

Segundo descrição de Eban (1982), os judeus não foram os únicos a fazer comércio e emprestar dinheiro na Europa, essas atividades eram desenvolvidas

pelas cidades-estados italianas e na Europa Setentrional pela Liga Hanseática. O empréstimo a juros também era desenvolvido por indivíduos e instituições cristãs como mosteiros e algumas igrejas. Portanto, não houve um monopólio do comércio e do empréstimo de dinheiro na Europa por parte dos judeus. O que se pode notar que alguns judeus se tornaram bem-sucedidos nessas áreas da economia.

De acordo com Eban (1982), durante a Idade Média os judeus, na Europa Ocidental, foram separados dos não-judeus, foram viver em bairros segregados como as juderias na Espanha. Na Idade Moderna, em 1516 na República de Veneza, foram segregados com a instituição do “Ghetto Nuovo” ou Fundação Nova, que simbolizou esse isolamento. Os judeus ficaram isolados dentro de bairros e cidades tendo plena autonomia para se manterem como um povo, vivendo de acordo com suas normas, mantendo sua fé judaica, desenvolvendo e fortalecendo a relação da vida em grupo, mesmo vivendo espalhados pela Europa e distantes de sua terra de origem.

Surgiu no gueto uma forma de organização comunitária que foi quase uniforme em todas as cidades da Europa. Os judeus haviam desenvolvido uma tendência autoprotetora para viver em bairros separados (EBAN, 1982, p. 185).

Essa separação do povo judeu se deve principalmente à sua origem que está associada a religião como é notada no Pentateuco, livros atribuídos a Moisés que é tido como o criador da religião e do povo de Israel. Narrou desde a criação do mundo até a morte de Moisés. Esses livros são denominados pelos judeus de Torá (Ensino, Instrução), mas normalmente traduzido como Lei. “Moisés é o primeiro israelita de que temos notícia que escreveu algo, e ele certamente viveu num mundo em que a escrita era bem conhecida” (BRUCE, 2012, p. 24). O Pentateuco passou a ser o ponto de referência e orientação para vida dos judeus, ele não só os instruíu, os unia, não dentro da vontade de uma pessoa, mas dentro da vontade de um Deus.

O que se pode notar que a partir da Torá os judeus passam a ter uma preocupação em escrever e estudar. O estudo da Torá se tornou uma obrigação a todos os judeus. Nem as mulheres ficaram livres da instrução. Nos primeiros anos de vida as crianças recebiam o conhecimento da mãe, a partir dos três

anos de idade começava a estudar Lei com o pai. “A educação era basicamente religiosa [...]” (GOWER, 2012, p. 75).

O ensino da Lei por Moisés, ao povo, foi feito usando o método da repetição. Era feita leitura pública e através de músicas escritas. Era comum no Egito cantar as lições. O ensino inicialmente do povo judeu sofre a influência da educação egípcia. Podemos notar essa prática também no Livro de Salmos que era um Hinário para os judeus, os salmos eram cantados e ao mesmo tempo transmitiam ensinamentos.

A leitura pública da Lei, prática de ensino, instituída por Moisés pode ser notada no Livro de Deuteronômio e outros livros da Bíblia como Neemias 8.1-8 e Lucas 4.16-22 (BÍBLIA, 2009)

E Moisés escreveu esta Lei, e a deu aos sacerdotes, filhos de Levi, que levavam a arca do concerto do Senhor, e a todos os anciãos de Israel. E deu-lhes ordem Moisés, dizendo: Ao fim de cada sete anos, no tempo determinado do ano da remissão, na Festa dos Tabernáculos, quando todo o Israel vier a comparecer perante o Senhor, teu Deus, no lugar que ele escolher, lerás esta Lei diante de todo o Israel aos seus ouvidos. Ajunta o povo, homens, e mulheres, e meninos, e os teus estrangeiros que estão dentro das tuas portas, para que ouçam, e aprendam, e temam ao Senhor, vosso Deus, e tenham cuidado de fazer todas as palavras desta Lei; e que seus filhos que a não souberem ouçam e aprendam a temer ao Senhor, vosso Deus, todos os dias que viverdes sobre a terra, a que ides passando o Jordão, para possuí-la. (Dt 31. 9 -13, BÍBLIA, 2009, p. 264)

Inicialmente como não tinha um sistema educacional organizado, a educação era realizada em casa pelos pais, segundo Gower (2012, p. 76), a educação formal dos judeus surge nos santuários sendo realizada pelos sacerdotes, com isso houve um aumento do número de pessoas que sabiam ler e escrever. Os judeus perceberam que o conhecimento era uma forma de mantê-los como povo mesmo vivendo longe de sua terra no exílio. Era necessário conhecer profundamente a Lei. Além da educação egípcia, os judeus foram influenciados pelos assírios, babilônicos e gregos. Por influência grega os judeus passaram a abrir escolas para ensinar os meninos, como afirma Gower

Os hassidim, ou fariseus, como estavam começando a ser chamados, sob a liderança de Simeão ben Shetah, insistiram em que dali por diante os meninos judeus deviam frequentar a “casa do livro” para obter uma educação judaica. Ela era dirigida por um professor pago pela sinagoga (GOWER, 2012, p. 81).

Em 65 d.C. se torna obrigatória, por ordem do sumo sacerdote Gamala, que todos os meninos em todas as cidades a partir dos seis anos de idade frequentassem a escola. Nota-se que a educação, por isso aqui referenciada, assumiu um papel importante na vida do povo judeu. O estudo dos livros sagrados os manteriam unidos como povo durante séculos.

No período medieval, quando a maioria da população europeia era analfabeta, a educação fazia parte da vida dos judeus. “De fato, a educação intensiva, em todos os níveis, era a característica distintiva e dominante da vida judaica” (EBAN, 1982, p. 186). Contudo, devido as perseguições sofridas durante a Idade Média os judeus tenderam a se afastarem da realidade, adotando práticas místicas para entender seu destino. “Nunca esteve a cena judaica tão cheia de sonhadores, visionários, aventureiros e profetas apocalípticos como durante os anos que se seguiram à expulsão da Espanha” (EBAN, 1982, p. 201).

No Renascimento os judeus, na sua maioria, continuaram com uma educação voltada somente para religião. Contudo alguns judeus se tornaram mediadores culturais entre os muçulmanos e os cristãos. Obras relevantes de autores, como Averróes e Avicena, “continuadores árabes da tradição filosófica grega” (EBAN, 1982, p. 195), foram traduzidas por judeus para o latim.

Dois movimentos se destacaram nas comunidades judaicas o Khassidismo, no século XVIII, “dando ênfase às emoções em oposição ao intelecto”, (EBAN, 1982, p. 206) como reação ao legalismo do judaísmo e a Haskalah (esclarecimento ou iluminismo judaico).

O objetivo do movimento da Haskalah pode ser enunciado de modo simples: a criação de um novo caráter judeu, pronto a ocupar seu lugar na sociedade em geral. Os maskilim (proponente da Haskalah) pretendiam revolucionar as próprias bases da vida, educação e pensamento judaicos. Até então a educação fora geral mas limitada. Todos os judeus russos, e mesmo muitas mulheres, podiam ler as orações e a Bíblia. Nos guetos da Rússia, assim como em qualquer outro lugar no âmbito do judaísmo europeu, o estudo era uma atividade universal (EBAN, 1982, p. 229).

Numa pequena cidade Russa de nome Kopil, no governo de Nicolau I da Rússia, os meninos judeus começavam a estudar desde os quatro anos de idade

até os treze anos. As meninas mesmo não sendo obrigadas a ir para a escola também aprendiam ler. Enquanto toda a população cristã era analfabeta. “Embora a cultura dos judeus russos fosse religiosa, as ciências leigas não eram terreno completamente estranho” (EBAN, 1982, p. 231).

As ideias da Haskalah alemã serviram de modelo para os primeiros maskilim russos, por considerarem a cultura russa menos desenvolvida que a alemã. A Haskalah russa além de estimular os judeus à busca de conhecimento influenciada pela pesquisa científica e acadêmica alemã, contribuiu para o posterior surgimento do movimento Khibat Tzion, amor a Sião, que será responsável inicialmente pela colonização da Palestina e a consequente formação do Estado de Israel.

Surgida como uma reação ao Khassidismo, a Haskalah na Rússia conseguiu originar um novo conceito de renascença nacional. Despertou entre os judeus russos uma aspiração de livre inquirimento e um amor ao conhecimento. Entre os judeus religiosos ajudou a converter objetos de simples tradicionalismo em objetos de pensamento; elevou homens da esfera da crença cega e incondicional para a esfera da dúvida, para a uma busca da verdadeira compreensão. E embora sua ênfase principal recaísse sobre um esclarecimento geral e um vago liberalismo, iniciou uma tendência para um revivescimento especificamente do hebraico que teria tremendas repercussões na história judaica posterior. Preparou o caminho não só para a moderna literatura hebraica, mas também para esse moderno triunfo do espírito hebreu, Khibat Tzion, o amor de Sião (EBAN, 1982, p. 234 - 235).

A literatura moderna hebraica da Haskalah, além de tornar o hebraico a língua de comunicação, que deixou de ser apenas língua dos livros sagrados, passando a ser usada como língua nas relações cotidianas de Israel, também foi responsável pela formação da identidade do novo hebreu (israelense). A Haskalah, portanto, contribuiu para o renascimento do hebraico língua oral e também para o renascimento do sionismo. Até o momento em que começaram a ocorrerem as perseguições na Rússia pelo rei Nicolau I, em meados do século XVIII, por meio de leis antijudaicas e o início dos pogroms²⁴, os judeus tinham a expectativa de conseguir a emancipação, o direito de ter à cidadania nos países que habitavam. Com as perseguições e os pogroms surgiu o movimento sionista. As ideias sionistas encontraram adeptos em várias partes da Europa, com as

²⁴ Pogroms – saques e matança dos judeus pelas massas fanatizadas.

ideias de Moses Hess (1812-75) como base para as teorias sionistas e Theodor Herzl (1860-1891), seu principal líder.

Em 1897, Herzl convocou, o primeiro Congresso Sionista, em Basileia, na Suíça, que tinha como objetivo a criação de um Estado judaico na Palestina. Também foi fundada a Organização Sionista Mundial (WZO). Vale ressaltar que o “[...] projeto sionista era essencialmente um projeto dos judeus do centro-leste europeu, ou seja, foi fundamentalmente um movimento social asquenazita” (WAKRAT, 2013, p. 18).

A formação do Estado de Israel ocorreu através das *Aliot*²⁵, ondas migratórias que se iniciaram no final do século XIX. A ideologia do Estado de Israel foi fortemente influenciada pela segunda *Aliá*, formada por pessoas de diferentes partidos socialistas da Rússia, Polônia e Lituânia. De acordo com Eban (1982, p. 263), 72% da população judaica mundial, em meados do século XIX, viviam na Europa Oriental. Nessa perspectiva, Anath Czeresnia Wkarat destaca a influência da educação sionista dos novos hebreus, provinda do centro-leste europeu, na colonização e formação do Estado de Israel:

Essa educação sionista recebida de pessoas oriundas principalmente dos países do centro-leste do continente baseava-se em princípios ideológicos rígidos do coletivismo, socialismo e trabalhismo. O país só seria reconstruído como lar nacional para os judeus se eles colocassem os interesses coletivos acima de qualquer consideração pessoal (WAKRAT, 2013, p. 18).

Coube a literatura a construção da imagem do novo hebreu, diferente do judeu do exílio. Ao sionismo a motivação para a colonização e criação de um Estado na Palestina e a criação de uma cultura alternativa, socialista e igualitária. Porém, o modelo baseado em estruturas coletivas na agricultura e a ideologia socialista, tiveram forte aplicação no campo até terceira *Aliá*²⁶, da quarta *Aliá* em diante chegou a Palestina pessoas da classe média, que em sua maioria se estabeleceram em cidades, passando a se dedicar à indústria e ao comércio. Com a formação do Estado surgiu uma nova realidade, o aparecimento de um

²⁵ Aliot plural de Aliá.

²⁶ Aliá – significa ascensão (LAKATOS, 1970).

aparelho burocrático com suas especializações e o individualismo. As cidades eram os locais onde viviam a burguesia liberal, individualista e sede do sistema burocrático contrários à ideologia do *Kibutz*.

1.4 - *KIBUTZ, MOSHAV SHITUFI E MOSHAV OVDIM*

O *kibutz* é a mais antiga forma de cooperativa de Israel, tendo sido organizado pela primeira vez em Shoshanna em 1909. Pinho (1966) cita que o *Moshav Ovdim* surgiu em 1921, em Nahalal e o *Moshav Shitufi* em 1937, em Moledet.

1.4.1- *Kibutz*

O *Kibutz* possui personalidade jurídica, registrado como sociedade cooperativa, com estatutos escritos e aprovados no Departamento de Cooperativa do Estado de Israel. Da mesma forma os trabalhadores são registrados e os *Kibutzim*²⁷, filiados à Histadrut (Federação Geral de Trabalhadores de Israel). “Os kibutzim são organizados como empresas econômicas, possuindo um complexo de equipamentos, máquinas, oficinas e construções” (BULGARELLI, 1966, p. 28).

O nome *kibutz* deriva da palavra hebraica *Kvutzá*, que significa grupo. O primeiro deles, chamado Degânia, foi fundado em 1909, na margem sul do Lago Tiberíades. Esse *kibutz* surgiu diante de um impasse, os judeus estavam sendo responsabilizados por causar prejuízos pelo diretor da granja de *Kinneret*, nas margens do *Mar da Galileia*²⁸, quando decidiram por uma greve:

²⁷ *Kibutzim* – plural de *kibutz*.

²⁸ Abreu Neto (2013), assim define o *Mar da Galileia*: “Este lago recebeu a denominação de *mar*, devido às suas consideráveis dimensões, e o nome de *Galileia*, por estar na região da Galileia (norte de Israel). Contudo, outras denominações foram dadas a este lago. Ele também foi chamado de **Lago de Quinerete** (palavra hebraica que significa “harpa”, “alaúde” ou “cítara”, pois seu formato se assemelha a estes instrumentos musicais). Também foi chamado de **Lago de Genesaré** (palavra que significa “Jardim de Hazor”). **Genesaré** é uma pequena e estreita planície próxima à antiga cidade de Cafarnaum, na margem noroeste do lago. Foi ainda chamado de **Lago de Tiberíades**, em homenagem ao imperador romano Tibério César_ (ABREU NETO, 2013, p. 59 - 60).

O encarregado, na época, das atividades de colonização da Organização Sionista, Dr. Ruppin, decidiu que tanto os trabalhadores em greve, como o diretor deveriam abandonar o lugar. Para investigar sobre se os prejuízos se deviam ao trabalho judeu, ou a outras causas, decidiu realizar uma experiência: confiar a direção do trabalho, em uma parte das terras do Keren Kayemet, do outro lado do rio Jordão, a um grupo de trabalhadores que, além de receber um salário mensal, também participariam dos ganhos. Assim fundou-se Degânia, o primeiro Kibutz, em 1909, por um grupo de trabalhadores [...]. O grupo que se estabeleceu em Degânia, não trazia consigo um plano confeccionado e preparado de antemão para uma existência coletiva, tal como encontramos hoje em dia. Entretanto, o sucesso da granja, sob a direção dos trabalhadores, preparou o terreno para empreender o segundo passo: a criação da granja comunal (LAKATOS, 1970, p. 38).

A maioria dos colonos imigrantes eram oriundos da Rússia, Polônia e Romênia, e foram fortemente influenciados pelas ideias socialistas, principalmente as de Fourier, expressas através do Falanstério, uma espécie de hotel cooperativo, onde todos vivem em quartos sob o mesmo teto pertencentes a uma associação, onde tudo é comunitário, as refeições são tomadas em comum, os trabalhos feitos por todos em comum, substituindo o trabalho individual ou por famílias, com o mínimo de despesas. Os membros são compostos de diversas condições sociais. Seria uma colônia praticamente autossuficiente porque tudo passa a ser produzido pelos membros. “O trabalho próprio é um dos fundamentos, tanto da sociedade Kibutziana, como de sua estrutura econômica” (LAKATOS, 1970, p. 216). As críticas as experiências associacionistas, feitas por Marx e Proudhon, denominando-as de Utópicas e os constantes fracassos ocorridos na história, levaram-nas ao descrédito e como irrealizáveis. O *kibutz*, como afirma Bulgarelli (1966), fez uma revalidação dessas ideias, contrariando a doutrina marxista de uma história linear feitas em etapas:

[...] o extraordinário mérito do movimento Kibutziano, que é o de ter revalidado historicamente essas ideias, despertando-as novamente para consciência do homem e da sociedade. E sobre tal aspecto, não é de menor importância assinalar que os socialistas extremados chegaram a acusar o movimento Kibutziano de se perfilhar ao “socialismo utópico”, o que revela bem o sucesso da sua realização, despertando novas esperanças para a ideia de uma comunidade igualitária de vida comum integral, em harmonia quase perfeita, sem ter de passar pelas fases ‘stalinistas-marxistas’ abomináveis, inclusive a conhecida como fase do ‘terror’ (BULGARELLI, 1966, p. 20).

De acordo com Pinho (1966, p. 134), no *kibutz* a produção e o consumo são realizados em comum. Não há casas para as famílias, os casais ficam em

quartos especiais para casados, os solteiros em seus respectivos quartos e as crianças são separadas de seus pais num alojamento chamado de “Casa das Crianças”. As refeições são tomadas em comum em grandes refeitórios que são utilizados para reuniões recreativas ou reuniões de assembleias. As crianças desde o nascimento são “separadas” dos seus pais ficando aos cuidados de pessoas especializadas no trato com crianças, também possuem refeitório separado, o contato com seus pais ocorre só no final do dia após as atividades de trabalho e educativas. Corroborando com essa afirmação, Bulgarelli (1966), descreve como era o cotidiano das crianças kibutzianas:

Criada coletivamente desde o nascimento, a criança, entretanto, não permanece afastada totalmente dos seus pais – pois, vive na mesma comunidade, e passam durante todos os dias, algumas horas juntos, o que ocorre após o término da jornada de trabalho diária dos pais, que coincide com o término dos exercícios escolares dos filhos (BULGARELLI, 1966, p. 38).

No *kibutz* os membros não recebem salário, não há propriedade privada, inicialmente só os sapatos e a escova de dentes eram propriedade individual, com o tempo houve alteração e as pessoas passaram ter seus bens pessoais. “O princípio que rege a comunidade é: De cada um, de acordo com a sua capacidade, e a cada um, de acordo com suas necessidades” (LAKATOS, 1970, p. 41). Isso demonstra a importância da igualdade entre os membros, durante o período em que foram criados e durante a década de 1960, todos através deste princípio são de fato tratados de forma igualitária e solidária, nessa perspectiva BULGARELLI (1966), no seu livro “O Kibutz e as cooperativas integrais”, firma que:

[...] A vida comunitária, baseada na solidariedade e na ajuda mútua, não pode exercitar-se com sucesso, a não ser baseada numa tomada de consciência livre e plena, fracassando sempre aquelas que impliquem em coação aos membros” (BULGARELLI, 1966, p. 85).

Ainda tratando sobre a igualdade, ao se referir ao *Kibutz*, cabe ressaltar que alguns livros pesquisados foram escritos na década de 1960, o mundo daquele período era diferente do mundo pós 1990 que, com a queda da URSS, um foi marco para a historiografia e a grande revolução tecnológica na área da informática, transformaram completamente o mundo. Atualmente vivemos numa

era totalmente diferente daquele período. Israel também passou por mudanças, inclusive nas agrovilas cooperativas.

O kibutziano recebe tudo que necessita para sua subsistência, vestuário, comida, moradia, amplo atendimento médico, educação, lazer e acesso as atividades artísticas e culturais. Por isso, alguns estudiosos afirmam que: “O kibutz, por seu turno, deu maior ênfase ao ideal socialista e, afastando-se das correntes conhecidas, suplantou o marxismo-leninista, aproximando-se de uma forma de comunismo puro, que lembra Platão e Cristo” (BULGARELLI, 1966, p. 86).

O *Kibutz* é uma organização comunitária total de pessoas. A adesão é livre, de acordo com os princípios de Rochdale, isto é, se houver vaga, pois as comunidades são geralmente pequenas. A pessoa não paga nenhuma cota, apenas solicita a adesão dentro dos princípios da solidariedade. Se por acaso tiver bens deverá transferi-los à tesouraria comunal. Quando sair pode levar seus objetos pessoais e receber uma quantia em dinheiro para se sustentar até encontrar uma outra atividade de subsistência. O *kibutziano* pode trabalhar fora do *Kibutz*, mas o salário pertencerá ao *Kibutz*. O candidato a membro do *Kibutz* passará por um período de experiência de um ano, sua permanência deverá ser decidida por votação pela Assembleia Geral, e a aceitação deverá obedecer aos seguintes critérios:

Que passe a residir no Kibutz; tenha bom caráter e seja de bons costumes; já tenha completado 18 anos; não seja membro de outro kibutz, ou se tiver sido não tenha contraído dívidas que não estejam saldadas (BULGARELLI, 1966, p. 31).

Segundo Bulgarelli (1966, p. 49), o tempo necessário para implantação de um *Kibutz* e para que alcance uma razoável produtividade varia de 8 a 10 anos e, para chegar a estabilidade total econômico-financeira, levará em torno de 20 e 30 anos. Portanto, a implantação e o sucesso de um *Kibutz* não podem ser realizado a curto prazo, pois exige um alto investimento e um prazo longo para se estabelecer. O desenvolvimento do Kibutz demandava um fluxo contínuo de capitais proveniente de diversas instâncias, a saber:

1. Da Agência Judaica Nacional;
2. Da ajuda do Governo dos Estados Unidos;

3. Do pagamento de indenizações de guerra pela Alemanha, geral e pessoal;
4. De empréstimos de bancos estrangeiros cujo total, em 1962, foi superior ao déficit do balanço de pagamentos, atingindo um total de mais de meio milhão de dólares (BULGARELLI, 1966, p. 58).

Lakatos (1970, p. 47) destaca a importância da voluntariedade, da liberdade e da ausência de sanções oficiais por parte do Estado dentro da comunidade *Kibutziana*. As decisões concernentes às transgressões das leis e dos regulamentos são tomadas pelos membros com base na opinião pública. Os problemas são resolvidos democraticamente, embora os *Kibutzim* tenham uma importância militar tanto na montagem em pontos estratégicos de ocupação de áreas em conflito com os árabes, quanto na formação do exército enviando membros periodicamente para o serviço militar e “outros em caráter permanente e, inclusive, grande parte dos líderes *kibutzianos* são oficiais superiores, contando-se certo número de Generais” (BULGARELLI, 1966, p. 36). Isso nos leva a refletir sobre a associação que se faz sobre militares e repressão. Pois, mesmo o Kibutz tendo membros militares, não deixou de ser uma sociedade democrática. Corroborando com a ideia de que militarismo não está associado à repressão, Lakatos afirma que:

O princípio da voluntariedade é, ainda, a característica da vida inteira do Kibutz: não se exerce nenhum tipo de pressão, e não se aplicam penalidades a quem infringe as leis ou os costumes. Claro está que, se o comportamento de um membro causa uma situação insustentável à sociedade, a opinião pública pode forçar um membro a abandonar o Kibutz. Porém, a livre deliberação e a voluntariedade não implicam em anarquia. Apesar da ausência de sanções oficiais, imperam a ordem e a autodisciplina. O Kibutz possui um sistema próprio de leis e regulamentos, que incluem tanto as decisões formais como os costumes aceitos, em parte escritos, e em parte tradicionais. A 'opinião pública' constitui o fator regulador da vida social. Como o Kibutz é uma comunidade pequena e consolidada, onde os membros se encontram diariamente, durante o trabalho, o descanso, as refeições, as reuniões, etc., é compreensível que os membros sejam sensíveis em extremo às opiniões da maioria. Nesse caso, uma atitude crítica ou negativa em relação a um membro pode ter maior influência que qualquer sanção (LAKATOS, 1970, p. 47 - 48).

Embora o *kibutz* seja uma comunidade socioeconômica com base no indivíduo, voltada para atender as suas necessidades, “[...] a filosofia do Kibutz se situa numa perspectiva de totalidade, em que o eu se projeta na sociedade,

através de ações conjugadas em constante cooperação” (LAKATOS, 1970, p. 62).

1.4.2- *Moshav Ovdim*

O *Moshav Ovdim* é uma cooperativa simples cujas as características, conforme Bulgarelli (1966, p. 54), são: produção agrícola familiar; compra de artigos de consumo e pessoais individual; compra de equipamentos agrícolas [...] cooperativa; venda da produção cooperativa; habitação familiar.

Lakatos (1970) define o *Moshav Ovdim* como uma pequena aldeia agrícola cooperativa, composta por uma média de 60 a 100 famílias que vivem da produção em granjas individuais, pertencendo na forma jurídica de uma Sociedade Cooperativa. O primeiro *Moshav Ovdim* a se formar foi o de Nahalal em 1921. No período de sua formação só havia duas formas de colonização em Israel, o *Kibutz* e a *Moshavá*. A *Moshavá* eram pequenas colônias agrícolas, que posteriormente deram origem aos grandes *moshavim*²⁹, que só realizava uma única atividade cooperativa, a venda da produção.

[...] o *Moshav Ovdim* é o *moshav* tradicional, em que a produção agrícola (incluindo-se a pecuária e a avicultura) é individual, assim como a vida em família, a educação dos filhos, sendo em forma cooperativa as compras e as vendas dos seus produtos. (BULGARELLI, 1966, p. 34).

O *Moshav Ovdim* é uma comunidade cooperativa agrícola com base na exploração privada familiar da propriedade, embora alguns trabalhos são desenvolvidos de forma coletiva e a compra e venda são realizadas de forma cooperativa, o trabalho próprio é realizado pelos membros da família na granja³⁰

²⁹ *Moshavim* – plural de *moshav*.

³⁰ *Granja* – era a parcela de terra ou gleba que o colono recebia para produção agrícola e granjeiro, o produtor, como podemos notar no relato de Lakatos (1972) sobre a distribuição da terra dentro de um *Moshav Ovidim*: “A terra é arrendada a cada membro do *Moshav* pelo Fundo Nacional Judaico ou pelo Estado, por um período de 49 anos, automaticamente renovável, à taxa anual de 2% do seu valor (o aluguel médio não chega a atingir 1% da renda anual de um granjeiro). O tamanho médio de uma granja varia de 30 a 40 dunames, de acordo com a característica do *Moshav*, a região em que está estabelecido e o tipo de exploração predominante na aldeia” (LAKATOS, 1972, p. 28). 1 dunam equivale a 1.000m², portanto as granjas tinham em média de 3 a 4 hectares, ou seja, de 30.000 a 40.000 mil m². O termo ainda pode significar, segundo Lakatos (1970) uma colônia, como podemos observar: “As primitivas colônias fundadas

que compõe o Moshav. A família quando se torna membro recebe por direito, da Agência Judaica, uma casa com um ou dois quartos, podendo ser expandida posteriormente. Portanto o *Moshav Ovdim* é uma aldeia formada por famílias, que constituem “a unidade principal da sociedade” (LAKATOS, 1970, p. 64). Para corroborar essa exigência, busquemos um fato histórico ocorrido no *Moshav Bet Hananya*:

Quando o Moshav Bet Hananya foi fundado, em 1950, parte de seus membros eram solteiros. Como o Moshav é, por definição, uma aldeia formada por granjas familiares, foi dado um prazo de aproximadamente dois anos para que os membros solteiros se casassem, pois, caso não o fizessem, não poderiam permanecer em Bet Hananya” (LAKATOS, 1972, p. 108).

No *Moshav Ovdim*, são seguidos os seguintes princípios: trabalho próprio, ajuda e responsabilidade mútua e igualdade social. “A comunidade proporciona as condições iniciais para um nível de vida mais ou menos uniforme, e encarrega-se, incondicionalmente, de assegurar o mínimo a cada um” (LAKATOS, 1970, p. 65). Dessa forma, pode se afirmar que o *Moshav Ovdim* é uma combinação da propriedade privada com a propriedade coletiva, visto que:

Cada unidade familiar é uma fazenda privada. O fazendeiro administra-a à sua maneira, conforme sua habilidade, e sob sua própria responsabilidade. Apesar disso, a granja faz parte integral das instituições cooperativas da aldeia, no que se refere ao mercado, abastecimento, transporte, maquinaria agrícola, armazenamento e refrigeração, irrigação, luta contra as pragas, seguro e crédito, serviços de administração e de contabilidade, educação e atividades culturais (LAKATOS, 1970, p. 65).

O Fundo Nacional Judaico ou o Estado arrendou a terra ao *Moshav Ovdim*, por 49 anos, no quinquagésimo ano seria renovada automaticamente. Da mesma forma ela foi dividida em lotes de igual tamanho e distribuída em iguais condições a cada família membro. O tamanho girava em torno de 30 a 40 dunames (1 dunam = 1.000 m²), ou seja, uma área de 3 a 4 hectares. As granjas

obedeciam aos moldes da Moshavá; eram granjas individuais, estabelecidas sobre terra privada [...]” (LAKATOS, 1970, p. 36).

(glebas de terras a serem cultivadas) não podiam ser divididas. Em caso de herança só um filho herdará a propriedade.

Os membros do *Moshav Ovdim* recebiam propriedades de iguais tamanhos, através de arrendamentos, não podendo terceirizar sua exploração, que deve ser própria e privativa, e tinham plena liberdade para decidir o que deviam ou não produzir. Mas, além do trabalho que realizava na sua propriedade, deveria realizar trabalho numa área de produção comunitária em casos de produção pouco rentável, para atender a todos os membros de forma igualitária.

Em todos os Moshavim há determinados ramos cuja produção é realizada em comum, de forma cooperativa, sob a responsabilidade de toda a aldeia, e cuja renda é distribuída entre todos os membros, em proporções iguais. Esta produção cooperativista diz respeito àqueles setores onde a exploração individual é pouco rendosa, difícil ou mesmo impossível, como por exemplo, plantações de árvores frutíferas. Porém, quaisquer que sejam os ramos escolhidos para a produção, individual ou cooperativista, devem estar planejados de tal modo que haja uma distribuição de trabalho mais ou menos regular durante todo o ano (LAKATOS, 1972, p. 24).

Dentro do *Moshav* existiam naquele período duas preocupações básicas, atender primeiramente as necessidades dos seus associados e em segundo lugar a produção para o comércio. Tinham consciência que a garantia da melhoria nas condições de vida dependia também da comercialização de seus produtos. Como podemos notar descrição de Lakatos (1970), quando descreve sobre o *Moshav Ovdim*:

Todos os membros do *Moshav Ovdim* pertencem normalmente a uma sociedade cooperativa registrada legalmente. Essa sociedade é a organização comercial do *Moshav Ovdim*, e constitui, de fato, uma cooperativa com finalidades múltiplas. Suas duas principais funções são: prover todas as necessidades dos colonos – materiais, financeiras e de serviços – e comercializar seus produtos agrícolas (LAKATOS, 1970, p. 66).

1.4.3- *Moshav Shitufi*

O *Moshav Shitufi* é uma outra modalidade de colônia agrícola cooperativa intermediária entre o *Kibutz* e o *Moshav Ovdim*, que se estabeleceu em Israel.

Os meios de produção neste tipo de *Moshav* são propriedades coletivas de toda a comunidade. A terra é trabalhada de forma coletiva como no *kibutz* por todos os membros, diferindo do *Moshav Ovdim*, que divide a terra em parcelas iguais que são trabalhadas privativamente por famílias. A escala de trabalho, o local onde os membros irão trabalhar, são determinados diariamente, por um Coordenador do Trabalho. No *Kibutz* a pessoa trabalha de acordo com uma escala diária de trabalho, também determinada pelo Coordenador de Trabalho, mas não recebe salário, já no *Moshav Shitufi* percebe salário para gastar com despesas particulares como roupas, alimentos e pequenos gastos pessoais. Os gastos coletivos, como saúde, educação, manutenção das habitações, impostos e atividades culturais são realizados pela comunidade. O que cada um recebe é para satisfazer suas necessidades. As pessoas têm plena liberdade para gastarem como quiserem seus salários, podendo realizar suas compras dentro ou fora da comunidade. O valor do salário não está agregado a importância ou volume de trabalho realizado, mas de acordo com o tamanho e necessidade da família, procurando manter entre os membros da comunidade uma igualdade na renda e no nível de vida, como podemos observar na narração de Lakatos (1970):

Como se vê, o *Moshav Shitufi* incorpora elementos importantes da estrutura do *Kibutz* – trabalho coletivo, ajuda mútua, plena responsabilidade da comunidade pelo sustento econômico dos membros. Por outro lado, a vida privada da família constitui aqui uma inovação. Em relação aos salários, estando a renda familiar baseada no tamanho da família e não no valor do trabalho realizado, podemos ver aplicado o princípio “de cada um, de acordo com a sua capacidade, e a cada um, de acordo com suas necessidades”. Nem uma enfermidade, ou uma redução temporária da eficiência no trabalho, afeta o salário a receber; isso demonstra que o *Moshav Shitufi* garante amplamente a segurança de seus membros (LAKATOS, 1970, p. 87).

A admissão de uma família no *Moshav Shitufi*, passa por um período de experiência, findo esse período, estabelece-se, a aprovação de sua permanência por meio de votação, quando deverá pagar uma cota de admissão. E, no caso dela se ingressar num *Moshav Shitufi* muito desenvolvido, a família terá que comprar uma ação do *Moshav*. A família terá direito a uma casa que é propriedade coletiva da comunidade. As refeições serão feitas juntamente com todos os membros da família, nas suas próprias casas, inclusive as crianças, que terão a companhia dos pais depois do trabalho e das aulas. A mobília da

casa, objetos pessoais e os alimentos consumidos são propriedade privada, semelhante ao *Moshav Ovdim*. Agora as atividades desenvolvidas fora das residências são coletivas, semelhantes ao *Kibutz*, diferindo apenas na questão salarial, pois no *Kibutz* não há salário. Para manter uma sociedade igualitária criou-se uma exigência nos estatutos dos *Moshavim Shitufi'im*, qual seja, as famílias deveriam entregar seus bens particulares aos *Moshavim*:

Esse problema de bens particulares surgiu de maneira acentuada, quando diversos membros receberam reparações da República Federal Alemã, por danos infligidos ou apropriação de seus bens, durante a segunda guerra mundial; muitas vezes essas reparações consistiam em somas elevadas, o que poria em perigo a igualdade entre os membros, criando uma diferença no nível de vida. [...] Não se permite efetuar alterações nas habitações, pois estas pertencem a comunidade, possuindo os membros apenas seu usufruto permanente (LAKATOS, 1970, p. 82).

Quanto à educação, dos anos iniciais até o ensino médio, era de reponsabilidade do *Moshav Shitufi*, sendo obrigatória até aos 18 anos. A Assembleia Geral representava a, autoridade máxima dentro do *Moshav Shitufi*, e determinava o futuro educacional dos jovens, se frequentariam ou não cursos superiores. A decisão era tomada de acordo com as capacidades dos jovens e as necessidades do *Moshav Shitufi*.

A economia interna do *Moshav Shitufi* operava com uma moeda própria, por intermédio de vales, que lhes permitiam realizar as compras e pagamentos internos necessários. De acordo com a necessidade, esses vales podiam ser convertidos em notas do Banco do Estado de Israel, pela Tesouraria da comunidade.

Quando a família decidia deixar o *Moshav Shitufi* teria o direito de levar somente seus objetos privados e uma determinada soma em dinheiro estipulada pelo Estatuto³¹, como cota de abandono, que seria uma forma de garantir subsistência temporária:

Quando uma família decide abandonar a comunidade, tem direito a levar consigo tudo o que lhe pertence, mas não tem direito algum sobre parte dos bens comuns do *Moshav Shitufi*, que são intransferíveis. Em todas as comunidades, o membro que sai recebe determinada soma

³¹ “ESTATUTO (in. *Statute*, fr. *Statut*; ai. *Statut*; it. *Statutó*). Conjunto de normas que definem o estado, ou seja, a condição ou o modo de ser de um grupo social” (ABBAGNANO, 2007, p.367).

em dinheiro, chamada “cota de abandono” e que corresponde ao valor de 12 dias de trabalho por cada ano que ele permaneceu na comunidade (LAKATOS, 1970, p. 80 - 81).

1.4.4 - *Tnuva*: “Cooperativa Central para a venda de produtos agrícolas em Israel” e *Hamashbir Hamerkazi*

Lakatos (LAKATOS, 1972) explica-nos que: “A *Tnuva* é uma cooperativa de segundo grau, com capital aberto para todas as cooperativas de primeiro grau que queiram associar-se a ela”. É uma cooperativa, criada em 1927, pertencente a *Histadrut*³², responsável pela venda da produção das cooperativas agrícolas e, também, dos produtos das indústrias alimentícias, entretanto, ela, não é a única pois existem outras como a *Tenne* Ltda, uma cooperativa que comercializa produtos das *Moshavot*³³ e *Moshavim* de classe. Os sócios cotistas da *Tnuva* são pessoas jurídicas.

As vendas nos *Kibutzim* e nos *Moshavim*, após uma livre escolha, são realizadas através de uma cooperativa de segundo grau mediante a assinatura de um contrato que se compromete “a adquirir toda a produção das aldeias cooperativas, que, por sua vez, são obrigadas a entregar a totalidade de seus produtos” (LAKATOS, 1972, p. 17). Por outro lado, deveria receber obrigatoriamente toda produção das aldeias rurais.

*Hamashbir Hamerkazi*³⁴ era uma Cooperativa de segundo grau. Segundo Jewish Virtual Library (2017), a *Hamashbir Hamerkazi* deixou de existir na

³² Histadrut – federação dos trabalhadores de Israel.

³³ Moshavot (plural de Moshavá) – Aldeia agrícola estabelecida na Palestina, em moldes capitalistas.

³⁴ “HAMASHBIR HAMERKAZI, o principal fornecedor atacadista de cooperativas de consumidores e assentamentos trabalhistas em Israel; a primeira agência econômica a ser estabelecida pelo movimento trabalhista em Eretz Israel. Foi fundada (como Hamashbir) em 1916, durante a crise econômica da Primeira Guerra Mundial, para abastecer a população ativa com produtos a preços razoáveis, e foi reorganizada como Hamashbir Hamerkazi em 1930. Além de suas atividades de atacado, desenvolveu o movimento cooperativo dos consumidores em todo o país, abriu grandes lojas nas principais cidades e estabeleceu fábricas, principalmente nas indústrias têxteis e de processamento de alimentos, que foram transferidas para uma empresa separada, a Hamashbir. Hamerkazi Le-Taasia. Hamashbir era afiliado à Histadrut cujo ramo econômico, *Hevrat ha-Ovedim*, tinha o direito de nomear um representante em sua

década de 1990, quando a Histradut vendeu seus ativos para a iniciativa privada. Era a cooperativa dos consumidores, suas vendas eram realizadas por atacado atendendo às cooperativas rurais, *Moshavot*, *Kibutzim* e *Moshavim* e também as cooperativas de consumo das áreas urbanas. As pessoas que viviam nas aldeias rurais não precisavam ir até uma cidade para comprar as mercadorias para suas casas e nem os produtos para produção agropecuária, como os insumos agrícolas. Pois os mesmos eram colocados à disposição dos membros no armazém da cooperativa. As vantagens da compra por atacado eram: mercadorias de melhor qualidade, baixo preço e economia do tempo que seria gasto no deslocamento da aldeia até cidade podendo ser dedicado à produção. Assim Lakatos (1972) descreve enumerando as vantagens da compra por meio da cooperativa *Hamashbir Hamerkazi*:

São inúmeras as vantagens da compra cooperativa: a) proporciona aos membros tudo o que necessitam a baixo preço e de boa qualidade, pois comprando por atacado o Moshav obtém descontos e créditos, vantagens que os pequenos granjeiros dificilmente poderiam conseguir; b) o armazém pode realizar compras quando os preços no mercado estão baixos e manter grandes estoques, o que não é possível para o particular; c) os membros não necessitam realizar frequentes viagens à cidade ou a outros centros de abastecimento; e, d) o Moshav, em seu papel de intermediário, não procura lucro (LAKATOS, 1972, p. 20).

Mauro Borges quando quis implantar um projeto como o Combinado Agro-Urbano de Arraias, vislumbrou a possibilidade de povoar áreas até então tidas como “desertas de pessoas”, “despovoadas”, mas não da forma como era feito deixando as pessoas se apossarem livremente das terras. Nos seus relatos, nos livros biográficos, nota-se que dentro de uma linha desenvolvimentista e progressista, o estado promoveria o desenvolvimento econômico, criando empresas, realizando obras estruturais e controlando o acesso à terra. A estatização e o controle da terra como era feito em Israel chamou-lhe a atenção.

administração geral e intervir em questões de princípio. Sua conferência geral, composta de delegados de aldeias coletivas e cooperativas e de sociedades cooperativas, elegeu um conselho de 71 membros, que nomeou uma administração geral de 21, que, por sua vez, escolheu a gestão ativa de dez homens. Seu faturamento em 1968 foi de IL 376 milhões (US \$ 107 milhões) e forneceu 800 lojas cooperativas na cidade e no país. Nos anos 90, quando a Histadrut vendeu seus ativos, ela passou para mãos privadas. O Hamashbir Hamerkazi Le-Taasia deixou de existir” (JEWISH VIRTUAL LIBRARY, 2017).

Pois observando suas análises sobre os *Moshavim* e *Kibutzim*, notamos que se a terra pertencer ao estado a pessoa que a tiver por arrendamento não podia vendê-la e nem terceirizar a sua produção. A terra seria para o agricultor e sua família produzirem para atender suas necessidades e também para comerciar. Pois a produção, seguindo os ideais das agrovilas cooperativas de Israel, não era só para a subsistência, mas também para atender o mercado. Observando a experiência exitosa de Israel, Mauro Borges chegou à conclusão que a melhor forma de manter o homem no campo com todo o conforto de uma cidade como: água encanada, energia elétrica, hospital, trabalho perto de casa, lazer, escolas para alfabetização e preparação ao uso das novas tecnologias que surgiram para aumentar a produção. Fez daquela experiência, agrovilas cooperativas, um modelo a ser seguido no estado de Goiás.

Mauro Borges defendia que para o trabalhador rural alcançasse essa prosperidade sonhada, só seria possível se houvesse um aumento da produtividade, que geraria uma alta produtividade, e como consequência a melhoraria de vida. Para atingir essa produtividade, era necessário formar um camponês com um novo perfil, que tivesse condições de assimilar as novas tecnologias, através de treinamentos realizados pela cooperativa.

Quando foi a Israel, o governador se encantou com as agrovilas cooperativas, e viu que poderia se apropriar e adaptar ao sertão goiano. Acreditou que poderia criar pequenas cidades rurais no campo, as Rurópolis, com tudo que as áreas urbanas pudessem oferecer de conforto e bem-estar para as pessoas, mas com uma diferença, estariam organizadas numa cooperativa. Os camponeses receberiam uma casa para morar, com todo o conforto, comprariam e venderiam tudo através da cooperativa, pois a compra e a venda no atacado seria uma forma de garantir bons preços. Os agricultores estariam perto um dos outros, pois algo que preocupava muito o governador era o isolamento das pessoas no campo. Tudo isso seria possível se houvesse uma mudança de comportamento das pessoas, que passariam a valorizar a propriedade das coisas, ou seja, o ter. Como podemos observar, as ideias eram baseadas nos princípios dos socialistas utópicos, que acreditavam ser possível construir um mundo solidário, sem exploração do homem pelo homem, através de ações que serviriam como exemplo. Mauro Borges imaginava, um projeto que

serviria de modelo para ser aplicado em todo Brasil, mas com as adaptações necessárias, de acordo a cultura das pessoas de cada região. Poderíamos dizer que seria uma utopia no sertão de Goiás.

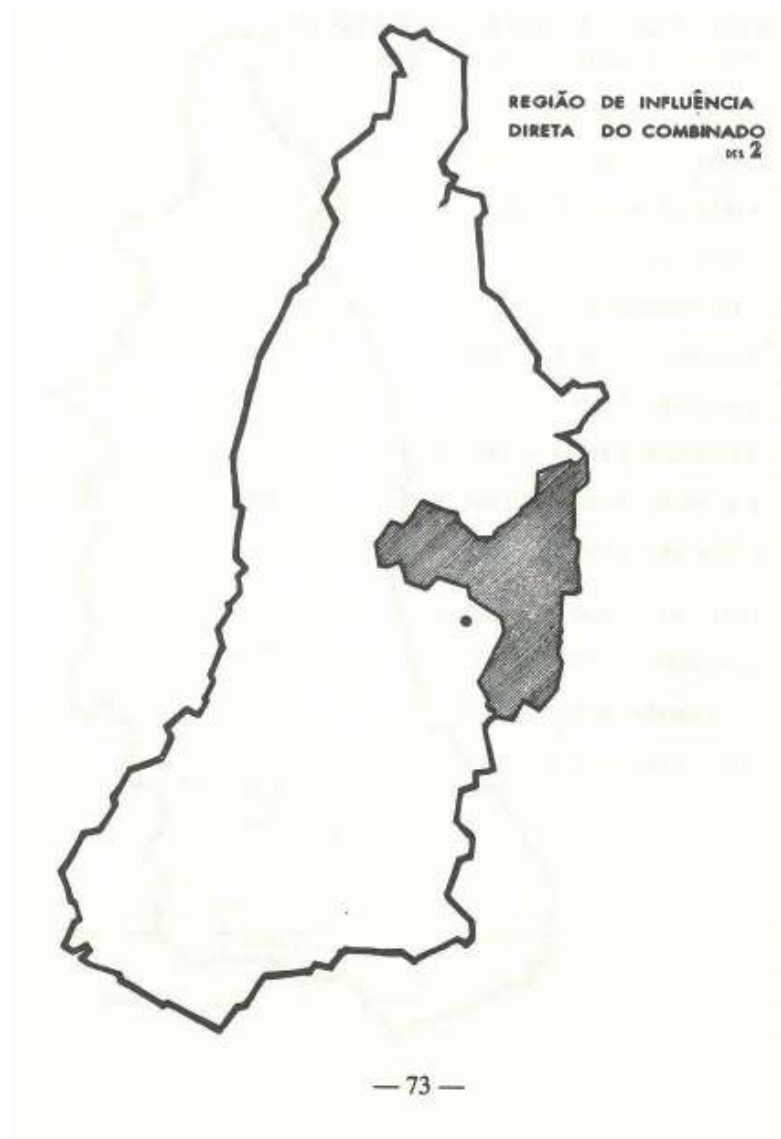
2 – O PROJETO E A IMPLANTAÇÃO DO COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS-GOIÁS

Neste capítulo será mostrado como se deu a idealização e a implantação do Projeto do Combinado Agro-Urbano de Arraias de acordo com as propostas expressas na Cartilha publicada para tal empreendimento, que era uma espécie de estatuto a ser seguido pelo Combinado Agro-Urbano de Arraias e pelos futuros Combinados a serem criados pelo governador Mauro Borges, explicando detalhadamente como seria o funcionamento de um Combinado. Também serão analisados, discutidos e comparados alguns dos itens que constam na Cartilha, evidenciando as diferenças e semelhanças com os *Kibutz*, *Moshav* e *Ovdim*, apresentados no capítulo anterior. Também será apresentada a criação do IDAGO como órgão estatal, responsável pela implantação e administração do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás.

2.1 – O PROJETO DO COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS -GOIÁS

O estado de Goiás contava em 1962 com uma área total de 622.912 km² (IDAGO, 1987, p. 20), um território praticamente desabitado e isolado do restante do Brasil, embora ficasse numa posição estratégica, no centro do país, podendo se comunicar com todos os estados. O Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, como já dito anteriormente, localizava-se onde atualmente é o município do Combinado do Tocantins. Na época da implantação a área pertencia ao município de Arraias. O Estado do Tocantins ainda não havia sido criado. Pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 1988, nascia o Estado do Tocantins.

Depois de sua criação o Município de Arraias passou pertencer ao Estado do Tocantins. O Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, pela LEI Nº 9.189, DE 14 DE MAIO DE 1982, tornou-se Distrito de Arraias e pela LEI Nº 10.402, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1987 foi criado o Município do Combinado e instalado em primeiro de junho de 1989.



Fonte: IDAGO (1987)

A escolha do local se deu por possuir terras próprias para a agricultura e por ter boas fontes de água que poderiam ser utilizadas para irrigação agrícola. Como podemos notar, estas podem ser destacadas, dentre outras, como razões fundamentais que determinaram a escolha do município de Arraias, descritas na Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges: “Finalmente, a possibilidade de se conseguir terras boas, planas, a baixo preço, foi o elemento decisivo para a localização do Combinado em Arraias” (TEIXEIRA, 1963, p. 32).

Utilizando um texto que fora escrito e publicado em 1985, podemos compreender a argumentação de Mauro Borges, quando se refere às terras onde

foi implantado o Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, pois esclarece que as terras eram de cerrado³⁵, mas por serem planas permitiria o uso de máquinas agrícolas em todas as etapas da produção, e também ressalta a quantidade de reservas de água existente em Goiás, porém, não deixando de frisar que o solo era de baixa fertilidade:

Não obstante sua composição química relativamente pobre, com a característica de baixa fertilidade, os cerrados – localizados nos planaltos e nas planícies – são hoje as áreas preferidas por suas excelentes condições de mecanização. Ele é frisável, recebe água como uma esponja e a estoca. No cerrado há abundância de água, mesmo nos períodos de esteio. A sua única deficiência é exatamente a pobreza química do solo (TEIXEIRA, 1985, p. 55).

Esse conhecimento sobre o cerrado que Mauro Borges demonstrou em 1985, provavelmente já o tivesse quando começou a implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, pois certamente obteve informações das pesquisas realizadas no cerrado paulista na década de 1950 pelo IRI (Ibec Research Institute), na Fazenda Cambuy, em Matão. Sobre o cerrado:

O estado de São Paulo também tem cerrado e foi no município de Matão que surgiu a primeira pesquisa no país sobre a fertilidade desse solo, baseada em fertilizantes químicos. A pesquisa foi feita em 1956 pelo famoso IRI (Ibec Research Institute), dos irmãos Nelson e David Rockefeller, na [...] Fazenda Cambuy[...]. Na década de 1970-1980, o cerrado atraiu também o interesse da Universidade da Carolina do Norte, que apoiou mais de vinte teses de mestrado e doutorado da atual Embrapa-Cerrados, que deram as bases científicas de calagem, adubação fosfatada, nitrogenada e potássica, gesso agrícola e micronutrientes (DIAS, 2005, p. 95-96).

³⁵ Sobre o Cerrado Brasileiro, atualmente, é “[...] o segundo maior bioma brasileiro, sendo superado em área apenas pela Amazônia. Ocupa 21% do território nacional e é considerado a “última fronteira agrícola do planeta” (Borlaug (2002) apud KLINK e MACHADO, 2005, p. 148). O termo Cerrado é comumente utilizado para designar o conjunto de ecossistemas (savanas, matas, campos, e matas de galeria) que ocorrem no Brasil (Eiten, (1977); Ribeiro et al., (1981) apud KLINK e MACHADO, 2005, p. 148). A expansão da agricultura e o uso de tecnologias modernas no Cerrado geraram benefícios socioeconômicos inegáveis: aumento da oferta dos produtos agrícolas tanto para uso doméstico como para exportação, ganhos na produtividade da agricultura, diversificação das economias locais e aumento das rendas de municípios, e melhorias sociais em várias localidades (Bonelli, 2001 apud KLINK e MACHADO, 2005, p. 152). Como se pode notar a exploração do Cerrado por meio da agropecuária gerou riquezas, mas as mudanças para que estas riquezas fossem geradas trouxe consequências para os dias atuais. “No passado as políticas públicas negligenciaram as implicações do desenvolvimento na conservação do Cerrado [...] (KLINK e MACHADO, 2005, p. 153).

Provavelmente com as informações obtidas das pesquisas realizadas em São Paulo e também da produção científica do boletim *Bragantia* do IAC (1958), Mauro Borges já podia perceber o futuro potencial do cerrado, pois “o mito de que os cerrados não serviam para a agricultura” (DIAS, 2005, p. 95), estava se desfazendo. Com base em pesquisas, realizadas naquele período, acreditou no sucesso da agricultura no Combinado Agro-Urbano de Arraias utilizando máquinas e fertilizantes para se obter uma alta produtividade.

2.2 – A ESTRUTURA AGRÁRIA DO GOVERNO DE MAURO BORGES

O Combinado Agro-Urbano de Arraias foi um projeto que combinou a vida no campo com a urbana. O campo representa a natureza, da qual o ser humano também faz parte. Através de um processo, alheio ao ser humano, por mais que faça intervenções na natureza para controlá-la alterando-a em alguns aspectos, ela tem suas próprias leis que não podem ser mudadas. A sobrevivência depende da natureza. Existir é uma lei natural. O ser humano pode usar máquinas no campo, plantar grandes áreas em menos tempo, diminuir o tempo de colheita, acelerar o processo de crescimento e engorda dos animais, fatores que são positivos, pois fazem chegar alimentos às mesas das pessoas com maior rapidez, livrando milhares de pessoas da morte por inanição, mas não pode gerar vida. A cidade representa o domínio do homem sobre a natureza através do desenvolvimento da tecnologia. Ela simboliza a modernidade promovendo comodidade, casas confortáveis, com energia elétrica, água encanada, rede de esgoto, hospitais, transporte público, acesso aos saberes socialmente acumulados transmitidos através de escolas, da convivência e contato com um número maior de pessoas. O humano é um ser social, o seu desenvolvimento se deu por viver em sociedade. O campo seria, segundo o IDAGO (1987), responsável pela manutenção da vida e a cidade seria responsável por dar conforto, desenvolver e socializar os conhecimentos.

Nessa perspectiva, Williams (2011) faz uma análise do campo e a cidade, na Inglaterra, que após a Revolução Industrial, sofreram grandes

alterações, sendo implantado no campo um capitalismo agrário que substituiu as formas tradicionais agrícolas de se produzir: “A Revolução Industrial não transformou só a cidade e o campo: ela baseou-se num capitalismo agrário altamente desenvolvido, tendo ocorrido muito cedo o desaparecimento do campesinato tradicional” (WILLIAMS, 2011, p. 12).

Essa combinação, campo e cidade, em Goiás, de acordo com a cartilha Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges, ocorreria em 1962, por meio, de três agrovilas, os Combinados Agro-Urbanos. O que receberia maior atenção inicial era o Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, projeto piloto, denominado CAU-1. Além deste, outros núcleos de colonização semelhantes seriam montados em outras partes do Estado, dois já haviam sido criados o Núcleo Colonial de Tocantinópolis, em 1962, e o Núcleo Colonial “Bernardo Sayão”, em 1962, no Município de Araguacema. Havia uma previsão para a implantação futura de novos núcleos, com estudos já sendo realizados nos municípios de Gurupi, Barro Alto, Goianésia, Caldas Novas e Rio Verde (IDAGO, 1987, p. 37)

O Núcleo Colonial de Tocantinópolis, criado numa área 42.192 ha, nas Fazendas Santana e Estreito, no Município de Tocantinópolis, onde seria a Colônia de Babaçueiros do Norte do Estado, integrante da Frente de Colonização do Norte do Estado, criada pela portaria 14 de 31 de março de 1962, com sede em Tocantinópolis, município que atualmente faz parte do território do estado do Tocantins, no chamado “bico do papagaio”. Neste núcleo foram instaladas 45 famílias (IDAGO, 1987, p. 35-36)

O Núcleo Colonial “Bernardo Sayão” foi criado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que encontrou dificuldades em sua implantação. O governo de Goiás assumiu o projeto, segundo a cartilha Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges (IDAGO, 1987, p. 37), por meio de um Convênio com o Governo Federal, por órgãos federais, descritos como, “competentes”, firmado em Brasília no dia 24 de abril de 1962, que permitiu a participação da Secretaria da Agricultura de Goiás na administração do Núcleo que contaria com a participação financeira, do INIC e dos recursos SPVEA (SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA). Órgão criado pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953). Essa participação acabou não se efetivando. O núcleo localizava-se às margens do Rio Cunhãs, no Município de

Araguacema, numa área de 100.000 hectares de matas, doadas pelo Estado Goiás. Foram selecionadas e instaladas “106 famílias num total de 600 pessoas” (TEIXEIRA, 1963, p. 37).



Fonte: IDAGO (1987)

O Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, objeto desse estudo, que foi implantado no município de Arraias que ainda se localizava no território de Goiás, segundo Mauro Borges (IDAGO, 1987), serviria de modelo para os futuros combinados a serem implantados em Goiás e, até mesmo, um modelo que poderia ser utilizado pelo governo federal.

Em 1962, o governador Mauro Borges, fez uma viagem para Israel, juntamente com seus assessores a convite do governo daquele país, com o objetivo de conhecer os tipos de organizações agrárias que foram implantadas pelos israelenses. Em 20 dias realizaram detalhados estudos, obtiveram explicações e informações não apenas sobre assuntos agrários, mas de toda a história do povo judeu (TEIXEIRA, 2002).

Desta viagem a Israel, afirma o governador, teria nascido a ideia de implantar algo semelhante em Goiás. Inicialmente criaria um protótipo que

serviria de modelo para implantar uma verdadeira reforma agrária no Estado de Goiás.

Com os dados que havia reunido durante a visita a Israel com seus auxiliares, formulou um modelo de agrovila ou Rurópolis, vila semelhante aos *moshavim*³⁶, onde os trabalhadores viveriam, próximos de suas terras. De acordo com essa ideia, surgiu um projeto com uma estrutura mais ampla e complexa que foi denominada de “Combinado Agro-Urbano”, o projeto pioneiro que seria estabelecido na Região de Arraias/Campos Belos, no Nordeste de Goiás. Como já dito, atualmente Arraias situa-se no Estado do Tocantins.

Posteriormente, por meio de um acordo do governo de Goiás com o Estado de Israel, dois agrônomos foram enviados a Israel, “o país das mil e uma cooperativas” (PINHO, 1966, p. 132), onde permaneceram por quatro meses para conhecer o cooperativismo que havia se estabelecido naquele país desde 1909, na zona rural. De volta a Goiás um dos agrônomos foi designado para dirigir o Departamento de Colonização e Recolonização do IDAGO, tornando-se o multiplicador das técnicas apreendidas, no setor de colonização naquele país (IDAGO, 1987, p. 30).

No entendimento do governador, o objetivo da reforma agrária seria levar a prosperidade ao homem rural, que só seria alcançada na medida em que se conseguisse melhorar os índices de produtividade agropastoris.

É utopia ou mistificação pensar que, por simples providências políticas, por decretos como se fossem toques de varinha de condão, o camponês possa sair da miséria num abrir e fechar de olhos. A finalidade da reforma agrária – levar prosperidade ao homem da gleba – só se realizará na medida em que se conseguir melhorar os índices de produtividade agropastoris (TEIXEIRA, 1985, p. 25)

A melhoria desses índices ocorreria com a tecnização agrícola. Em síntese, seria a modernização da agropecuária, a aplicação das técnicas científicas e a industrialização da produção no campo. Contudo, o próprio Mauro Borges, em seu relato, afirma que tinha convicção de que todo esse

³⁶ Moshavim – plural de moshav.

empreendimento envolveria um investimento elevado de capital, como podemos notar na sua descrição sobre a modernização agrícola:

A melhoria desses índices está na razão direta do progresso da tecnização agrícola, que compreende uma série de medidas: revolvimento (mecânico) da terra, adubação, combate à erosão, irrigação se possível, seleção de sementes, defesa sanitária, colheita, armazenagem e ensilagem, comercialização etc., envolvendo somas vultosas de dinheiro (TEIXEIRA, 1985, p. 25).

Uma pequena propriedade isolada jamais teria condições econômicas de realizar os investimentos de capitais necessários à sua tecnização (modernização), o pequeno produtor não produzia para o mercado, sua produção era para sua subsistência, não possuía capital para investir em conhecimentos técnicos na área da agricultura e da pecuária (capital inteligente) e nem para comprar insumos como (fertilizantes, tratores, dentre outros) Além de ter dificuldade para comercializar seu excedente de produção, o tempo desse produtor era todo gasto com a produção, não lhe sobrando tempo para desenvolver a habilidade do comércio. O governador reconhecia também a dificuldade do pequeno produtor conseguir empréstimos bancários, e afirmava que, “somente uma área de tamanho relativamente grande poderia ter condições de suportar as exigências do crédito” (TEIXEIRA, 1963, p. 6).

Mauro Borges questionava o dilema que o pequeno produtor enfrentava, qual seja, a “grande propriedade/garantias econômico-financeiras versus pequena propriedade, com trabalho manual, por falta de condições para inversões necessárias à tecnização” (TEIXEIRA, 2002, p. 191). No entendimento de Mauro Borges, a solução para o pequeno produtor, seria a organização das pequenas propriedades em cooperativas, pois elas poderiam ter a base física necessária às garantias de rentabilidade indispensáveis aos investimentos da tecnização. Após análise do sistema agrícola brasileiro e como se procedeu a reforma agrária feita em Goiás pelo governo federal comparando-a ao sistema cooperativo agrícola de Israel, as agrovilas, obteve a resposta ao seu questionamento, que seria a modernização da agricultura através de pequenas propriedades organizadas em agrovilas cooperativas agrárias.

Para fazer parte dessa cooperativa agrária os agricultores deveriam ser casados. Juntamente com suas famílias, seriam reunidos para viver numa vila

ou pequena cidade que foi denominada de Rurópolis. Cada Rurópolis comportaria 200 famílias, proporcionando uma condensação demográfica, para que tivessem as comodidades básicas essenciais de uma pessoa que vive na zona urbana. No entendimento do governador Mauro Borges a dispersão residencial e o individualismo dificultariam o cooperativismo.

Dessa forma, com base em estudos de agrovilas israelenses, foi criado pelo governador Mauro Borges o Combinado Agro-Urbano, com o objetivo de fazer uma reforma agrária, visando a colonização de áreas praticamente despovoadas e com baixa produtividade. Porém, segundo o governador, o empreendimento não iria seguir os moldes feitos até aquele momento, como o projeto de reforma agrária feito pelo governo federal, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)³⁷, que havia fracassado, mas numa proposta inovadora, em que os proprietários viveriam em vilas rurais com toda a infraestrutura de uma cidade e, ainda, teriam o seu lote de terra. Seria criada, uma cooperativa para auxiliar desde o plantio, à venda da mercadoria, além de fazer as compras necessárias, feitas no atacado, para atender os colonos na produção (insumos) e no consumo doméstico em suas residências. (IDAGO, 1987).

Nessa perspectiva, o Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás foi criado sob a coordenação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás – IDAGO, no ano de 1962. O primeiro Combinado Agro-Urbano estava localizado:

[...] na região nordeste de Goiás, no município de Arraias, ocupando uma área de 6.500 alqueires, em terras cobertas de matas e topografia plana e ondulada, abrangendo a Fazenda Suçuarana e parte da Fazenda Caatinga. Trata-se de zona subdesenvolvida, onde desejou o Governo, por isso mesmo, criar um núcleo de expansão daquelas áreas ainda não incorporadas ao processo produtivo do estado de Goiás. As áreas das duas referidas fazendas foram objeto de desapropriação, tendo o Governo, a propósito, baixado os Decretos 63

³⁷ A CANG foi um projeto de reforma agrária que teve como objetivo povoar áreas do Centro-Oeste que eram de baixa densidade demográfica e despovoadas e, também, servir como ponte para a ocupação da Amazônia. Essa tentativa de reforma agrária durou apenas 14 anos, iniciou-se em 1941 e foi desativada em 1955. Ela surgiu no período da Segunda Guerra Mundial, em um discurso expansionista de Vargas cujo slogan era “a Marcha para o Oeste”. “A Marcha para o Oeste, a busca para o Planalto Central e daí para a Amazônia [...] A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi a primeira de uma série de oito Colônias Agrícolas criadas e geridas pelo governo federal, a partir de 1941. O Decreto Lei que a criou foi assinado por Vargas – naqueles tempos sem Parlamento, segundo o artigo 180 da Constituição da República, outorgada em 19/11/37. [...] por fatores diversos, apenas duas sobreviveram: a de Goiás (CANG) e a de Dourados no estado de Mato Grosso” (LEAL, 2006, p. 22).

e 64 de 27 de junho de 1962, declarando ambas, para aqueles efeitos, de interesse social (TEIXEIRA, 1963, p.31).

A ocupação, inspirada nos *Kibutz* e *Moshav* de Israel, previa lotes urbanos e rurais distribuídos em quatro núcleos, e cada núcleo possuiria uma pequena vila – Rurópolis – dotada de serviços essenciais tais como escola, assistência médica, abastecimento d'água, energia elétrica, dentre outros. Cada Rurópolis abrangia cerca de 200 famílias, com lotes de 1.000m². Também, na concepção original do empreendimento, estava previsto a criação de uma cidade URBS, no centro das quatro Rurópolis, “completando socioeconomicamente os núcleos” (TEIXEIRA, 2006, p. 67).

Para ter visibilidade, a proposta do Combinado Agro-Urbano de Arraias foi propalada numa Cartilha de 1963, intitulada, Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges, que apresentava soluções para o problema da terra, sua posse e seu uso. Segundo Mauro Borges, a Cartilha fora escrita para “esclarecer o que é um Combinado Agro-Urbano” e, “reunir informações, que poderiam melhor auxiliar os colonos” (IDAGO, 1987, p. 42).

Na proposta, caberia ao IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás – a administração da política agrária do Estado. O instrumento da Reforma Agrária em Goiás, seria o Combinado Agro-Urbano, inspirado nos modelos de cooperativas que serviram de base para a transferência de judeus para a Palestina e para organização da economia daquele país. Uma economia fundamentada num cooperativismo com fortes ideias socialistas³⁸. Israel é

³⁸ Podemos notar que a influência socialista ocorreu a partir da segunda Aliá, no início do século XX, quando houve a primeira realização kibutziana – Degania, sendo muito forte de 1918 a 1948, segundo período da história dos kibutzim. A história dos kibutzim foi dividida em três: a primeira de 1910/1918, a segunda de 1918/1948 e a terceira nos anos posteriores a 1948. Como podemos notar na narrativa de Bulgarelli (1966): “Nessa fase, inclusive, houve casos em que a influência do socialismo foi tal que chegou a prejudicar o movimento, ultrapassando até a orientação sionista e a concepção nacional do Estado Judeu, pois muitos hebreus entusiasmados com as ideias da revolução bolchevista de 1917, adotaram a teoria anti-sionista e abandonaram o país, indo para a Rússia a fim de contribuir para a obra revolucionária. Isto demonstra que a tentativa de muitos autores judeus de transformar o Kibutz numa ideia autêntica e original, baseada exclusivamente sobre a ideia sionista e de consolidação de um Estado Nacional Judeu, não é correta, pois são demasiadamente claras e manifestas as influências dos ideais e realizações socialistas no movimento kibutziano. [...] Portanto, tenha-se demonstrado que o movimento kibutziano, apesar de possuir em grau o sentido dos ideais sionistas, tinha plenamente consciente uma orientação ideológica de cunho socialista que hoje perdura e cresce continuamente, a ponto de uma facção desse movimento ter-se inclinado para o socialismo extremado, vale dizer, para o comunismo” (BULGARELLI, 1966, p. 18 - 19).

conhecido, segundo Pinho (1966), como o “país das mil e umas cooperativas”. As primeiras cooperativas foram criadas no período sionista³⁹ antes da formação do Estado de Israel. Para Mauro Borges (TEIXEIRA, 1963) a organização do Combinado se aproximaria da comunidade coletiva *Moshav Shitufi* que incorpora elementos importantes da estrutura do *Kibutz*, ele revolucionaria as estruturas agrárias e promoveria mudanças sociais rápidas em toda a sua zona de influência.

No prefácio da Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges (TEIXEIRA, 1963, p. 5), Mauro Borges já apresentava o Combinado Agro-Urbano, para sociedade e as pessoas que se opunham ao seu projeto, como um empreendimento de sucesso. Procurou apresentar Goiás como um estado que estava à frente de seu tempo. Retomemos suas palavras:

Nesse sentido podemos afirmar, sem falsa modéstia, que Goiás passou à frente do Brasil como um todo e a ele já se adianta por mais de dois anos no encaminhamento de soluções para os mais graves problemas que afligem a massa de nossas populações campesina e urbana (TEIXEIRA, 1963, p. 05).

Na introdução da Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges (TEIXEIRA, 1963), é apresentado o objetivo maior do Combinado Agro-Urbano levar a prosperidade ao homem do campo usando uma nova estrutura. A função do governo seria criar condições para que as pessoas que comporiam o empreendimento atingissem a prosperidade. Na visão de Mauro Borges (TEIXEIRA, 1963, p. 6), essa comunidade seria formada por: “homens pobres, analfabetos e doentes”. Na época, tinha-se a compreensão que apenas as ações políticas, como decretos e leis, não seriam suficientes para se fazer uma reforma agrária de fato.

O governador defendia que para os objetivos do empreendimento fossem atingidos e os níveis de produtividade agropastoris fossem alcançados, o modo tradicional de produzir deveria ser abandonado. A agricultura e a pecuária

³⁹ Sionista relativo a Sionismo: Doutrina e movimento que visava ao estabelecimento na Palestina de um Estado judaico autônomo. “O movimento ‘Hibat-Tsion’ (Amor a Sion), pode ser considerado o precursor do Sionismo. Surgiu na Rússia, em 1881, como decorrência do desencadear de uma série de “pogroms”, e a promulgação de leis anti-semitas. [...] ‘Pogroms’ – saques e matança dos judeus pelas massas fanatizadas” (LAKATOS, 1970, p. 15)

deveriam passar por métodos específicos da industrialização e mecanização. A produtividade só seria alcançada com uso intensivo da tecnologia. Neste ponto destacava que seria necessário um investimento muito alto, e demonstrava uma preocupação com o pequeno produtor que não dispunha de capital e nem condições para fazer empréstimos necessários para realizar os investimentos em insumos e conhecimento para se ter uma alta produtividade. Os pequenos produtores vivendo isolados segundo Mauro Borges jamais teriam condições de sair da condição em que estavam, com uma produção tradicional, tendo apenas a força dos braços e algumas ferramentas para produzir, não tendo acesso aos insumos agrícolas (fertilizantes, tratores, colheitadeiras). Sua produção com baixa produtividade, gerava pouco excedente ou às vezes nenhum. Se não gerava excedente diante das inovações tecnológicas e com as mudanças econômicas que estavam acontecendo nesse período, esse agricultor via seu futuro comprometido. Mauro Borges percebeu que para garantir a sobrevivência do pequeno produtor era necessário a intervenção governamental e reuni-los a outros pequenos proprietários em cooperativas agrícolas seguindo o modelo Israelense. Sua preocupação é demonstrada quando descreve que:

Uma pequena propriedade isolada jamais teria condições econômicas de justificar as inversões de capital necessário à sua tecnização, pois somente uma área de tamanho relativamente grande poderia ter condições de suportar as exigências de crédito (TEIXEIRA, 2002, p. 191).

Como já exposto, sua proposta para a estruturação física do projeto foi a criação de vilas comunitárias cooperativas, baseadas nas comunidades israelenses. As pessoas viveriam em vilas rurais com acesso a tudo que uma cidade pudesse oferecer, conforto, educação, saúde, cultura e lazer. Vale ressaltar que, apesar de todas essas benesses, os trabalhadores receberiam suas propriedades, mas não seriam donos, teriam apenas o direito de usufruto, como nos sistemas cooperativos de Israel já explicado anteriormente, fato que impedia a transformação da terra em mercadoria, tornando-a em objeto de especulação por parte dos camponeses, pois acreditava que: “Se o nosso agricultor comum receber a terra, livre para fazer dela o que quiser e inclusive vendê-la, veremos que boa parte vendê-la-á, após os primeiros reveses” (TEIXEIRA, 1963, p. 07).

Mauro Borges defendia que a terra deveria pertencer ao Estado, que seria dada ao camponês para trabalhar na forma de usufruto, não podendo o mesmo negociar a gleba que lhe fora cedida:

Sou mais favorável a que se dê a terra ao trabalhador que não a possua e que possa trabalhá-la, sem ser proprietário, do que a distribuição pura e simples, porque, como já disse, isso acarretaria uma resistência à formulação do uso da terra por parte da população. Seria criar o germe da antirreforma. Portanto, o fato de ser ou não proprietário não tem tanta importância. O essencial é que o indivíduo possa aproveitar os bens produzidos pela terra. É o fundamental (TEIXEIRA, 1963, p. 9).

De acordo com Mauro Borges o que se fez no Brasil até o ano de 1962, quando foi implantado o Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, era somente dar a terra para o camponês. Ele ficava isolado na sua propriedade, sem os insumos necessários para produzir para atender as suas necessidades e para atender o mercado, conseqüentemente ficaria difícil manter a propriedade nestas condições. Além destes problemas o camponês e sua família devido ao fato de estarem isolados, não tinham acesso à educação, lazer, a uma casa com o conforto que um imóvel da zona urbana poderia lhe dar, e também sem assistência técnica. Por ter uma propriedade pequena tinha dificuldades para receber financiamento e quando o recebia tinha dificuldades para pagá-lo por causa da baixa produtividade. Essa era uma ideia inovadora para época, porque:

Não basta decretar-se a reforma agrária. É preciso realizá-la, social e economicamente, pois o homem do campo não pode criar-se, nem viver, nem educar-se, nem desenvolver-se sozinho e por meios individuais. Além da família – seu primeiro grupo natural – ele não pode prescindir do apoio e da presença do Estado, único capaz de criar-lhe condições para permanecer no campo produzindo e vivendo com segurança. E os Combinados Agro-Urbanos constituem um meio de se chegar a esse estágio, pois eles impõem um novo conceito de trabalho rural e de seu dever social, efetivando o sentimento de solidariedade (TEIXEIRA, 1985, p. 11).

As Organizações Cooperativas Estatais, por si só, seria a grande e única solução para o problema agrário. A estatização ocorreria com a desapropriação dos latifúndios, para fins de reforma agrária com montagem de aldeias cooperativas, que seria a solução para a implantação da tecnologia no campo e uma medida democrática: “Para nós, a cooperativa será a solução da técnica e da democracia” (TEIXEIRA, 1963, p. 9).

Com a Segunda Revolução Industrial as mudanças no mundo foram muito grandes, houve um intenso processo de urbanização nos anos posteriores, a maior parte das pessoas passaram a morar nas cidades, ocorreu um crescimento populacional nunca visto. Mas mesmo com a diminuição da população no campo a produção de alimentos não diminuiu devido à industrialização do campo.

Na década de sessenta do século XX, no Brasil, a indústria atingiu o campo em algumas regiões, mas em Goiás qual seria o caminho a ser seguido? Visto que a produção até então realizada em Goiás, era de subsistência, não atenderia o novo mercado consumidor que estava surgindo com o crescimento demográfico, o campo precisaria se modernizar. O governador Mauro Borges via na Reforma Agrária o elemento essencial para que modernização ocorresse:

A Reforma Agrária se coloca, então, como elemento chave na aceleração do desenvolvimento econômico, social e político. Sem intensificação da agricultura, que implica em mudanças das estruturas agrárias e que implica muitas outras mudanças, dificilmente, teremos outra saída para os problemas do desenvolvimento (IDAGO, 1987, p. 12).

2.2.1 – Justificativas Socioeconômicas para a criação dos Combinados Agro-Urbanos

De forma recorrente e visando credibilidade, o governo de Goiás apresentava os Combinados Agro-Urbanos como um “novo procedimento científico que contrastam com os modelos convencionais de colonização” (IDAGO, 1987, p. 25), que vinham sendo utilizados no Brasil. A intenção, como já apresentada nesse trabalho, era implantar uma cooperativa integral com base nas experiências de Israel, *Kibutz* e *Moshav Shitufi*, que seriam adaptadas à realidade do estado de Goiás. No entanto, Mauro Borges se equivocava quando colocava *Kibutz* e *Moshav Shitufi* como semelhantes e cooperativas integrais. *Moshav Shitufi* apresenta características semelhantes tanto do *Kibutz* quanto do *Moshav Ovdim*. Era um sistema cooperativo intermediário entre ambas cooperativas rurais. Bulgarelli (1966), escrevendo sobre as cooperativas de Israel, especificamente cita somente o *Kibutz* como cooperativa integral:

É inegável que o que chama mais a atenção na instituição *Kibutziana*, existente em Israel, é a sua característica de entidade coletiva integral, a abarcar todos os aspectos da vida dos seus membros. Desde o sistema de produção, distribuição, trabalho, repartição dos proventos, até a educação das crianças e jovens, o Kibutz abrange todas as facetas da vida, de forma integral, esvaziando-a em sua prática, de qualquer sentido individualista ou egoístico (BULGARELLI, 1966, p. 13).

Portanto, podemos perceber o equívoco, quando se coloca o Combinado Agro-Urbano de Arraias como uma cooperativa integral, comparando-o com o *Kibutz* e o *Moshav Shitufi*, sendo que somente o *Kibutz* é uma cooperativa integral. Como podemos notar nas características descritas na Cartilha do Combinado Agro-Urbano de Arraias (IDAGO, 1987) suas semelhanças são mais próximas as do *Moshav Ovdim*.

Com relação ao sistema de colonização e povoamento proposto pelo governo Mauro Borges como forma de se fazer uma reforma agrária para manter o camponês ou rurícola, como o denominava, no meio rural para produzir alimentos para sustentar uma população, que segundo as estatísticas citadas pela Cepal, podem ser questionados em fatos que são demonstrados, por meio da história da agricultura e do próprio Estado de Israel. Segundo Abreu Neto:

A população de Israel vive, em sua esmagadora maioria, em centros urbanos. A proporção é de 91% dos habitantes vivendo em cidades e, por conseguinte, apenas 9% em áreas rurais. [...] Mais de 80% da produção agrícola de Israel é proveniente destes modelos de coletivismo, o que demonstra o quão importante estes sistemas são para a consolidação da economia do país (ABREU NETO, 2013, p. 154-155).

Embora as aldeias cooperativas de Israel respondessem por 80% da produção agrícola, apenas 9% da população vivia no campo. As vilas rurais não conseguiram segurar as pessoas no campo.

Segundo Lakatos (1970) até terceira Aliá, os imigrantes judeus vindos da Europa, deram forma as estruturas básicas da colonização agrícola. A partir da quarta Aliá, vieram grupos organizados da Europa Oriental, com conhecimentos agrícolas, preparados para trabalhar a terra, entretanto, como eram oriundos da classe média, dirigiram para as cidades provocando um grande desenvolvimento urbano e surgimento de novas cidades. O caráter urbano continua na quinta Aliá,

formada por imigrantes judeus alemães e austríacos que fugiam do nazismo, porém não se estabeleceram no campo, como podemos notar nas características dos imigrantes e na consequência de suas escolhas:

Muitos componentes da quinta Aliá tinham consideráveis capitais, e conhecimentos profissionais. A influência dessa onda fez-se sentir principalmente no desenvolvimento das grandes cidades. Surgiu uma série de pequenas e grandes empresas industriais. [...] A vida urbana passou de uma feição oriental para um aspecto europeu ocidental (LAKATOS, 1970, p. 27).

Já na sexta Aliá, de acordo com Lakatos (1970), os imigrantes, a maioria sobreviventes dos campos de concentração nazistas, não foram para as cidades. Para fugir do controle da Grã-Bretanha, que recebeu o controle da Palestina em 1920, integraram-se as colônias agrícolas já existentes.

Pela experiência supracitada de Israel, podemos questionar a ideia de reforma agrária existente como forma de fixação do homem no campo para resolver problemas existentes nas cidades ou para a produção de alimentos. A urbanização é um fenômeno mundial. A tese de que são necessárias pessoas no campo para alimentar a população que está aumentando já foi descartada diante dos avanços tecnológicos que ocorreram no final do século XIX e século XX.

No que diz respeito à produção cerealista, por exemplo, com os rendimentos duplicados, graças aos adubos e à seleção, e com superfícies cultivadas por trabalhador multiplicadas por mais de dez, graças à motomecanização, a produtividade bruta do trabalho agrícola mais que centuplicou. Assim, nos dias de hoje, nos países industrializados, uma população agrícola ativa reduzida a menos de 5% da população ativa total, é suficiente para alimentar, melhor do que nunca, toda a população (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 420-422).

O fenômeno da urbanização se intensificou no século XIX nos países industrializados. No século XX esse fenômeno passou a acontecer no mundo todo, principalmente nos países subdesenvolvidos como o Brasil, onde ocorriam processos de industrialização, e precisavam de mão de obra nas indústrias. A proposta de Mauro Borges procurava seguir o modelo de Israel, que era a estatização da terra. De acordo com Lakatos (1970), em Israel 90,1% das terras

pertencem ao Estado e ao Fundo Nacional Judaico, 9,9% à particulares. “Assim, em Israel não há latifúndios; se não são donos, são possuidores das terras em que trabalham, por toda vida” (LAKATOS, 1970, p. 37).

Em sua proposta, o governador Mauro Borges, deixava claro que seu objetivo não era apenas a produtividade, mas também a promoção de uma “revolução agrícola”, que alterasse a estrutura da propriedade fundiária e os métodos de uso da terra. Dessa feita, o Combinado Agro-Urbano conduziria à uma verdadeira mudança social, oferecendo ao trabalhador rural todo o conforto de uma cidade, que seria uma forma de se evitar o êxodo rural, que, na sua visão, acontecia pelo fato das pessoas viverem isoladas umas das outras no campo e sem conforto.

O alcance e o grande fundamento socioeconômico desta política não é só de transformar os níveis e condições de produtividade, senão o sistema de vida condigna, instituindo novas tramas de relações sociais. Nesta política agressiva de colonização não é bastante modificar a estrutura da propriedade fundiária, e os métodos de uso da terra, dos recursos naturais, mas sim, transformar o homem rural e satisfazer as aspirações das regiões atrasadas, por meio da revolução agrícola, conduzindo à uma verdadeira mudança social (GOVERNO DE GOIÁS, 1961, p. 25-26).

Nesse sentido, a Reforma Agrária não deveria ser um simples parcelamento e distribuição de terras, deveria integrar fatores econômicos, técnicos, sociais, financeiros, agregando as massas camponesas, que até então viviam isoladas no interior. Para a viabilidade do empreendimento, o governador procurava demonstrar uma preocupação com a capacitação para a administração democrática, que deveria ser realizada pelo governo através do IDAGO e transferida às comunidades, que teriam autonomia para uma cogestão democrática e participativa sem as restrições burocráticas dos sistemas representativos: “Combinam-se os propósitos de melhoramento das condições de produtividade e de bem estar social com a participação das comunidades em seu próprio desenvolvimento” (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p.26). Mas, também, deixava claro sua preocupação com o setor privado, que se sentia ameaçado, pois “Os Combinados Agro-Urbanos ao conservarem a unidade Geoeconômica através da adoção de um Modelo de Cooperativa Integral” (GOVERNO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p.26), eliminariam os intermediários

entre os produtores e os consumidores, suas vendas e suas compras seriam realizadas através das cooperativas de compra e venda, o comércio seria feito diretamente no atacado.

Do ponto de vista político, os Combinados apresentavam duas justificativas, a de povoamento e de colonização. Deveria ser desenvolvida uma política de povoamento, pois Goiás ainda permanecia, na década de 1960, com muitas áreas praticamente despovoadas, a densidade demográfica era baixa, criando “medidas de estímulo, regulações, ação promocional do Estado no sentido de apoiar e ampliar o movimento espontâneo de ocupação produtiva de terras nas frentes pioneiras” (TEIXEIRA, 1963, p. 27), por frentes pioneiras entenda-se como áreas despovoadas.

O governo deveria desenvolver uma política de colonização, “promovendo investimentos diretos, e criando aquilo que se conhece por capitalização estrutural [...], (que) dirige e condiciona o processo de desenvolvimento econômico” (TEIXEIRA, 1963, p. 27). A política de colonização deveria ser estabelecida com base no princípio cooperativista do *Moshav Shitufi*, ou seja, ajuda cooperativa, orientada para a exploração agropecuária coletiva e individual, exploração familiar comum das terras com fins de comercialização; vendas e compras em comum; seria permitido e estimulado um comércio interno a base de troca entre os membros de uma mesma comunidade ou entre diversas comunidades agrárias, como meio de promover o aumento da produção e formação do mercado interno local; (O *Moshav Shitufi* tinha uma moeda própria para esse tipo de comércio interno); como nos *Moshavim* ou *Kibutzim* os camponeses do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás viveriam em pequenas cidades, as Rurópolis, próximas às glebas de trabalho.

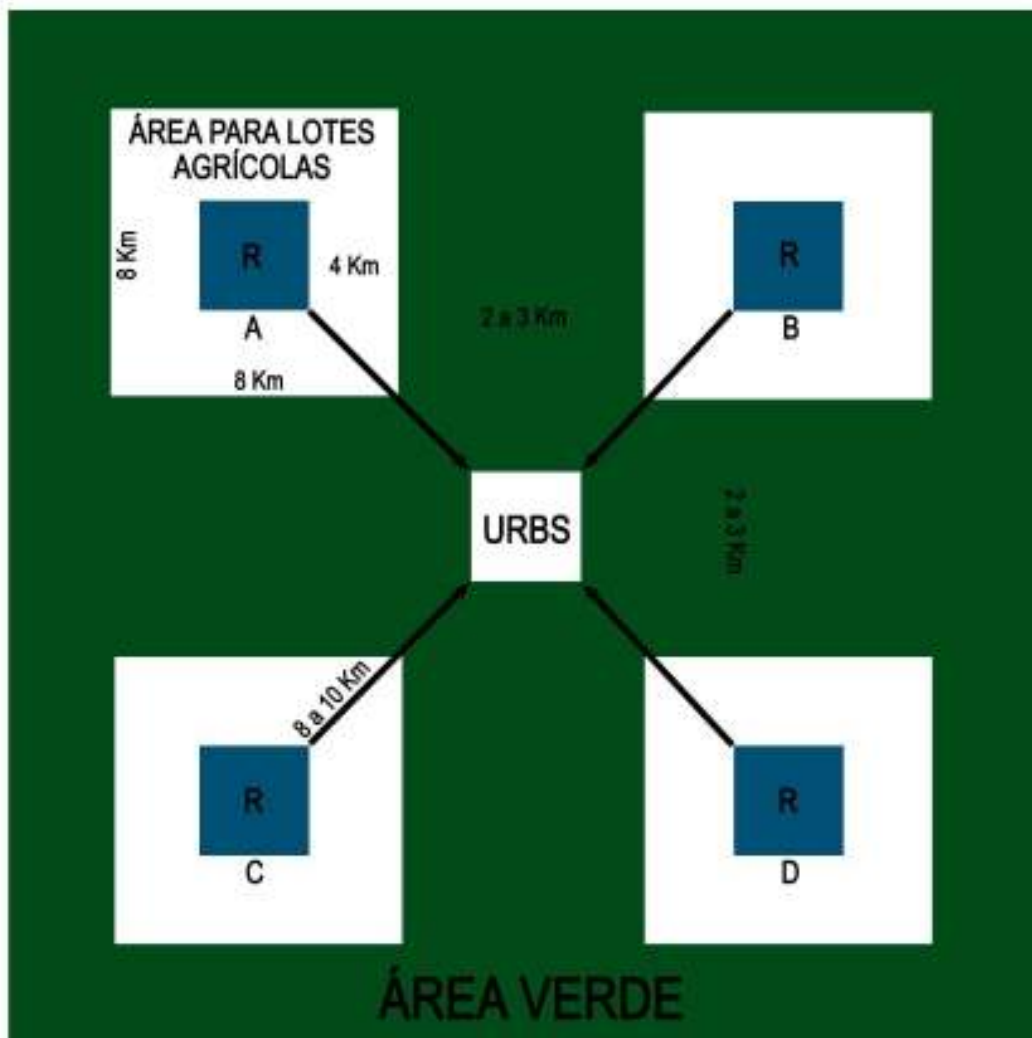
2.2.2 - Organização e funcionamento do Combinado Agro-Urbano

Na organização espacial dos núcleos coloniais, Mauro Borges fez algo semelhante à divisão realizada em Israel na região de Lajish que criou um

“projeto piloto” que serviu de modelo para outros planejamentos regionais. Sobre o projeto arquitetônico dos *Moshavim* Lakatos afirma que:

As variações viriam a depender da natureza física das regiões, e do tipo de colonização já existente nas mesmas. A diretriz do plano é o conceito segundo o qual um grande número de aldeias deveria integrar-se em um sistema regional planejado, baseado numa ordem hierárquica de aldeias, com uma distribuição de funções claramente definidas. [...] A cidade rural estaria provida de serviços mais completos, que somente poderiam ser organizados e mantidos por uma comunidade maior que a servida pelos centros rurais (LAKATOS, 1970, p. 108-111).

O formato do “projeto piloto” de Lajish era em formato de T, já o Combinado foi feito com quatro núcleos coloniais idênticos com o formato de um quadrado: A – B – C – D, com quatro aldeias, que foram denominadas Rurópolis, nos quatro cantos do quadrado e uma cidade no centro das Rurópolis, denominada de URBS (cidade em latim). As casas das Rurópolis seriam padronizadas e construídas em lotes em 1.000 m² de tamanho, que poderiam ser usados para horta, pomar e galinheiro, com a finalidade de atender as necessidades das famílias. Nos Moshav Ovdim, cuja planificação física e arquitetônica das moradias são predominantemente em forma de círculo ou em forma de “T”, levava-se em consideração a distância da moradia até o local de trabalho, quando era criado um novo Moshav. “A terra deve ser subdividida em parcelas familiares, sendo importante que a moradia esteja o mais perto possível da granja” (LAKATOS, 1970, p. 76). Assim como nas cooperativas israelenses, houve uma preocupação com a proximidade do local de trabalho com a moradia nas Rurópolis. A distância seria de no máximo 4 quilômetros, da casa do colono até a sua gleba. “Os lotes mais distantes da Rurópolis situar-se-ão, no máximo a 4 km o que permitirá o seu acesso, em fácil caminhada” (GOVERNO DE GOIÁS, 1961, p.29).



Fonte TEIXEIRA (1985)

Croquis de “esquema de funcionamento do Combinado Agro-Urbano com a localização das Rurópolis ou Agrovilas interligadas à URBS” (TEIXEIRA, 1985, p.78).

As Rurópolis deveriam conter: o prédio da cooperativa mista (consumo e produção, escola primária, posto de saúde, patrulha agrícola mecanizada (cooperação da CAESGO), armazéns e silos (CASEGO). Nota-se que o Combinado Agro-Urbano de Arraias não teria a mesma autonomia que as

Comunidades Cooperativas Rurais de Israel, pela presença de empresas que foram criadas pelo estado e não pelos colonos. O Combinado constituía-se, esquematicamente, de quatro núcleos coloniais idênticos. Aqui também é possível perceber que essa proposta diferia do formato da maioria dos Moshavim e dos *Kibutzim* que eram organizados apenas em uma vila cooperativa rural, com plena autonomia e não em núcleos coloniais idênticos.

Os núcleos coloniais terão a seguinte formação: 1 – áreas A – B – C – D, com aproximadamente 1.300 alqueires geométricos, ou 6.300 hectares. Cada uma destas áreas será dividida em 200 lotes agrícolas de 30 ha, (um lote para cada família) cortados por caminhos vicinais; 2 – áreas <R> – cada núcleo possuirá uma pequena vila (Rurópolis) com: a) 200 casas residenciais para as famílias dos colonos, construídas em terrenos de 1.000 m², dotados portanto, de espaço para horta, pomar, galinheiros, etc. b) prédio da cooperativa mista (produção e consumo); escola primária e um posto de saúde; patrulha agrícola (cooperação da CAESGO); e) armazéns e silos (CASEGO); f) templo religioso; g) centro social e uma pequena praça de esportes; h) instalações de água encanada e de energia elétrica. 3 – áreas A – B – C – D – *situadas entre os conjuntos de lotes rurais; terão superfície de aproximadamente 2.000 ha. E serão destinadas à criação de gado leiteiro, de corte e à suinocultura, em caráter intensivo.* 4 – área urbana (URBS) – O Combinado possuirá uma cidade planejada para permitir uma população inicial de 5.000 habitantes e máxima de 30.000 habitantes, completando socioeconomicamente os núcleos (TEIXEIRA, 1963, p. 28).

Segundo Mauro Borges, o Combinado se aproximaria da organização do *Moshav Shitufi*, e uma das características desse Moshav seria a produção coletiva. Já o Combinado pretendia dividir as áreas de produção agrícola em lotes de 30 ha, para cada família, se assemelhando ao *Moshav Ovdim*, cuja produção era realizada em granjas familiares. A criação de gado bovino e suíno, a ser desenvolvida pela cooperativa do Combinado, deixava implícito se seriam ou não os trabalhadores assalariados que realizariam esse trabalho, apenas afirma que: “a criação de gado bovino e suíno será feita em cada núcleo agrícola por intermédio da cooperativa que fornecerá aos colonos leite, manteiga, queijos e carnes” (TEIXEIRA, 1963, p. 29). Se essa atividade fosse feita por assalariados, isso não se enquadraria nos critérios de nenhum dos três sistemas cooperativistas de Israel, pois o trabalho assalariado era combatido pelas cooperativas israelenses, apenas era permitido em alguns casos, por exemplo, quando o colono era idoso ou doente.

2.3 - O COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS

O Combinado Agro-Urbano de Arraias foi o primeiro dos combinados a serem implantados. Segundo Mauro Borges (TEIXEIRA, 1963, p. 30), “constitui a mais moderna, humana e racional experiência que se faz no País em matéria de desenvolvimento agrário”. Acreditava que o combinado seria um modelo para ser utilizado pelos outros estados da federação:

Poderá esse experimento, pelas suas marcantes características reformistas, ser tomado como modelo para o resto do Brasil, como ponto de partida para o estabelecimento de teses, de doutrina ou de linha de ação, com vistas à reformulação do problema da terra e suas implicações no terreno social e econômico (TEIXEIRA, 1963, p. 30).

Para Mauro Borges a elaboração do projeto de implantação, escolha da área e cálculos dos investimentos que deveriam ser realizados, foram confiados a um Escritório Técnico. O governador não cita qual é o escritório que realizaria o projeto de modernização da agricultura, contudo Favaro (2015), por meio de suas pesquisas no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizou o nome do tal escritório, assim como o registro do processo que comprova o convênio celebrado entre o IDAGO e o ETPAR, como podemos notar a seguir:

Dentre as indicações pretendidas pelo governo Mauro Borges, estava a promoção, da modernização do espaço agrário goiano, pela contratação do escritório privado de Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR). A negociação para prestação de serviço técnico especializado foi tratada pessoalmente entre o secretário da Agricultura do Estado de Goiás Arquimedes Pereira Lima e Paulo de Assis Ribeiro, com o acompanhamento de Mauro Borges. Nesse sentido, a proposta indicou uma intervenção orientada pela tecnização das atividades da agricultura e projeto de colonização em terra devoluta, acompanhada do arcabouço jurídico-administrativo necessário à conversão de tais propostas em políticas públicas a serem operacionalizadas no âmbito estadual, via agência executora, qualificada para tal fim. Para isso, instalou-se o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) em 29/10/1962, estruturado como agência, com a função de promover as transformações técnicas, econômicas, estruturais e institucionais [...] (FAVARO, 2015, p. 282).

O que foi feito em Goiás para modernizar a agricultura e criar uma infraestrutura para o desenvolvimento de econômico do estado durante o

governo de Mauro Borges, se deu por meio da contratação de escritório técnico especializado e pela formação de um corpo burocrático. Esta prática não era nenhuma novidade e nem algo estranho. É importante ressaltar que a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o governo federal já utilizava os serviços destes especialistas. A contratação de escritório técnico especializado em planejamento ou de burocratas especialistas nas várias áreas da economia passaram a fazer parte do corpo administrativo do país. Quando Bresser-Pereira (1968), em sua obra, *Desenvolvimento e Crise no Brasil – 1930 a 1967*, faz análise dos fatos que explicam a ação positiva do Governo federal no período de 1956 – 1961, cita como positivo a formação de um corpo burocrático no Brasil com profissionais com formação, em universidades do exterior e influenciados pela ideia desenvolvimentista da CEPAL, que passaram a ter o controle da economia nacional e a planejar seu desenvolvimento. Esse era um fato que iria acontecer em todos os governos do Brasil.

Finalmente como um terceiro motivo que explica o papel positivo desempenhado pelo Governo no desenvolvimento econômico brasileiro entre 56 e 61, temos que o novo presidente soube rodear-se de uma equipe de técnicos, particularmente de economistas, que viera surgindo no Brasil a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em torno da Fundação Getúlio Vargas, da SUMOC, do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda. Essa equipe de técnicos, muitos deles formados no exterior, e sofrendo muito a influência do pensamento econômico da CEPAL, constitui um fato novo no Brasil. O desenvolvimento da Ciência Econômica com um mínimo de autonomia e autenticidade é acontecimento recente no Brasil. Na segunda metade dos anos cinquenta, esse grupo de economistas, que se vinha constituindo como uma verdadeira classe burocrática, estava em condições de assumir o controle crescente da economia nacional e de planejar seu desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 46-47).

Através dos Decretos 63 e 64 de 27 de junho de 1962, em Goiás, as fazendas Suçuarana e parte da Caatinga foram desapropriadas no Município de Arraias, perfazendo uma área total de 6.500 alqueires goiano, na região Nordeste do estado.

Quando se vai à documentação, principalmente à Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges (1963), é possível perceber que o primeiro critério usado na escolha do local não foi racional, pois partiu de uma suposição quando usa termos como “a primeira foi de ordem psicológica”, baseado num aspecto

emocional, “seria possível”, tais termos não demonstram convicção de que daria certo:

Várias razões determinaram a escolha do Município de Arraias para a localização do Combinado, às margens do Rio Palmas. A primeira foi de ordem psicológica: o aproveitamento de uma região um pouco distante, um pouco remota, numa demonstração de que o empreendimento não é realizável apenas nas orlas das cidades, mas seria possível levá-lo a bom termo numa região longínqua, dentro de todas as dificuldades (TEIXEIRA, 1963, p. 31).

O segundo e o terceiro critério que determinaram a escolha do Município de Arraias foram a possibilidade de se produzir energia através da construção de uma hidrelétrica na região no Rio Mosquito e o baixo preço de terras boas e planas, que também não seriam garantias para que o empreendimento desse certo. Outro fato a ser notado é que o Combinado não tinha princípios bem definidos como as comunidades cooperativas rurais de Israel, principalmente quando o governador se refere a sua estrutura afirma: “Todavia, é possível antecipar que o Combinado não terá a estrutura de um **<Kibutz>** israelense ou de um **<Moshav Ovdim>**. Será, talvez, um **<Moshav Shitufi>**” (TEIXEIRA, 1963, p. 32). Isso demonstra uma indefinição com relação a propriedade e a forma de trabalho. Serão coletivas ou familiares? O *Kibutz* já está completamente descartado, pois é uma cooperativa integral, todas as atividades desenvolvidas são coletivas. Restam os *Moshavim Ovdim* e *Shitufi*, mas na Estrutura Agrária como podemos notar, que era uma espécie de Estatuto do Combinado, não define claramente se é um dos dois, apesar de ser citado como um *Moshav Shitufi*, suas características são do *Moshav Ovdim*.

2.3.1 – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO

O órgão responsável pela execução da política agrária em Goiás era o IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, criado pela lei 4.039 em 06 de julho e instalado a 30 de outubro de 1962 – por meio dele o Governo de Goiás visava implantar uma política de justiça social no campo, combatendo a grilagem e o latifúndio improdutivo. Cabia também ao IDAGO impulsionar o aumento da produção e da produtividade na agropecuária, utilizando-se do

planejamento, estímulos, instrução e treinamentos de pessoas. O IDAGO era uma autarquia vinculada à Secretaria da Agricultura. Mauro Borges (TEIXEIRA, 1963, p. 15) afirma que: “procedeu-se a rigoroso concurso público” para compor o quadro de funcionários e romper com a política clientelista, dando prioridade à competência. Para execução dessa nova política agrária que estava sendo implantada no campo no território goiano, o IDAGO contava com recursos próprios provenientes “do Fundo Agrário Estadual, constituído 3% da renda tributária do Estado, e mais 20% do montante da arrecadação do imposto de transmissão <inter-vivus>” (TEIXEIRA, 1963, p. 13).

A função do IDAGO era muito ampla, não se tratava de um órgão apenas para a execução da política agrária, já que “foi idealizado como Agência principal do Governo do Estado para as tarefas de promoção das transformações técnicas, econômicas, estruturais e institucionais da agropecuária” (TEIXEIRA, 1963, p. 14). Para tal empreendimento, que contaria com a participação da população rural, ou seja, o camponês, e com o conhecimento de profissionais de várias áreas, tais como: agrônomo, engenheiro, economista, geógrafo, jurista, contador, veterinário, sanitarista, sociólogo e pedólogo.

Antes do mais, a existência e atuação do IDAGO pressupõe profunda mudança de orientação política, nos mais altos escalões do Governo, de maneira a assegurar o rompimento definitivo com a rotina, efetivando as transformações econômicas sociais reclamadas (TEIXEIRA, 1963, p. 14).

Dessa forma, o IDAGO, munido de todas essas atribuições, tornou-se o órgão responsável tanto pela implantação como pela administração do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, como veremos a seguir.

2.3.2 – A produção de energia e estradas

Mauro Borges, em sua narrativa, destacava a importância da produção de energia para atender os colonos das Rurópolis, das cidades próximas e na produção agrícola com uso da irrigação e industrialização, como estava sendo feito em Israel. Nas cooperativas israelenses havia indústrias que foram criadas para atender as pessoas da comunidade e também desenvolveu a agroindústria com o objetivo de agregar valor ao produto agrícola. A forma como Mauro Borges

pretendia implantar essas indústrias é que diferia das cooperativas israelenses. Nas Rurópolis só seria permitido a indústria artesanal doméstica, ficando a cargo da URBS a atividade industrial, como podemos notar na Cartilha para o Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás:

Não consta dos planos a existência de estabelecimentos industriais nas Rurópolis; preconizamos sim, indústrias na URBS, que sendo a cidade regional, estará em condições de receber os produtos de todas as Rurópolis e transformá-los. Adiantamos que tais indústrias pertencem a Cooperativa Central das Rurópolis. Nas Rurópolis podemos admitir indústrias de cunho doméstico como exemplo olaria, carpintaria, ferraria, selaria etc.; na URBS teremos máquinas de beneficiamento de arroz, café, algodão, etc., fábricas de manteiga, queijo, de cazeína, fábricas de calçados e curtume, fábrica de móveis, cerâmica etc. (IDAGO, 1987, p. 60-62).

Além da produção de energia para realizar irrigação e para atender as indústrias a serem montadas na URBS, demonstrava o quanto a construção de pontes e boas estradas seriam importantes e necessárias para o escoamento da produção até os mercados consumidores. Sua atenção foi focada inicialmente no promissor mercado consumidor de Brasília naquela época. Vejamos suas palavras sobre o potencial da região:

Usina do Mosquito – com capacidade de 9.000 KWA, localizada na confluência do Rio Palmas com o Rio Mosquito. Esta hidrelétrica, cuja primeira etapa de 2.000 KWA será posta em utilização em junho de 1964 abastecerá de energia elétrica não só o Combinado, mas também todos os Municípios do nordeste goiano, proporcionando-lhes oportunidade de progresso e desenvolvimento.

Ponte sobre o Rio Paranã – O Rio Paranã tem sido através dos tempos a <muralha chinesa>, separando aquela região do Estado das áreas desenvolvidas do Sul. A construção desta ponte, já em fase de acabamento, imperativo da existência do Combinado, está despertando nas populações daquelas paragens o mais vivo entusiasmo, pois será através da ligação rodoviária com Brasília, mercado natural do Combinado, que se escoará toda a produção do nordeste goiano (TEIXEIRA, 1963, p. 34 - 35).

Na Cartilha para o Combinado Agro-Urbano reconhece-se o problema da distância do mercado, principalmente em caso de superprodução: “Em se tratando de uma região distante, é necessário estar sempre atento aos possíveis efeitos de uma superprodução em quaisquer um dos setores” (IDAGO, 1987, p. 54). A distância, naquela época, era um fator a ser considerado, as estradas não eram boas, os meios de transportes eram precários, as dificuldades para se transportar mercadorias eram muito grandes.

As estradas e a usina do Rio Mosquito que estavam sendo construídas demorara muitos anos para funcionar, o que se tornou motivo de preocupação, pois poderia comprometer o funcionamento da Cooperativa. “A estrada já construída poderá tornar-se intransitável durante a estação chuvosa; a usina que irá abastecer as Rurópolis não ficará concluída tão cedo, e a Cooperativa não irá funcionar logo por estar em fase de organização (IDAGO, 1987, p. 55).

2.3.3 – A composição social do campesinato goiano

Mauro Borges, subsidiando-se no senso de 1950, demonstrou, na Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges, a concentração de terras no estado de Goiás nas mãos de uma elite rural, a posse⁴⁰ da terra por grande parte dos proprietários e também a forma como se produzia, uma economia de subsistência com uso de ferramentas manuais, com a força do trabalhador e de animais, comparando-a a um semifeudalismo. Como podemos observar:

Esta predominante situação de monopólio das terras e de latifúndio envolve um complexo de relações produtivas em que se destacavam os fenômenos da parceria agrícola, de baixa utilização dos recursos naturais, tudo convergindo para definir um sistema pré-capitalista nas relações produtivas com acentuado cunho semifeudal nas relações sociais (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p.18).

A proposta dessa modernização, por Mauro Borges, seria a produção para atender os grandes centros industrializados do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo: “A referida produção visa o abastecimento local e regional, mas sobretudo atender às necessidades dos grandes centros consumidores, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro” (TEIXEIRA, 1963,p. 20).

⁴⁰ Distinção de posse e propriedade: “[...] enquanto a **propriedade** é a relação entre a pessoa e a coisa, que assenta na vontade objetiva da lei, implicando um poder jurídico e criando uma relação de direito, a **posse** consiste em uma relação de pessoa e coisa, fundada na vontade do possuidor, criando mera relação de pessoa e coisa, fundada na vontade do possuidor, criando mera relação de fato” (RODRIGUES, 2003, p. 16 apud RIBEIRO e NOVAES p. 4).

Bresser-Pereira (1968), ao fazer uma análise cultural do Brasil a partir década da 1930, nos ajuda a compreender como as pessoas se comportavam culturalmente. Essa cultura que se formou ao longo dos anos prejudicou o país social, política e, principalmente, economicamente, quando trata em suas análises do período de industrialização brasileira de 1930 a 1960. O autor afirma que o “Brasil não conhecia se conhecia a si mesmo” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 27), concluindo que o brasileiro carregava um complexo de inferioridade que fora gerado durante a colonização e que a partir desse período começava a surgir um novo país:

As transformações verificadas no plano cultural são também profundas. Fundamentalmente podem ser resumidas em uma só: tomamos consciência de nós mesmos. Até então o Brasil não se conhecia a si mesmo. [...] não tínhamos consciência da realidade brasileira. Quando tomamos consciência de nós mesmos, vemos-nos diante do problema básico de nossa cultura, qual seja o profundo complexo de inferioridade colonial que nos avassala. Julgávamo-nos racial e intelectualmente inferiores aos povos industrializados, sem a mesma capacidade de trabalho, de iniciativa e de êxito, derivando daí as três alienações básicas de nossa formação: a alienação cultural, a alienação institucional e a alienação econômica (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 26-27).

A estrutura social, política e econômica montada no Brasil durante o período colonial, criou uma relação “metrópole/colônia”. A colônia, no caso brasileiro, criada pela coroa portuguesa, não tinha nenhuma autonomia política e administrativa, sua finalidade era complementar a economia, com uma produção econômica voltada para o mercado da metrópole em uma política mercantilista exclusivista, o pacto colonial. Toda a produção visava atender o mercado externo. Com a independência essa relação não deixou de existir, foi transformada na relação “centro/periferia” no mundo capitalista. Os países que detém o capital, os desenvolvidos, tornaram-se o “centro capitalista” e os subdesenvolvidos, a “periferia capitalista”. Como podemos notar:

A independência política das colônias perante as metrópoles não chegou a alterar a estrutura econômica formada no tempo colonial. Agora, nos marcos dos Estados nacionais, o “setor externo” de cada economia latino-americana é a expressão concreta daquela estrutura voltada para o atendimento de um mercado cujo eixo não está em cada país periférico latino-americano, mas fora deles, ou seja, no mercado mundial do centro capitalista. (SILVA, 2016, p. 21)

Segundo Prado Junior (1994), a formação do Brasil no período colonial se deu no litoral, apenas uma pequena porção de terra foi explorada, o que pode explicar, em partes, atualmente a concentração maior de pessoas no litoral do que no interior país e, também, podemos notar que o centro econômico está no litoral. Quando Pereira disse, se referindo a cultura brasileira, que o Brasil até a década de 1930 não se conhecia, também podemos usar a sua frase para nos referirmos ao interior brasileiro. O Brasil, até 1930, não conhecia o seu interior. O Brasil era só o litoral, uma representação herdada do período da colonização:

A colonização ocupava então, de uma forma efetiva, apenas uma pequena parte do território que politicamente constituía o país. [...] A maior concentração do povoamento é na faixa costeira; mas esta mesmo largamente dispersa. O que havia eram núcleos de maior ou menor importância distribuídos desde a foz do rio Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul (PRADO JUNIOR, 1994, p. 101).

Nota-se que com a colonização foi se formando o “centro do país” onde desenvolveram as cidades, com um forte comércio e a industrialização que ocorreu no período de 1930 a 1960. Quando se referia ao interior era com desprezo utilizando termos pejorativos como “atraso” e “isolamento”. Em Goiás durante muitos anos havia o sentimento de inferioridade com relação ao litoral, o “centro do país”. Portanto, criou-se essa relação “centro/periferia” dentro do próprio país.

Mauro Borges reitera essa questão quando expressa sua preocupação com o crescimento demográfico brasileiro e a produção de alimentos. Para o governador a produção de Goiás seria para atender o mercado dos grandes “centros”, colocando-se na “periferia” como abastecedor de produtos agropecuário. “Referida produção visa o abastecimento local e regional, mas sobretudo atender às necessidades dos grandes centros consumidores, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro” (TEIXEIRA, 1963, p. 20). Diante de tal afirmação conclui-se que Goiás se manteria na função periférica do capitalismo brasileiro, como abastecedor de alimentos e matérias primas aos centros mais desenvolvidos industrialmente.

2.4 - A VIDA NA RURÓPOLIS

Todas as Cooperativas das Rurópolis, devem ser registradas no Ministério da Agricultura como Sociedades Cooperativas. Uma Rurópolis é uma empresa com grande número de sócios, em que cada colono é um sócio com igual direito de voto aos dos outros (IDAGO, 1987, p. 45).

O Combinado Agro-Urbano adotou o Estatuto dos *Moshavim* que tem toda a sua organização social e econômica baseada na família. Portanto, pretendia-se formar uma comunidade cooperativa de famílias dedicadas à agricultura, vivendo numa Vila Rural Cooperativa (Rurópolis), com plena liberdade para decidir o tipo e o grau de cooperação, de acordo com os princípios básicos traçados pela Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges e com a Cartilha para o Combinado Agro-Urbano, que deveriam servir como um estatuto para orientá-los na vida diária da cooperativa.

Entretanto, apesar desse discurso de liberdade, pode-se notar na descrição da Cartilha para Combinado Agro-Urbano (1987), que havia falta de autonomia das famílias nas tomadas de decisões, pois alguns princípios eram estabelecidos pela Rurópolis, por um funcionário representante do governo, no período de implantação, sem a participação dos membros. Não se encontra referências à planejamento de reuniões ou de reuniões de camponeses para tomarem decisões. Um dos princípios básicos de uma sociedade cooperativa são as tomadas decisões em assembleia. A assembleia é o instrumento de representação de todos os membros. A liberdade da família se restringiu somente à sua propriedade:

À família é dada completa liberdade e direito de administração própria, no desenvolvimento de sua propriedade, mas nos assuntos concernentes à vida da comunidade em geral (...), a Rurópolis estabelecerá princípios básicos que as famílias deverão aceitar (IDAGO, 1987, p. 42).

Portanto, fica evidente que, na verdade, no Combinado um corpo de burocratas do estado é que criaria estes princípios, que as famílias teriam que obedecer.

Como já colocado anteriormente, o Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás seria formado por quatro Rurópolis, as quatro não seguiriam o princípio da

igualdade, podendo ter autonomia na sua administração, diferenciando-se umas das outras em alguns aspectos. A Cartilha para o Combinado Agro-Urbano (1987), não cita em que aspectos poderiam ser diferentes, já que possuíam regras definidas, mas que deveriam obedecer quatro princípios, semelhantes aos propostos pelo *Moshav Ovdim*, cujas características estão mais próximas das que deveriam ser seguidas pelo Combinado Agro-Urbano: auxílio mútuo, cooperativa de compra e venda, terra estatal e trabalho agrícola sem assalariamento.

O auxílio mútuo no *Moshav Ovdim* está incluído no regulamento da sociedade cooperativa sem ônus algum para quem dele necessitar. Foi estabelecido o princípio de que a comunidade, assuma a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros, podendo ocorrer com a prestação de serviços ou com a utilização de recursos de um fundo especial criado pela cooperativa para fazer face às necessidades que aparecessem, por exemplo, no caso de enfermidade, em que a pessoa ficasse impossibilitada de trabalhar. No Combinado Agro-Urbano de Arraias o colono que necessitasse de auxílio, o pagamento seria feito pela Tesouraria para o trabalhador que realizasse o trabalho. O colono, quando melhorasse, deveria pagar metade do pagamento pelo serviço prestado. O pagamento integral só ocorreria se o colono se tornasse incapacitado por um acidente, que seria realizado pela Administração da Rurópolis, até que o filho mais velho pudesse assumir. Em caso de morte seria permitido que continuassem no Combinado Agro-Urbano, podendo assumir uma função que não fosse o cultivo da gleba.

Em regra geral, a Tesouraria não recebe pagamento do colono impedido de trabalhar, pelo que ela teve que pagar ao trabalhador que cuidou da propriedade durante a doença de seu colega. O que se poderá fazer é, no máximo, estipular o pagamento pelo colono apenas metade desse serviço (IDAGO, 1987, p. 43).

Portanto, com todas essas informações podemos notar que a regra do Combinado Agro-Urbano de Arraias difere sobremaneira do Estatuto dos *Moshavim*, na questão da remuneração do trabalhador assalariado.

2.4.1 - Cooperativa de compra e venda

Todas as Rurópolis teriam uma Cooperativa de compra e venda, filiadas à Cooperativa central localizada na URBS. A compra de insumos agrícolas, produtos necessários para a subsistência da família e venda da produção, seriam realizadas pela Rurópolis por meio de uma cooperativa de produção e consumo. A produção agrícola de cada família seria comprada pela cooperativa, ficando proibida a venda da produção fora da Cooperativa. Em contrapartida, as compras e as vendas só poderiam ser realizadas através da cooperativa.

2.4.2 – A terra estatal não transferível

O conceito de terra estatal também foi apropriado de Israel. Com a formação do Estado israelense, em 1948, “as terras foram herdadas da administração britânica, e a superfície do país passou a ser assim dividida: Estado – 72,7%, Fundo Nacional Judaico – 17,4% e particulares 9,9% (LAKATOS, 1970, p. 37). Mas não era um fato exclusivo de Israel, outros países, como a extinta URSS, adotaram esse princípio de estatização da terra, porém a exploração não foi realizada só por cooperativas, houve uma grande parte que foi realizada pelo Estado Soviético. Segundo Pinho (1966), depois da Revolução Russa, em 1917, passou a existir dois tipos de propriedades na URSS, as grandes propriedades capitalistas passaram para o Estado e as pequenas propriedades formaram as cooperativas e os *Kolkhozes*. Ao contrário do que se pensa sobre propriedade na URSS, que toda propriedade era estatal, houve as cooperativas que conviveram com as estatais como podemos notar no texto de Pinho (1966):

Como resultado da dualidade de propriedades soviéticas – a estatal e a cooperativa-kolkhoziana⁴¹ – há na URSS, ao lado das empresas agrícolas do Estado (como o sovkhoz), três formas principais de explorações agrícola de tipo cooperativo, assim definidas pelo Código agrário de 1922: a) a comuna agrícola – na qual são comuns os meios de produção e os bens de consumo; b) o artel agrícola – no qual são comuns os meios de produção; [...] c) o toz – espécie de cooperativa de trabalho, na qual os camponeses colocam em comum apenas os instrumentos de trabalho (PINHO, 1966, p. 112-113).

⁴¹ A comuna agrícola, o artel agrícola e o toz “são tipos de um mesmo movimento kolkhoziano, segundo o termo geral “kolkhoz” – **KOL**levtvoe **KHO**Ziastvo, ou propriedade coletiva” (PINHO, 1966, p. 113).

Em Israel grande parte das terras foram estatizadas e adotaram o princípio bíblico do *Jubileu*⁴², que é o arrendamento da terra por 49.

Em 1901, durante o quinto Congresso Sionista, foi criado o Fundo Nacional Judaico (Keren Kayemet Le'Israel), para adquirir terras na Palestina, em nome da futura nação judaica. Toda a terra adquirida, passaria a ser propriedade inalienável do povo judeu: O Fundo Nacional não vende a terra, mas arrenda-a por um período de 49 anos, por uma soma simbólica; ao final do prazo, a terra retorna ao Fundo que, por sua vez, torna a arrendá-la, de forma automática, ao possuidor anterior. Toda especulação com a terra é proibida, o arrendatário não pode passá-la adiante, nem arrendá-la a outrem. Esse modo de proceder é originário do princípio bíblico do "jubileu". De acordo com a Bíblia, Deus é o único dono da terra (LAKATOS, 1970, p. 35).

Em Goiás, a concepção que se tinha da terra não era a mesma dos judeus que a consideravam sagrada, prometida e pertencente a Deus, que a concedia aos escolhidos enquanto vissem ou de forma democrática ao povo judeu, com o direito de arrendá-la. Aqui a terra era propriedade de alguém que poderia ser privada, comunitária ou do estado. Mas, paradoxalmente, no caso do Combinado Agro-Urbano, foi adotado o princípio bíblico do jubileu, porém, a terra pertenceria ao IDAGO:

A terra, na Rurópolis, será propriedade do IDAGO e nunca poderá ser vendida, subdividida e nem transferida. Ela, usualmente, será arrendada aos colonos por um período de 49 anos. Os colonos pagarão um aforamento simbólico, de pequena importância, anualmente, ao IDAGO. A terra não ficará, por causa disso, sujeita à sucessão. O contrato de aforamento será automaticamente renovado, na conclusão dos 49 anos. Será garantido ao colono, desfrutar de sua parcela para seu sustento e trabalhá-la como bem o desejar, mas se

⁴² O Jubileu aparece no Antigo Testamento no Livro de Levítico, com autoria atribuída a Moisés: "Levítico é o terceiro livro da Bíblia. Seu nome deriva-se da tribo de Levi. É um manual de instruções para os sacerdotes" (BÍBLIA, 2009, p. 121). Como é descrito o Jubileu no Livro de Levítico: "25.8 Também contarás sete semanas de sete anos, sete vezes sete anos, de maneira que os dias das sete semanas de anos te serão quarenta e nove anos. 9 Então, no mês sétimo, aos dez do mês, farás passar a trombeta do jubileu, no Dia da Expição, fareis passar a trombeta por toda a vossa terra. 10 E santificareis o ano quinquagésimo e apregoareis liberdade na terra a todos os seus moradores; 11 Ano de Jubileu vos será, e tornareis, cada um à sua possessão, e tornareis, cada um à sua família. 12 Porque é jubileu, santo será para vós outros; o produto do campo comereis. 13 Neste Ano do Jubileu, tornareis cada um à sua possessão" (BÍBLIA, 2009, p. 175 - 176). Comentários sobre o Ano de Jubileu da Bíblia de Estudo de Genebra (2009): "O ano de jubileu. Cada quinquagésimo ano devia ser um período de libertação e restauração. No ano de jubileu, além de não se cultivar a terra, todos os pobres que haviam contraído dívidas deviam receber a oportunidade de recomeçar. Os empréstimos deviam ser cancelados, as terras que haviam sido vendidas deviam ser devolvidas aos seus proprietários hereditários originais e os escravos deviam ser libertos. Tudo indica que Israel nunca obedeceu essas prescrições" (BÍBLIA, 2009, p. 176. Nota de rodapé.)

negligenciar ou dedicar-se a qualquer outra profissão, em detrimento de sua parcela o IDAGO poderá, sumariamente, reavê-la, transferindo-a para outro colono habilitado. Um colono possuirá apenas uma unidade de terra, nunca lhe serão concedidas duas unidades (IDAGO, 1987, p. 44 - 45).

2.4.3 – O trabalho e a economia.

O trabalho nas glebas arrendadas seria realizado pelos membros da família do colono. O trabalho assalariado não seria permitido, exceto em períodos de colheitas, como algodão e citros, que eram feitas manualmente. As outras atividades seriam executadas por máquinas, a baixo custo, pela Cooperativa da Rurópolis. Tais máquinas pertenceriam a todos os cooperados. Contudo, abria-se uma exceção para membros não agricultores, ou seja, nem todo trabalho poderia ser realizado pelos colonos, havia uma exceção para o trabalho assalariado, permitindo que pessoas que não se dedicavam agricultura fizessem parte da colônia, como era o caso de especialistas em algumas áreas como: professores, médicos, dentistas, sapateiros, carpinteiros, ferreiros, construtores, carteiros, funcionários de escritório, motoristas, mecânicos, dentre outros. Mesmo nos *kibutzim* e *Moshavim* havia essa exceção com relação ao trabalho assalariado, o que deixa claro a presença de estratificação social, contudo, sem desigualdade social. Lakatos (1970) afirma que:

Por questões ideológicas, e também por razões de ordem prática, os fundadores do Moshav Ovdim decidiram que todo o trabalho seria realizado exclusivamente pelos membros da granja, e não se empregaria mão de obra assalariada. Queriam desse modo evitar o aparecimento da relação patrão-empregado a que se opunham, considerando que cada trabalhador tem o direito de transformar-se em granjeiro independente, como eles próprios (LAKATOS, 1970, p. 71).

Ainda com relação ao trabalho que era desenvolvido nos *Moshavim*, Lakatos (1970) observa no *Moshav Shitufi* a existência de uma divisão social do trabalho. No *Moshav Shitufi* a autora classificou como membros agricultores aqueles “que possuem terras e extraem seu sustento da agricultura, trabalhado a terra dentro do regime da sociedade cooperativa”. Uma outra categoria existente neste *Moshav* eram os “membros não agricultores – empregados e funcionários da cooperativa, e suas respectivas famílias” (LAKATOS, 1970,

p.72), que recebiam salários e também eram considerados parte da comunidade. Estes membros tinham os mesmos direitos e deveres dos agricultores podendo participar das Assembleias como membros. Recebiam uma casa para viverem com suas famílias com direito a uma horta e um galinheiro. De igual forma também acontecia no *Moshav Shitufi*, Lakatos (1970) os classificou como ramos produtivos para os que trabalham na agropecuária e ramos não-produtivos para os que trabalham em outras atividades, que são essenciais na comunidade, tais como os profissionais da educação, setores administrativos e outras atividades não citadas, mas que fazem da estrutura de funcionamento do *Moshav Shitufi* e não são ligadas a agropecuária. Como podemos notar não dá para extirpar totalmente o trabalho assalariado dentro destes *Moshavim*, pois eles se fazem presentes devido à necessidade. O mesmo aconteceu com o Combinado Agro-Urbano de Arraias. Em algumas áreas tiveram que manter o trabalho assalariado.

Quanto aos trabalhadores assalariados da Rurópolis do Combinado Agro-Urbano de Arraias, de acordo com o regulamento dos Combinados Agro-Urbanos, depois de dois anos de trabalhos prestados, tornar-se-iam membros, receberiam um lote onde morariam, uma parcela auxiliar de terra e teriam o direito ao voto, com direito de participar das assembleias, com exceção das que se referissem à agricultura, embora não se tenha notícias de decisões tomadas pelos trabalhadores em assembleia, sem a presença do estado.

Quando diz que: “Na Rurópolis, o colono assumirá inteira responsabilidade pessoal pela sua propriedade e poderá desenvolvê-la como quiser, porém, à sua custa” (IDAGO, 1987, p. 52 - 53), acaba assumindo que as glebas eram familiares, e esta é uma característica do *Moshav Ovdim*, onde a produção nas granjas é de responsabilidade da família.

“As casas e equipamentos dos colonos, não serão, de forma alguma, uma doação e sim, um empréstimo a longo prazo, sendo o colono obrigado a pagar com juros moderados” (IDAGO, 1987, p. 53). Tomando como referência esta citação, é possível afirmar que Mauro Borges se equivoca quando diz que o Combinado Agro-Urbano de Arraias “muito se aproximava da organização do <Moshav Shitufi>” (TEIXEIRA, 1963, p. 4). No *Moshav Shitufi* a produção e os equipamentos de produção são coletivos, somente a educação e a moradia são familiares, as casas são recebidas de graça, são individuais de propriedade

coletiva da comunidade, “são entregues para usufruto exclusivo e permanente de seus membros” (LAKATOS, 1970, p. 80). As casas seguem um padrão, não podem ser diferentes umas das outras.

O colono poderia se especializar em uma atividade agrícola, mas recebia orientações do risco de se produzir somente um produto, devendo desenvolver outra cultura em pequena escala, para não correr o risco da monocultura. O colono teria a liberdade de escolher o que deveria produzir, mas cabia o planejamento levando-se em conta o mercado local e regional como foi descrito: “A cooperativa de cada Rurópolis deverá ter o cuidado de conhecer as possibilidades, não só do mercado local, como também do regional, a fim de elaborar o plano agrícola do ano” (IDAGO, 1987, p. 54).

A Cartilha já alertava para outros possíveis problemas que os colonos eventualmente poderiam enfrentar:

Os colonos da Rurópolis podem encontrar mais dificuldades pessoais; o IDAGO poderá demorar-se um pouco em lhe conseguir um animal com uma carroça, ou poderá levar meses para que possa ter suas galinhas e vacas; enquanto isso terá que comprar leite, ovos e frangos. (IDAGO, 1987, p. 55).

O Combinado Agro-Urbano de Arraias contou com poucos recursos financeiros. Já os judeus mesmo antes das primeiras *Aliot*, mantiveram comunidades judaicas na Palestina por meio de doações: “Essas comunidades viviam de doações vindas do mundo inteiro, denominadas Haluká (Divisão), não tomando parte na vida econômica da Palestina” (LAKATOS, 1970, p. 21). O que leva a autora a concluir que a manutenção das comunidades e as *Aliot* compravam que “a experiência histórica em todos os países demonstra que os verdadeiros proprietários do solo são aqueles que o cultivam” (LAKATOS, 1970, p. 23). Entre 1882 e 1903, período da primeira Aliá, ainda segundo a autora, um grupo de estudantes que formaram o movimento BILU⁴³, enfrentou inúmeras adversidades como o desconhecimento do trabalho na agricultura e as

⁴³ “[...] BILU nome formado pelas iniciais hebraicas Beit Yaacov Lechu Vneilcha – Casa de Jacó vem e caminhemos ... – Isaías, II, 5, (foi um movimento) constituído por estudantes que desejavam, através do trabalho agrícola, fundamentar o renascimento do Povo Judeu na Terra de Israel” (LAKATOS, 1970, p. 22).

dificuldades impostas pelos turcos, na época aquela região fazia parte Império Turco, contudo: “A sua sobrevivência deve-se, quase que exclusivamente, ao auxílio prestado pelo Barão Edmond de Rothschild, que tomou sob sua proteção a maioria das colônias sustentando-as financeiramente” (LAKATOS, 1970, p. 22).

As cooperativas judias, criadas com a finalidade de ocupar a Palestina para criar um lar nacional para o povo judeu, contaram com doações de pessoas de diversas partes do mundo, da primeira Aliá (1882 a 1903) até a criação do Estado de Israel (1948). Não faltou o apoio financeiro às cooperativas judias. Segundo Pedro Sisnando Leite, após a criação do Estado de Israel, no período de 1950 até 1965, a economia de Israel teve um aumento considerável do seu PIB. Esse crescimento se deve principalmente à entrada de grande soma de capital no país.

De fato, Israel recebeu nesse período elevadas somas de capital. Foram a ajuda dos EUA em transferências unilaterais e empréstimo, reparações alemãs, venda de Títulos do Estado de Israel no exterior e transferências às instituições públicas, principalmente para Agência Judaica, que assumiu a responsabilidade pela absorção de imigração e colonização agrícola. Desse modo, Israel contou com recursos para uso doméstico para consumo público e privado e para investimentos[...] (LEITE, 2015, p. 37).

Já o Combinado Agro-Urbano de Arraias não contava com o apoio do Governo Federal, os recursos que provinham do estado de Goiás através do IDAGO, eram poucos, tanto que o governador de Goiás, devido os pequenos recursos disponíveis, alertava os colonos sobre as dificuldades que enfrentariam.

Os colonos, inicialmente, irão enfrentar inúmeras dificuldades econômicas. Tais dificuldades, são devidas às poucas disponibilidades do Governo do Estado de Goiás. Está sendo lançada uma semente, em que a família, o homem, é a base de toda a preocupação. Temos certeza absoluta de que, uma vez criadas as primeiras Rurópolis, **as diversas fontes financeiras do País irão conceder-nos ajudas substanciais**, o que nos possibilitará a dar, de início, mais alguma coisa aos colonos. Destarte, inicialmente, cada colono irá receber muito pouco, e somente depois que as lavouras produzirem, bem como sua horta, é que começará a ter maior liberdade financeira. Poderá acontecer uma demora – para alguns, desanimadora – em o IDAGO construir casas e edifícios; em entregar os equipamentos necessários para a faina diária (IDAGO, 1987, p. 58).

Quando fez esse discurso, Mauro Borges, sem o querer, conseguiu transmitir um desestímulo quanto a implantação do empreendimento, pois deixava claro que as dificuldades seriam decorrências do capital que o estado pouco dispunha. O seu governo iniciaria um projeto de reforma agrária em que o estado não se limitava somente em arrendar a terra, mas pretendia criar toda infraestrutura para a produção agrícola e, ainda, construir uma pequena cidade. A adesão ao Projeto do Combinado Agro-Urbano de Arraias foi baixa, porque o governador não conseguiu atrair as pessoas para fazer parte da nova proposta de reforma agrária. Mas, por que essa baixa adesão a um projeto que prometia uma reforma agrária diferente de todas que foram propostas no país? Pois o projeto se propunha a unir a vida do campo à vida urbana e, também, modernizar a agricultura como foi feito em Israel. Por que Mauro Borges não conseguiu convencer os camponeses? Se havia muitos camponeses sem terra em Goiás, por que não foram para Combinado Agro-Urbano de Arraias?

Mauro Borges, em suas memórias, demonstrou que começou uma obra grandiosa sem recursos suficientes para implantá-la, acreditando que conseguiria ajudas substanciais de diversas fontes financeiras do país. Porém, não cita quais seriam essas fontes que se solidarizariam, financiando o seu projeto.

O governador de Goiás adotou uma linha desenvolvimentista com base nas ideias da Cepal, seguindo os passos de Juscelino Kubitschek. Vale ressaltar que a gestão do seu governo estava subsidiada em um planejamento desenvolvido pela mesma instituição que elaborou o Plano de Metas⁴⁴ de JK, qual seja, a Fundação Getúlio Vargas. Cardoso (1978), atribui “o ritmo de desenvolvimento alcançado” no governo JK a “existência de um grande afluxo de capitais”, e que fora obtido por meio da grande habilidade diplomática daquele presidente, que soube aproveitar o conflito da Guerra Fria. Possivelmente Mauro Borges acreditou conseguir a ajuda financeira externamente, via Aliança para o Progresso. Segundo Ribeiro (2006) havia a proposta de ajuda financeira no discurso pronunciado por Kennedy no dia 13 de março de 1961, na presença do

⁴⁴ Plano de Metas foi a “Denominação dada ao plano de desenvolvimento econômico e social adotado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e que se caracterizou pelo estabelecimento de metas que deveriam ser alcançadas nos planos econômico, social e de infraestrutura elaborados durante seu governo” (SANDRONI, 1999, p.469).

Corpo Diplomático Latino-Americano, dos líderes do Congresso e da alta burocracia do Departamento de Estado que foram convidados para o lançamento oficial da Aliança para o Progresso⁴⁵.

Portanto, eu conclamo todos os povos do hemisfério a juntar-se em uma nova Aliança para o Progresso - *Alianza para el Progreso* – um vasto esforço cooperativo, sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos por casa, trabalho e terra, saúde e escola – *techo, trabajos y tierra, salud y escuela* [...] Eu proponho que a República Americana dê início a um plano de 10 anos para as Américas, um plano para transformar os anos 60 na década do desenvolvimento. (KENNEDY, 1961, apud RIBEIRO, 2006, p. 157-158).

Acreditando nessa possibilidade, podemos deduzir que quando Mauro Borges informa que conseguiria ajudas substanciais de diversas fontes financeiras, esses recursos, provavelmente, viriam do exterior por meio de empréstimos diretos da Aliança para o Progresso. Todavia o governador, não conseguiu tais empréstimos, devido a conjuntura política do Brasil naquele período. O presidente João Goulart, que havia sucedido Jânio Quadros logo após sua renúncia, de acordo com Silva (2016), “não era comunista”, mas “identificava-se com a social-democracia”. Segundo Bresser-Pereira (1968), Goulart era uma figura que não agradava a esquerda e nem a direita como o descreveu atuando na presidência:

A presença do Sr. João Goulart na presidência frustrava particularmente a esquerda. Com sua subida ao poder, acreditava a esquerda que afinal o Brasil tinha um presidente que realizaria uma política de esquerda. O Sr. João Goulart, porém, devido às características pessoais de sua personalidade, e devido, principalmente, ao fato de que as esquerdas não eram, politicamente, suficientemente fortes para mantê-lo no poder, não realiza o Governo desejado pela esquerda. A frustração deste grupo é profunda. Por outro lado, a direita se frustra também, porque o Sr. João Goulart não podia realizar uma política de direita. Se o fizesse, estaria em condições políticas insustentáveis, já que perderia todo e qualquer apoio da esquerda, sem jamais conseguir a confiança da direita (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 126).

⁴⁵ “Aliança para Progresso, [...] programa de ajuda externa norte-americana direcionado para a América Latina lançado nos primórdios da administração de J. F. Kennedy (1961-63) e implantado nos anos subsequentes” (RIBEIRO, 2006, p.152).

O governo de João Goulart encontrava-se numa situação de incerteza, era apoiado por uma esquerda fraca, que não se sentia segura com relação a direção política que o seu governo havia tomado. Chegando, segundo Silva (2016), a ser atacado pela FMP⁴⁶, liderada por Leonel Brizola então governador do Rio Grande do Sul, como “vacilante”. A direita, também demonstrou insatisfação com o seu governo. Contudo, um dos fatos que prejudicou os projetos do governador de Goiás foi a sua relação com Aliança para o Progresso. Numa visita a Washington em abril de 1962, Jango esteve no Congresso norte-americano e conversou com o Presidente Kennedy e outros mandatários. Porém, como se pode notar no relato de Thomas Skidmore (1982), os USA demonstraram-se reticentes com relação ao governo de Jango.

Durante a conversa informal em Washington, Jango mostrou “sinais de conceder um tratamento razoável às empresas de serviços públicos de propriedade estrangeira, cuja expropriação se tornara um problema cadente no Brasil. Mostrou-se, entretanto, relativamente indiferente à insistência norte-americana quanto a uma atitude de maior cooperação com a Aliança para o Progresso no Brasil e não se impressionou pelas preocupações norte-americanas quanto a infiltração comunista no movimento sindical. Embora a visita produzisse resultados limitados, parecia o início do que poderia vir a ser uma cooperação mais frutífera entre o Governo Jango e os Estados Unidos. Mas o FMI e os outros principais credores do Brasil voltaram à sua atitude de esperar para ver dos últimos anos do Governo Juscelino. Sentiam-se pessimistas. Não confiavam que Jango tivesse o desejo, nem o poder, de continuar o duro programa anti-inflacionário empreendido por Jânio. (SKIDMORE, 1982, p. 266).

Diante desse cenário, Mauro Borges viu dissipar-se toda sua expectativa de conseguir acordos de auxílio econômico com os Estados Unidos, ainda mais que o governo norte-americano rompe com João Goulart. O acirramento da situação acontece, em São Paulo, em novembro de 1963, na reunião da comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso, quando João Goulart em seu discurso demonstrou indiferença. Logo, a postura de Jango com Aliança para o Progresso foi determinante para sua permanência no governo. Segundo Skidmore (1982) nenhum acordo de auxílio entre USA e Brasil foi assinado.

⁴⁶ “A FMP (Frente de Mobilização Popular) chegou a reunir as Ligas Camponesas, Militares Nacionalistas (como sargentos e marinheiros), Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes, Frente Parlamentar Nacionalista, União Brasileira dos Estudantes Secundários, Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, PCB, Ação Popular, Organização Marxista Revolucionária (POLOP), Movimento Nacional Feminino, Comando dos Trabalhadores Intelectuais e Liga Feminina” (SILVA, 2016, p.217).

Somente os governadores Carlos Lacerda do Estado da Guanabara e Aluísio Alves do Rio Grande do Norte receberam verbas da Aliança para o Progresso.

Nota-se que não houve recebimento de verbas por Mauro Borges por parte da Aliança para o Progresso. Esta pode ter sido a razão de ter afirmado que estava implantando o projeto do Combinado Agro-Urbano com recursos do próprio estado porque, segundo o próprio governador, não houve financiamento externo, como também não houve financiamento, por parte do governo federal, em quantidade suficiente para fazer as obras que o estado necessitava, chegando ao ponto de o governador também romper com João Goulart e apoiar o Golpe Militar.

Após a renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961, de acordo com Mauro Borges (2002), ele se uniu a Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e ao III Exército formado pelas unidades militares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná no Movimento da Legalidade, que garantiu a posse de João Goulart na Presidência. Sobre a relação inicial e posterior do governador Mauro Borges com Goulart, nesse estudo, destaca-se aquelas de ordem financeira que afetaram diretamente o Projeto do Combinado Agro-Urbano de Arraias, e que contribuíram para o rompimento político de ambos. O primeiro contato foi amistoso, mas os demais não o foram, como podemos notar:

Recebeu-me o presidente João Goulart com alegria e cordialidade. [...] Após marchas e contramarchas, tapeações e habilidades, apenas uma promessa foi cumprida [...] A partir daí, percorri verdadeira *via crucis*. O então ministro da Fazenda, Sr. Walter Moreira Salles, usou e abusou da arte de cansar os outros. Não desanimei. Voltei várias vezes ao presidente da República até que, depois de um encontro nada amistoso com o ministro da Fazenda, este resolveu entregar a quarta parte, 500 milhões de cruzeiros ao estado de Goiás. Posteriormente, fomos recebendo, aos poucos, quantias até completar 500 milhões. Sem nenhuma participação expressiva no governo federal, e cooperação financeira também muito limitada, as esperanças de um forte apoio da União se diluíram (TEIXEIRA, 2006, p. 35-36).

Nota-se que o governador teve que fazer as obras de infraestrutura do estado e realizar a implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias, com recursos do próprio estado, pois, como pode ser notado, o empréstimo na quantia prometida pelo governo federal não aconteceu.

Como os colonos não dispunham de dinheiro para se sustentarem na fase inicial de implantação do projeto, o governador propunha pagar um salário por

parte de seu tempo trabalhando para a Cooperativa de sua Rurópolis, que designaria o local de trabalho e o quanto deveria receber. Quando Mauro Borges faz um comentário sobre o processo de seleção dos colonos ele especifica que seria “voltada exclusivamente para aquelas categorias sociais que operam no campo, assalariados e parceiros, em suas diversas modalidades[...]” (TEIXEIRA, 1985, p. 73), evidencia que eram pessoas que não possuíam terras, trabalhavam pela sobrevivência e, provavelmente, não tinham dinheiro nem para custear uma passagem para o Combinado Agro-Urbano de Arraiais. Essa ajuda ocorreria até que a gleba arrendada produzisse o suficiente para que os mesmos pudessem ter autonomia. Outra forma apresentada para manter o colono no projeto seria um sistema de empréstimo feito pelo Banco do Brasil por meio da cooperativa:

A Cooperativa poderá então fazer empréstimos. Este empréstimo será pago pelo colono quando forem vendidos seus produtos pela própria Cooperativa. Chamamos a atenção para o fato de que a Cooperativa poderá fazer um financiamento global para todas as lavouras da Rurópolis, no Banco do Brasil, ou noutras fontes de Crédito (IDAGO, 1987, p. 58).

Embora tenha iniciado seu governo com base no Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (1961) ou Plano MB, Mauro Borges teve dificuldades na implantação do Combinado, pois os técnicos não sabiam os valores precisos para montá-lo. Apesar de ter dito que: “A política de meu governo fundou-se em sério embasamento técnico” (TEIXEIRA, 2006, p. 47), ele se perdia em relação aos valores que deveria ser gasto para a fixação do colono. A incerteza prevalecia:

Julgamos ser impossível determinar exatamente quanto precisará cada colono para sua completa fixação na Rurópolis. Temos plena consciência de que a maioria dos Colonos não dispõe de recursos próprios necessários à sua fixação. Assim sendo, o IDAGO procurará, junto aos estabelecimentos de crédito, obter financiamento que será destinado justamente às operações iniciais das Rurópolis (IDAGO, 1987, p. 59 - 60).

2.4.4 - Direito a herança e seleção

O direito ao voto e herança apresentado na Cartilha para o Combinado Agro-Urbano foi definido de acordo com modelo de estatuto⁴⁷ dos *Moshavim* de Israel.

Estipular-se-á que todos os filhos são convidados **a participar da Assembleia-Geral** com direito a voto sobre todos os assuntos e a serem eleitos para todas as comissões, exceto a Executiva e o Secretariado. Na atual Constituição da Rurópolis, apenas um filho ou uma filha poderá suceder o pai. Tal medida visa assegurar que a terra não seja fragmentada entre muitas pessoas, mas permanecerá sempre a mesma área por muitas gerações (IDAGO, 1987, p. 68).

A admissão de um colono no Combinado Agro-Urbano seguia os princípios básicos do cooperativismo que também faziam parte dos estatutos das cooperativas rurais de Israel, como: a adesão livre; as sobras líquidas são repartidas segundo os dias de trabalho de cada associado; a administração interna é realizada democraticamente – as assembleias gerais funcionam como órgão deliberativo; cada associado tem direito a apenas um voto e os dirigentes são eleitos pelos associados, devendo exercer seu mandato por tempo limitado (LAKATOS, 1972, p. 195-204). Assim, cabia a Rurópolis o direito de aceitar ou rejeitar, mas na Cartilha para o Combinado Agro-Urbano não fica claro como era exercido os direitos políticos dentro da Vila.

Esteves (2011) comenta que o processo de seleção dos candidatos ao Combinado Agro-Urbano de Arraias, traçava o perfil dos futuros membros, e que era realizado pelo IDAGO, por meio de aplicação de testes psicotécnicos de autoria de P. Weil, seguida de uma entrevista. Afirma que o critério da escolha privilegiava casais jovens com poucos filhos e que havia resistência em aceitar pessoas solteiras, como podemos notar na sua narração:

A preferência era a da admissão de jovens casais de colonos saudáveis que tivessem poucos filhos, estando esse requisito associado ao objetivo de dar homogeneidade à formação da Rurópolis. Era desaconselhável a presença de colonos “solteirões” no CAU. Além de atentar contra a estrutura familiar que servia de base para a constituição da Rurópolis, a presença de “solteirões” não era bem vista pelos padrões morais católicos que permeavam o cotidiano da vida na Vila Cooperativa, havendo ainda o argumento de que um colono vivendo só não teria condições de igualar-se produtivamente ao padrão de uma família de colonos compostas por vários membros (ESTEVES, 2011, p. 241).

⁴⁷ Em nota de rodapé do livro: *Moshav Bet Hananya*, sobre os estatutos utilizados pelas cooperativas rurais de Israel, “Estes estatutos, que se encontram em vigor, resultam de uma consolidação das disposições orgânicas de 1933, 1934, 1950 e 1951” (LAKATOS, 1972, p. 195).

O próprio Esteves (2011) admite que o Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás seguia a metodologia de escolha dos *Moshavim*: “O processo de seleção baseado em critérios médicos seguia de perto a metodologia utilizada em Israel para o credenciamento de colonos para os moshavim” (ESTEVES, 2011, p. 242). Os *Moshavim* eram propriedades cooperativas familiares assim como os Combinados, diferindo apenas na limitação da quantidade de filhos, no critério da idade e admissão de solteiros. Devido ao fato da colonização de Israel ter sido movida por ideais da Organização Sionista Mundial, cujo objetivo era criar uma pátria judaica na Palestina, não limitava a idade dos colonos nem a quantidade de filhos. O que importava era transferência de um número maior possível de pessoas para ocupar e garantir a Palestina, fato decidido no Congresso Sionista, na Suíça:

Em 1897, na Basileia (Suíça), ocorreu o primeiro Congresso Sionista sob a liderança de Teodoro Herzl e que culminou com a criação da Organização Sionista Mundial. Esta passou a coordenar a compra de terras na Palestina, utilizando dinheiro arrecadado de banqueiros, industriais e comerciantes judeus espalhados entre as nações. Nestas terras adquiridas, foram instalados colonos judeus (ABREU NETO, 2013, p. 138-139).

Embora houvesse a preocupação de transferir judeus de várias nações para a ocupação da Palestina, o Estado de Israel, as vilas cooperativas rurais tinham seus próprios estatutos que continham critérios de seleção, podendo diferir de uma vila cooperativa rural para outra, como é o caso do *Moshav Ovdim Bet Hananya*. Quando foi fundado, em 1950, grande parte dos seus membros eram solteiros e receberam a seguinte determinação:

Como o Moshav é, por definição, uma aldeia formada por granjas familiares, foi dado um prazo de aproximadamente dois anos para que os membros solteiros se casassem, pois, caso não o fizessem, não poderiam permanecer em Bet Hananya (LAKATOS, 1972, p. 108).

Da mesma forma, foi criado pelo governo goiano, por meio do IDAGO, a Cartilha para Combinado Agro-Urbano, com o objetivo de fornecer informações “que poderão melhor auxiliar não só os colonos como também outras pessoas a respeito da vida de um Combinado” (IDAGO, 1987, p. 42). Essa Cartilha

funcionou como um estatuto, semelhante aos dos *Moshavim* de Israel, contendo critérios para aceitação ou rejeição dos membros. Nos Combinados:

A aceitação ou rejeição é prerrogativa da Rurópolis. Os candidatos devem ser submetidos, também a um teste psicotécnico por técnicos do IDAGO. Deve-se dar preferência a jovens casais, se possível, com poucos filhos. O princípio da homogeneização da idade dos grupos das famílias, deverá ser observado. Em uma Rurópolis composta de jovens casais com crianças novas, não deverá ser aceito nenhum casal idoso, com filhos adultos. Outro fator importante na admissão dos candidatos é o fator saúde (IDAGO, 1987, p. 68).

No período de implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, Mauro Borges enfrentou inúmeros problemas dentre os quais a falta de recursos, a baixa adesão em virtude de as pessoas não compreenderem ou não aceitarem as ideias do projeto com relação as vilas cooperativas e o fato de não serem proprietárias da própria terra. Questões que serão apresentadas e analisadas no próximo capítulo.

3 – O INSUCESSO DO PROJETO AGRO-URBANO DE ARRAIAS

Em 1962, quando Mauro Borges iniciou o projeto Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, tomando por base os Moshavim de Israel, não percebeu as dificuldades para implantá-lo. Este capítulo procura apresentar e analisar alguns fatores que foram determinantes para o insucesso do Combinado, tais como: a distância dos mercados consumidores, a falta de recurso para uma obra tão grande, o despreparo profissional dos agentes que estavam envolvidos no projeto, o poder dos latifundiários locais e as transformações tecnológicas que já estavam acontecendo na agricultura desde o século XIX, que se intensificaram no pós-guerra, principalmente na década de 1950. Neste período houve também uma expansão do capitalismo na agricultura. Essa expansão do capitalismo estava associada às novas tecnologias voltadas à agricultura.

O afastamento de Mauro Borges do governo em 26 de novembro de 1964 não pode ser apresentado como única causa do insucesso do empreendimento. Como veremos a seguir, essa é uma tese que não procede quando se analisa o período histórico que o País vivenciava, em especial, o estado de Goiás, durante a implementação do Combinado Agro-Urbano de Arraias.

3.1 A DISTÂNCIA DOS MERCADOS CONSUMIDORES

O estado de Goiás, na época da implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias, contava com uma área total de 617.706 km², com um território com pouca densidade demográfica. É interessante lembrar que os atuais estados de Goiás e Tocantins formavam um único estado (Goiás), com uma posição geográfica estratégica, no centro do país, podendo se comunicar com maior facilidade com os outros estados brasileiros, como pode ser notado no mapa de divisão regional do Brasil:

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL - 1960



Fonte: LIMA, H. P. et al (2002).

Por possuir uma área territorial muito extensa, algumas regiões ainda estavam sendo colonizadas. Nesse sentido, como modelo para resolver esses espaços desabitados, foram adotados três projetos de colonização e reforma agrária em Goiás: os Combinados Agro-Urbanos de Tocantinópolis, Araguacema e Arraias. Esse último é objeto de estudo desta dissertação. Tais projetos foram apresentados como um novo procedimento científico de colonização pelo governador: “Os chamados Combinados Agro-Urbanos são um novo procedimento científico que contrasta com os modelos convencionais de colonização que se vinham praticando até hoje no País” (TEIXEIRA, 1963, p. 25), e também como um instrumento de Reforma Agrária que seria utilizado em Goiás: “[...] mostraremos o verdadeiro instrumento de Reforma Agrária em Goiás – o Combinado Agro-Urbano – as bases de sua organização, seu trabalho, sua

vida e estrutura social. O Combinado, já em funcionamento, é um órgão vivo e dinâmico [...] (TEIXEIRA, 1963, p. 4)

Se compararmos a extensão territorial de Goiás com Israel, onde Mauro Borges buscou um modelo de colonização e reforma agrária exitoso, notamos o quanto era extenso o território goiano. Na descrição de Israel por Abreu Neto (2013), percebemos essa grande diferença. Israel é um pequeno país com 27.800 km², com 470 km de comprimento e 135 km de largura (em sua parte mais larga, do Golfo de Ácaba ao Mar Mediterrâneo). Alguns autores como Pedro Sisnando Leite (2015), não caracteriza geograficamente Israel com as áreas que são ocupadas pelos palestinos, Faixa de Gaza e Cisjordânia, o que o torna ainda menor com área total de 20.600 km². O Ministério das Relações Exteriores - Brasil (2016) apresenta uma superfície de 21.325km². Portanto, não há concessão com relação a extensão territorial de Israel, mas mesmo considerando a extensão maior, apresentada inicialmente, Israel é um país muito pequeno.



Fonte: Ministério das Relações Exteriores – Brasil (2016)

Dados publicados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil traçam um perfil econômico e geográfico do Estado de Israel mais atualizado, nele nota-se o tamanho do mercado⁴⁸ e sua concentração geográfica, o que nos permite ter uma noção exata da extensão territorial de Israel:

O mercado israelense é geograficamente pequeno. A população está altamente concentrada: 8,134 milhões de pessoas - mais de 90% da população - se encontram numa área de 10 mil km² - menos da metade do país. Na realidade, acima de 3,3 milhões de pessoas vivem nos distritos de Tel Aviv e na região central de Israel, que cobrem uma área de apenas 1.400 km². Outros 1,9 milhão vivem em outros dois centros metropolitanos - o Distrito de Jerusalém, a 50 km de Tel Aviv, e o Distrito de Haifa, a 90 km. No Distrito Norte, um pouco mais afastado, vivem mais de 1,3 milhão. Desta forma, os canais de distribuição, em Israel, são curtos e mais diretos (BRASIL, 2016, p. 65).

As distâncias internas de Israel das zonas produtoras de alimentos até os mercados são pequenas, os percursos menores facilitam a distribuição de mercadorias, que são conduzidas pelo transporte rodoviário, que é o mais utilizado naquele país: “Em virtude de seu tamanho, Israel tem este meio de transporte como principal” (ABREU NETO, 2013, p. 159). Em um país de pequena extensão territorial a abertura e manutenção de uma malha rodoviária, proporcionalmente, é menos dispendiosa do que em um Estado com um território muito grande como Goiás, e com poucas estradas de rodagem no início da década de 1960.

A proclamação do Estado de Israel ocorreu em 14 de maio 1948 (LAKATOS, 1970), contudo entre o período em que ocorreu a diáspora e o que antecedeu a imigração judaica para a Palestina e a formação do Estado judeu, a região não ficou desabitada, além dos árabes naquele local: “Existiram sempre no país, em maior ou menor número, comunidades judaicas” (LAKATOS, 1970,

⁴⁸ “Em sentido geral, o termo [Mercado] designa um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. Um mercado existe quando compradores que pretendem trocar dinheiro por bens e serviços estão em contato com vendedores desses mesmos bens e serviços. Desse modo, o mercado pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia. Concretamente, ele é formado pelo conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais (feiras, lojas, Bolsas de Valores ou de Mercadorias etc.). Ele se expressa, entretanto, sobretudo na maneira como se organizam as trocas realizadas em determinado universo por indivíduos, empresas e governos. A formação e o desenvolvimento de um mercado pressupõem a existência de um excedente econômico intercambiável e, portanto, de certo grau de divisão e especialização do trabalho. [...] De acordo com seu alcance, o mercado pode ainda ser classificado em local, regional, nacional e mundial” (SANDRONI, 1999, p. 378-379).

p. 7). O povoamento da Palestina é muito antigo. No seu artigo: *A Sociedade e a Religião do Israel Libertado*, Nelson Kilpp (1982) faz um apanhado das principais ideias da obra de Norman K. Gottwald: *The Tribes of Yahweh. A Sociology of the Religion of Liberated Israel, 1250-1050 B.C.E., New York, 1979*. Segundo Kilpp (1982), Norman K. Gottwald, ao analisar o sistema socioeconômico das cidades-estados cananeias no período anterior à formação do povo de Israel na Palestina, utilizou principalmente as Cartas de Amarna⁴⁹, do século XV/XIV a.C. Nota-se que o povoamento da região da Palestina é bem anterior ao nascimento de Jesus Cristo, percebe-se que existiam cidades-estados, estradas e a região sempre fora uma região disputada por causa da sua localização geográfica estratégica, daí o interesse do Egito em mantê-la sob domínio naquele período:

A Síria-Palestina sempre foi de interesse por causa de sua *localização geográfica estratégica*. Ela formava uma *perfeita* zona-tampão para eventuais invasores do Nordeste do país. Além disso ela era o “corredor” natural para o comércio com os povos do Oriente Médio. Não foi por acaso que Canaã se tornou conhecida como empório internacional. À dominação desta região prometia segurança e riqueza. O Egito garantia esta sua dominação através de algumas guarnições na região e de uma pequena administração de coleta de tributos de governantes nativos, os “reis” das cidades-estados.[...] A presença egípcia na Palestina era, para os dinastias locais, um fator de estabilidade, pois garantia a não-intromissão de dinastias vizinhos na política *interna* de sua cidade-estado, conservava a população “em seu lugar”, principalmente as camadas potencialmente rebeldes, favorecia o comércio entre as cidades, que, por sua vez, trazia riquezas às classes urbanas privilegiadas. O auge da dominação egípcia na Palestina (época de Tutmés III, 1490-1436 a.C.) significou também uma situação política “harmoniosa” em Canaã (KILPP, 1982, p. 245).

Quando os judeus migraram para a Palestina, antes da formação do estado de Israel em 1948, não encontraram uma região isolada e desabitada, existiam cidades e estradas que eram utilizadas há séculos pelos comerciantes de várias nações. Enquanto que em Goiás, em 1962, o governo de Mauro Borges ainda estava abrindo estradas em vários lugares do estado, visando resolver um problema histórico da região, a integração com as outras regiões do país. A

⁴⁹ “Em 1887, na cidade de Tel el-Amarna, antiga Akhetaten, foi encontrado um conjunto de tabletes com escritas em cuneiforme. Essas correspondências, chamadas de Cartas de Amarna, foram trocadas entre governantes egípcios e vizinhos e são datadas entre os últimos anos do reinado de Amenhotep III (c. 1390 – 1352) e os primeiros anos do governo de Tutankhamon (c. 1336 - 1327). Os temas mais recorrentes são casamentos diplomáticos, trocas de presentes e declarações de amizade” (SCOVILLE, 2015, p. 17).

abertura de estradas era um fator primordial naquele período de expansão da economia goiana, já que foi considerada uma condição essencial para a modernização econômica do estado, pois de acordo com Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, o atraso econômico estava associado às poucas estradas no período que antecedeu ao governo de Mauro Borges:

A lenta expansão da economia do Estado de Goiás foi devida, em grande parte, à falta de um sistema de transportes entre as zonas de produção e os mercados de consumo. Até o ano de 1950, Goiás dispunha de poucas estradas, na sua totalidade de leito natural ou revestimento primário, em condições precárias de conservação; de uma rede ferroviária de apenas 495 quilômetros, de bitola estreita e com escassa capacidade de tráfego; e de uma rudimentar navegação fluvial, em curtos trechos dos rios navegáveis (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p. 57).

A localização geográfica de uma região produtora tem uma relação direta com o mercado a que se destina a mercadoria, tanto que o acesso é uma das condições a ser analisadas para se produzir qualquer produto. Na década de 1960 os mercados locais mais próximos e promissores para o consumo de produtos agrícolas produzidos no Combinado Agro-Urbano de Arraias situavam-se na capital, Goiânia, com uma população ainda pequena; em Anápolis, também ainda limitada, e Brasília, a capital do país recém-inaugurada.

Há de se ressaltar as precariedades das estradas, com poucos quilômetros de pavimentação asfáltica. O Combinado Agro-Urbano encontrava-se situado a uma distância consideravelmente grande dos centros consumidores imediatos mais prováveis, Goiânia, Anápolis e Brasília. As pequenas cidades mais próximas eram abastecidas com suas próprias produções. Portanto, a produção desse Combinado deveria estar voltada para produtos pouco perecíveis, que poderiam ser transportados em um percurso de longa distância até seu destino final. É importante sublinhar que, naquele período, Goiás ainda não tinha acesso os meios de transporte específicos como temos na atualidade, que poderiam ser usados para transportar produtos perecíveis a longas distâncias.

As grandes distâncias entre as áreas de produção e mercados são sempre vistas como um fator importante a ser considerado na viabilidade de um negócio. Um dos teóricos que defende essa visão é Waibel (1948), que trabalhou

a teoria da localização de von Thünen. Com relação ao aproveitamento da terra chegou à seguinte conclusão:

[...] o aproveitamento da terra depende não só de condições físicas, mas também de fatores políticos, econômicos e sociais, e, acima de tudo, dos transportes e da distância das áreas de colonização aos mercados e ao litoral. No Brasil, talvez mais do que em outro qualquer país do mundo, a distância entre as áreas de produção e os centros de consumo (ou exportação) é um fato cujo significado não é possível exagerar. Em torno do problema da distância gravitam muitos outros, e qualquer concepção ou teoria sobre o mesmo deve ser recebida com interesse no Brasil e carinhosamente estudada por estadistas e técnicos em economia rural e em geografia econômica (WAIBEL, 1948, p. 3).

Embora seja atualmente criticado, Waibel (1948) percebe a relevância da teoria de von Thünen, desenvolvida no século XIX na obra *O Estado Isolado em relação à agricultura e à economia política, ou investigações referentes à influência dos preços dos cereais, da riqueza do solo e dos impostos sobre a agricultura. Hamburgo, 1826* (WAIBEL, 1948, p. 3). Esta obra, apesar de ter sido escrita há mais tempo, contribui para se compreender a organização da produção rural em torno dos mercados urbanos, no nosso caso, o projeto Combinado Agro-Urbano de Arraias em 1962. Com base em uma abstração relativa ao espaço, *O Estado Isolado* serve de parâmetro para a análise da distância do centro produtor até o mercado urbano. “O Estado Isolado de von Thünen é uma abstração relativamente ao espaço, à natureza e à economia” (WAIBEL, 1948, p. 4). Von Thünen define o *Estado Isolado* de acordo com a localização geográfica e o que se deve produzir em relação ao mercado nas cidades, haja vista que são os mercados dos centros urbanos maiores que determinam o preço da mercadoria.

O preço que na cidade se paga inclui as tarifas de transporte e aumenta com a distância da zona urbana. Assim, como o aumento da distância da cidade, a produção agrícola deve ser a que - de acordo com seu valor - exige menores tarifas de transporte e, além disso, a que não se deteriora com facilidade e não precisa ser consumida ainda fresca. Como a despesa de transporte dos produtos do campo, até a cidade, é igual para todos os pontos equidistantes do mercado urbano, os tipos de cultura agrária situar-se-ão em anéis ou faixas concêntricas, em torno da cidade, dispondo-se dos de maior intensidade, estes próximos ao centro, aos de menor, na periferia do Estado. Thünen estabeleceu distinção entre seis sistemas agrícolas e localizou-os em seis faixas agrárias, em um mapa do Estado Isolado [...]; o diâmetro do Estado Isolado é de 594 quilômetros (WAIBEL, 1948, p. 4).

A obra de von Thünen não é um manual a ser seguido, mas serve como ponto de partida para a realização de algumas observações quando se vão produzir, principalmente em pequenas propriedades, cujos proprietários não dispõem de capital para fazer grandes investimentos. Justamente por que precisam de retornos mais rápidos da produção para sobreviverem e acabam por se dedicarem às culturas que são de baixo investimento, mas que tem retorno imediato como as olerícolas⁵⁰. Estas propriedades, geralmente, se desenvolvem próximas às cidades. Nelas são cultivados produtos que em sua maioria não suportariam ser transportados por longas distâncias. Em contrapartida, se por acaso suportassem ser transportados, devido ao seu baixo preço, não seria viável vendê-los em centros distantes, pois o valor do transporte seria agregado ao custo da mercadoria. O produtor não vende seu produto de acordo com os seus custos de produção, mas de acordo com o preço que é estipulado pelo mercado. Como não é o produtor que estipula o preço de sua mercadoria, mas sim o mercado, logo conclui-se que a distância vai determinar o tamanho das propriedades e o que será produzido nestas. É bom que se compreenda que os argumentos aqui utilizados correspondem para o contexto histórico da década de 1960, especificamente para o Combinado Agro-Urbano de Arraias. Essa teoria para o estudo desse período torna-se viável para analisar um projeto com uma produção agrícola familiar, em pequenas propriedades, voltada para o mercado, contribuindo, assim, para a compreensão de como o fator distância do projeto até outros lugares e o isolamento foram determinantes para a inviabilidade do Combinado de Agro-Urbano de Arraias.

O Estado de Israel demonstra, atualmente, que é possível produzir em pequenas propriedades e vender produtos agrícolas perecíveis para lugares muito distantes como a Europa, utilizando-se dos avanços tecnológicos na conservação de alimentos. Também foi possível porque toda a economia agrícola de Israel está organizada em cooperativas, permitindo que um pequeno produtor, juntamente com outros pequenos produtores, possa exportar sua produção.

Existem, em Israel, 2.948 km² de áreas cultivadas. Apenas 2% da força de trabalho israelense dedicam-se à atividade agrícola. Israel planta,

⁵⁰ Olerícolas de “Olericultura – parte da horticultura que trata da exploração de atividade que produzem legumes e verduras” (ORMOND, 2006, p.210).

localmente, a maior parte de sua produção agrícola e é, ainda, um exportador de cítricos, flores, abacates e várias outras variedades vegetais. Frutas e legumes são colhidos, selecionados, lavados e empacotados chegando, na manhã seguinte, a mercados nas capitais europeias. São menos de 24 horas do campo, em Israel, ao mercado de New Covent Garden, em Londres (BRASIL, 2010, p. 22).

Como podemos notar, no relato citado do Ministério das Relações Exteriores – Brasil (2010), atualmente o desenvolvimento dos meios de transporte diminuíram as distâncias, permitindo o transporte de mercadorias altamente perecíveis. Contudo, como já destacado anteriormente, a localização geográfica é um fator de fundamental importância econômica a ser observado quando se vai começar qualquer negócio. “A localização é uma das primeiras decisões do estabelecimento de uma empresa [...]” (DONDA JÚNIOR, 2002, p. 27).

De forma que a localização se torna um fator relevante para começar um empreendimento. O planejamento do Combinado Agro-Urbano de Arraias parece não ter observado os escritos da época sobre as distâncias entre produção e mercado, pois desde o século XIX já havia estudos sobre a localização, como podemos notar: “As primeiras contribuições teóricas de localização industrial devem-se a Alfredo Weber, Launhardt e Achille Loria e foram desenvolvidas em fins do século XIX” (MACHADO, 1990 apud DONDA JÚNIOR, 2002, p. 27). Além desses autores citados também podem ser destacados outros estudiosos que trabalharam a localização no período que antecedeu o Combinado Agro-Urbano de Arraias, que poderiam ser observados na elaboração do projeto como: Johann Heinrich von Thünen (1826) e August Lösch (1957).

Para se estabelecer o local ideal para a abertura de um empreendimento é de fundamental importância conhecer o mercado e observar a localização geográfica em relação ao mercado consumidor e fornecedor de insumos para a produção. “[...] tanto para Weber, quanto para Von Thünen, o local ideal era aquele que proporcionasse menor custo em transportes [...]” (DONDA JÚNIOR, 2002, p. 32).

3.2 – OS ENTRAVES ECONÔMICOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIAS

Os Kibutzim e os Moshavim precederam a formação do Estado de Israel, logo se conclui que, inicialmente, o financiamento dos mesmos não veio do Estado. A compra das terras e o financiamento da montagem das cooperativas ficaram ao encargo da Organização Sionista Mundial (OSM), criada em 1897, através da Agência Judaica, organização responsável por representar a comunidade judaica da Terra de Israel diante das autoridades estrangeiras. O capital para esses empreendimentos foi proveniente da United Jewish Appeal (UJA) nos EUA e pelo Keren Halessod (KH) no resto do mundo. Abreu Neto (2013) menciona a origem do capital utilizado na construção do Estado de Israel:

O orçamento da AIJ (Agência Judaica por Israel – organização responsável por representar a comunidade judaica da Terra de Israel diante das autoridades estrangeiras) e da OSM proveio (ainda provém), sobretudo de fundos levantados pelo United Jewish Appeal (UJA) nos EUA e pelo Keren Halessod (KH) no resto do mundo (ABREU NETO, 2013, p. 139).

Foram várias as formas de arrecadação de fundos tanto para a construção do Estado de Israel em 1948 como para dinamizar a economia industrial e agrícola, com base nas aldeias cooperativas de produção. Entre 1950 até 1965 a economia de Israel cresceu a uma taxa média anual de 11% do PIB, esse crescimento contou com recursos provenientes do exterior.

De fato, Israel recebeu nesse período elevadas somas de capital. Foram ajuda dos EUA em transferências unilaterais e empréstimos, reparações alemãs, venda de Títulos do Estado de Israel no exterior e transferências às instituições públicas, principalmente para Agência Judaica, que assumiu a responsabilidade de imigração e colonização agrícola. Desse modo, Israel contou com recursos para uso doméstico para consumo público e privado e para investimentos – cerca de 20 por cento superiores ao próprio PNB⁵¹ (LEITE, 2015, p. 37).

⁵¹ “PNB — Produto Nacional Bruto. É o valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais (pertencentes a residentes no país), independente do território econômico em que esses recursos foram produzidos. Incluem-se nele o valor da depreciação e o resultado, positivo ou negativo, da conta de rendimentos do capital do balanço de pagamentos” (SANDRONI, 1999, p.475).

Em Goiás a situação era muito diferente em 1962, o projeto de Mauro Borges dependeria de fundos provenientes de arrecadação de impostos do próprio Estado e de financiamentos do governo federal. O Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás corrobora a expectativa de atrair capitais de outras regiões do país ou financiamentos feitos diretamente para o estado por investidores externos:

A principal fonte de recursos será a arrecadação estadual. Com a introdução de aperfeiçoamentos e métodos mais racionais no mecanismo fazendário, serão ampliadas as possibilidades financeiras do Estado [...]. Um combate sistemático à sonegação aumentará os recursos efetivos de que o Estado poderá dispor como instrumento de promoção de desenvolvimento econômico. Outra fonte de recursos serão os acordos e fundos federais. Um grande esforço será dispendido para atrair capitais de outras regiões do país e do estrangeiro (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p. 18-19).

Na realidade, Mauro Borges não pôde contar com recursos além dos provenientes da arrecadação do Estado de Goiás para executar seus projetos em diversas áreas. Em sua autobiografia, Mauro Borges: *Tempos idos e vividos. Minhas experiências*, o governador reafirma essa dificuldade: “Nossos recursos financeiros eram escassos, quase franciscanos” (TEIXEIRA, 2002, p. 190). A falta de recursos financeiros pode ser atribuída às crises política, econômica e social que ocorreram na década de 1960, período de profundas transformações do capitalismo, iniciadas na década de 1950 e que se estenderam até 1980. Silva (1990) destaca a inversão da relação campo-cidade, quando a população do campo diminuiu em relação a da cidade

A maior e mais importante de todas as alterações é a inversão da relação cidade/campo, onde a população rural, em 1950, representava 64% da população total e a população urbana 36%, passando, em 1980, a primeira para 33% e a segunda para 67% da população total (Silva, 1990, p.273).

Além dessa mudança, ocorreram também a intensificação do processo de industrialização, a concentração de renda e a integração no conjunto econômico capitalista, marcado pela expansão do capitalismo, principalmente no campo. As transformações sociais ocorridas com o êxodo rural aumentaram a população urbana e diminuiu, conseqüentemente, o contingente dos currais eleitorais no campo, o que gerou uma crise de representatividade política com a redução do poder dos partidos tradicionais.

Esse período, conforme Silva (1990), foi marcado pela crise social oriunda do êxodo rural, que esvaziou o interior do Rio de Janeiro e Espírito Santo, acentuou a precariedade das condições sociais dos camponeses, levando-os a uma crescente violência. Também, uma profunda crise econômica e política desenvolvida durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), acusado por corrupção e incapacidade administrativa, pois permitiu que a inflação chegasse a um patamar nunca visto na história do Brasil. Tais fatos do governo de Juscelino Kubitschek contribuíram para que a União Democrática Nacional (UDN) chegasse ao poder com a eleição de Jânio Quadros (31/01/1961-25/08/1961), com o discurso político de recuperação econômica e austeridade. Como o partido do vice-presidente não estava vinculado ao do presidente, esse sistema permitia à população escolher um vice de outro partido, assim sendo, João Goulart, que era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), elegeu-se vice. Jânio foi eleito, mas não possuía o apoio do Congresso Nacional, pois enfrentava a oposição da bancada nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrata (PSD), além de não ter apoio de seu próprio partido, tinha na figura de Carlos Lacerda um opositor. Jânio Quadros, cujo discurso era de recuperação econômica, agudiza ainda mais a crise com sua renúncia:

O Presidente Jânio Quadros, inconformado com os limites constitucionais ao seu governo, e açoitado pelos índices inflacionários, concebe um plano, “tão sinistro quanto ingênuo”, de forçar a concessão de amplos poderes pelo Congresso Nacional, apresentando em 24 de agosto de 1961, sete meses depois de sua posse, sua renúncia. O vice-presidente, centro de crises recorrentes com os militares, encontrava-se na República Popular da China, compondo o quadro burlesco da crise gerada por Quadros. Sua esperança residia na ojeriza dos militares a Goulart e num virtual pedido para que retornasse ao poder, agora sob a forma ditatorial. Entretanto, a UDN de Carlos Lacerda denuncia o plano e o PTB e o PSD dão, no Congresso, o fato da renúncia como consumado (SILVA, 1990, p. 279).

“Todas as agitações, instabilidade política, angústias e perplexidades, embora não tenham suas causas profundas na renúncia do presidente Jânio Quadros, tiveram nela um poderoso agente catalítico” (TEIXEIRA, 2006, p. 33). Jânio Quadros não criou a crise, mas sua renúncia intensificou-a, provocando um total desequilíbrio político no Brasil. A tentativa de golpe, por parte dos militares, voltou ao cenário político brasileiro como tentativa de descumprir a Constituição de 1946, que dizia: “Art. 79. Substitui o Presidente, em caso de

impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República” (BRASIL, 1946). De acordo com a Constituição Federal de 1946, que estava em vigor, o sucessor era João Goulart, contudo:

Os ministros militares assumem o poder e declaram o impedimento de Goulart, provocando imediata reação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, principal líder da ala esquerda do Trabalhismo, e do governador de Goiás, Mauro Borges. [...] O III Exército, o mais poderoso do país, comandado pelo General Machado Lopes, sob pressão de forte campanha pela legalidade liderada por Brizola, declara-se pela posse do vice-presidente, cindindo as Forças Armadas. [...] O deputado do PSD de Minas Gerais, Tancredo Neves, encaminha uma solução de compromisso, estabelecendo através de uma Emenda Constitucional o regime parlamentarista, o que tornava Goulart uma figura decorativa e, portanto, palatável aos militares (SILVA, 1990, p. 279).

A crise econômica se agrava em 1962, Silva (1990) relata que chegou a desaparecer dos mercados, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, itens importantes da cesta básica como o açúcar, feijão e arroz. No dia 6 de janeiro de 1963 João Goulart realiza um plebiscito em um clima de golpe de Estado, retornando o presidencialismo, mas mesmo assim não conseguiu acabar com a crise que já vinha desde o final do governo de Juscelino Kubitschek:

A economia brasileira entrara num longo ciclo depressivo, desde 1962, agravado por uma inflação crescente, que paralisava as obras consideradas básicas pelo governo, visando a uma melhor distribuição de renda, e causava forte pressão sobre os salários, originando um clima de enfrentamento entre patrões e empregados, que vinha se somar à crise política mais geral (SILVA, 1990, p. 287).

De acordo com Mauro Borges (TEIXEIRA, 2006), o governo de Goiás esperava participar da administração de Jango, por sua “posição decisiva e patriótica” de apoio de Mauro Borges a posse do presidente. O governador esperava poder indicar políticos goianos aliados ao governo estadual aos cargos em órgãos como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)⁵², Fundação Brasil Central, Banco do Brasil e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). Havia ainda a promessa de Jango a Mauro Borges, de que ele indicaria um ministro de Estado, o prefeito de Brasília e um diretor do Banco do Brasil. Porém, as nomeações não aconteceram

⁵² “Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de elaborar e conduzir um plano de desenvolvimento para a região. [...] Em 1966, o governo militar substituiu esta instituição pela Sudam” (MARQUES, 2013).

de acordo com as promessas feitas. Depois de muitas tentativas conseguiu somente a nomeação do diretor do Banco do Brasil.

Após a posse do Presidente, Mauro Borges foi a Brasília para conseguir um empréstimo de dois bilhões de cruzeiros. Diante das recusas por parte do ministro da Fazenda Walter Moreira Salles, relata Mauro Borges, que depois de várias visitas ao Presidente e um encontro nada amistoso com o ministro da Fazenda, conseguiu um empréstimo de quinhentos milhões de cruzeiros, somente a quarta parte do valor pretendido.

Sem nenhuma participação expressiva no governo federal, e cooperação financeira também muito limitada, as esperanças de um forte apoio da União se diluíram. Contudo, muitas das deficiências eram debitadas ao funesto e híbrido parlamentarismo brasileiro (TEIXEIRA, 2006, p. 36).

Percebemos que na introdução do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – Diretrizes para 1961 – 1965, o financiamento para sua execução não passou de tratado otimista. Esse otimismo não levava em consideração as reais condições que o Brasil enfrentaria, ou seja, uma grave crise econômica, iniciada no final do governo de Juscelino Kubitschek, num ciclo depressivo que teve início em 1962, atingindo o seu apogeu em 1964, com uma inflação de 91,9% ao ano, e que se estendeu até 1969 com uma inflação de 20,02%. O PIB⁵³ caiu paulatinamente ano a ano, de 10,3% em 1960 para 2,6% em 1964 (Fundação IBGE *apud* Silva 1990). A inflação encontrava-se em um patamar altíssimo e o PIB em queda livre, portanto, uma década de crise, conseqüentemente, com impactos significativos para a geração de recursos para investimentos federais.

Contudo, Goiás estava numa situação privilegiada, com um crescimento de 10,5% ao ano entre 1950/58. Enquanto o Brasil estava em crise, Goiás

⁵³ Produto Interno Bruto (PIB) “Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Exclui as transações intermediárias, é medido a preços de mercado e pode ser calculado sob três aspectos. Pela *ótica da produção*, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais. Pela *ótica da renda*, é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios. Pela *ótica do dispêndio*, resulta da soma dos dispêndios em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações. Sob essa ótica, o PIB é também denominado Despesa Interna Bruta (SANDRONI, 1999, p.459).

apresentava franco crescimento, com taxas maiores que as nacionais, que demonstravam crescimento econômico. Na análise de Almeida (1964, p.51): “Essas taxas [...] traduzem no seu crescimento forte sensibilidade ao aumento das atividades agropecuárias, profundamente vinculado ao aproveitamento de terras virgens”. Com base nos dados de crescimento da década anterior é que se criou, no final da década de 1950 e no início da década de 1960, uma grande expectativa advinda das transformações ocorridas em Goiás, em especial, com a construção e transferência da capital federal para o Centro-Oeste e a expansão horizontal capitalista na agricultura. Esta expectativa estava expressa no Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás:

O Plano prevê, para o período 1960/1965, investimentos totais no valor de 33 bilhões e 21 milhões de cruzeiros. A estimativa dos recursos correspondentes ao custo dos empreendimentos foi calculada com base nos preços de junho de 1960 e inflacionada a uma taxa de 20% ao ano. É uma estimativa flexível com os recursos financeiros disponíveis. Esses recursos existem. Cumpre disposição para obtê-los. A principal fonte de recursos será a arrecadação estadual. Com a introdução de aperfeiçoamentos e métodos mais racionais no mecanismo fazendário, serão ampliadas as possibilidades financeiras do Estado [...]. Um combate sistemático à sonegação aumentará os recursos efetivos de que o Estado poderá dispor como instrumento de promoção de desenvolvimento econômico. Outra fonte de recursos serão os acordos e fundos federais. Um grande esforço será dispendido para atrair capitais de outras regiões do País e do estrangeiro (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p. 18-19).

Almeida (1964), em seu artigo *Uma experiência de planejamento regional em Goiás, durante o período do Governo Mauro Borges* (1964), evidencia o crescimento de Goiás naquele período, contrapondo-se a grande recessão que o país enfrentava. Enquanto a economia nacional estava em crise o estado passava por gradual crescimento:

A receita arrecadada pelo estado passou de 2 bilhões e 144 milhões de cruzeiros em 1960, para 3 bilhões e 156 milhões de cruzeiros no primeiro ano de execução do plano e 5 bilhões e 334 milhões de cruzeiros no segundo ano [...]. Em 1961 o aumento foi de 47% e em 1962 de 69%, sendo que 29% representa a contribuição do aumento geral de impostos, abatida a perda dos impostos territorial e de transmissão intervivos, o que reduz o acréscimo efetivo, nesse ano, a 40% (ALMEIDA, 1964, p. 61).

Goiás havia aumentado à arrecadação de forma significativa no início da década de 1960. Contudo, enfrentou problemas para cumprir as metas propostas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico nas seguintes áreas:

agricultura e pecuária, rede de armazéns e silos, transportes, energia elétrica, educação, cultura e saúde pública. Em mensagem dirigida a Assembleia Legislativa de Goiás, Mauro Borges alegava ter cumprido mais da metade das metas previstas. Almeida (1964) discorda do discurso do governador comparando a previsão que consta do Plano de Desenvolvimento Econômico com a execução dos objetivos setoriais:

Acontece, todavia, que a comparação foi feita sem atualização das estimativas de custo dos investimentos, calculadas, como já foi dito, a preços de junho de 1960 e inflacionados a uma taxa de 20% ao ano. Como a taxa de inflação foi muito maior (35% em 1961, 62% em 1962 e 80% em 1963), é evidente que a comparação só teria sentido se os custos de previsão fossem reajustados. Nesse caso, ter-se-ia chegado à desanimadora conclusão de que os investimentos realizados representam apenas 45% das metas fixadas para o período 1961/1963 (ALMEIDA, 1964, p. 65-66).

Almeida (1964) aponta alguns indicadores do Plano comparando-o com as mensagens do governo e outros documentos oficiais. Comparou a previsão e execução dos objetivos setoriais, procurando comprovar que Mauro Borges apenas havia cumprido 45% das metas fixadas. O gráfico a seguir foi feito com base nas informações e análises de Almeida (1964):

OBJETIVOS SETORIAIS/ CONSTRUÇÃO OU INSTALAÇÃO		
Agricultura e Pecuária:	Previsto	Executado
Estações experimentais	08	01
Estações zootécnicas	05	01
Postos de semente	10	01
Escritórios de extensão rural instalados (1961/62)	25	07
Armazém construção para a capacidade/toneladas	70.000	4.200
Ensilagem/instalação	130.000	2.500

Transportes (1961/1963):		
Pavimentação (km)	280	80
Estradas de 1ª classe /construção (km)	160	407
Estradas pioneiras/construção (km)	3.000	3640
Educação e Cultura		
Construção de salas de aula:		
Ensino primário	6.000	
Ensino secundário e normal		
Total de salas construídas para o ensino primário, secundário e profissional	400	968
Saúde Pública		
Construir e equipar unidades sanitárias	135	20

Fonte: Almeida (1964).

Quando descreve sobre a saúde pública o autor esclarece sobre as 20 unidades sanitárias construídas: “Segundo um resumo das realizações do governo editado pela Secretaria de Planejamento em junho de 1963, àquela época estavam em funcionamento 20 unidades sanitárias, o que, naturalmente, inclui as já existentes antes do Plano” (ALMEIDA, 1964, p. 67).

Na análise de Almeida (1964) sobre a colonização do Governo, o Combinado Agro-Urbano de Arraias contava com 230 famílias em 1963, no entanto, havia previsto 800 famílias, e o número de assalariados trabalhando no projeto era de 173 pessoas. O empreendimento foi visto como uma experiência, de resultados ainda duvidosos.

Almeida (1964) afirma que o que faltou ao Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás foi a eliminação de privilégios econômicos e sociais e que “Os dois primeiros anos de execução revelaram um verdadeiro abismo entre a ‘estratégia de planejamento’ e a ‘ação do Governo’” (ALMEIDA, 1964, p. 59).

Nota-se que as ações do governo não estavam cumprindo o que estava previsto no Plano de Desenvolvimento Econômico. O Plano foi transformado por Mauro Borges num instrumento de estatização, quando o estado deveria se dedicar somente as grandes obras de infraestrutura. Almeida (1964) frisa a reação política contra o Plano afirmando que ele foi construído sem quaisquer injunções políticas e que era baseado na competência e no esforço individual, contudo, vinha sofrendo oposição:

Contra a política proposta no Plano também reagiu o sistema político dominante em defesa de seus privilégios políticos, do nepotismo, do empreguismo de inspiração e de influência partidária e do tráfico de influência. Como o Governo é sustentado por um sistema que mantém, ainda hoje, todos os vícios da ditadura, não lhe foi possível firmar-se no combate à corrupção administrativa, à malversação de dinheiros públicos, o desperdício, a substituição do individualismo por uma organização racional e harmônica (ALMEIDA, 1964, p. 60).

Segundo esse autor, o governo não conseguiu combater a corrupção administrativa por ser sustentado por um sistema que mantinha todos os vícios da ditadura e que por isso ocorria a malversação de dinheiros públicos e desperdício, sendo também incapaz de impedir a evasão fiscal e de executar a política de austeridade fiscal, como estava previsto no Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás.

Os recursos que o Estado se propunha a mobilizar estavam condicionados a uma política de combate sistemático à sonegação e de austeridade, firmeza e segurança a fim de evitar os gastos supérfluos e combater os desperdícios [...]. Em contradição com essa política de absoluta prioridade às atividades-fim do Estado, o Governo estadual deu tremendo impulso às atividades-meio. Sob a alegação de que "a estrutura administrativa do Estado não se mostrava aparelhada de recursos humanos e materiais para o processamento das revolucionárias modificações decorrentes da aplicação de novas concepções", e de que eram imperativas a centralização da direção e descentralização da ação, realizou-se uma custosa e extravagante reforma administrativa na qual foram criadas, entre outros órgãos, três secretarias de Estado (totalizando onze), dez autarquias e onze sociedades de economia mista. Essa dispendiosa descentralização, além de agravar o mais sério problema administrativo do Estado que é a escassez de profissionais qualificados, terminou por anular a capacidade de investimento do governo estadual (ALMEIDA, 1964, p. 60-61).

Como foi demonstrado anteriormente, apesar da crise econômica que o Brasil estava passando, a arrecadação de Goiás estava em crescimento,

contudo, segundo Almeida (1964), houve um desequilíbrio das finanças estaduais decorrente das despesas administrativas. Abaixo um gráfico do Balanço do Estado em que Almeida (1964) demonstra o registro crescente do aumento do déficit escritural do Tesouro Estadual alcançados nos dispêndios realizados em 1961, 1962 e 1963.

ESTADO DE GOIÁS
RECEITA ARRECADA E DESPESA REALIZADA
(Milhões de cruzeiros)

Anos	Receita Arrecadada	Despesa Realizada	Deficit
1960	2.144	2.366	222
1961	3.156	3.805	649
1962	5.334	7.897	2.563
1963	10.000	12.300	2.300

FONTE: Balanços do Estado *apud* Almeida, (1964 p.63).

Como já tratamos anteriormente: “A economia brasileira entrara num longo ciclo depressivo, desde 1962, agravado por uma inflação crescente, que paralisava as obras consideradas básicas pelo governo” (SILVA, 1990, p. 287). Portanto, nenhum projeto que fosse realizado naquele período poderia contar com o apoio do governo Federal, pois não havia recursos. Esta foi a conclusão de Mauro Borges diante da negação de financiamento por parte de João Goulart. Sem participação do governo Federal e “cooperação financeira também muito limitada, as esperanças de um forte apoio da União se diluíram” (TEIXEIRA, 2006, p. 36). Sem apoio e sem financiamento federal, essa era a situação do governador Mauro Borges, porém, Goiás estava numa situação privilegiada pois sua economia vinha num crescimento notável, acreditava-se que os projetos poderiam contar com recursos próprios, já que estava ocorrendo um aumento da arrecadação no Estado. Entretanto, isso não foi possível: “Em consequência do elevado nível do custeio da administração estadual, ficou praticamente nula a capacidade de investir do Estado” (ALMEIDA, 1964, p. 64).

Sem recursos federais e sem a capacidade de investir do Estado restava a Mauro Borges “atrair capitais de outras regiões do País e do estrangeiro”. Porém, não se tem notícia de documentos que comprovem que houve a entrada de capitais de outras regiões em Goiás para financiamento de projetos. Com relação ao capital externo, Mauro Borges também não obteve financiamento, pois:

No contexto geral de crise, dá-se, também, ampla paralisação dos investimentos privados, seja por temor da conjuntura econômica e política seja por mecanismos de lockout⁵⁴, visando acelerar a deterioração econômica do governo Goulart. Ao mesmo tempo, os rumos tomados pela política externa brasileira, a denominada ‘Política Externa Independente’, formulada desde os tempos de Jânio Quadros e conduzida por San Thiago Dantas, objetivando identificar o país com o movimento não-alinhado, faz com que comece a ser paralisada a chegada de capitais estrangeiros, em particular norte-americanos (SILVA, 1990, p. 288).

Skidmore (1982) reafirma que naquele período o governo norte-americano cortou o financiamento quase totalmente, passando a negociar diretamente com os estados brasileiros que se enquadrassem às agências norte-americanas. Goiás não fez parte dos estados que receberam financiamentos, somente dois estados preencheram as condições exigidas, Rio Grande do Norte e o estado da Guanabara:

A partir da segunda metade do ano de 1963, o governo norte-americano tornou-se cada vez mais circunspeto em relação a Goulart. Nenhum novo acordo de auxílio foi assinado, exceto os acordos para o excedente de trigo (Lei Pública 480 dos Estados Unidos) e a assistência ao programa da SUDENE no Nordeste. Em vez disso, o governo dos Estados Unidos seguiu uma política de negociar diretamente com os governadores estaduais que estivessem dispostos a preencher as condições das agências norte-americanas. Em estados como a Guanabara e o Rio Grande do Norte, governadores da UDN aceitaram as condições e receberam dinheiro norte-americano para realizar programas de desenvolvimento econômico (SKIDMORE, 1982, p. 390-391).

⁵⁴ “LOCKOUT. Paralisação das empresas pelos próprios empregadores. Seus objetivos podem ser: 1) frustrar a realização de uma greve; 2) induzir os grevistas de outras empresas a voltarem ao trabalho para não prejudicar os companheiros das empresas fechadas pelos patrões; 3) protestar contra medidas governamentais; 4) forçar elevação de preços e/ou tarifas de bens ou serviços” (SANDRONI, 1999).

Diante desse cenário, percebe-se as dificuldades encontradas por Mauro Borges para implantar um projeto com custos elevados que poderia levar vários anos para se efetivar. Apesar de contar em seu planejamento com financiamentos do governo federal, estes não se concretizavam, pois na época, o governo federal praticamente não estava recebendo recursos externos, sem condições de repassar capital para os estados. Além de enfrentar uma política externa adversa, internamente o Brasil vivenciava uma crise econômica. Por último, como já foi descrito, Almeida (1964) afirma que as receitas do governo de Goiás eram menores que as despesas, conseqüentemente, não havia capital para grandes investimentos, inclusive para a implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias.

3.3 - A QUESTÃO SOCIAL NO COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRAIS - GOIÁS

A proposta do governo do estado de Goiás para o campo, nas palavras de Mauro Borges, foi iniciada “em caráter pioneiro a implantação de um protótipo de colonização em base cooperativista, inspirada na experiência [...] de Israel” (TEIXEIRA, 2006, p. 41), mas adaptada à realidade de Goiás. O projeto pioneiro, Combinado Agro-Urbano de Arraias, deveria servir de exemplo para o Brasil.

Por ser esse Combinado uma experiência nunca vivenciada no estado, em especial, no meio rural, provavelmente, poucas pessoas o compreendiam. Por ser totalmente diferente de tudo que havia sido feito em território goiano, era uma experiência extremamente nova. Até o próprio governador não conseguia explicar de forma coerente a questão da propriedade da terra, que não seria privada, e sim pertencente ao estado, podendo ser arrendada por 49 anos e renovada no quinquagésimo ano automaticamente. Em outros momentos o discurso do governador era outro: “Os colonos serão proprietários dos lotes e das casas residenciais” (TEIXEIRA, 2006, p. 68). Essa afirmação do governador se repete em outros documentos como na *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges* (TEIXEIRA, 1963, p. 29) e na *Cartilha para o Combinado Agro-Urbano* que, copiando uma similar de Israel, reafirma o caráter estatal da terra, que poderia somente ser arrendada e não transferível, por conseguinte, o colono não poderia ser proprietário: “A terra, na Rurópolis, será propriedade do IDAGO e

nunca poderá ser vendida, subdividida e nem transferida. Ela, usualmente, será arrendada aos colonos por um período de 49 anos” (IDAGO, 1987, p. 44). Mauro Borges também se mostrava confuso e incoerente quando afirmava que:

Os Combinados Agro-Urbanos ao conservarem a unidade Geoeconômica através da adoção de um Modelo Cooperativista Integral proporcionam a programação e integração dos fatores econômicos, técnicos e sociais, inclusive, canalizando os serviços de assistência ao nível da comunidade (TEIXEIRA, 1963, p. 26).

Lakatos (1970), ao estudar a estrutura e organização social em Israel, identifica o Moshav Ovdim e o Moshav Shitufi como cooperativas simples, e somente o Kibutz é apresentado como cooperativa integral:

Portanto, podemos destacar uma ideia essencial, que distingue o Kibutz: a comunhão integral como forma consciente de vida. Disso decorre uma série de consequências: a abolição da propriedade privada, a responsabilidade comum e a igualdade entre todos (LAKATOS, 1970, p. 39).

No Kibutz o trabalho e o acesso à terra são coletivos. De acordo com Mauro Borges, as terras das fazendas onde o Combinado Agro-Urbano de Arraias foi implantado, deveriam ser divididas em quatro áreas, ABCD, subdivididas em 200 lotes agrícolas de 30 hectares e entregues aos colonos. Logo, como podemos observar, não seria uma cooperativa integral, pois a produção não seria coletiva como no Kibutz.

O quadro seguinte nos ajuda a perceber com qual dos modelos israelenses de cooperativas o Combinado Agro-Urbano se identificava. Esse quadro foi feito com base no quadro comparativo apresentado por Bulgarelli (1966), em seu livro: *O kibutz e as cooperativas integrais*, com o propósito de sublinhar as semelhanças e as diferenças entre as cooperativas israelenses.

<i>Características</i>	<i>Combinado Agro-Urbano de Arraias</i>	<i>Moshav Ovdim</i>	<i>Moshav Shitufi</i>	<i>Kibutz</i>
------------------------	---	-------------------------	---------------------------	---------------

<i>Produção Agrícola</i>	<i>Familiar</i>	<i>Familiar</i>	<i>Coletivo</i>	<i>Coletivo</i>
<i>Compra de artigos de consumo e pessoais</i>	<i>Individual</i>	<i>Individual</i>	<i>Individual</i>	<i>Coletivo</i>
<i>Compra de equipamentos agrícolas, em geral</i>	<i>Individual</i>	<i>Cooperativo</i>	<i>Coletivo</i>	<i>Coletivo</i>
<i>Venda da produção</i>	<i>Cooperativo</i>	<i>Cooperativo</i>	<i>Coletivo</i>	<i>Coletivo</i>
<i>Habitação</i>	<i>Familiar</i>	<i>Familiar</i>	<i>Familiar</i>	<i>Adultos: familiar Crianças: coletivo</i>
<i>Criação e Educação das crianças</i>	<i>Familiar</i>	<i>Familiar</i>	<i>Familiar</i>	<i>Coletivo</i>

Fonte: Bulgarelli (1966) e IDAGO (1987)

Pelas características apresentadas no quadro comparativo, podemos perceber que o Combinado Agro-Urbano de Arraias se identificava mais com o Moshav Ovdim, excluindo, assim, todas as possibilidades de ser um Moshav Shitufi ou um Kibutz, pois de acordo com Bulgarelli:

A ideia essencial que ressalta do kibutz é a comunhão integral como forma consciente de vida, do que decorre uma série de consequências, inclusive a impossibilidade da propriedade privada, a responsabilidade comum e a igualdade de todos. Numa rápida análise, pode-se constatar que nos Kibutzim não existe propriedade particular e com exceção de alguns pertences pessoais, seus membros não possuem quaisquer bens, e sequer possuem direitos à propriedade do kibutz, como sociedade – este é de todos, e enquanto permanecem nele seus membros tem seus direitos assegurados no que tange à repartição comum dos frutos do trabalho, que se resolve no consumo. Como para ingressar no kibutz nada tem que pagar, também ao desligar-se o membro nada recebe, a não ser, às vezes, uma pequena soma para seus primeiros tempos fora do kibutz, podendo ainda levar consigo

seus pertences pessoais. Cessa assim, a sua qualidade de sócio e não de coproprietário o que ele nunca foi (BULGARELLI, 1966, p. 22-23).

Embora o Combinado Agro-Urbano tenha algumas semelhanças com o Kibutz, não pode ser considerado como tal e muito menos como um Moshav Shitufi, como afirma Mauro Borges quando compara o seu empreendimento com um Moshav Shitufi, afirmando que o Combinado Agro-Urbano de Arraias estava “muito se aproximando da organização do <moshav shitufi>” (TEIXEIRA, 1963, p. 5). No Combinado Agro-Urbano de Arraias o fato de cada membro receber uma gleba de terra para ser trabalhada com sua família, com total liberdade para decidir o que deseja produzir e comprar individualmente os equipamentos agrícolas, em geral, assemelha-se a algumas características do Moshav Ovdim, que o distingue dos outros sistemas cooperativos.

[...] o Moshav Ovdim é o moshav tradicional, em que a produção agrícola (incluindo-se a pecuária e avicultura) é individual, assim como a vida em família, a educação dos filhos, sendo em forma de cooperativa as compras e as vendas dos seus produtos. O Moshav Shitufi é semelhante ao Moshav Ovdim, exceto no que tange à produção e à compra e venda que são realizadas coletivamente, como um todo, e repartindo proporcionalmente, ao passo que no Moshav Ovdim, as vendas são feitas em proporção à entrega dos produtos, por parte de cada membro e as compras são efetuadas por cada um, nos armazéns dos moshavim (BULGARELLI, 1966, p. 34).

Uma das características comum na formação do Kibutz, Moshav Ovdim e Shitufi, foi que surgiram antes da formação do Estado Nacional Israelense. “Em 1948 havia, em Israel, 176 Kibutzim, 58 Moshavim Ovdim e 6 Moshavim Shitufi'im” (PINHO, 1966, p. 133). Portanto, não foram criadas e nem administradas pelo Estado. A gestão dessas cooperativas era realizada pelos próprios membros de forma democrática. Ao contrário, toda a estrutura montada para a implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias foi apresentada em um plano de colonização e reforma agrária feito pelo governo estadual, sem a presença de outros agentes. Na verdade, esse empreendimento foi uma empresa estatal, como se pode notar no seguinte relato: “[...] viviam em fins de 1963, 230 famílias. O número de assalariados era de 173. Portanto, havia um número considerável de pessoas que trabalhavam no projeto recebendo salário do estado” (ALMEIDA, 1964, p. 66).

3.3.1 A Questão Social Educacional

A questão social educacional é um dos fatores de grande relevância na análise do desenvolvimento socioeconômico do estado de Goiás. Leite (2015) afirma que o sucesso econômico de Israel está vinculado aos conhecimentos historicamente adquiridos pelos judeus no período em que viveram na Europa.

No entender de muitos estudiosos da economia de Israel, esse país foi significativamente beneficiado pelo capital social acumulado ao longo de anos, o que ajudou o crescimento na velocidade em que ocorreu. De fato, muito dos imigrantes que chegaram a Israel de todas as partes do mundo, tanto antes como depois de 1948, trouxeram educação e capacitação que aplicaram essas habilidades no desenvolvimento econômico da agricultura, inicialmente, e depois na industrialização e em outras atividades (LEITE, 2015, p. 57).

Enquanto os imigrantes que foram para a Palestina eram “constituídos por estudantes” (LAKATOS, 1970, p. 22) e os kibutzim eram “constituídos de membros de excelente nível cultural, muitos com formação universitária” (BULGARELLI, 1966, p. 84), ao contrário, Goiás, na década de 1960, contava com a maioria da população vivendo no campo, sem acesso à educação formal, pois havia poucos professores e escolas, os conhecimentos eram, muitas vezes, transmitidos oralmente pela família. A população campestre, em sua maioria, era analfabeta e a cultura era baseada na tradição oral. Entretanto, “A partir de 1940 iniciou-se um forte desenvolvimento populacional que colocou Goiás, ao lado do Paraná, como uma nova fronteira de desenvolvimento no Brasil” (ALMEIDA, 1964, p. 55). A população total de Goiás cresceu a uma taxa de 4% entre os censos de 1940 e 1950 e, no intervalo de 1950/1960, a população total cresceu 4,6%. Houve um crescimento demográfico em Goiás relacionado a nova fronteira de desenvolvimento econômico, com uma taxa de crescimento populacional total superior a do Brasil, que nestes mesmos períodos foi de: 2,4% entre 1940/1950 e de 3% entre 1950/1960, contudo, a produção agropecuária estava em condições precárias:

Essa explosão demográfica encontra a atividade básica do Estado – agricultura e pecuária – em estado de absoluta precariedade. A agricultura goiana baseia-se ainda no sistema de trabalho braçal, onde a fonte de energia é o esforço humano e o instrumental são a foice e a

enxada. Ainda se pratica a agricultura extensiva, devido, em grande parte, à falta de recursos materiais, o que leva progressivamente as terras férteis ao cansaço. O arcaísmo das técnicas ainda adotadas concorre para que a atividade agrícola, dia a dia, se torne menos lucrativa, mais trabalhosa, mais difícil e desestime qualquer interesse pela atividade rural (ALMEIDA, 1964, p. 55).

O problema da educação em Goiás era um obstáculo à adoção de um sistema avançado de produção, o que impedia a expansão do sistema econômico. O índice de analfabetismo era alto. No Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, 1961) não é explicitado os critérios que foram usados para se concluir que 65% da população de Goiás era formada por analfabetos, porém o índice era altíssimo. Outro ponto preocupante com relação a educação era a falta de professores diplomados e a presença de muitos educadores leigos, como se pode notar:

Outro ponto vulnerável da escola primária em Goiás é o do magistério. Cerca de 70% das professoras com regência de classe não são normalistas. Nas escolas mantidas pelo Estado, os elementos não diplomados representam 68%. Para esse elevado índice de improvisação, que se tornaria mais contundente se se adicionasse o número de professores mal formados, muito tem ocorrido a política do “Estado Cartorial”, conspirando contra a eficiência do ensino fundamental (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, 1961, p. 68).

Segundo Almeida (1964), o objetivo do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás para 1961/1965 era transformar Goiás num grande centro agropecuário de alta produtividade. Mas, os baixos índices de escolaridade eram um obstáculo que impedia a assimilação e uso de novas tecnologias voltadas para o aumento da produtividade. O Plano chamou a atenção para falta de pessoas especializadas e apontou que o caminho para suprir essa deficiência seria a preparação técnica. “O Ensino Técnico, de nível médio, é o responsável ao desenvolvimento econômico” (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p. 70). O Plano também detectava o problema da mão de obra sem qualificação no campo, que era incapaz de aceitar e usar as novas tecnologias para o aumento de produtividade: “Um das principais dificuldades na produção do desenvolvimento agrícola em Goiás é o baixo nível de educação da população rural, que possui limitada capacidade profissional, adstrita aos métodos primitivos” (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p. 47).

Com relação à assistência médico-sanitária, o Plano deixava evidente a situação de precariedade em que Goiás se encontrava. “O aparelhamento médico-sanitário do Estado é deficiente, caracterizando-se pela inexistência ou pela insuficiência de recursos médico-hospitalares” (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1961, p. 77). Como já colocado anteriormente nesse estudo, a população de Goiás, em especial, a campestre, nesse período, vivia em condições precárias, com poucas estradas, um número elevado de analfabetos e em muitos lugares sem nenhuma assistência médico-sanitária. Essa era a realidade das pessoas que, na concepção do governo Mauro Borges, iriam participar do projeto do Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás, como agentes da modernização o Estado.

3.4 – A EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO E O PODER DOS LATINFUNDIÁRIOS

Locatel e Lima (2016) salientam que as oligarquias sempre estiveram no poder pelo fato da agricultura ser de grande relevância econômica para o país. Almeida (1964) reafirma sua preponderância no estado de Goiás:

Para ressaltar a grande importância das atividades primárias na vida econômica de Goiás, note-se que cerca de 84% da população do Estado depende da agricultura, sendo de 64% sua contribuição para a formação do Produto Interno do Estado (ALMEIDA, 1964, p. 55-56).

Sobre a agricultura Locatel e Lima (2016) frisam que: “As raízes históricas da formação socioterritorial do Brasil estão assentadas sobre as bases agrárias e a agricultura sempre teve importância fundamental na economia nacional e na reprodução do poder político no cerne do Estado nacional” (LOCATEL e LIMA, 2016, p. 59). De acordo com esses autores, a partir de 1930 ocorreu uma reconfiguração do poder político, quando Getúlio Vargas inicia o processo de industrialização do Brasil, contudo, não houve o alijamento das oligarquias rurais. Por meio do pacto político populista, essas continuaram no poder. Esse

pacto era a expressão dos interesses de diferentes grupos e classes sociais, e pode ser compreendido em dois períodos, de 1930-1945 e de 1945-1964.

No Brasil o regime populista não é oligárquico, porém as oligarquias continuaram exercendo funções de hegemonia social e política no âmbito local e regional e se encontravam representadas na esfera federal. A burguesia industrial vai se fortalecendo, no entanto, isso não significou que as tradicionais oligarquias agrárias fossem afastadas do poder. Estas mantiveram uma forte presença no Congresso Nacional, foram objetos de políticas econômicas específicas e, principalmente, tiveram resguardo, do ponto de vista legal, o absoluto controle sobre a propriedade da terra (LOCATEL e LIMA, 2016, p. 60).

Locatel e Lima, (2016) ressaltam que com a chegada dos militares ao poder em 1964 foi celebrado um novo pacto com oligarquias rurais que mantinha os privilégios, o poder político e também incluía as reivindicações de projetos e programas voltados à agropecuária. Para manter representantes no poder a oligarquia rural se associa com o grande capital:

Para garantir a presença de representantes no Congresso Nacional e nos altos cargos do Governo, principalmente em Ministérios e Secretarias de Estado, com o intuito de garantir seus interesses, os ruralistas sempre criaram mecanismos para se perpetuarem no poder. Um desses mecanismos tem sido a associação com o grande capital, que concede ajuda financeira para as campanhas eleitorais (LOCATEL e LIMA, 2016, p. 70).

Com esses arranjos políticos entre Estado e oligarquias agrárias, podemos concluir que nenhum projeto de reforma agrária passaria pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia estadual. Essas jamais permitiriam um sistema com base na fragmentação das propriedades e com o controle da posse da terra pelo Estado. O projeto do governo de Mauro Borges de estatizar a terra e de organizar a agricultura em bases cooperativistas, como feito em Israel, país de pequeno território e com produção agrícola baseada em pequenas propriedades e no cooperativismo, não conseguiria ser aprovado politicamente naquele momento. Como já demonstrado, essa elite rural se fortaleceu ainda mais quando a indústria passou a atuar no campo a partir da década de 1960, quando o Brasil incorporou o modelo capitalista americano voltado para a grande propriedade, que passou a ser denominada de agronegócio. Os seus representantes no Congresso Nacional, a chamada bancada ruralista, passaram a representar a fusão de interesses dos agropecuaristas e das agroindústrias.

Mais tarde, após 1964, quando o capitalismo brasileiro e seus partners estrangeiros descobriram a terra como reserva de valor para seus capitais, tornou-se ainda mais difícil qualquer tentativa de reforma agrária. Somou-se, a isso, a crescente demanda de produtos primários como sejam, carne, madeira e derivados, propiciando imensos investimentos no campo, seja de empresas nacionais, seja de grandes conglomerados estrangeiros como as multinacionais [...] (SILVA, 1990, p. 285).

3.5 – AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA

Segundo Gonçalves (2008, p.54), a integração da agricultura ao processo geral de industrialização ocorreu em meados do século XX como consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial que realizou inovações tecnológicas e lógicas organizacionais que foram aplicadas no espaço agrário.

3. 5.1 O Desenvolvimento Tecnológico na Agricultura

Em *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*, Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) argumentam que o marxismo, na medida que aumentou as categorias teóricas e ideológicas “para incorporar as estruturas sociais rurais modernas”, distorceu o significado de desenvolvimento tecnológico. Os autores afirmam que a compreensão da agricultura não se dá por meio da estrutura social nem na dotação dos fatores, mas que é necessário perceber que:

[...] a agricultura confronta o capitalismo com um processo de produção natural. Diferentemente dos setores da atividade artesanal, a agricultura não poderia ser diretamente transformada num ramo da produção industrial. Não havia alternativa industrial à transformação biológica da energia solar em alimento. A industrialização da agricultura, portanto, tomou um caminho decididamente diferente (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 1).

Na observação dos autores Goodman, Sorj e Wilkinson (2008), os capitais industriais demonstraram-se incapazes de retirar as limitações estruturais do processo de produção agrícola como: a conversão biológica de energia, o tempo biológico no crescimento das plantas e a gestação animal e também como espaço nas atividades rurais baseada na terra. Como não conseguiram alterá-lo, criando um processo de produção unificado, adaptaram-se as especificidades

da natureza na produção agrícola. Essa adaptação da indústria ao processo de produção agrícola foi denominada de “apropriacionismo”. Na descrição feita pelos autores nota-se como se deu esse processo de apropriação de partes do processo da produção agrícola pela indústria e sua incorporação imanente por meio dos insumos nos cultivares.

Dentro dos limites mutáveis definidos pelo progresso técnico, elementos discretos do processo de produção têm sido conquistados pela indústria - a semeadura à mão pela máquina de semear, o cavalo pelo trator, o esterco por produtos químicos sintéticos. Assim, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial. Este processo descontínuo, porém, persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua reincorporação na agricultura sob a forma de insumos designamos apropriacionismo (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 1-2).

Outra forma de transformação industrial da agricultura, que ocorreu com o surgimento da indústria alimentícia, foi o “substitucionismo” em que o produto da agricultura é transformado, perdendo suas características originais, oriundas do meio rural, deixando de ser um alimento agrícola, tornando-se produto alimentício. O produto agrícola passa a ser um insumo da indústria de alimentos, dificultando até a compreensão de sua identidade como produto rural, pois o mesmo além de sofrer várias transformações recebe adição de componentes não-agrícolas.

Os produtos da agricultura igualmente apresentaram problemas singulares para a produção industrial. O destino deles como alimento impedia sua simples substituição por produtos industriais. Entretanto, o surgimento da indústria alimentícia, argumentamos, representa um processo igualmente descontínuo, mas permanente, de alcançar a produção industrial de alimentos, que denominamos substitucionismo. Neste processo, a atividade industrial não apenas representa uma proporção crescente do valor agregado, mas o produto agrícola, depois de ser primeiramente reduzido a um insumo industrial, sofre cada vez mais a substituição por componentes não-agrícolas (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 2).

Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) afirmam que apropriacionismo e substitucionismo são conceitos analíticos. Os dois conceitos representam processos paralelos que correspondem à industrialização da produção rural e do produto agrícola final. O primeiro ocorre por meio de apropriações parciais, descontínuas do trabalho e dos processos biológicos de produção como máquina, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos e biotecnológicos.

O segundo representa o desenvolvimento paralelo de substitutos industriais para os produtos rurais. O substitucionismo se coloca entre a fonte de produção rural e o consumo final. “Dado este passo, a forma rural do produto agrícola e seus componentes podia ser, então, modificada e ‘apagada’, facilitando seu tratamento e apresentação como um produto industrial” (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 52).

O capitalismo se insere no processo produtivo no campo inicialmente com as apropriações que aos poucos vão substituindo os processos tradicionais. Como se pode notar “[...]a substituição do produto rural e a ação paralela de apropriação constituem um movimento de interação combinado do capital no processo gradual e ininterrupto de troca das atividades rurais por atividades industriais” (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 50).

Além da capitalização das atividades agrícolas no campo, Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) destacam como os capitais industriais atuam na redução da importância da natureza na produção rural:

Em seu sentido mais pleno, o apropriação constitui-se pela ação empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente como uma força fora de sua direção e controle. Isto foi alcançado inicialmente pela redução dos limites impostos pela terra enquanto espaço por meio da mecanização e, subsequentemente, pelo esforço contínuo de transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial. Com efeito, o processo de reprodução natural das plantas e animais está sendo internalizado, através da ciência, na reprodução dos capitais industriais. Deste modo o apropriação descreve a reestruturação constante do processo de produção rural à medida em que estes capitais exploram novas oportunidades de acumulação. Esta reestruturação não chega a constituir-se numa transformação unificada, mas está conduzindo a um processo de produção industrial (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 3).

Esta produção industrial unificada, que visa transformar a produção agrícola até o consumo final, tem encontrado limitações impostas pela natureza, impedindo uma revolução nos meios de produção. As apropriações ficam restritas ao trabalho rural direcionado à mecanização da agricultura e a inovações químicas e genéticas. As limitações impostas pela natureza levaram diferentes frações do capital a controlar algumas áreas ligadas à produção agrícola por meio de processos de apropriações parciais e descontínuas que se consolidaram historicamente e são notadas na produção de implementos

agrícolas, no processamento, na fabricação ou distribuição de alimentos. Embora tenha havido um desenvolvimento científico na área da engenharia genética, como a hibridação e o melhoramento genético de animais, a terra natureza ainda é determinante na reprodução:

Deste modo, embora o apropriação tenha produzido mudanças nas características genéticas de organismos vivos através de técnicas de hibridização, os processos biológicos subjacentes à produção rural continuaram a ser determinados fundamentalmente por condições ambientais com base na terra. Somente com o surgimento de biotecnologias modernas, notavelmente os métodos de recombinação do DNA, tornou-se possível, realisticamente, considerar a perspectiva de que o processo de transformação biológica poderá, eventualmente, cair sob controle industrial direto. Entretanto, a inovação tecnológica na indústria de sementes, por outro lado, pode levar a uma maior consideração dos sistemas com base na terra e não à sua perda de importância (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 9).

De acordo com Goodman, Sorj e Wilkinson (2008), a apropriação seguiu inicialmente duas tendências básicas, concentrando-se no processo de trabalho, com a mecanização das lavouras nos Estados Unidos e nas propriedades químicas do solo na Europa. Posterior a essas duas tendências desenvolveu uma segunda linha do apropriação ligada as inovações químicas e genéticas: com a produção industrial de fertilizantes, sementes híbridas e agroquímicos finos, dando origem a ramos separados da agroindústria. As duas tendências se desenvolveram num período histórico para atender as necessidades agrárias da Europa e dos Estados Unidos como se pode notar na citação abaixo:

As duas tendências básicas da apropriação industrial refletiram as condições agrárias contrastantes encontradas na Europa e nos Estados Unidos, e foram definidas pelos níveis existentes de conhecimento científico e tecnológico. Nos Estados Unidos, com abundância de terra e escassez de mão-de-obra, a energia humana e a animal utilizadas como base do processo de trabalho foram o ponto focal de uma série de rápidos e cada vez mais convergentes padrões de apropriação. A Europa, por sua vez, com seus solos exauridos, cultivados há tanto tempo, sua estrutura agrária mais rígida e, até fins do século XIX, oferta mais abundante de mão-de-obra, fez avanços através da apropriação industrial do sistema natural de restauração dos nutrientes do solo. Surgiram, assim, duas estruturas agroindustriais diferentes, ligadas, respectivamente, às dinâmicas da engenharia mecânica e automotora e da indústria química. Uma vez que a capacidade de apropriação do processo biológico de produção era bastante limitado antes de 1914, estas duas estruturas agroindustriais são caracterizadas acima de tudo por suas trajetórias independentes (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 10-11).

O apropriação será internacionalizado por meio da Revolução Verde, veículo pelo qual o capitalismo irá penetrar no campo.

3.5.2 A Revolução Verde⁵⁵

De acordo com Tambara (1985 apud ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2012, p.26) “a Revolução Verde, na verdade é a penetração capitalista no campo, tem como objetivo a maximização produtiva que objetivamente usa a natureza para conseguir mais lucros [...]”. Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) destacam a Revolução Verde como o principal veículo para a transformação da agricultura do Terceiro Mundo e uma forma como internacionalizar o apropriação:

A Revolução Verde representa um dos principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação. A realização científica decisiva foi a difusão das técnicas de criação de plantas, desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou este processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos industrialmente. Como vimos, o conhecimento teórico e prático para esta tarefa já tinha sido estabelecido. Portanto, em grande medida, a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 38-39).

Zamberlam e Froncheti (2012) descrevem que a primeira fase da Revolução Verde teve um caráter experimental, com projetos-pilotos gestados no México, Filipinas e Brasil, além dos Estados Unidos, resultando em pacotes tecnológicos que foram difundidos nas outras fases posteriores.

⁵⁵ “Segundo Brum (1988 apud GONÇALVES, 2008), historicamente o processo de industrialização da agricultura teve início no ano de 1943, quando o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) firmou convênios com a Fundação Rockfeller e com a Fundação Ford, que assumiram a tarefa de estruturar e desenvolver o programa denominado “Revolução Verde”, com o firme propósito de transformar a agricultura estadunidense. Coordenado pelo agrônomo Norman Borlaug, a transformação na agricultura ocorreu mediante a introdução maciça de um pacote tecnológico, científico e organizacional que priorizou a aplicação de uma série de mudanças na base técnica da produção (sementes híbridas, inoculantes biológicos, irrigação, adubos químicos, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas, técnicas e tratamentos culturais modernos, orientação agronômica), que visou o aumento exponencial da produtividade agropecuária. Basicamente, o programa “Revolução Verde” buscou superar as “tradicionais” limitações ambientais de clima e de fertilidade do solo, existentes na agricultura estadunidense, mediante a aplicação deliberada dos recursos e dos métodos baseados na racionalidade técnico-científica” (GONÇALVES, 2008, p. 56).

Segundo Aquino e Assis (2005 apud ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2012, p. 27-28), a agricultura convencional, dita moderna e oriunda da Revolução Verde, tem seus pilares na agroquímica, na motomecanização e na manipulação genética. Zamberlam e Froncheti (2012, p. 29) exemplificam: “O pacote tecnológico[...] é uma linha de montagem na qual o agricultor é dependente na produção agropecuária”. A agricultura passa seguir, com a Revolução Verde, padrões estabelecidos pela pesquisa:

No pós-guerra de 1945, grandes empresários perceberam que um dos caminhos do lucro permanente era o alimento. Por possuírem grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica), direcionaram tais sobras para a agricultura. Encarregaram as fundações Ford e Rockefeller, o Banco Mundial, entre outros, de sistematizarem o processo. Estes montaram a rede mundial GCPAI (Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional) que é, na realidade, o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo (ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2012, p. 30).

Zamberlam e Froncheti (2012) destacam a Organização Mundial do Comércio (OMC), representante das grandes empresas e indústrias dos países desenvolvidos, nas políticas de organismos internacionais condicionantes da agricultura convencional, cujas políticas são definidas nas reuniões que ocorrem geralmente de dez em dez anos, comumente denominadas de rodadas, que acontecem em vários países. A 6ª rodada, denominada Rodada Kennedy, 1964-1967, em que estiveram presentes 62 países, cujo foco foram as tarifas e medidas antidumping⁵⁶, foram definidas políticas de estímulo à produção de grãos. A partir da 6ª rodada 1964-1967 do GATT⁵⁷/OMC ocorreram os impactos sobre a agricultura moderna/convencional brasileira, com a introdução do pacote

⁵⁶ *Dumping* é uma “Prática comercial que consiste em vender produtos a preços inferiores aos custos, com a finalidade de eliminar concorrentes e/ou ganhar maiores fatias de mercado. No mercado internacional, o *dumping* pode ser persistente quando existem subsídios governamentais para o incremento das exportações e as condições de mercado permitem uma discriminação de preços tal que a maior parte dos lucros de uma empresa que o pratica seja obtida no mercado interno. O *dumping temporário* é utilizado para afastar concorrentes de determinados mercados quando um país necessita colocar neles excedentes de certos produtos, sem prejudicar os preços praticados em seu mercado interno. A Comunidade Econômica Europeia (agora União Europeia) proíbe o *dumping*. E o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) — agora substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC) — permite a introdução de tarifas especiais ou sobretaxas de importação como forma de limitar os efeitos de tal política. Essas medidas, entre outras, são denominadas medidas *antidumping*” (SANDRONI, 1999, p. 187)

⁵⁷ “O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) foi criado em 30 de outubro de 1947 [...], nunca conseguiu conquistar personalidade jurídica própria. Já a Organização Mundial do Comércio (OMC), que o substituiu em 1º de janeiro de 1995, surgiu como uma organização permanente e com mais poderes” (ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2012, p. 31).

tecnológico extensivo, com crédito subsidiado via Banco do Brasil e assistência técnica prestada pela Emater, Embrapa e cooperativas. Na Rodada Uruguai, 1986-1993, 8ª rodada com participação de 123 países, houve um avanço do Pacote Tecnológico (biotecnologia) e nova regionalização da agricultura. A OMC define o que cada país deve produzir, definindo também uma regionalização interna. A OMC estabeleceu uma nova ordem de integração com a formação de megablocos pelos países ricos e de blocos regionais pelos países em desenvolvimento, definiu a exclusão do setor agrícola de agricultores considerados ineficientes e por último promoveu a regionalização da agricultura brasileira em três regiões como é demonstrado no quadro de Zamberlam e Froncheti (2012):

Nova Regionalização da Agricultura Brasileira

Sul do Brasil	Centro-Oeste	Norte/Nordeste
Foco: Produção de proteína animal (aves, suínos e leite, utilizando os grãos da região)	Foco: Pecuária extensiva	Foco: Cereais irrigados e fruticultura irrigada
Além disso: - Reflorestamento - Erva-mate (chá para exportação) - Fruticultura	Além disso: - Grãos: soja e milho	Além disso: - Exploração da floresta

Fonte: Quadro montado pelos autores - Zamberlam e Froncheti (2012)

3.5.3 O Processo de Modernização da Agricultura no Brasil

Goodman, Sorj e Wilkinson,(2008) afirmam que a convergência entre a agroquímica, a motomecanização e manipulação genética se tornaram possível com o desenvolvimento da pesquisa genética, embasados na teoria genética mendeliana aplicada ao desenvolvimento e na difusão de variedades de milho híbrido nos anos 1930, chegando-se a produzir variedades de alto rendimento, sensíveis ao uso de fertilizantes e adaptadas à colheita mecânica:

Subsequentemente, a pesquisa genética consolidou ainda mais o seu papel de pivô na inovação agrícola: a semente se tornou o portador do progresso técnico na biologia de plantas que, refortalecida pelos novos avanços na bioquímica e genética molecular durante os anos 50 e 60, se confirmou como o foco privilegiado de apropriação industrial (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 2008, p. 32).

Zamberlam e Froncheti (2012) trazem à tona as discussões das décadas de 1950 e 1960 e apontam quais deveriam ser os caminhos que a agricultura brasileira deveria tomar, quais sejam, fazer uma reforma agrária, adotar o modelo europeu de fragmentar a terra em porções e distribuí-las aos camponeses para conter o êxodo rural e democratizar o acesso à terra, retirando, assim, áreas de terras das mãos de grandes proprietários. A outra forma seria adotar o modelo norte-americano, exportado pela Revolução Verde, com pacotes para aumentar a produtividade, sem mexer na estrutura da posse da terra, mantendo a grande propriedade, só que de acordo com o novo modelo, a agroempresa. Em síntese, a forma de sair do subdesenvolvimento seria promover o aumento da produtividade agrícola utilizando a tecnologia, que seria uma forma de resolver os problemas sociais, principalmente um dos mais sérios, a fome. Assim, segundo os autores, a Revolução Verde direcionou o caminho que a agricultura brasileira deveria tomar para se modernizar:

Uma tríplice aliança foi formada: Estado brasileiro, grandes empresas de capital nacional e empresas internacionais que optaram pela modernização da agricultura. As ideias oriundas da Revolução Verde criaram a expectativa de superação do subdesenvolvimento a partir de transformações no setor agropecuário. Com isso, o setor agrícola se dinamizava e geraria um aumento de produção através do qual acabaria com a fome da população e, com o excedente, poderia incrementar suas exportações e gerar divisas, promovendo um progresso generalizado e autossuficiente (FLEISCHFRESSER, 1998 apud ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2012, p. 39).

O caminho da modernização tomado pelo Brasil não foi feito de forma autônoma e isenta de influência do capital industrial internacional, como já foi trabalhado no início dessa dissertação, seguiu o modelo internacionalizado pela Revolução Verde, visto que instituições norte-americanas desenvolviam pesquisas em território brasileiro na agricultura. Uma personagem que representou este capital no território nacional foi Nelson Rockefeller⁵⁸. Ele

⁵⁸ “Nelson Aldrich Rockefeller nasceu em 1908 e foi batizado em homenagem ao seu avô materno, o senador Republicano Nelson Aldrich. Homem de negócios, político, filantropo,

corporificou o individualismo darwinista com o calvinismo. Representava os interesses da grande indústria ao mesmo tempo em que patrocinava missões filantrópicas. OLIVEIRA (1999), em seu artigo *As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil*, com base nos relatos de Colby e Dennet no livro *Seja feita a vossa vontade* (1998), decreve a influência de Rockefeller na criação da extensão rural no Brasil, canal utilizado para modernizar a agricultura. Oliveira relata que o ideal extensionista estava presente na ação filantrópica da família Rockefeller manifesta na Junta Geral de Educação e da Comissão Sanitária Rockefeller, no sul e no meio-oeste americanos. Esta instituição estimulava o uso de rotação de culturas, fertilização, saneamento e agricultura mecanizada. Portanto, a fórmula social que implantou a agroindústria nos Estados Unidos estava concretizada, e foi utilizada em outros países.

“Nelson Rockefeller alternava de posição nas esferas públicas e privadas” (OLIVEIRA, 1999, p. 107). Nelson Rockefeller, assitente do Departamento de Estado Americano, canalizou para o comunismo o combate que era dado ao nazismo-fascismo, durante a guerra. Fato que pode ser evidenciado em sua ação:

A forma com que Nelson Rockefeller conduziu o tema na administração de Truman causou profundo descontentamento à direção do Departamento de Estado. Isso porque, com a Guerra quase terminada, Nelson Rockefeller ousadamente desfazia-se da ideologia anti-nazista para voltar-se contra o comunismo, atitude que só mais tarde viria a caracterizar a política da guerra fria de Washington (OLIVEIRA, 1999, p. 103).

As ideias de Nelson Rockefeller teve forte influência na política externa norte-americana. O que pode ser notado na elaboração do Ponto IV do presidente Truman, que continha um programa de ajuda técnica para o mundo subdesenvolvido. “Durante toda à década de 50, a cooperação técnica governamental americana, iniciada com o Ponto IV⁵⁹, tinha se aprofundado”

coleccionador de artes, entre outras atividades que marcaram a carreira do terceiro filho de John D. Rockefeller Jr. e Abby Aldrich Rockefeller, Nelson pertenceu a uma família que conquistou ainda no século XIX uma grande fortuna, inicialmente, com a exploração de recursos naturais: o petróleo, com a *Standard Oil Company*, cuja subsidiária na Venezuela – a *Creole Petroleum Co.* – da qual Nelson fez parte do Board of Directors (1935-1940). Ainda no final do século XIX e durante o início do século XX, a família Rockefeller iniciou também a participação em atividades filantrópicas, sendo que a AIA estaria ligada, de acordo com o próprio Nelson, à esta tradição” (SILVA, 2013, p. 171)

⁵⁹“Em termos concretos, o primeiro compromisso estadunidense com a cooperação internacional em larga escala adquiriu materialidade com o Programa Ponto IV enunciado pelo presidente

(OLIVEIRA, 1999, p. 104). Nelson Rockefeller manifestava intrinsecamente ideais universalistas do cristianismo de expansão religiosa por meio de missões:

Seu conceito pessoal de missão, fruto das tradições religiosas e da inabalável crença calvinista de sua família na capacidade de promoção do capitalismo, tinha sido amenizado por um respeito pela cultura latino-americana raro entre os americanos. Seu entusiasmo quase evangélico pelo desenvolvimento do capitalismo no Terceiro Mundo tinha sido vital no lançamento dos programas americanos de ajuda externa, especialmente o programa Ponto IV de Harry Truman (COLBY e DENNETT, 1998, p. 26).

Segundo Oliveira (1999), Nelson Rockefeller desenvolveu duas ações básicas na América Latina e no Brasil: colonização e agroindustrialização. No Brasil o trabalho desenvolvido pela AIA⁶⁰ se deu com o propósito de colonização e desenvolvimento rural.

Os programas da AIA foram criados, principalmente, como um esforço de treinamento, fornecendo informações sobre nutrição, saúde, economia doméstica e dados técnicos sobre práticas agrícolas, tendo suas ações, desde o começo concentradas em dois países: no Brasil, por causa de seu tamanho e importância nas relações hemisféricas, e na Venezuela, por causa do petróleo (OLIVEIRA, 1999, p. 117).

Dentre os objetivos traçados pela AIA, conforme Oliveira (1999), estava o assentamento de nordestinos no Planalto Central. A atenção de Nelson Rockefeller estava voltada para o Centro-Oeste. Os funcionários da AIA conheciam a região, sabiam que a maior parte das terras já haviam sido privatizadas. Vale ressaltar que o interesse dos funcionários da AIA não era nas pequenas propriedades, mas nas grandes propriedades. “A ideia deles tinha sido ‘colonizar e desenvolver as grandes propriedades existentes’ através de um ‘tipo especial de crédito’. Mas, a propriedade da terra permaneceria inalterada” (COLBY e DENNETT, 1998, p. 485).

Truman, que, em seu discurso de posse, declarou ser “política dos Estados Unidos ajudar os esforços dos povos das áreas economicamente subdesenvolvidas a melhorar suas condições de vida e trabalho, mediante a troca de conhecimento técnico e o ritmo de investimento de capital em países que propiciarem condições sob as quais a assistência técnica e de capitais possa contribuir para elevar os padrões de vida [...]” Latta, 1951 apud MENDONÇA 2010, p. 191”.

⁶⁰ “A AIA (Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social) tinha a ideologia da modernização, transformar o mundo à imagem e semelhança dos Estados Unidos. [...] A AIA era uma fundação que foi registrada em 1º de junho de 1946, em Nova York e era dividida em dois seguimentos: uma não lucrativa e outra lucrativa com o propósito de promover o autodesenvolvimento e melhores condições de vida, por meio da cooperação entre os povos do mundo” (ROMANIELLO, 2015, p. 19).

Para sua primeira experiência na América Latina no pós-guerra, Nelson escolheu o estado de Minas Gerais, no planalto central brasileiro, ao sul da Bahia, que era rica em petróleo. Era uma escolha sábia. Um tanto maior do que a França, Minas Gerais era um reduto agrícola e minerador da facção exportadora conservadora do Partido Social Democrata, que romperam com Vargas em 1945 para apoiar o golpe do general Eurico Gaspar Dutra (COLBY e DENNETT, 1998, p. 249).

De acordo com Oliveira (1999), o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, estabelecido por Milton Campos, governador de Minas Gerais (1947-1951), tinha como objetivo criar e manter condições de estímulo ao investimento privado, procurando evitar o êxodo rural, melhorar a produção agrícola e fixar o homem no campo. Na época, muitos pequenos proprietários, depois do esgotamento do solo e sem condição de produzir, deixavam Minas para viverem nas favelas do Rio de Janeiro. Com objetivo de evitar esse êxodo rural e manter o produtor no campo foi que: “Em 1948, Nelson e Milton Campos, governador de Minas Gerais, assinaram um acordo para estabelecer uma agência de crédito agrícola, ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural)” (COLBY e DENNETT, 1998, p. 251).

Para Oliveira (1999), Juscelino Kubitschek, na condição de presidente, deu continuidade a essa relação amistosa entre Brasil e Estados Unidos. O Escritório Técnico de Agricultura (ETA) foi criado e mantido pelo acordo com o governo norte-americano, representado por Nelson Rockefeller, com os recursos do Programa Ponto IV.

Dessa forma, foram inúmeros os convênios realizados para viabilizar a expansão do serviço extensionista pelo país. Em 1956, Juscelino Kubitschek, logo após tomar posse como presidente, criou a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) num encontro com Crawford e, posteriormente, encontrou-se com Rockefeller, que lhe prometeu o financiamento para o programa de crédito em Minas Gerais.

3.5.4 – O Cerrado Brasileiro como perspectiva de negócios

No interregno dos governos de Getúlio Vargas foi implantado o sistema extensionista dos Estados Unidos da América no Brasil, inicialmente em Minas Gerais e, também, a “intervenção sobre o cerrado brasileiro após 1945” (SILVA,

2011). Como se pode notar, conforme Silva (2011), os norte-americanos já atuavam no cerrado brasileiro, desde a década de 1940, com a agência norte-americana de pesquisa IRI. Esta agência tinha como objetivo a produção de conhecimento científico visando explorar a agricultura em larga escala e, especificamente na década de 1950, com a produção de conhecimentos voltados ao aumento da fertilidade do solo do Cerrado brasileiro. Na realidade, os objetivos do IRI não estavam limitados somente aos conhecimentos da fertilidade do solo do Cerrado brasileiro:

O IRI constituiu-se em uma agência de pesquisa vinculada a um projeto com objetivos mais amplos[...], de manutenção de relações políticas e econômicas junto aos governos da América Latina, projeto este idealizado por Nelson Aldrich Rockefeller (1908-1979) após o fim da segunda guerra mundial. Deste projeto surgiu em 1946 a American International Association for Economic and Social Development (AIA, agência que formalmente não possui ligação com a Fundação Rockefeller), uma agência filantrópica voltada principalmente para a assistência técnica (SILVA, 2011, p. 6).

Conforme Silva (2011), em 1947 foi criada a Corporação Internacional de Economia Básica (IBEC), agência com fins lucrativos, enquanto a AIA permanecia filantrópica. A criação da IBEC se deu em virtude da legislação norte-americana que não permitia a captação de recursos e a posterior aplicação dos mesmos em atividades de filantropia (SILVA, 2011, p. 6). Nesse arranjo de conveniência a AIA ficou com as atividades voltadas para assistência técnica, enquanto que o IBEC com as atividades dedicadas às pesquisas do milho híbrido, café, algodão e outros produtos. O autor ainda argumenta, que juntos AIA, IBEC e IRI desenvolveram projetos de pesquisa sobre as potencialidades agrícolas do solo que foram fundamentais para o alargamento das fronteiras agrícolas: [...] “o conhecimento científico produzido pelo IRI serviu de base para a consolidação de programas de ocupação de novas ‘fronteiras’ agrícolas no Brasil, articulando interesse de agências internacionais e do estado brasileiro” (SILVA, 2011, p. 7). Afirma que o trabalho apresentado pelos pesquisadores do IRI no VI Congresso Brasileiro de Ciência do Solo realizado na Bahia em julho de 1957, representou uma ruptura com a visão tradicional sobre o Cerrado, quando passaram a percebê-lo como uma área com potencial para o desenvolvimento da agricultura em bases comerciais. Ainda destaca que o trabalho de pesquisadores contribuiu para que o potencial do Cerrado se

tornasse notório, e frisa, em especial, a importância da pesquisa de um cientista McClung⁶¹:

Entre 1956 e 1960, McClung e outros pesquisadores do IBEC, iniciaram seus estudos em relação ao aproveitamento agrícola deste bioma em associação com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), partindo do pressuposto que a acidez, os níveis tóxicos de alumínio e a pouca disponibilidade de diversos micronutrientes no solo limitavam o crescimento das plantas. Com isto, a experiência de McClung, foi direcionada para a) a eliminação da toxidez do alumínio nos solos com a utilização de calcário dolomítico; b) o fornecimento de cálcio e magnésio e c) modificação da disponibilidade de outros nutrientes. De forma diferente de seus antecessores, McClung e o IRI influenciaram com estes estudos a disseminação da temática e o interesse de um número cada vez maior de pesquisadores dedicados à adaptação em termos produtivos de determinadas commodities como milho, soja, algodão e café junto ao Cerrado após a segunda guerra mundial (SILVA, 2011, p. 8-9).

Conforme Silva (2011), o trabalho realizado por McClung sobre a correção do solo do Cerrado por meio de fertilizantes tornou-se público e novas pesquisas passaram a receber o apoio da U.S. Agency for International Development. O interesse pela região central do Brasil despertou o interesse político de Juscelino Kubitschek que, numa nova marcha para o oeste, constrói e transfere a capital para Brasília.

Entre os biomas brasileiros, o Cerrado é o que tem sido mais rapidamente convertido nas últimas décadas para usos da terra voltados à produção. De uma ocupação agrícola praticamente nula até meados do século passado, o Cerrado passou a responder por 47% dos grãos, 40% da carne bovina e 36% do leite produzido no país em cerca de quatro décadas, chegando a ser considerado pelo pai da Revolução Verde, Norman Borlaug, como a última fronteira agrícola do planeta [...] (DURIGAN, 2010, p. 243).

Pelo que foi demonstrado e analisado nesse capítulo podemos afirmar que alguns fatores foram determinantes para o insucesso do Combinado, tais como: a distância dos mercados consumidores, a falta de recursos financeiros

⁶¹ “Andrew Colin McClung, em especial, representa no campo da ciência, um rompimento nas perspectivas de utilização deste bioma para a agricultura. Bacharel em Ciências Agrícolas pela University of West Virginia (1947), mestre em (1949) e doutor (1950) pela Cornell University em Ciências do Solo, atuou como pesquisador na North Carolina State College no início da década de 1950, chegando ao Brasil por volta de 1956. Seus estudos sobre o Cerrado iniciaram sob os auspícios do IRI, onde permaneceu até 1960, quando passou a trabalhar em projetos da Fundação Rockefeller na Colômbia” (SILVA, 2011, p. 6).

para uma obra tão grande, o poder dos latifundiários locais, o despreparo das pessoas que estavam envolvidas no projeto e as transformações tecnológicas, que já estavam acontecendo na agricultura desde o século XIX e que se intensificaram no pós-guerra, principalmente na década de 1950.

A distância dos mercados consumidores locais foi um dos fatores deliberativo para o insucesso do Combinado Agro-Urbano de Arraias devido a extensão territorial de Goiás, que era muito grande, sendo que as rodovias eram o principal meio de transporte. Como foi demonstrado por meio do Plano Desenvolvimento Econômico de Goiás, para promover o desenvolvimento da economia, era necessário fazer investimentos vultosos na abertura de estradas. Quando implantaram o projeto os objetivos foram a colonização e a reforma agrária, sem se atentarem para o fato de que era uma ideia inovadora para época, com base em aldeias cooperativas de pequenos produtores, que deveriam produzir para atender suas necessidades e o excedente deveria ser comercializado juntamente com outros produtores do projeto por meio de uma cooperativa. Como foi demonstrado, a localização geográfica sempre foi um fator de fundamental importância a ser observado quando se começa um empreendimento. Os custos com o transporte das mercadorias produzidas e dos insumos a serem utilizados na propriedade são agregados ao custo de produção diminuindo, conseqüentemente, o lucro. Portanto, distâncias menores, custos de transporte menores e maiores lucros. Como era um projeto pioneiro a distância do mercado local poderia ser um fator que contribuísse para torná-lo viável.

O projeto Combinado Agro-Urbano de Arraias era ambicioso para aquele momento no estado de Goiás, o que exigiria um grande capital para sua implantação. Apesar de ciente das deficiências estruturais, o governador Mauro Borges mostrava-se otimista, esperando receber recursos do governo federal, de outras regiões do país e do exterior que, na realidade, não vieram. O projeto teve que contar apenas com recursos do próprio estado, que se encontrava, na época, numa situação privilegiada. Como foi demonstrado, a arrecadação estava em uma escala ascendente, pois sua economia apresentava crescimento notável, contudo os gastos do governo eram maiores do que a arrecadação.

Por ser uma proposta inovadora para época, poucas famílias aderiram ao projeto, chegando somente a 230 membros em 1963. O objetivo era implantar um sistema moderno de agricultura com bases científicas, mas faltava o capital

humano, pois 65% da população de Goiás era formada por analfabetos, faltava escolas e professores. Nas escolas mantidas pelo estado, o corpo docente era formado por 68% de professores leigos.

O Combinado Agro-Urbano de Arraias com base na propriedade estatal da terra e organizada em vilas de pequenos produtores entrava em conflito com os interesses dos latifundiários que se mantiveram no poder por meio do pacto populista de Getúlio Vargas, num período em que a burguesia industrial se fortalecia politicamente. As oligarquias rurais nunca foram afastadas do poder, pelo contrário, se fortaleceram com os governos militares e com o advento do agronegócio. Diante desse quadro o projeto, há de se ressaltar, que o Combinado jamais teria apoio político para se tornar um modelo de reforma agrária no Brasil.

Por último, podemos notar que um dos maiores obstáculos na estrutura agrária do Brasil foi o interesse do capital internacional, principalmente das grandes empresas norte-americanas. A agricultura brasileira passou por uma grande transformação na década de 1960, principalmente o Cerrado, que recebeu atenção especial de instituições norte-americanas, tendo como principal representante Nelson Rockefeller. Suas ideias tiveram forte influência na elaboração do Ponto IV de Harry Truman, que continha um programa de ajuda técnica para os países subdesenvolvidos.

Quando Mauro Borges implantou o Combinado Agro-Urbano de Arraias, os norte-americanos já atuavam no cerrado brasileiro desde a década de 1940 por meio da agência de pesquisa Ibec Research Institute (IRI, posteriormente IRI Research Institute). Esta agência tinha como objetivo a produção de conhecimento científico visando explorar a agricultura em larga escala e de conhecimentos voltados ao aumento da fertilidade do solo do Cerrado brasileiro, especificamente na década de 1950. Segundo Oliveira (1999), Nelson Rockefeller tinha o interesse de desenvolver o Centro-Oeste à luz do modelo norte-americano, “[...] no Cerrado estavam as mais importantes áreas de desenvolvimento do mundo e previa que ali a história do oeste americano iria se repetir (DARLYMPLE, 1968 *apud* OLIVEIRA, 1999, p.109).

Oliveira (1999) deixa claro quando cita as ações diferentes da AIA (Instituição que representava interesses norte-americanos no Brasil): uma com relação agricultores familiares em terras brasileiras e a outra direcionada aos

grandes proprietários do Centro-Oeste, mantendo a propriedade da terra inalterada.

No interior da AIA, o prolongamento dos sonhos de Nelson Rockefeller com agricultores familiares em terras brasileiras não entrava em choque com as ações desta mesma AIA com grandes agricultores modernizados no Centro-Oeste. As duas ações caminham *pari passu* (OLIVEIRA, 1999, p. 118).

Portanto, nota-se o interesse do capital norte-americano, no Centro-Oeste, em manter a estrutura agrária com base na grande propriedade, o que era totalmente contrário ao projeto do Combinado Agro-Urbano Arraias, que estava baseado na pequena propriedade.

Há que se destacar que o projeto de desenvolvimento agrícola proposto pelos EUA não se pautava somente na difusão do modelo tecnológico, pois priorizava a expansão das multinacionais estadunidenses para esses países. Desta forma, os acordos internacionais firmados entre o Governo estadunidense e os demais países funcionavam como o “lastro” estrutural fundamental para facilitar o processo de “migração” do modelo agrícola e das empresas estadunidenses para outros países do mundo. [...] A partir da década de 1960, este quadro foi profundamente alterado mediante a ação de novos agentes, entre eles os governos e as multinacionais europeias e japonesas, como também, os organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial e a FAO (Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) (GONÇALVES, 2008, p. 58).

Se porventura o projeto Combinado Agro-Urbano se tornasse bem-sucedido, seria um obstáculo aos interesses do capital internacional. Pois o modelo com base na grande propriedade estabelecido no Brasil atendia aos interesses de empresas norte-americanas, europeias e japonesas. “Com a internacionalização da Revolução Verde o capital industrial externo passou a atuar no cenário internacional através de investimentos, projetos, programas e linhas de financiamento visando o desenvolvimento agropecuário [...]” (GONÇALVES, 2008, p. 58). Segundo Serra, Mendes, *et al.*, (2016), com os governos militares optou-se por manter a estrutura agrária já existente com base na grande propriedade, dando preferência as monocultoras com objetivo de exportação como soja, milho, algodão e arroz. As regiões que mais sofreram o impacto da manutenção da estrutura agrária e a adoção das bases da Revolução Verde foram Sul, Sudeste e um pouco mais tarde, o Centro-Oeste.

Esse modelo adotado pelos governos militares de estrutura agrária mantendo a grande propriedade com produção voltada para a exportação

denominou-se “modernização conservadora”⁶² e foi responsável por impedir, durante a administração militar, a realização de uma reforma agrária.

Porém, foi sob o jugo da Ditadura Militar (1964 – 1985), que ocorreu a fase mais acelerada da modernização da agricultura, com intensas modificações nas relações sociais e de trabalho, e foi também neste período em que o País se tornou signatário de acordos internacionais para industrializar sua agricultura. Os vários governantes que se sucederam no poder criaram os principais mecanismos de modernização e de exclusão social no campo: o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), legislação responsável por regulamentar as relações de trabalho no meio rural; o Estatuto da Terra, que fundamentou as bases de controle do Estado sobre a questão fundiária, ampliando a política de colonização de áreas de fronteira agrícola no Norte e Centro-Oeste do País, promovidas tanto pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, como por empresas particulares, interessadas tão somente em amealhar a renda da terra com a venda de lotes a agricultores migrantes ou mesmo se beneficiar das vultuosas somas de recursos provenientes de fundos públicos para o desenvolvimento de projetos agropecuários, o que “congelou” o desencadeamento da reforma agrária no País (GONÇALVES, 2008, p. 68-69).

Como podemos notar, a modernização da agricultura no Brasil já estava sendo direcionada desde a década de 1940 para atender os interesses do capitalismo industrial internacional, principalmente de indústrias norte-americanas, que estiveram presentes em nosso território desde esse período, realizando pesquisas, financiamentos e com a cooperação técnica governamental americana, que teve início com o Ponto IV de Harry S. Truman. Com a tomada do poder pelos militares em 1964, o governo brasileiro aderiu a modernização da agricultura, adotando a proposta internacionalizada pela Revolução Verde, seguindo o modelo agrícola norte-americano, com base na grande propriedade. Enfim, qualquer projeto agrário que estivesse fora desse processo de modernização provavelmente não seria bem-sucedido. Logo, podemos concluir que o projeto do Combinado Agro-Urbano de Arraias não teria

⁶² “O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários. Deste modo, as revoluções burguesas na Alemanha e no Japão não seguiram a versão clássica, como no caso da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, pois foram revoluções burguesas parciais, visto que não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime. Assim, o pacto político orquestrado no interior do Estado nacional alemão e japonês aprofundou os laços políticos entre os terratenentes e a burguesia, excluindo os proletariados e os camponeses do direito pleno à democracia e à cidadania” (PIRES e RAMOS, 2009, p. 412).

sucesso, pois não estava de acordo com a modernização agrária em curso no Brasil, voltada para os interesses dos grandes proprietários e para o capital industrial externo, criador do complexo agroindustrial que passará a controlar a política agrária no país a partir de então.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mauro Borges, em sua autobiografia, *Tempos idos e vividos. Minhas experiências (2002)*, em um mergulho idílico percorreu os labirintos do passado até chegar ao lugar mais recôndito de sua mente e reencontrar sua utopia, resgatou-a e a trouxe à tona, incólume, como havia imaginado. Extasiado com sua utopia acreditou torná-la real, mesmo diante de fatos concretos que comprovaram sua impossibilidade. Demonstrando um provável ressentimento, atribui o insucesso do Combinado Agro-Urbano de Arraias à intervenção federal em Goiás em 1964, que o retirou do governo, colocando “governadores biônicos”, “entronizados”, que não tiveram interesse em concluí-lo.

Quando os militares deixaram o poder, em 1985, Mauro Borges vislumbrou a possibilidade de finalizar a implantação, já que o projeto, segundo ele, caminhava sozinho. Na sua concepção, o Combinado Agro-Urbano de Arraias-Goiás ainda era viável, em uma perspectiva linear, coerente e racional, mas, na verdade, escamoteava a realidade histórica, descontínua, contraditória e cheia de lacunas.

Íris Rezende Machado, eleito governador de Goiás por voto⁶³ no dia 15 de novembro de 1982, tomou posse no dia 15 de março de 1983. Em sua campanha eleitoral prometeu a Mauro Borges que se eleito fosse, daria continuidade ao projeto. No entanto, após assumir o governo, a promessa não foi cumprida, ao contrário, em 1985, o governador tituló e vendeu as terras destinadas à expansão do Combinado.

Esses foram os fatores apontados por Mauro Borges em sua autobiografia como responsáveis pelo insucesso do projeto do Combinado. Aqui vale lembrar a necessidade do historiador refletir sobre a rememoração que os narradores realizam, pois “[...] partindo do pressuposto de que a memória – seja individual ou coletiva – é (re)construção, é (re)significação de um tempo passado”, a rememoração nada mais é do que um resgate de um período da história sob a ótica individual ou coletiva que é submetido de uma forma linear a uma revisão,

⁶³ “As eleições diretas para governador, suprimidas pelos militares, voltam ao calendário político brasileiro em 1982” (ROCHA, 1988, p. 167).

correção e atualização dissociada de seu tempo histórico (FERREIRA NETO, 2005, p.7).

Ao analisar o histórico da implantação do Combinado Agro-Urbano de Arraias, alguns aspectos não foram levados em consideração por Mauro Borges em seus relatos e que contribuíram sobremaneira para o seu insucesso, dentre eles: a distância dos mercados consumidores. Esse é um problema que se desdobrava em outros, além das dificuldades de comunicação devido a precariedade das estradas de rodagem que praticamente inviabilizava o transporte de mercadorias, aumentava o custo dos produtos agrícolas, impedia o transporte de produtos que pereciam rapidamente e, ainda, aumentava o preço dos insumos utilizados na produção agrícola, que também eram averbados ao custo de produção.

Apesar de Goiás se encontrar naquele período com uma economia em franca expansão devido a ocupação de novas terras disponíveis, prevaleceu a falta de recursos financeiros para uma obra de tal porte. Por sua vez, o Brasil enfrentava uma grave depressão econômica em 1962, que se estendeu por toda década de 1960, além de uma crise política entre Brasil e USA, que refletiu no corte de empréstimos internacionais, ficando o governo federal sem condições de fazer investimentos no país. O estado de Goiás não pode contar com financiamentos do governo federal, não conseguiu receber empréstimos internacionais e, também, não conseguiu atrair recursos de outras regiões do país. Restava ao estado de Goiás utilizar os recursos próprios. Embora estivesse numa posição privilegiada, pois sua economia estava em crescimento, as despesas do governo eram maiores que as receitas.

A economia goiana era deficitária, encontrava-se sem condições de fazer grandes empreendimentos como o Combinado Agro-Urbano de Arraias. Qualquer projeto para ter sucesso precisa de apoio político. No Brasil e, especialmente em Goiás, a elite rural, que sempre esteve no poder, naquele período, encontrava-se aliada ao grande capital industrial, o que lhe angariou não apenas vantagens econômicas, mas, também, políticas, pois passou a dominar as Assembleias Estaduais e o Congresso Nacional. Signatária de um pensamento tradicional vinculado à propriedade privada da terra, há de se convir

que jamais aprovaria um projeto que se pretendia modelo para o Brasil, embasado no cooperativismo, nas pequenas propriedades e na terra estatal.

Outro fator que pode ser constatado ao analisar a implementação do Combinado Agro-Urbano de Arraias, está relacionado às deficiências de escolaridade da população em Goiás, em especial, àquela que se encontrava no campo. Índices apontam que 65% da população era formada por analfabetos, havia falta de escolas e professores capacitados. Essa situação nos permite avaliar que seriam necessários muitos anos de investimentos para mudar esse quadro. Esta população, marcada pelo analfabetismo, despreparo profissional, carências materiais e descaso das autoridades governamentais, não estava em condições de assimilar e dar respostas efetivas a uma proposta vinda de outro país capitalista, com novos padrões de produção da agricultura moderna.

Por último, constatou-se que desde a década de 1950, os interesses capitalistas dos Estados Unidos na exploração e produção agrícola se faziam presentes no Brasil por meio de agências de financiamentos e empresas de pesquisas. Essa política expansionista permitiu que pesquisas sobre a exploração agrícola do Cerrado fossem feitas. Estas pesquisas científicas dedicadas a produção agrícola foram direcionadas internacionalmente para a grande propriedade. No cerrado goiano adotou-se o modelo internacionalizado pela Revolução Verde. Da aliança formada entre Estado brasileiro, grandes empresas de capital nacional e internacional se estabeleceu o agronegócio no cerrado goiano, “a última fronteira agrícola do planeta”. Portanto, o direcionamento para a produção agrícola do cerrado foi um dos grandes obstáculos para a mudança da estrutura agrícola em Goiás, contribuindo sobremaneira para a inviabilidade do Combinado Agro-Urbano de Arraias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU NETO, F. D. **Geografia Bíblica Sistematizada** - Uma abordagem histórico-geográfica da Terra Santa. Curitiba: A. D. Santos Editora, 2013.

ALMEIDA, J. Uma experiência de planejamento regional em Goiás. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 18 n.3, 1964. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1792/2742>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ARENDT, H. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p.

BARROS, J. D. Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 16 n.1, Jan/Jun 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/683>>. Acesso em: 31 out. 2017.

BÍBLIA. **Bíblia de Estudo de Genebra**. Tradução de João Ferreira de Almeida de Almeida. Edição revista e atualizada. 2ª. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil: Cultura Cristã, 2009.

BÍBLIA. **BÍBLIA OBREIRO APROVADO**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Texto Bíblico: Almeida Revista e Corrigida. 4ª. ed. Rio de Janeiro: CPAD Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2009.

BRAGA, A. C. M.; FRANÇA, C. C. D. Naturalismo v.s. Contratualismo: Sobre a Origem do Social. **Scientia - Revista de Ensino Pesquisa e Extensão**, Sobral-CE, v. 3 n.6, 2016. Disponível em: <http://flucianofejiao.com.br/novo/wp-content/uploads/2016/12/NATURALISMO_VS_CONTRATUALISMO_SOBRE_A_ORIGEM_DO_SOCIAL.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

BOBBIO, NORBERTO; NICOLA MATTEUCCI; GIANFRANCO PASQUINO. **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira. 11ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, 1998.

BRANDÃO, H. A. **Memórias de um tempo perdido: A Estrada de Ferro Goiás e a Cidade de Ipameri (Início do Século XX)**, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16422/1/HBrandaoDISSPRT.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2017

BRASIL. Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3o. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações

determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto, Brasília, DF, 2016.

BRASIL, C. (. camara.leg.br. **Legislação Informatizada - CONSTITUIÇÃO DE 1946 - Publicação Original**, 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL, M. D. R. E. **Como Exportar Israel**. Brasília: MRE, 2010. Disponível em: <<http://www.fecomerciomg.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Israel1.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL, M. D. R. E. D. D. I. C. **Como Exportar: Israel**. Brasília: MRE, 2016. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXIsrael.pdf>>.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. Entre 1930 E 1967. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BRUCE, F. F. **Comentário Bíblico NVI: Antigo e Novo Testamento**. Tradução de Valdemar Kroker. 2. Ed.. ed. São Paulo: Editora Vida, 2012.

BULGARELLI, W. **O Kibutz e as cooperativas integrais**. 3ª edição revista e ampliada. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CAROLA, C. R. Jeca Tatu e o processo civilizador da família rural brasileira. In **Simpósio Processo Civilizador, História e Educação**, João Pessoa. Anais. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa., 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anas8/artigos/CarlosRenatoCarola.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CAVALCANTE, M. D. E. S. R. **TOCANTINS: o movimento separatista do norte de Goiás, 1821-1988**. São Paulo: Editora UCG, 1999.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

CHAVEIRO, E. F.; BORGES, J. C. P. Fazenda-Roça Goiana: Matriz Espacial do Mundo Sertanejo de Goiás. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 10 n.20, p. 440-467, julho 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/28212/17031>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

CLASTRES, P. **La société contre l'État.**, Paris: Marée Noire, 2006. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/71282/clastres-a-sociedade-contra-o-estado.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

COLBY, G.; DENNETT, C. **Seja feita a vossa vontade**. A Conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo. Tradução de Jamari França. Rio de Janeiro: RECORD, 1998.

DIAS, J. C. **Raízes da Fertilidade**. São Paulo: Calandra Editorial, 2005.

DONDA JÚNIOR, A. **Fatores Influentes no Processo de Escolha da Localização Agroindustrial no Paraná**: Estudo de Caso de uma Agroindústria de Aves. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83844/193463.pdf?sequence=1>>.

DURIGAN, G. Cerrado, o trade-off entre a conservação eo desenvolvimento. **Parcerias Estratégicas/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**. Ed. Esp., Brasília, v. 15 n.31, jul/dez 2010. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/parcerias/p31.php>>.

EBAN, A. **A História do Povo de Israel**. 4ª Edição. ed. São Paulo: Editora Bloch, 1982.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

ESTEVAM, L. A. **Agricultura de Goiás: análise & dinâmica**. Goiânia: Armantino Alves Pereira, organizador. Editora da UCG, 2004.

ESTEVES, C. D. S. **Estado e Agricultura em Goiás**: Escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges (1961 - 1964) Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1340.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

FAVARO, T. C. P. **O Governo Mauro Borges (1961-1965)**: o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4724>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

FERREIRA NETO, M. C. N. Autobiografia e biografia: a arte de construção de si mesmo e do outro. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 15, p. 1531- 1539, outubro 2005.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Tecnologia Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2008%20goncalves_s_s_dr_prud.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2018.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias:** agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204p. p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/zyp2j/pdf/goodman-9788599662298.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS** v.2. Rio de Janeiro: Compositora Gráfica LUX Ltda, 1961.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. LEI Nº 7.636, DE 5 DE JUNHO DE 1973. **Autoriza o Poder Executivo a aceitar a encampação da Cooperativa de Colonização do Combinado Agro-Urbano de Arraias Ltda., através do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO, na forma proposta por aquela entidade.**, Goiânia, GO, 29 JUNHO 1973. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=9308>. Acesso em: 18 maio 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. LEI Nº 9.189, DE 14 DE MAIO DE 1982. **Dispõe sobre a criação do Distrito do Combinado Agro-urbano de Arraias, no Município de Arraias e das outras providências.**, Goiânia, Go, 14 maio 1982. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1982/lei_9189.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. LEI Nº 10.402, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1987. **Dispõe sobre a criação do Município de COMBINADO e dá outras providências**, Goiânia, GO, 30 dezembro 1988. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/leis_ordinarias/1987/lei_10402.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

GOWER, R. **Novo Manual dos Usos & Costumes dos Tempos Bíblicos.** Tradução de Neyd Siqueira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale / G. J. Holyoake.** Tradução de Archimedes Taborda. 12ª. ed. Porto Alegre: WS Editor, 2008. 96 p.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas.** 13ª ed. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

IBGE. ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_População/Estimativa_2016/estimativa_d_ou_2016_20160913.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

IDAGO. **Cartilha para o Combinado Agro-Urbano.** Brasília: CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL, 1987.

JEWISH VIRTUAL LIBRARY, 30 set. 2017. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/hamashbir-hamerkazi>>. Acesso em: 16 out. 2017.

KATZ, J. E. HISTÓRIA E SIGNIFICADO DE “PALESTINA” E “PALESTINOS”, 21/11/2012. Disponível em: <<http://ensinandodesiao.org.br/artigos-e-estudos/historia-e-significado-de-palestina-e-palestinos/>>. Acesso em: 15 out. 2017. Tradução feita por: Matheus Zandona Guimarães. Nascido em 1977, Matheus é descendente de Judeus com origem na Itália e em Portugal. É graduado em Comunicação Social (PUC-MG) tendo também estudado teologia com ênfase em Estudos Judaicos (EUA) e Hebrai.

KILPP, N. A Sociedade e a Religião do Israel Libertado. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, p. 243-263, 1982. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1320/1271>. Acesso em: 06 abr. 2018.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado Brasileiro. **MEGADIVERSIDADE**, Belo Horizonte, v. 1 nº 1, Julho 2005. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/21807335/643128358/name/A+conserva%C3%A7%C3%A3o+do+cerrado+brasileiro.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

LAKATOS, E. M. **Estrutura e Organização Social em Israel**. Osasco: Instituto de Pesquisas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativa, 1970. (Coleção Cadernos de Economia nº 3).

_____. **Moshav Bet Hananya (um estudo de comunidade)**. OSASCO: Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas, 1972. 218 p. p.

LEAL, N. **Reforma Agrária**: Colônia Agrícola de Goiás (CANG). 2ª Edição. ed. Goiânia: Kelps, 2006.

LEITE, P. S. **Israel**: um exemplo de desenvolvimento bem sucedido. Segunda Edição (Revista e Atualizada). ed. Fortaleza/CE: HBM Gráfica Digital, 2015. Disponível em: <<http://econometrix.com.br/pdf/e-book%20-%20pedro%20sisnando%20-%20israel%20um%20exemplo%20de%20desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

LIMA, H. P. et al. **DIVISÃO TERRITORIAL BRASILEIRA**. [S.l.]: IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria De Geociências. Departamento De Geografia. Departamento De Estruturas Territoriais, 2002. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/divisaoterritorialbrasileira_ibge.pdf>. Acesso em: 11 maio 2018.

LOBATO, M. **Urupês**. 37ª. ed. São Paulo: Brasiliense S.A., 1994.

LOCATEL, C. D.; LIMA, F. L. S. D. Agronegócio e Poder Político: Políticas Agrícolas e o Exercício Do Poder No Brasil. **Sociedade e Território**, Natal, v. 28 N.2, p. 57 - 58, jun./Dez. 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/viewFile/11583/8166>>. Acesso em: 11 set. 2017.

MARQUES, G. S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, fevereiro 2013. Disponível em: <<http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/viewFile/6/79>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MENDONÇA, S. R. D. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 14 N° 2, maio/agosto 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4718/1941>>. Acesso em: 04 16 2018.

NOVAES, C. E.; RODRIGUES, V. **Capitalismo para principiantes**. 24^a. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

OLIVEIRA, F. S. D. **Campos Belos: suas Histórias, suas Memórias**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2015. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3353/1/FLAUBERT%20SOUZA%20DE%20OLIVEIRA.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

OLIVEIRA, M. D. O Estado em Durkheim: elementos para um debate sobre sua sociologia política. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18 n.37, out. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31656/20182>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

OLIVEIRA, M. M. AS CIRCUNSTÂNCIAS DA CRIAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 16, p. 97-134, maio/ago 1999. ISSN 2. Disponível em: <<https://seer.sect.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8898/5020>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

ORMOND, G. P. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/glossrio_bndes_textodo_c_46.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. D. S. **História de Goiás**. 7^a. ed. Goiânia: Ed. da UCG, Ed. Vieira, 2008.

PELLEGRINO, A. C. G. T. As Idéias da Cepal sobre a Questão Agrária Latino-Americana. **Revista de Economia**, Curitiba, v. N.24, p. 73-88, 2000. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/economia/article/view/1983>>. Acesso em: 08 out. 2017.

PINHO, D. B. **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialistas**. 2ª revista e ampliada. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1966.

PIRES, J. D. S.; RAMOS, O. Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40 nº 03, Julho-Setembro 2009. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/issue/viewIssue/51/98>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROCHA, H. **Os Inquilinos da Casa Verde - Governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela**. Goiânia: Clarim Publicidade, 1988.

ROMANIELLO, M. M. **Extensão Rural e Sustentabilidade**: guia de estudos. Lavras: Centro de Publicação a Distância da Universidade Federal de Lavras, 2015. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2215867>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

SAHLINS, M. D. **Sociedade Tribais**. Tradução de Yvone Maggie Alves Velho. 2ª. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1974.

SANDRONI. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: EDITORA BEST SELLER, 1999. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>>. Acesso em: 2018 mar. 2018.

SCOVILLE, P. Egito e Oriente Próximo: Quem é quem nas Cartas de Amarna. **Revista Poder & Cultura**, Rio de Janeiro, v. 2 nº 3, jan.-jun. 2015. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFrbnxwb2RlcmVjdWx0dXJhfGd4OjMzNTAzZDMyOWFINzg4Y2I>>. Acesso em: 06/04/2018.

SEGPLAN. **Atlas do Estado de Goiás**. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2014. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/rgg/atlas/index.html>>. Acesso em: 11 maio 2018.

SEPLAN. GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **MUNICÍPIO DO COMBINADO**, 2000. Disponível em: <http://web.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/ZEE/TO_Mapas_Dinamica_Cob_Usopdf_web/Municipios/Combinado/Combinado_Dinamica_1990_2000.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

SEPLAN. **Atlas do Tocantins. Subsídios ao Planejamento da Gestão territorial**. Palmas: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://web.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/ZEE/TO_AtlasTocantins2012/Atlas_do_Tocantins_2012.pdf>.

SEPLAN - GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Perfil Socioeconômico dos Municípios. Arraias**. 2015. ed. PALMAS: [s.n.], 2015. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/250085/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SEPLAN - GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Perfil Socioeconômico dos Municípios. Combinado**. Palmas: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/340173/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SERRA, et al. Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. **REVISTA DO CEDS**, São Luís, v. 1 n.4, jan/julho 2016. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/6461/material/revolu%C3%A7%C3%A3o_verde_e_agrot%C3%B3xicos_-_marcela_ruy_f%C3%A9lix.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

SILVA, A. F. D.; BRANCALHÃO, E. F. D.; SILVA, T. B. A. D. DA CRÍTICA AO CÔMICO: uma análise discursiva da construção identitária do caipira. **REL - Revista Eletrônica de Letras**, Franca, v. 7 n.7, n. 7, jan-dez 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rel/article/viewFile/1024/774>>. Acesso em: 01 set. 2017.

SILVA, A. M. C. E. **O estado e o campo no Brasil (1930 - 1964)** revolução conservadora das elites e luta pela terra na retaguarda do país. 2ª. ed. Goiânia: Ed. da PUC GOIÁS, 2016.

SILVA, C. M. D. **Ciência e nação: Nelson Rockefeller**, o Ibec Research Institute, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312801460_ARQUIVO_TextoparaANPUH.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2018.

SILVA, C. M. D. Nelson Rockefeller, A Associação Americana Internacional (AIA) e a Ideologia da Modernização em Busca de Novas Fronteiras (1946-1961). **Tempos Históricos/Universidade do Oeste do Paraná**, Cascavel, v. 17 número 1, ano XV, p. 171-184, 2013. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8945/6558>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SILVA, F. C. T. D. **História Geral do Brasil: (da colonização à modernização autoritária)**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/vmsilva/dicionario-conceitos-historicos>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

SILVA, S. A. D.; XAVIER, O. S. **Campos Belos: sua história, sua gente**. Brasília: Ser, 2004.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Disponível em: <<http://www.univas.edu.br/menu/BIBLIOTECA/servicosOferecidos/livrosDigitalizados/historia/BrasilDeGetulioaCasteloThomasSikdmore.pdf>>.

SOLIZ, F. D. et al. **Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Combinado Agro-Urbano de Arraias**. Instituto de Desenvolvimento Econômico - IDE. BANCO MUNDIAL. Brasília. 1981. I CURSO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO. Brasília, 09 de março a 30 de abril de 1981.

SOUSA, F. D. **Dicionário de Relações Internacionais**. Edições Afrontamento/CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. ed. Santa Maria da Feira: CEPESE , 2005. Disponível em: <Disponível em: <https://app.box.com/s/2ptwpbc4bkbkbfze722hbk>>. Acesso em: 04 maio 2018.

STRAZZACAPPA, C.; MONTANARI, V. **A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST**. São Paulo: Moderna, 1999.

TEIXEIRA, M. B. **Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges**. Goiânia: [s.n.], 1963.

_____. **A Conquista do Cerrado**. Uma proposição para duplicar a produção de grãos. 2ª. ed. Brasília: [s.n.], 1985.

_____. **Tempos idos e vividos**. Minhas experiências. /Mauro Borges Teixeira. ed. Goiânia: Do Autor, 2002.

_____. **O Golpe em Goiás: história de uma grande traição**. /Mauro Borges 2ª. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

TEORIA da proporção dos fatores. **Direito Portugal Wiki**. Disponível em: <http://direitoportugal.wikia.com/wiki/Teoria_da_propor%C3%A7%C3%A3o_dos_fatores>. Acesso em: 11 fev. 2018.

VALVERDE, O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

WAIBEL, L. A Teoria de Von Thünen sobre a Influência da Terra: sua aplicação na Costa Rica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10 n.1, JANEIRO-MARÇO 1948. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1948_v10_n1.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

WAKRAT, A. C. **Ideologia e gerações em Aharon Megued**: estudo sobre a personagem do imigrante judeu e o nativo de Israel no início do estado, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8158/tde-15052013-085713/fr.php>>. Acesso em: 22 maio 2017.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: Na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEIS

LEI Nº 3.040, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1960. ✓

4.124
10-62
vc Lei 3.486. do
G 7-61 - Conselho
em Defesa

Approva o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás para o período 1961-1965 e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a despender, nos exercícios de 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965, até a importância total - de trinta e três bilhões e vinte e um milhões de cruzeiros (C\$33.021.000.000,00), na execução de uma política de desenvolvimento econômico, visando elevar o padrão de vida do povo goiano ao máximo que permitam os recursos disponíveis, e no aperfeiçoamento e atualização das atividades do Estado, em conformidade com as conveniências financeiras e as possibilidades materiais de execução.

§ 1º - No cumprimento do disposto neste artigo, serão observados, em cada exercício, nos limites parciais dos investimentos, fixados no Quadro Anexo a esta Lei.

§ 2º - Não atingidos, no exercício, os limites parciais a que se refere o parágrafo anterior, as parcelas não utilizadas passarão a acrescer as disponibilidades do exercício seguinte, destinadas ao mesmo investimento.

§ 3º - Toda vez que a utilização desses recursos contiver matéria sujeita a prévia autorização legislativa, o Chefe do Executivo envia à Assembléia Legislativa projeto de Lei regulando o assunto.

Art. 2º - Dentro dos limites de autorização contida no artigo primeiro, fica o Poder Executivo autorizado a:

- I - Criar um Fundo de Desenvolvimento Econômico, com a finalidade de financiar, a médio e longo prazo, os investimentos que visem renovar e desenvolver a agricultura e a pecuária, indutrial e ampliar indústrias, limitando cada financiamento a sessenta (60%) por cento do montante dos investimentos.
- II - Subscriver ações do Banco do Estado de Goiás, S.A., até o montante de duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros (C\$.. 250.000.000,00), assegurando ao Estado a qualidade de acionista majoritário.

§ 1º - O Fundo de Desenvolvimento Econômico terá sua aplicação dirigida, controlada e fiscalizada por uma Junta Governativa, constituída pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, que a presidirá, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Secretário Executivo do Conselho Superior de Planejamento e Coordenação, Presidente do Banco do Estado de Goiás S.A., Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Goiás, Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás.

§ 2º - Constituir-se-ão receitas do Fundo, além dos créditos que lhe forem abertos em caráter rotativo, na forma desta Lei, todas as rendas provenientes de suas atividades específicas.

§ 3º - Fica o Poder Executivo, pela Secretaria da Fazenda, autorizado a firmar convênio com o Banco do Estado de Goiás, S.A., para a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

§ 4º - Os recursos oriundos do Convênio de que trata o § 3º deste artigo serão aplicados nos limites anuais das prestações fixadas no quadro de distribuição setorial de investimentos, anexos a esta Lei.

§ 5º - Dentro de noventa (90) dias a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo regulamentará o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Econômico, promovendo a organização da Junta Governativa, definindo a estrutura do Fundo, suas atribuições e as normas do convênio para a sua aplicação pelo Banco do Estado de Goiás, S.A.

Art. 3º - Os orçamentos para os exercícios de 1962, 1963, 1964 e 1965 consignarão dotações correspondentes aos encargos decorrentes da execução desta Lei. *Resolução pelo art. 16 da Lei 4.232 de 8/11/60*

Parágrafo único - As despesas efetivamente realizadas à conta das dotações orçamentárias, serão deduzidas da autorização global de que trata o artigo primeiro.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, os créditos necessários à execução desta Lei, até o valor de trinta e três bilhões e vinte e um milhões de cruzeiros (G\$. 33.021.000.000,00), feitas as deduções a que se refere o parágrafo anterior e de acordo com os parágrafos 2º e 3º do art. 11 das normas aprovadas pelo Decreto-Lei 2.416, de 17 de julho de 1940. (+ Federal)

Parágrafo único - A autorização de que trata este artigo terá vigência até 31 de janeiro de 1966.

Art. 5º - A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda fica autorizada a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias à execução da presente Lei.

Art. 6º - As operações a que se refere esta Lei serão contabilizadas em contas especiais que permitam acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 7 de novembro de 1960, 72ª da República.

José Feliciano Ferreira
 Felipe Santa Cruz Serradourada
 José de Souza Porto
 José Ribamar de Menezes
 José Pereira Pinto
 José Peixoto da Silveira
 Eliezer José Penna
 José Barros de Souza
 Reinaldo Baiocchi

(D.O. de 23/11/1960)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS INVESTIMENTOS

Em milhões de cruzeiros

S E T O R E S	TOTAL	1.961	1.962	1.963	1.964	1.965
1. Agricultura e Pecuária	5 074	453	1 201	1 345	1 019	1 056
2. Transportes e Comunicações	8 935	951	1 377	1 672	2 322	2 613
3. Energia Elétrica	7 400	200	800	1 000	3 000	2 400
4. Educação e Cultura	4. 094	437	870	930	924	933
5. Saúde e Assistência Social	3 256	327	776	864	632	657
6. Fundo de Desenvolvimento Econômico	3 000	100	500	800	800	800
7. Levantamento de Recursos Naturais	200	20	40	60	40	40
8. Aperfeiçoamento e Atualização das Atividades do Estado	922	63	302	181	304	72
9. Turismo	140	35	45	60	-	-
T O T A L:	33 021	2 586	5 911	6 912	9 041	8 571

+ Inclui o aumento de Capital do Banco do Estado de Goiás, S.A.

Fonte: Governo do Estado de Goiás (1960)



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 7.636, DE 5 DE JUNHO DE 1973.

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a encampação da Cooperativa de Colonização do Combinado Agro-

Urbano de Arraias Ltda., através do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO, na forma proposta por aquela entidade.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aceitar a encampação do acervo da Cooperativa de Colonização do Combinado Agro-Urbano de Arraias Ltda., através do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás -IDAGO, na forma proposta em Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa, realizada com a interveniência do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, em 8 de agosto de 1971.

Art. 2º - É, igualmente, o Poder Executivo autorizado a abrir, até o limite de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), os créditos adicionais necessários ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 29 de junho de 1973, 85º da República.

LEONINO DI RAMOS CAIADO
Benjamim Segismundo de Jesus Roriz
Nelson Teixeira Leão
Ibsen Henrique de Castro

(D.O. de 10-7-1973)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 9-7-1973.

Fonte: Governo do Estado de Goiás (1973)



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 9.189, DE 14 DE MAIO DE 1982.

Dispõe sobre a criação do Distrito do Combinado Agro-urbano de Arraias,

no Município de Arraias e da outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Distrito do Combinado Agro-urbano de Arraias, no Município de Arraias, deste Estado.

Art. 2º - As divisas do Distrito ora criado são as seguintes:

com o Município de AURORA DO NORTE: “começa na foz do Rio do Peixe com o Rio Palma, por este acima até a foz do Rio Mosquito”.

com o Município de CAMPOS BELSO “começa na barra do Rio Mosquito com o Rio Palma; daí, segue por uma linha seca ou divisória em linha reta até confrontar com a cabeceira do Rio do Peixe”.

com o Município de Arraias: “começa na confrontação da cabeceira do Rio do Peixe; daí, até a sua cabeceira, e por este a abaixo até a sua foz com o Rio Palma, ponto de partida”.

Art. 3º - A sede do Distrito do Combinado Agro-urbano é o povoado do mesmo nome.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 14 de maio de 1982, 94º da República.

ARY RIBEIRO VALADÃO
Walteno da Cunha Barbosa

(D.O. de 14-05-1982)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 14.05.1982.

Fonte: Governo do Estado de Goiás (1982)



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 10.402, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1987.

Dispõe sobre a criação do Município de COMBINADO e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica transformado em Município, com o topônimo de Combinado, o atual Distrito de Combinado Agro-urbano, do Município de Arraias, deste Estado, dentro dos seguintes limites, divisas e confrontações:

I - COM O MUNICÍPIO DE ARRAIAS (Novo Alegre)

Começa na confrontação da Cabeceira do Rio Peixe; daí, até a sua cabeceira e por este abaixo até a barra do Ribeirão Cachoeira;

II - COM O MUNICÍPIO DE ARRAIAS

Começa na barra do Ribeirão Cachoeira no Rio do Peixe; por este rio abaixo até sua barra no Rio Palma;

III - COM O MUNICÍPIO DE AURORA DO NORTE

Começa na foz do Rio do Peixe com o Rio Palma; por este acima, até a foz do Rio Mosquito;

IV - COM O MUNICÍPIO DE CAMPOS BELOS

Começa na barra do Rio Mosquito com o Rio Palma; daí, segue por uma linha seca ou divisória em linha reta até confrontar com a cabeceira do Rio Peixe, ponto inicial destas divisas.

Art. 2º - O Município criado pela presente lei será instalado com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores eleitos simultaneamente com os dos Municípios já existentes, ressalvado o disposto no § 1º do art. 15 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Para instalação do Município a que se refere este artigo, os Poderes Executivo e Judiciário tomarão as providências que se fizerem necessárias, devendo o mesmo ter como sede o Distrito, com o título de cidade de Combinado.

Art. 3º - A Câmara de Vereadores do Município de Combinado será composta de 07 (sete) Vereadores.

Art. 4º - O Município criado pela presente lei pertencerá à Comarca de Arraias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 30 de dezembro de 1987, 99º da República.

HENRIQUE ANTÔNIO SANTILLO
Valterli Leite Guedes

(D.O. de 27-01-1988)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 27.01.1988.

Fonte: Governo Estado de Goiás (1988)

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

§ 2º O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembleia Constituinte.

§ 3º O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, obedecidas, entre outras, as seguintes normas:

I – o prazo de filiação partidária dos candidatos será encerrado setenta e cinco dias antes da data das eleições;

II – as datas das convenções regionais partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos, de apresentação de requerimento de

registro dos candidatos escolhidos e dos demais procedimentos legais serão fixadas, em calendário especial, pela Justiça Eleitoral;

III – são inelegíveis os ocupantes de cargos estaduais ou municipais que não se tenham deles afastado, em caráter definitivo, setenta e cinco dias antes da data das eleições previstas neste parágrafo;

IV – ficam mantidos os atuais diretórios regionais dos partidos políticos do Estado de Goiás, cabendo às comissões executivas nacionais designar comissões provisórias no Estado do Tocantins, nos termos e para os fins previstos na lei.

§ 4º Os mandatos do Governador, do Vice-Governador, dos Deputados Federais e Estaduais eleitos na forma do parágrafo anterior extinguir-se-ão concomitantemente aos das demais unidades da Federação; o mandato do Senador eleito menos votado extinguir-se-á nessa mesma oportunidade, e os dos outros dois, juntamente com os dos Senadores eleitos em 1986 nos demais Estados.

§ 5º A Assembleia Estadual Constituinte será instalada no quadragésimo sexto dia da eleição de seus integrantes, mas não antes de 1º de janeiro de 1989, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e dará posse, na mesma data, ao Governador e ao Vice-Governador eleitos.

§ 6º Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o disposto no art. 234 da Constituição.

§ 7º Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos.

Fonte: Brasil (2016, p. 144-145)

ANEXO A



ESTRUTURA AGRÁRIA DO GOVERNO MAURO BORGES

PREFÁCIO

1. INTRODUÇÃO - Mauro Borges Teixeira
2. O PAPEL DA REFORMA AGRÁRIA NO ATUAL CONTEXTO HISTÓRICO
3. ÓRGÃO EXECUTOR DA REFORMA AGRÁRIA EM GOIÁS
 - 3.1 - A Idéia do IDAÇO
 - 3.2 - O IDAÇO como instrumento de ação
 - 3.3 - Composição social do campesinato goiano
 - 3.4 - Produção Agro-pecuária do Estado de Goiás
4. ÓRGÃOS AUXILIARES DA AÇÃO DO IDAÇO
 - 4.1 - CASÇÓ
 - 4.2 - CAISSO
 - 4.3 - CIAÇO
5. OS COMBINADOS AGRO-URBANOS
 - 5.1 - Justificativa socio-econômica
 - 5.2 - Sistema de Organização e funcionamento do Combinado Agro-Urbano
 - 5.3 - O Combinado Agro-Urbano de Arraias (CAU/1)
6. OUTROS NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO
 - 6.1 - "Tecnológico" (CAU/2)
 - 6.2 - "Bernardo Sayão"
 - 6.3 - Previsão para o futuro
7. CARTILHA PARA O COMBINADO AGRO-URBANO
8. GRÁFICOS E FOTOS

PREFACIO

Esta publicação tem por finalidade dar uma visão, ainda que sumária, da nova estrutura agrária do Governo de Goiás, apresentando soluções para o grave problema da terra, sua posse e uso.

Veremos como o assunto é encarado e qual o caminho que se busca seguir no equacionamento do mesmo.

Em primeiro lugar será apresentada o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás — IDAGO — sua organização e seus fins.

O IDAGO é o órgão administrativo da política agrária do Estado.

A ele está afeta toda e qualquer questão de posse e uso da terra.

Também será apresentado ao leitor, de forma rápida, o significado das entidades implantadas com o objetivo de apoiar, complementando a ação do IDAGO, é a CASBO (Cia. Agrícola do Estado de Goiás) a CASBO (Cia. de Arrozaria e Siso do Estado) a CIAO (Cia. de Abastecimento do Estado de Goiás).

— São todas organizações criadas visando ao funcionamento de dois primatos, dentro da intenção geral de instrumentar, qualificar e objetivar a solução do problema agrário.

Por último, mostraremos o verdadeiro instrumento da Reforma Agrária em Goiás — o GOVERNADO AGRO-URBANO — os bases de sua organização, seu trabalho, sua vida e estrutura social. O Combinação, já em funcionamento, é um órgão vivo e dinâmico, inspirado nos modelos cooperativistas do Israel, muito se aproximando da organização do modelo hitita.

Sem esboçados, sem violências, sem alarde, o Combinação está revolucionando estruturas arcaicas e promovendo mudanças sociais rápidas em toda a sua zona de influência.

Recentemente visitado pelo ex-Ministro da Agricultura de Israel, Dr. Hizhak Levy, agora Encarregado dos Assuntos Agrícolas para a América Latina, o Combinação Agro-Urbano de Araras mereceu do mesmo, palavras de estímulo e entusiasmo pelo sucesso do empreendimento, visando beneficiar e sanar a situação, situação em que vive o nosso homem do campo.

É claro que, numa publicação desta natureza, do espaço tão limitada, não esperamos esgotar assunto tão vasto e complexo, será apenas uma radiografia para aqueles que quiserem se informar no estudo da revolução que está se processando em Goiás no plano administrativo, político e so-

cial. Nesse sentido podemos afirmar, sem falsa modestia, que mais valiosa ou menos valiosa, ali como um todo e a Ele já se afasta por mais do que nos no encaminhamento de soluções para os mais graves problemas que atingem a massa de nossas populações camponesas e urbanas.

Esta publicação será, ainda, esperamos, uma contribuição mais valiosa ou menos valiosa, na medida em que for ou deixar de ser compreendida, a todos aqueles que, no Brasil, Povo e Governo, tem uma parcela de responsabilidade pelos destinos da nossa Pátria.

Goiânia (GO) novembro
1963

INTRODUÇÃO

O que se deve buscar na Reforma Agrária, através de uma nova estrutura, é levar a população no homem rural, percebido que não está oferecida como prenda numa bandeja, passivamente, que não vivá gratulamente, como o manda o do ofício.

Pelo contrário, o que deve fazer o Governo, é quem puder, é criar as condições básicas favoráveis a que o esforço de homens pobres, decentes, ambíbios em sua maioria, possa ser vitorioso, fazendo com que esses homens possam ter perspectivas de realiação econômica e social. Não se pretende dar a prosperidade de presente, mas em assegurar que o seu germe, tal como uma semente, tenha condições de crescimento.

É utopia ou malintenção pensar que, por simples providências políticas, por decreto como se fossem toques de varinha de condão, o camponês possa sair da miséria num abrir e fechar de olhos.

A finalidade da reforma agrícola — levar a prosperidade ao homem da facha — só se realizará na medida em que se conseguir melhorar os índices de produtividade agropecuária.

A melhoria desses índices está na mão direta do progresso da técnica agrícola, que compreende uma série de medidas: re-voivimento (mecânico) da terra, adubação, combate à erosão, irrigação se possível, seleção de sementes, defesa sanitária, colheita, armazenagem e embalagem, comercialização etc., envolvendo formas variadas de trabalho. Nessas áreas, pontos de saída, encontra-se o

elemento prego do equipamento da mecanização agrícola.

Uma pequena propriedade isolada jamais teria condições econômicas de justificar as investidas de capital necessário à sua mecanização. Somenta uma propriedade de tamanho relativamente grande poderia ter condições de suportar as exigências do crédito.

Mas não seria correto, de ponto de vista social, que se realizasse a reforma agrícola baseada em grandes propriedades.

Como, então, fugir ao dilema — grande propriedade/garantia econômico-financeira versus pequena propriedade, com trabalho manual, por falta de condições para investimentos necessários? A mecanização?

A solução é lógica. Implica a nacionalização orgânica das pequenas propriedades em cooperativas para cessar a paralisia de investimentos individuais de frutificação da terra, e a formação de grandes propriedades sociais, com as inconveniências sociais, e a compra de máquinas agrícolas, de tratores, etc., de modo a permitir diferentes estruturas e formas de cooperativismo — da venda, do consumo e da produção.

O modelo tipo de cooperativa agrícola é aquele em que os agricultores se reúnem para cultivar suas terras em pequenas áreas (MILHOQUILAS) de 150 a 200 famílias, pela seguinte razão, realizando uma condensação demográfica básica essencial ao bem-estar que a nossa civilização proporciona a todos: habitação condigna, água encanada, energia elétrica, pontos de saúde, escolas etc.

Jamais um camponês, vivendo isoladamente, separado de seus vizinhos, poderá obter tais benefícios.

Do ponto de vista socio-econômico se se sentir realizado vivendo em comunidade, urbana, ou em homem e animais de todo, um animal fraterno.

Alé as coisas lindas, na sua abstração, não suportam viver isoladas, desconhecendo suas bases.

Conclui-se, pois, que a vida em pequenas comunidades é insubstituível à plena realização econômica, social e espiritual dos indivíduos.

Objeto a identificação comunitária, o grande instrumento político-financeiro da reforma agrícola, para dar à terra de que se não se utilizam com sustentabilidade para repartição com equidade aquelas que até então acumulam, parece, a primeira via, solução milagrosa para o homem do campo.

Na verdade, não passará de uma esperança malograda, de uma ação que se constitua na anti-reforma, de resultados diversos e o que é pior, não trazendo em si o germe da solução. Será como que plantar uma semente estéril, conseguida a duras penas.

É óbvio que não se pode criar uma nova estrutura agrícola sem a terra, mas a sua obtenção isolada e sem condicionamento, vai ser justamente o maior obstáculo da reforma agrícola lógica.

Se o nosso agricultor comum receber a terra, livre para fazer dela o que quiser e inclusive vendê-la, veremos que boa parte vendê-la, após os primeiros re-

Outra parte, talvez a maior, vendê-la, presa pelo amor à glória e a esperança de dias melhores.

Deixará de ser pátria, escravo feudal, que é atualmente, na maioria dos casos, para ser um marginal econômico, um produtivo híbrido entre a miséria e a relativa prosperidade.

A reforma agrícola nas bases individuais que se criou, será a negação da finalidade a que se destinou, será retrógrada e arcaica, pois criará mais alguns milhões de pequenos proprietários, que se agarrarão aos seus poucos hectares isolados, como um naufrago à tábua de salvatagem que nunca o levará à terra firme da tranquilidade, da segurança e da realização de si mesmo.

Será a reforma agrícola da era da sobrevivência assumida ao pior que o socialismo de calças minino, que tanto defendem nesta pátria.

Apartar do ser produtor e realizador, atrair estagnadamente que não devem dar apenas esse impulso a irracional passo, que é fazer a reforma agrícola em bases individualistas.

Vários países europeus, por motivos diferentes, tiveram que permitir o acesso à terra, desconhecendo, o que hoje não conseguem realizar, estruturas agrícolas progressistas, pois tiveram condições políticas de alterar a estrutura agrícola. Muitos desses países, logo após a guerra de libertação contra as forças nazistas de ocupação, tiveram que permitir aos agricultores o acesso imediato à terra, sem previa expropriação. O re-

utilidade negativa se faz sentir até hoje.

Classem os casos da Polónia e da Jugoslavia, dois dos países mais prósperos do mundo socialista. Ainda tem mais de 70% da estrutura agrícola em regime de propriedade individual, com baixa produtividade e baixo padrão de vida, em contraponto às empresas livres de produção da Polónia, Brasil, Espanha, Grécia, Federal Alemanha, França, Suécia, etc., onde, obviamente, os agricultores gozam de melhores condições de vida, e os produtos agrícolas são produzidos por técnicas modernas. A linha ocidental operativa para que se faça reformar agrária, ampla e duradoura é indistinguível a reforma da Oestralândia. Exatidão alterando o sistema de pagamento devido em dinheiro para a desapropriação em metálico, sobjeta as propriedades.

Entretanto, creio que se pode começar, desde já, os já referidos ter conseguido a reforma agrícola sem a reforma da estrutura. O fato é que nós queremos usar um armamento ideológico, vamos usar, vamos bombas atômicas, sem ter usado antes os recursos da guerra convencional. Naturalmente, em síntese, sou a favor da reforma constitucional. Mas não é ela que vai determinar a reforma agrícola, ela não é suficiente, vai ser um outro instrumento. E preciso que o governo efetivamente constitua grandes equipes e traze as suas medidas de reforma agrícola na prática, que se adapte a cada região do Brasil, conforme as circunstâncias.

— 8 —

Muitos brasileiros de boa fé, mas superficialmente no conhecimento da matéria não creem na reforma agrária a curto prazo. Têm medo do sistema cooperativo. Alguns que é extremamente difícil de mudar uma cooperativa. Mas não se esqueça, desde que se queira fazer as coisas com respeito e objetividade, qualquer reforma, mesmo a de propriedade, que é a de dar ou vender uma pequena gleba de terra a um camponês, reduzida imediatamente num problema de distribuição de terra no seu domínio. O problema não ficará muito agravado se se fizerem projetos de uma vila e nos se demarcarem 125 a 200 lotes contíguos, com uma área de serviços gerais da coletividade e atribuído as áreas rurais na periferia de um centro urbano. O trabalho em área que pudesse o camponês fazer em sua gleba estaria, seria controlado na comunidade, onde o trabalho da coletividade, naturalmente de consenso, depois da venda, e sem mais tarefa de produção. A montagem de um plano de trabalho urbano, com o eixo e germe de uma estrutura organizada, de uma semana que termina, e pode ser um plano de trabalho futuro.

Evidentemente, a implantação de qualquer sistema de reforma agrícola é lento, seja a do tipo negativo (simples demarcação e distribuição de lotes de terras) ou a do tipo positivo (tempo de realizar social e economicamente o trabalho). Não podemos perder tempo, assim, que aqueles que trabalham em regiões feudais, pagando anataes, terças, etc., expressem por muito tempo, 10,

20 anos e talvez mais, até que as organizações cooperativas se estabeleçam. Não é justo que não obtenham, logo, um desalago da matéria que os aflige. Propomos então que, em caráter transitório, seja realizada, em desapropriação para uso da terra, na área rural, ou ainda não urbanizada. Nesta caso, a terra continuaria pertencendo ao antigo proprietário, que receberia em pagamento do aluguel, apenas 50% das colheitas obtidas, ou seja, um dízimo.

Não se precisaria desapropriar imensas extensões de terra para entregá-las, nos atuais ocupantes ou na que não trabalham no momento. Bastaria que se entregasse a quem se dispusesse a viver nas condições de não trabalhar. Naturalmente, isso exige regulamentação. Alguém que tivesse mal e quisesse, poderia não ser atingido pela desapropriação já feita, ou da terra, desde que cultivesse, suplantando, uma 80 ou 70% de sua propriedade.

Alguém que cultivasse apenas 20 ou 30% ficaria submetido ao sistema de desapropriação, e a terra seria usada, na forma da lei, para quem a regulasse, e tivesse condições de não trabalhar. Não mais favorável a quem se dá a terra, ao trabalhador que não a possui, e que possa trabalhar, sem ser proprietário, do que a distribuição para e sim-ples, porque, como já disse, isso acarretaria uma redistribuição e reformulação do uso da terra por parte da população, seria criar o germe da auto-reforma. Portanto, o fato de ser ou não proprietário, não tem tanta impor-

portância, não tem tanta importância. O essencial é que o indivíduo possa aproveitar os bens produzidos pela terra. E o fundamental.

A desapropriação para uso da terra alteraria a situação de milhares de brasileiros e lhes daria condições de esperar a grande e única solução do problema agrícola — as Organizações Cooperativas.

Para nós, a cooperativa será a solução da técnica e da demarcação. Muitos países democráticos têm estruturas agrícolas modernas e socialmente justas. Entretanto, nenhum deles possui mais de 50% de sua estrutura agrícola em regime cooperativista, de diferentes níveis de socialização.

— O KIBUTZ, altamente socializado, tanto na produção, quanto no consumo.

— O MUSHAY OYDIKI, com mais liberdade de produção e de consumo.

— O KOSBIKAY BRITZKI, beneficiando-se das elevadas indústrias de produção dos kibutzim e do maior liberdade de consumo dos kibutzim.

Essas cooperativas são os mais vigorosas e impressionantes exemplos de estrutura agrícola democrática do mundo.

As organizações das mais avançadas, social e economicamente, dentro de todo regime democrático. São as organizações cooperativas e sim operárias, no que dizem dos kibutzim soviéticos, completamente, completamente,

— 9 —

O PAPEL DA REFORMA AGRÁRIA NO ATUAL CONTEXTO HISTÓRICO

mentadas por grandes organizações de apoio e comercialização dos produtos agrícolas, assegurando a ESTOVA, que vendem no ano passado mais de 80 milhões de dólares de frutas olifantes.

É necessário salientar que o sistema de desperício residencial e do individualismo difíceis e cooperativismo e jamais se terá um organismo forte, social e econômico.

Adverte que não para com pequena área utilizada, em conexão com a que possui, sem utilização, sendo mais do futuro que do passado e do presente, não se compreende que não se usa, em larga escala, as terras virgens acasovais, com sistema de colonização cooperativista, bastando um programa mais amplo de desenvolvimento regional. Não, que muitos descendentes da bandeirante, não pedem lembrar ao contínuo avacço para as terras avais.

A seleção agrícola que propõe não serve tanto para a colônia, como para a reconstrução, isto é, o remanejamento demográfico dos rurícolas.

Em país, como o Brasil, que ainda tem 1/3 de suas terras por ocupar, é curioso que se permita, taxa e povoamento pelo Somo há 200 anos atrás. Há, pois, desde problemas que devem ser tratados simultaneamente: colonização e reconstrução.

Na implantação de novas estruturas agrícolas em áreas pouco povoadas ou desprovidas (recolonização) os gastos com a aquisição de terras são de pequena monta, da ordem de 5% dos investimentos globais — inclui-

dos os investimentos indiretos regionais (preparo da infraestrutura urbana, energia elétrica, água etc.) não representam a custo zero, e também os investimentos diretos, recuperáveis, tais como: transportes para aquisição de animais, sementes, implementos agrícolas, casa, etc.

No caso do remanejamento da população agrícola, isto é, da colonização de áreas já habitadas há tempo, os gastos com a aquisição ou desapropriação de terras atingem altos valores, sendo a maioria da ordem de 30% dos investimentos globais, incluindo, entretanto, os gastos com a criação de infra-estrutura, que está mais ou menos realizada.

Basílio, nessa consideração, propõe e obtive aprovação da Assembleia Legislativa para a seguinte taxa e Instituto de Desenvolvimento Agrário da Goiás — IDAIO.

O IDAIO, contribuindo, como maior acionista, as sociedades de economia mista — Cia. Agrícola e Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Goiás S/A, é o instrumento administrativo para a colonização e reconstrução do Estado. A sua atuação se baseia, principalmente, na criação de novas estruturas agrícolas que têm como modelo os produzidos e chamados "COMBINADO AGRÍCOLO-URBANO".

Marcos Borges Teixeira

Das instituições transnacionais e equitativas normas de distribuição da riqueza. Apesar de serem um conceito subdesenvolvido, enfrentamos, paradoxalmente, um problema econômico muito sério devido a explosão demográfica que hoje se verifica, e uma taxa muito alta forte que equilibra em a qual externa desenvolvendo os nossos imensos recursos.

No dado abaixo, preparado pela Divisão de Assuntos Sociais da CEPAL, podemos ver, além, portanto, o problema de desenvolvimento, a população do BRASIL, em 1960 e sua provável população para 1980, o aumento líquido resultante e suas respectivas taxas de crescimento demográfico.

POPULAÇÃO EM MILHARES					
	Aumento líquido	Taxa anual	Cresc. pop.		
		1955-1965	1965-1975		
1960	1980				
BRASIL	70.400	129.800	52.200	2,3	3,0

O acelerado aumento demográfico, na atual conjuntura, vem se tornando um desafio, em termos de formação de estruturas agrícolas, bem como de investimento de criar novas oportunidades.

2º — da ineficiência que tem demonstrado o desenvolvimento industrial, apesar de ser praticamente espartano, para melhorar, a curto prazo, o problema da ocupação que é um dos pontos de estrangulamento que afetam os níveis de vida e as possibilidades de desenvolvimento.

O Brasil tem, portanto, que se ocupar de, nos próximos anos, produzir alimentos e produtos industriais, seja diretamente ou através do comércio exterior, para mais 50 milhões de habitantes. Sua economia terá que ser capaz ainda, de dar trabalho a uma parte importante das suas gentes, muito especialmente, aquelas gentes que hoje têm menos de 10 anos.

A Reforma Agrária se oferece, então, como elemento chave na solução do desenvolvimento econômico social e político. Sem intensificação da agricultura, que implica em mudanças das estruturas agrárias e que implique muitas outras mudanças, definitivas, teremos outra saída para os problemas do desenvolvimento.

Perante-se-ia, por exemplo, qual seria o destino da nossa produção de indústrias que gerar a renda de diversos que gerar a maior parte de nossas dividas e importar alimentos e produtos manufaturados para manter o nível de vida do nosso povo?

— 12 —

a atingir melhores condições de vida. A medida que aumenta a urbanização e sua penetração ocorre no meio rural, há uma tomada de consciência da massa campesina quando se tem melhorado e tende ela a exigir o melhoramento das condições de vida e de seus familiares.

A todo lado ainda, se agrega como fator de desajuste, o político criando condições nos habitantes de que suas necessidades são reais e urgentes e que têm o direito de exigir as melhorias que lhes cabe de tempo.

A partir da análise feita pela política global e de uma série de outros fatos tal que o Governo do Estado de Goiás, insistiu a sua POLÍTICA AGRÁRIA através dos organismos COMISSÃO DOS AGRO-URBANOS, inovação nos métodos de Reforma Agrária e que puderem responder.

3º — à uma situação de política agrária não diversificada de realidade brasileira e regionalizada, pois nenhum problema nacional requer solução única ou nacional.

4º — à uma integração regional e nacional de comunidades separadas.

5º — à introdução de modernas técnicas de produção, em contraposição com técnicas atrasadas que prevalecem no meio rural, constituindo o problema com o passado, visando o progresso para o futuro do Estado de Goiás e da Nação.

ÓRGÃO EXECUTOR DA REFORMA AGRÁRIA EM GOIÁS

Criado a 8 de julho de 1962 e instalado a 30 de outubro do mesmo ano, é o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás e órgão executor da execução da política de desenvolvimento agrário do Estado. Vinculado, por lei, à Secretaria de Agricultura, o IDAÇO constitui e maior e o mais importante passo de cunho reformista dado pelo atual Governo goiano.

Tem o Governo, através do IDAÇO, procurado implantar uma política de justiça social, de combate à fome e ao latifúndio improdutivo e introduzindo, no processo de desenvolvimento agrário, novas práticas, capazes de obter os seus frutos e de proporcionar maiores benefícios econômicos e sociais aos trabalhadores do campo de modo a elevar o nível de vida da massa pagadora rural. E isso, pois, é sentido do IDAÇO — aglutinar o Governo para implantar as realizações capazes de assegurar, em curto prazo, e livre das gélidas de uma excessiva burocratização, o desenvolvimento agrário do Estado, disciplinando a atuação de terras públicas, dentro de uma estrutura que a submetem a uma exploração nacional e econômica, aumentando o produção e elevando os índices de produ-

tividade agropecuária, com a concomitante melhoria das condições sociais e econômicas da família do camponês. Dever-se-á órgão executor da política de desenvolvimento agrário do Estado, vinculado, por lei, a Secretaria de Agricultura, o IDAÇO constitui e maior e o mais importante passo de cunho reformista dado pelo atual Governo goiano.

Para fazer face aos vários encargos decorrentes da execução de tais programas, conta o IDAÇO com recursos próprios. Sendo Agrário Estadual, constitui de 3% da renda tributária do Estado, e mais 20% do montante da arrecadação do imposto de transmissão inter-vivos. A implantação da estrutura dos vários órgãos que compõem a complexa organização do IDAÇO se faz à base de métodos científicos de organização e reorganização do trabalho. Para a nomeação dos primeiros funcionários do quadro, precedeu-se a rigoroso concurso público.

Compuseram a prova, realizadas no Instituto de Educação, no dia 24 de outubro de 1962, 332 dos inscritos. Destes, foram aprovados finais apenas 15, sendo 4, 2,8%, o que dá índice de rigor adotado pela banca examinadora. Compreende a organização do IDAÇO, um Conselho Coordenador, que é o órgão superior nor-

— 13 —

mativo e de direção, uma direção teórica, de Serviços Gerais, de Intendência Geral, e um superintendente Geral, e um

Conselho Consultivo, além de 3 direções, de Serviços Gerais, de Planejamento e de Colaboração.

A IDEIA DO IDAGO

O Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás — IDAGO — foi idealizado como Agência Nacional do Governo do Estado para se ocupar de promoção das transformações técnicas, sociais, estruturais e institucionais da agropecuária goiana. Para realizar a missão de tão vasta importância e complexidade sobre o aspecto de extirpar o IDAGO em matéria de definição de uma política de ação, de suas linhas de funcionamento, organizações de funcionamento, utilização de seu elemento humano e adequada disponibilidade de recursos. Antes de mais, a existência e atuação do IDAGO pressupõe presença indelével de orientação política, vale dizer, mudança política, que tenha sido resolvida do governo, de maneira a assegurar o cumprimento do objetivo como a seguir, efetivando as transformações, através de uma orientação, através de um vasto campo de atribuições e qualificações que o IDAGO deve presenciar as grandes mudanças, a fim de assegurar o desenvolvimento econômico e social, de forma equilibrada e democrática, do agro-goiano, interessando direta-

— 14 —

cultura que acompanham da produção e distribuição da riqueza no tipo, o fenômeno social da guerra.

O IDAGO, INSTRUMENTO DE AÇÃO

A política de ação agrícola estrutural visa e fará uma coordenação para sua concretização um elemento coordenador de caráter técnico e científico. Entre esses elementos encontra-se o IDAGO, atuando no comando direto do processo de desenvolvimento no setor, e da estrutura de órgãos respectivos. Nesse particular, o IDAGO tem a função de formar contraste com o tradicional aparelho burocrático a cuja natureza deve ser inalterada. Em sua estrutura e funcionamento deve ser provido da necessária para uma ação flexível e não burocrática, o que significa, clarificar condições para a permanência e estabelecer novas formas institucionais e conceituais adaptadas às diferenças regionais, conceituais para, cogitar, estimular e organizar o relacionamento e a capacidade criadora do povo, das massas rurais e urbanas do interior, meios para melhorar, melhorar e trabalhar adequadamente o elemento humano, que, por diversos modos e em tipos diversos, participe da obra de desenvolvimento econômico.

Ao IDAGO terão de ser, inicialmente, participando meios pelos quais se adquira, o domínio necessário da situação global que o habilita à atuação operacional de planejamento. Em seu planejamento, ter-

— 15 —

solução dos problemas que lhe são diretamente afetas.

O que foi dito largamente na experiência da mobilização de uma equipe multidisciplinar da sociedade para a solução da questão não podem estar ausentes o agrônomo, o engenheiro, o economista, o geógrafo, o jurista, o contábil, o veterinário, o sanitarista, o sociólogo e o pedagogo, etc. Mas que não signifique que o IDADCO tenha de substituir todo aparelho administrativo, predominantemente no setor agrícola, nem emendar em si todos os aspectos orgânicos e especialidades profissionais em que se desdobram as responsabilidades de um programa de desenvolvimento agrícola. Ao contrário, a cooperação com outras instituições públicas representa um ponto estratégico em sua atuação.

Uma organização da natureza da que foi delineada, para uma ação ligada ao planejamento burocrático, no planejamento e execução da política agrícola, evidentemente há de ter, como naturalmente, personalidade jurídica e patrimônio próprio, que lhe assegurem o funcionamento independente e o funcionamento de suas atividades e serviços de suas áreas. Assim, o IDADCO além de mobilizar os recursos em terras agrícolas, públicas e privadas, deve organizar, por intermédio dos organismos Agro-Técnicos, tem outras estruturas subordinadas a um plano nacional de utilização das seguintes Atribuições, de acordo com a lei que o criou:

1 — colaborar com as Secretarias da Agricultura e do Planejamento na formulação da política de Governo e na direção da

diretrizes de caráter social, econômico, técnico e administrativo que devam nortear os planos, as programações e as pesquisas de assistência e fomento agro-industrial e fomento agro-rural e de abastecimento de gêneros alimentícios nos mercados urbanos, e serem executadas nos campos agrícolas, pós-Sociedade da Agricultura, pelo próprio IDADCO ou pelas Sociedades de Vinculação;

2 — traçar as normas e estabelecer as estatísticas gerais para o fidejussório das estruturas rurais, rurais e rurais, em especial, do solo, da água, da floresta, da cultura e da pecuária, dentro dos princípios de conservação e em obediência à função social daqueles recursos;

3 — elaborar o plano estatístico de assessoramento agrícola, com base em levantamentos das condições ecológicas, demográficas, geográficas, econômicas e sociais que caracterizam os sistemas e estruturas agrícolas vigentes nas diversas regiões do Estado e permitam o conhecimento da adequação, classificação, forma de uso e classificação da terra, o planejamento de suas atividades, de cultivo e de criação de maior rendimento, em função das características dos respectivos mercados consumidores;

4 — realizar o cadastro das propriedades rurais, incluindo a inventário e a avaliação das terras de domínio público, bem como a revisão das áreas e zonas contenciosas das mesmas, tendo em vista, ainda as pesquisas e levantamentos que deram origem à terra própria para implantação

de novas unidades agrícolas de tipo familiar;

5 — selecionar, com base no conhecimento e nos cadastros elaborados, as áreas para implantação de projetos de desenvolvimento agrícola, incluindo as terras de domínio público; aquelas que devem ser desapropriadas por interesse social; as áreas e criadas para a venda de propriedades rurais ou de posse familiares.

A Lei 4.009, que criou o IDADCO, impôs, sem subdivisão, a transformação da política de terras do Estado.

O Departamento de Terras e Colonização foi extinto e um Grupo de Trabalho precedeu ao levantamento, classificação, planejamento e ordenação de terras.

de 100.000 hectares de concessões de terras que constituam o arquivo do extinto Departamento.

As vendas de terras foram suspensas, ao se reabrir o processo de venda de terras de domínio público, a partir da criação do IDADCO e aprovadas e publicadas as novas normas e tabelas de preços, que obedecem à tabela de preços, que obedecem à tabela de preços com os impostos de venda social e econômica que diferenciam as diferentes transformações da política de terras.

Antes de estabelecer as novas normas de concessões de terras, a revisão das concessões, que deverão ser encaminhadas em cada caso, pelo o Governo o cuidado de assegurar e promover áreas apropriadas à colonização.

A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO GOIANO

Utilizando dados do Censo de 1950, que são os disponíveis, ainda de modo mais completo e satisfatório, chegaram-se a uma estatística definitiva do campo goiano. Através daqueles dados e de elementos de outras fontes poderosas identificar-se os principais e generalizados aspectos da grande contingente de população que tem nas atividades agro-pecuárias e agro-industriais o seu meio direto de subsistência e de renda.

Verificase, desde logo, que 52% da renda bruta das atividades primárias correspondem à remuneração do trabalho de cada produtor, os quais constituem mais de 60% da população total do Estado de Goiás. Isto significa que 45% da renda bruta das atividades primárias e agro-industriais são apropriadas para atender a necessidades básicas da população. As vendas de terras representam uma situação de

da, cujo retorno é uma numerosa herdada de pessoas atingidas na fazenda. Nas áreas, porém, em muitos outros, a estrutura agrícola de Goiás se aproxima do quadro geral do Brasil, embora, ainda, assimilar que os dados estruturais obtidos em 1940 demonstram valores para o rendimento da produção, uma vez que as mudanças ocorridas de então até o presente tiveram um caráter puramente quantitativo, e indicam a predominância de fazendas conjuntivas na evolução da produção e da renda agrícola em Goiás.

Quanto ao efetivo número de lavradores e produtores de propriedade, sempre se tem tratado de modo-dona ocupada, e que, em parte do tempo, e que, devido ao fato de não serem a única fonte de subsistência, caracterizada de modo-dona monopolista.

Desde de 1949 aquém que 48% da renda total gerada no Estado era proveniente do setor agro-pecuario, enquanto as atividades classificadas no setor secundário ou industrial concorriam com apenas 5% para a totalização da renda territorial. A este respeito, a fisiologia acidentalizada agrícola da economia goiana é, por consequência, a enorme importância e importância dedicadas às transformações que vem a ser introduzidas nos setores produtivos e característicos da estrutura social, sabendo-se que, em 1940, apenas 4% da população ativa possui trabalhos na indústria, enquanto 82% dedicava-se às atividades agrícolas, das quais dependiam nada me-

nos de 80% da população total.

Por outro lado, revela o censo de 1949 que as propriedades com área acima de 500 hectares representavam 7,7% do número de 74,9% da área total, ao passo que os estabelecimentos com áreas inferiores a 100 hectares constituam 5% da área e 94,3% do número total. 118 propriedades acima de 15.000 hectares somavam uma superfície maior que a de Serripes do Araguaia, englobando mais de 10% das terras agrícolas. Verifica-se ainda que, para um total de 183.000 famílias que constituam em 1940 a população rural do Estado, apenas 4.500 famílias se apropriavam de 40% das terras economicamente ocupadas.

Esta predominantemente situação de monopólio das terras e de latifúndio evoluiu um complexo de relações produtivas em que se destacavam os produtores de pequena agricultura, de baixa utilização dos recursos naturais, tudo convergindo para definir um sistema pré-capitalista nas relações econômicas, caracterizado nas relações sociais.

Para as 183.000 famílias da população rural existiam 83.784 propriedades, correspondendo a um número bem menor de propriedades, pois várias delas possuem mais de um estabelecimento, enquanto grande número de propriedades são propriedades individuais por sua própria.

Previamente, verificamos em 1940 a existência de 37.882 propriedades, 1.208 e 577 administrativas ocupando 3.577 administrativos e 35.000 produtores, das

quais 3.000 produtores. Daí se conclui que, mesmo entre os produtores, havia, e muito grande, a não-propriedade. Essa situação, para preços elevados pela situação da terra e ausência de investimentos, afetava a pequena agricultura, afetando a produção que não se concentrava em grandes propriedades.

Para a produção, verificamos que a produção era feita por famílias que não tinham condições para a produção, e que a produção era feita por famílias que não tinham condições para a produção. A situação era de uma situação de não-propriedade, e a produção era feita por famílias que não tinham condições para a produção.

PRODUÇÃO AGRO-PECUARIA DO ESTADO DE GOIAS

O Estado de Goiás possui cerca de 62.281.250 hectares de terra, dos quais 34.283.113 são terras produtivas. A utilização das terras produtivas é, portanto, de cerca de 55%.

Plantações	15.882.721 ha
Lavouras	8.177.000 ha
Matias	3.488.831 ha
Terras Incultas	3.791.173 ha
Podese ver que apenas 4% da área total das propriedades em fase de cultivo é utilizada em	

todos contribuíam para o desenvolvimento da terra, mas, sobretudo, das áreas insuperáveis do Estado.

Tal situação exigiu a intervenção política do proprietário que se esforça para manutenção do status quo, de cuja conservação ainda participam algumas elites de famílias influentes, e que, em conjunto, impedem a transformação da situação atual. O proprietário, então, tem, todavia, a parte menor da população dependente das atividades agrícolas. Ao lado disso, existe a maioria de pequenos trabalhadores assalariados, os chamados champanhas, para os quais não existe sequer a produção em forma de parceria, ou mesmo trabalho assalariado certo e constante, com o influxo ganho diário de diversos trabalhadores, que constitui a situação normal do seu padrão mercantil de trabalho.

cultura atual e permanentes.

Em relação à área do Estado (622.912 km²) o número de propriedades rurais é distribuído de maneira verificável: uma área funda predominantemente da indústria rural como áreas inferiores a 500 ha. Verificamos por outro lado, que grande parte foi feita pelas colônias agrárias, mas não pelas terras regularizadas, o que, aliás, quer qualificar programas de ajuda técnica e financeira, uma vez que o aspecto legal de posse da propriedade é de grande importância no desenvolvimento da agricultura.

A produção agrícola do Estado atingiu, em 1961, o valor de Cr\$ 14.950.073.028,50 (setenta bilhões e quatrocentos e sessenta e dois mil e seiscentos e sessenta e sete cruzeiros), enquanto no mesmo período de 1959, chegou ao mesmo nível, isto é, 14.950.073.028,50, mais de 40% de uma contribuição.

Reduzida produção visa o desenvolvimento local e regional, mas sobretudo atender as necessidades das grandes centros consumidores, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro.

A pecuária constitui a base da economia goiana, tendo a produção pecuária atingido, em 1961, o valor de Cr\$ 78.834.629.067,20 (setenta e oito bilhões, oitocentos e vinte e quatro milhões e seiscentos e oitocentos e nove mil e seiscentos e setenta e sete cruzeiros).

O rebanho bovino em 1961 foi estimado em 4.616.750 cabeças, o que significa que Goiás ocupa

o 5º lugar em produtor de Gado bovino, havendo boa possibilidade no sentido de duplicar o rebanho, tendo em vista o potencial de produção do Estado.

Goiás apresenta a seguinte classificação com referência à produção derivada da pecuária:

- CARNÊ: 7º lugar, com 41.172 toneladas
- LATICÍ: 4º lugar, com 302.406 toneladas
- MANTÍCA: 5º lugar, com 2.985 toneladas
- QUEIJO: 8º lugar, com 1.958 toneladas
- LATICÍ PASTEURIZADO: 5º lugar, com 5.413 toneladas
- COIRO VERDE: 7º lugar, com 1.719 toneladas
- COIRO SECO: 5º lugar, com 1.243 toneladas
- COIRO SALGADO: 5º lugar, com 2.673 toneladas.

Não se encontra dentro do Estado, apesar dos números mencionados, um rebanho especializado para a produção de carne e principalmente de leite, sendo, ao contrário, o rebanho de tipo "agoneiro".

Existe, via mixtura, muita criação de gado bovino dentro das diversas zonas do Estado. Não há dúvida de que existem boas criações de GITE e NEZLOBE, mas a criação de GITE e NEZLOBE, é dominada pelo estabelecido da maioria do gado e uma boa parte pelo cruzado (zona norte e leste do Estado).

ÓRGÃO EXECUTOR DA REFORMA AGRÁRIA EM GOIÁS

Criado a 4 de julho de 1962 e instalado a 30 de outubro do mesmo ano, é o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás o órgão incumbido da execução da política de desenvolvimento agrícola do Estado. Vinculado por lei à Secretaria de Agricultura, o IDAIGO constitui o maior e o mais importante passo de um reformaista dado pelo atual Governo goiano.

Vem o Governo, através do IDAIGO, procurando implantar uma política de política social, de combate à fome e ao latifúndio improdutivo e introduzindo, no processo de desenvolvimento agrícola, normas práticas, capazes de obstar os atos transgressivos e de proporcionar melhores condições de trabalho e de vida de modo a elevar o nível de vida de nossas populações rurais. E, assim, o setor do IDAIGO — apoiar o Governo para implementar as condições necessárias de desenvolvimento agrícola, em curto prazo, e livre das pressões de uma excessiva burocratização, o desenvolvimento agrícola do Estado, disciplinando a entrada de terra pública, dentro de certos critérios que a seguir se apresentam, e uma exploração racional e econômica, harmonizando a produção e elevando os índices de produ-

tividade agropecuária, com a concomitante melhoria das condições sociais e econômicas da família do camponês. Deve-se ao órgão executor dessa política uma estrutura autárquica, capaz de permitir firme e livre ação dos respectivos dirigentes, tanto sob o ponto de vista de planejamento, como de execução.

Para fazer face às várias escarças decorrentes da execução de tal programa, conta o IDAIGO com recurso próprio: Fundo Agrário Estadual, constituído de 3% da renda tributária do Estado, e mais 20% do montante da arrecadação do imposto de transmissão inter-vivos. A implantação da estrutura dos vários órgãos que compõem a complexa organização do IDAIGO se faz à base de métodos científicos de organização e racionalização do trabalho. Para a nomeação dos primeiros funcionários do quadro, precedeu-se a rigoroso concurso público.

Compreendem a pessoa, naturalizada no Instituto de Educação, no dia 21 de outubro de 1961, 552 os Inscrições. Destes, foram aprovados para a vaga de Inscrição, 10, 18 de 4, 74, 2, 0 que dá ideia do rigor adotado para a banca examinadora. Compreende a organização do IDAIGO, um Conselho Coordenador, que é o órgão superior nor-

mativo e de direção, uma Superintendência Executiva, com um superintendente geral, e um

Conselho Consultivo, além de 3 diretores, de Serviço Geral, de Planejamento e de Colaboração.

A IDEIA DO IDAOC

O Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás — IDAOC — foi idealizado como Agência principal do Governo do Estado para as tarefas de promoção das transformações técnicas, econômicas, estruturais e institucionais da agropecuária goiana. Para realizar missão de tão ampla importância e complexidade muito terá de exigir do IDAOC em matéria de definição de sua política de ação, de suas linhas estruturais, métodos e formas de funcionamento, utilização de seus elementos humanos e técnicos. Antes de mais, a existência própria mudança de orientação política, vale dizer mudança política, não mais alheia às decisões do Governo, de suas escolhas quanto a implantação de atividades com a rotina, visando as transformações, econômicas e tecnológicas, a partir desta especificação, abreviada em certos aspectos de caráter qualitativo que o IDAOC deve apresentar se pretende realmente cumprir a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social, de forma equilibrada e democrática, do agro-goiano, interessando direta-

mente 70% da população do Estado. Assim é que, numa emergência, sem preocupação de ordem prioritária ou de importância, o IDAOC terá de agir a fim de dominar o conjunto de uma situação heterogênea e complexa; apreender e seu conhecimento, abstratizá-lo e definir seus aspectos essenciais; identificar as forças dominantes e as forças determinantes de sua evolução; conhecer o comportamento secular e recente, situar os fatores de influência, os eixos e pontos de estrangulamento; ter uma clara noção de grandezas das forças produtivas e de seu potencial mobilizável nas condições possíveis; determinar as relações de produção que se fazem sentir em torno daquelas forças, sua natureza e o grau de sua atuação no processo social e econômico; localizar os pontos críticos e potenciais a fim de atuar as decisões de maior poder germinativo e multiplicador. De posse dessa material informacional, poderá melhor definir a política geral e as políticas de ação e adotar, com essa inteligência tecnológica, organizativa e social, a mobilização de forças produtivas, as formas pec-

ÓRGÃOS AUXILIARES DA AÇÃO DO IDAOC CAESGO — Cia. Agrícola do Estado de Goiás

Com sua organização dentro da moldes modernos, tem a CAESGO o objetivo principal de racionalizar o processo de comercialização das azevém, eliminando, assim, o ônus de via mediadora desmercantilizadora. Agindo dessa maneira, faz retornar aos agricultores, no mecanismo de repartição de riquezas, a cota de renda íntegra a que fariam sua, no trabalho quotidiano, oodirpoudu para a direção do poder aqui e ali da grande parte da população goiana.

Essa objetivo, somente poderá ser atingido praticamente, a medida que se vença a realidade da interclassas lentamente esdimentadas e em que se vai conseguindo modificar a mentalidade de as assala e indiferença, que escraviza os agricultores a condições rotineiras de comercialização de suas azevém.

Meios azevém, gungum, e CAESGO v'a missão revolucionária, que contribui, em muito, para a emancipação do camponês, libertando-o de um tradicional processo de depauperamento. A CAESGO é um empreendimento de alta magnitude, não só pelo volume de investimentos que exige, mas também pela intensidade e qualidade do trabalho que requer para a introdução de novas normas de transpote, conservação, armazenamento e distribuição de grãos alimentícios.

CASECO — Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Goiás

— Em por um lado a industrialização de Goiás vem registrando aspectos positivos, de outro parte, em ritmo acelerado, foram instrumentos sendo adotados visando a modernizar sua estrutura agrícola, como a instalação do CASECO — Companhia Agrícola do Estado de Goiás. Essa entidade foi criada pela Lei nº 2.124, de 11 de novembro de 1969, e destina-se a prestar, mediante taxas e preços módicos, assistência educacional, técnica e financeira, a executar serviços para os agricultores, a produzir e distribuir produtos e utilidades para a agricultura, a extrair, produzir, beneficiar e industrializar o açúcar de produção agrícola, sempre no sentido de uma racional e intensa exploração do solo e recursos naturais.

A CASECO é uma sociedade de economia mista, com sede em Goiânia — centro de expansão

de suas atividades. O seu capital é constituído de quotas atribuídas a milhares de cidadãos, integrantes de famílias, integrais ou parciais, inscritas em nome de pessoas físicas ou jurídicas, com direito a voto, no valor de mil cruzeiros cada uma. Cabe ao Estado uma percentagem de 60 por cento das ações. Destado assegurado aos acionistas inúmeros vantagens, divididos sob a forma de selo, por cento ao ano e também, prioridade para reembolso, no caso de extinção.

— Pontos de vendas da CASECO já foram instalados em Goiânia, Rio Verde, Itabernal, Itumbina, Jaralópolis, Anápolis, Jorandina, Cristalina, Aragoiânia, Itapissolândia, Pirenópolis, São Francisco de Goiás, Jataí, Corrego do Ouro, Iporeia, Gurupi e Armação de Goiás, sendo que, em face do crescimento de suas atividades, existem planos de mais atividades, visando ampliar em suas vendas.

CIAGO — Cia. de Abastecimento do Estado de Goiás S/A.

A CIAGO, além de sua organização, foi criada pela Lei nº 1.358, de 8 de novembro de 1963 e deverá funcionar em con-

dição de sociedade de economia mista, por ações. Seu capital inicial será de ordem de Cr\$ 100.000.000,00 (cento e cinquenta

milhões de cruzeiros) reservadas ao Estado 81% das ações emitidas, propoção esta que se manterá em todos os aumentos que se verificarem.

Vinculada por lei à Secretaria da Indústria e Comércio, a CIAGO tem os seguintes principais objetivos:

- elaborar projetos e programas para melhoria das condições de abastecimento alimentar;
- promover a comercialização e exportação de produtos da região alimentícia;
- administrar o serviço de compra e venda dos produtores;
- organizar mercados rurais, expedientes ou entrepostos de compra e exportação das áreas produtoras;
- investigar, onde julgar conveniente, o abastecimento em Goiás.

OS COMBINADOS AGRICULTURAIS

JUSTIFICATIVAS SÓCIO-ECONÔMICAS

Os chamados Combinados Agrícolas são um novo procedimento científico que contrasta com os modelos convencionais de colonização que se vinham praticando até hoje no País. Com sua ideologia apoiada no conhecimento das formas de aproveitamento integral e com base nas experiências observadas e estudadas no Estado de Goiás, apresentamos uma estrutura de colonização que possa promover uma adequação das necessidades

de campesinato e das condições de subdesenvolvimento de várias regiões do Estado de Goiás. É preciso que se dê, de passagem, que foi levada em consideração, rigorosamente, a realidade social para a qual foram planejadas, evitando-se constituir uma simples transposição mecânica de um modelo sociológico, mas, sim, que fossem um organismo humano dentro das particularidades e características de nosso meio físico e social.

O alcance e o êxito final-

mento ação-reconhecimento desta justiça não é só de transformar as novas condições de produtividade, mas o sistema de vida da conditina, bastando novas formas de relações sociais. Nesta política agrária de colonização não é bastante modificar a estrutura da propriedade fundiária, e os métodos de uso da terra, dos recursos naturais, mas sim TRANSFORMAR O MODELO RURAL E SATISFAZER AS ASPIRAÇÕES DAS REGIÕES ATRASADAS por meio da revolução agrícola, conduzindo à uma verdadeira MUDANÇA SOCIAL.

Não obstante ser sua filosofia altamente avançada, parte do princípio da correção da unidade geo-econômica. A experiência de Reforma agrícola em países como México, Israel, Índia, etc., tem demonstrado que uma correta política de redistribuição de terra não é o simples parcelamento, mas muito mais a integração das pequenas campestres à sociedade nacional.

Os Combinações Agro-Urbanas as conservarem a unidade. O modelo é através da adoção de um Modelo Cooperativista Integral proporcionam a programação e integração dos fatores econômicos, técnicos e sociais, incluindo, abrangendo os serviços de assistência ao nível da comunidade.

Nos Combinações as condições rurais se expectam para a administração democrática e de promoção da assistência técnica, financeira e social. O programa do Estado pararama se incluir a efetuar esta transi-

ção de atividades e capacitar as comunidades rurais a que elas participem. Atividades dos programas de colonização e aqui concebido, transformando as zonas rurais da DIREÇÃO SOCIOECONÔMICA em uma fase de modernidade de colonização DIREÇÃO DE CO-GEREÇÃO DE SOCIEDADE.

Combinações as propõem de melhoramento das condições de produtividade e de bem estar social com a participação das comunidades em seu próprio desenvolvimento. Há uma integração vertical, onde os Combinações controlam, desde a exploração agrícola, as responsabilidades de processamento, industrialização e comercialização, evitando o jacobinismo e o burocratismo.

Por outro lado, oferecem, também, certas áreas do setor privado que se nas formas de cooperação uma ameaça a sua harmonia. O comportamento deve ser se tem caracterizado pelo excesso de intermediação entre produtores e consumidores. Os Combinações, com o Modelo de Cooperativa Integral, evitam que as comunidades rurais se encontrem sacralizadas dentro de uma economia e seu consequente estrangulamento e enclausuramento. Assim, também, o grande dilema em que se coloca com frequência o cooperativismo agrícola de maximizar como sociedade de serviços e não de não poder funcionar como empresa agrícola, a quem de renunciar a uma verdadeira sociedade de serviços.

Do ponto de vista da macroeconomia os Combinações, apresentam duas justificativas básicas:

1. — POLÍTICA DE POVOAMENTO, quer dizer, medidas de estímulo, regulagens, ação programada por parte do Estado no sentido de apoiar e ampliar o movimento especializado de ocupação produtiva de terras nas frentes pioneiras. Os dispêndios sociais são, aqui, substanciais.

— 2. — POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO, quanto o Estado promovendo investimentos diretos e criando aquilo que se conhece por colonização estrutural no sentido de que tais investimentos de fato à estrutura do sistema a mobilização de fatores produtivos, êxito e condições o processo de desenvolvimento econômico.

Tratando ainda, da forma de ajuda social, orientada para exploração agro-pecuária coletiva e individual (agricultura de subsistência). Através de uma organização desta sistema de contrapropriedade cooperativa múltipla de trabalho, poderá converter-se em um mecanismo dinâmico da comunidade:

- exploração comum das terras com fins de comercialização;
- vendas e compras em comum;
- proporcional a organização e intercâmbio direto de produtos entre membros de uma mesma comunidade ou entre diversas comunidades agrícolas, podendo utilizar os mecanismos tradicionais de troca, como meio de pro-

moção e aumento da produção e formação do mercado interno local;

— estípite-se no presente atuando do homem rural que passem a viver em pequenas cidades, denominadas Rurópolis, próximas às áreas de trabalho;

— liga o núcleo da ORGANIZAÇÃO SOCIAL aos próprios camponeses e portanto mesmo, são os Combinações capacitadas para promoverem uma dinâmica originada e alimentada pela própria comunidade, além de combaterem as propostas de melhoramento e das condições de produtividade e de bem-estar social. Entretanto, no desenvolvimento de grupo como político independente e organização da classe rural para o encaminhamento de solução de seus problemas, estas são as tarefas camponesas com finalidade de associativista, assistência de sustentabilidade do espírito de solidariedade e o espírito de ajuda mútua.

Uma indicativa de grande alcance é a programação da atividade dos colonos, voltada exclusivamente para aquelas categorias sociais que operam no campo, as atividades e períodos em suas diversas modalidades, conteúdo, alçada, normas que regem a exploração de um colono pelo outro e questões e futuros parcelamentos das glebas para redução do Instituto do usufruto. Outros, portanto, encastelados rurais de estruturas agrícolas e necessitada de maior produção e produtividade e a necessidade de se obter um melhoramento do nível de vida da população rural.

COMBINADO AGRO-URBANO DE ARRILAS

O primeiro e mais importante empreendimento do Governo de Goiás, no setor da política de desenvolvimento agrário a que se propôs, é o Combinado Agro-Urbano de Arrilau.

Empreendimento zóneo, de características externas e internas, embelemento localista, inter-pura-se, estruturado, mas mantendo em realidade no mundo, em moldes de organização da vida rural.

Com o objetivo de orientar a implantação do respectivo projeto, ressaltando a nova filosofia de desenvolvimento agrário, que serviu de motivação aos planos de elevação dos níveis de vida do homem do campo, enviou-se a Arrilau, após firmado convênio nesse sentido, dois agrônomos, que ali estabeleceram, durante quinze meses, auxiliando as técnicas mais avançadas de operacionalidade.

Da visita, foi um dos melhores ideólogos idealizados para definir o Departamento de Colonização e Reordenamento do IDA-GO, ao qual compete orientar a implantação em bases Estatísticas técnicas administrativas, na área do País, no setor de colonização. Assim, pela profundidade das transformações a que se pro-

põe o moderno projeto, caracterizadas de uma realidade referida a agricultura, para a qual o Estado se prepara, atenciosamente, sem alarde, sem demagogia, e em descompromissos e humildes níveis de atuação no direito ou à realidade de quem quer que seja, o Combinado Agro-Urbano de Arrilau, em fase de plena e irreversível implantação, constitui a mais moderna, humana e racional experiência que se faz no País em matéria de desenvolvimento agrário (ou reforma agrária, se preferirmos).

Podem-se fazer experimentos, pelas suas marcanças características reformistas, ser tomado como modelo para o resto do Brasil, como ponto de partida para o estabelecimento de bases, de doutrina ou de linha de ação, com vistas à reformulação do problema da terra e suas implicações no terreno social e econômico.

A implantação do projeto do Combinado está sendo feita por etapas. Vinícola, a primeira etapa, que se constituiu no doamento das primeiras lotes, locação e construção do campo de pousa, estabelecimento do acompanhamento da administração e dos serviços de comunicações, de abastecimento e manutenção, escola e

preparo da área destinada ao primeiro construído, serventaria de gerenciamento de toda a área, pelo Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, a Companhia Já se encontra, hoje, firmemente implantado.

Desde agosto do ano passado (1962) que 125 homens, provisoriamente lotados em áreas pecuárias, se estabeleceram com alarde, na região do Combinado, ao estabelecerem a cabana de pousa que permitiu o desenvolvimento das primeiras etapas do projeto.

O abastecimento, seleção, transporte, assistência e manutenção dasse humana, mas longinquas matas do Rio Palmas, constituiu, por vezes, etapas difíceis, pontilhadas de incidentes, mas esperadas, felizmente, pelo espírito de luta de uma equipe solida e qual tem recebido a responsabilidade de manter sempre abertas, nas frentes de colonização, a chama dos ideais que impulsionaram a quarta etapa, a qual se realizou, resolvido juntamente com a primeira, a reforma agrária, e constituiu um desafio permanente à capacidade de luta da cada um.

A elaboração do projeto de implantação do Combinado, compreendendo sua concepção estrutural e operacional, os fundamentos da economia da área onde foi localizada, suas características sociológicas, as condições do solo, da clima, da vegetação e de alguns aspectos de outras particularidades, que vão desde a ideologia de planejamento, até as balanças de pessoal e investimentos necessários ao funcionamento do projeto.

Combinado, através contida do Escritório Técnico especializado, sob a responsabilidade de economistas de grande e sólida experiência e sua equipe de especialistas.

O primeiro Combinado Agro-Urbano — CAL/1 — está planejado na região do Rio Palmas, ocupando uma área de 450 hectares, em terras cobertas de mata e floresta, para a primeira etapa, abrangendo a Fazenda Charrinho, Três e doze mil hectares, onde deverão ser estabelecidos, por esse mesmo, cerca de 125 lotes, para a primeira etapa do projeto.

As áreas das duas referidas fazendas foram objeto de desapropriação, tendo o Governo, em 1959 e 61 de junho de 1962, decretando ambas, para aquisição efetiva de interesse social.

Várias razões determinaram a escolha do Município de Arrilau para a localização do Combinado. A primeira foi de serem planejados o aproveitamento de uma região um pouco afastada, um terreno fértil, numa área estratégica de que o empreendimento das atividades agrícolas, pecuárias e industriais, não se pode prescindir. Não se pode prescindir em primeiro lugar, em relação à área, um projeto, em

estudo, e até mesmo economen-
da das turbidas. Ganhar-se-ia
tempo e lato representou um fa-
ta positivo.
Praticamente, a possibilidade de
se conseguir terras boas, planas,
a baixo preço, foi o elemento de-
cisivo para a localização da Com-
binada em Araxás.

Tudo isto, coincidindo com o
fato de necessitar água, região
de Zelande sofrer um impacto,
uma mudança para o desenvolvi-
mento.

O Combinado certamente tra-
zia no seu bojo uma série de
obras hidráulicas da infraestrutura
que seriam necessárias para a
região mas que poderiam ficar
adiantadas para um futuro reali-
zamento distante, não fosse a
exigência dessas benéficas para
reforma agrária do Governo
Federal, que entre dezessete de en-
tras vantagens, situa-se como o
futuro grande centro abasteci-
do da Capital da República.

O que é importante no Combina-
do de Araxás é convém que
se realize e o realismo com que
está sendo implantado. Ele não
está sendo feito com caráter pa-
ternalista, de uma forma arbi-
trária, para fazer o Distrito mod-
lo bonito, para simplesmente ser-
vir. Ao contrário, ali tudo é
absolutamente autêntico. Os cam-
poneses selecionados vão para lá
com vontade, com organização,
mas começam a trabalhar com
uma própria técnica, fazendo
no fundo dos lotes as suas clon-
agens pecuárias, de acordo, na
frente, área reservada para em-
brunço da casa definitiva.

Quanto aos detalhes da orga-
nização do Combinado, são estas
ainda definitivamente estabelecidas.
Isto só com o tempo se
podem fazer a fim de que não
haja prejuízo no seu desenvolvi-
mento futuro. Todavia, é pos-
sível antecipar que o Combinado
não terá a estrutura de um
fazendas israelenses ou de um
fazendas indianas, Serra, talvez,
um aspecto peculiar.

Desajustes que o homem tenha
três tipos de sota:

a) — um lote urbano, realimen-
tal, de 1.000 m²;

b) — um lote de cultura cítra-
sica, de chova, com aproxima-
damente 10 hectares e que será
cultivado pelo colono e sua fa-
mília, sem lançar mão das téc-
nicas de irrigação;

c) — um lote de cultura tri-
gala, com 2 hectares, no qual
será utilizado o sistema de roti-
ção das culturas próximo da
área urbana, e onde todos os
colonos terão possibilidade de
empregar a irrigação. Dada a
natureza do curso da operação,
ela não será individual. Ter-se-
á, então, a irrigação em forma co-
operativa, como igualmente
será cooperativado todo o siste-
ma de irrigação — os tra-
tores e demais implementos
agrícolas, assim como os serviços
de colheita, colheita, etc.

No Combinado, a utilização de
uma cultura de entressaiz, será
uma maneira de reter o compo-

154 F
150 P

nta, de flutuar as lotes e talvez
com muito maior rendimento que
o proporcionado com o aproveitam-
ento do lote clássico, aproveita-
mento, com uma área como Vale
menor, será possível obter um
rendimento maior que a ativida-
dade de agricultura clássica, pois
como é sabido, as chuvas deli-
xam de cair a partir de maio,
até o fim de setembro. Durante
esse período o campo do Brasi-
li Central fica quase totalmente
a sub-empregado, salido, então,
a procura de coarugado de otr-
cas, de pontas, etc.

Outro detalhe importante é o
que diz respeito à atividade de
pecuária, que no Combinado não
pertencem diretamente a cada
colono. Isto porque seria difícil
para ele montar na Eurozona e
cuidar dos seus animais instal-
dos no lote clássico, de agron-
omia desordenado e de incómo-
do e alto do mais muito dispen-
dioso, em vista da necessidade de
cercar toda a área onde viverem
os animais, a fim de proteger as
plantações. Não daria certo, en-
tão.

Resumidas, então, deixar um
esquema à área destinada à pe-
cuidria, e ser desenvolvido em
seus da Cooperativa. Cada
colono terá sua quota parte. Be-
rá beneficiado com a venda de
leite, de carne e também com a
venda do resíduo para feno, com
a exportação de gado.

Turnover mata, dos rebanhos
operários analisados da compo-
nente, os quais além do salário,
receberão porcentagem pela ven-
da. Não seria justo se assim não

fiar, porque também isso não
membros da comunidade.
A primeira Eurozona do Com-
binado Agro-Brasão de Araxás
já abriga 114 famílias, totalizan-
do 799 colonos, incluindo os sub-
terros.

Lá tudo é autêntico, não há na-
da artificial, com o propósito de
impressor. As casas das cas-
lunas, provisórias, foram edifi-
cadas com os recursos do ambien-
te. As paredes são de taqueta de
madeira, e o telhado coberto de
palha. Brevemente, porém, serão
construídas as casas definitivas,
de tijolo. Para tanto, a produção
da olaria está sendo acelerada.

O CAU/1 (Combinado Agro-Br-
são número 1) já conta com 114
eleitores, unidades analisadas con-
pota sob a orientação de um comi-
tê, que é auxiliado por dois
entendidos e uma enfermeira. A
esposa atende, em média, 40 pa-
cientes por dia. Segundo informa-
ções prestadas, a região onde se
situa o Combinado é incluída na
zona de saúde, não havendo incidência
de moléstias graves. Os casos
atendidos são de pequena eti-
ologia, sendo 14 os ocorrem 14
no Combinado, até o último pró-
ximo passado, gripes e diarreias.
Há também no CAU/1, uma es-
cola, funcionando em três turnos:
de manhã e à tarde, para crian-
ças e à noite, para alfabetização
de adultos. 80 crianças estão ma-
triculadas. A professora, constan-
te com uma auxiliar, desenvolve
um grande esforço. Todavia, a
Secretaria de Educação já abor-
borou um Plano de Educação
para o Combinado, através de
sua Assessoria de Planejamento.
Este plano será posto em exe-

coisa a partir do início de 1964, aguardando-se para tanto a conclusão das obras. Já iniciadas, de construção das pavilhões cobertes, definitivos.

O Combinado oferece, ainda, Farmácia, fazenda distribuída gratuita de medicamentos, Armazém Geral, Serraria, Carpintaria, Cateira, Campo Experimental Agrícola, Poço, Estação Rádio-telegráfica, Conta água, com aeroporto para aviãos convencionais e serviço de telefonia através do sistema SSB.

A equipe de técnicos, que no momento trabalha no Combinação, é composta por engenheiros, agrimensores e instalantes locais.

Todas as antiguidades e sociedades da economia antiga do Estado são sendo conservadas com o IDAÇO na implantação do Combinado. Assim é que o Departamento Estadual de Planejamento está providenciando água tratada para as 200 moradias do entorno do Combinado. O Conselho Rodoviário Interamericano, com cerca de 15 milhões de dólares, metras de Estrada, o DERCO construiu pontes e o aeroporto, a BURLAY está construindo o Hospital, as Escolas e o edifício Central da Cooperativa. A CELG (Centrala Elétrica do Estado) instalou nas vilas. A Secretaria da Educação estabeleceu o Plano de Educação. A Secretaria da Saúde empenhou a equidade médica e promove os exames dos candidatos ao Combinado, eliminando todo aquele que seja

portador de qualquer moléstia infeccioso-contagiosa.

É preciso salientar que o Operário de Goiás até agora não recebeu um só centavo de ajuda na implantação desta magnífica obra. Já tendo gasto milhares de cruzeiros, através da mesma empresa recusada.

No dia 20 de outubro de corrente, está procedendo a abertura, por meio, das áreas agrícolas para os 114 famílias residentes, atualmente no Combinado. Cada família recebeu um lote de 100 metros quadrados. Foi um dia de festa. E agora, com o advento das chuvas abundantes, a semente boa começa a cair no solo de embarrate fértil, aliado das matas do Vale do Rio Parnaíba.

Para assegurar o ritmo do empreendimento e como alternativa de armazenamento da infraestrutura do momento, estão sendo construídas na zona do Instituto do Combinação de Araxá, duas importantes obras:

USINA DO MOSQUETO — com capacidade para 9.000 KVA, localizada na confluência do Rio Parnaíba com o Rio Mesquita, Estação hidroelétrica, cuja primeira etapa de 2.000 KVA está pronta em utilização em junho de 1964, abastecerá de energia elétrica não só o Combinado, mas também toda a Município do Nordeste goiás, proporcionando-lhes oportunidades de progresso e desenvolvimento.

PONTE SOBRE O RIO PARNAÍBA — o Rio Parnaíba tem sido através dos tempos a principal barreira, separando aquela região do Estado das áreas desenvolvidas do Sul. A construção desta ponte, já em fase de acabamento, impetrado da ex-líder do Combinado, está desempenhando sua função de ligação entre as paragens e mais vito entusiasmado, pois será através da ligação rodoviária com Brasília, mercê do natural do Combinado, que se encerra toda a produção do Nordeste goiano.

Já se pode medir as mudanças sociais impostas pela existência do Combinado em toda a sua zona de influência. As terras ca-

lde se valorizando e a influência de influências se acentua e cada dia.

O Sr. Jaramilho de Sousa Aires, Prefeito de Araxá, responsável ao Combinado Agro-Urban, afirmou que aquele empreendimento tem encorajado para elevar o padrão de vida das populações do Nordeste do Estado. Citou, como exemplo, o Município de Araxá, que após a implantação do Combinado Agro-Urban, sofreu sensíveis mudanças socio-econômicas, retirando-se mesmo um crescimento demográfico, na ordem de 10% em relação à população de 1960.

OUTROS NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO NÚCLEO COLONIAL DE TOCANTINÓPOLIS

Apesar do rubro e dinâmico desenvolvimento econômico, concentrando em grandes áreas de recursos humanos e humanos por parte do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, o Combinado Agro-Urban de Araxá, não é a única obra do gênero, no território do Estado.

Antes da criação do IDAÇO já determinaram o Governo, a Secretaria da Agricultura, o desfecho de ampla ofensiva no sentido da implantação de uma política efetiva de colonização, que consistiu numa das metas mais importantes do Plano de

Desenvolvimento Econômico do Estado.

Em consequência, a Secretaria da Agricultura, preparando o plano para as futuras atividades do IDAÇO, e antecipando-se à execução das obras, já está em elaboração, de desenvolvimento agrícola, criou, pela portaria 14, de 31 de março de 1962, a "Pranta de Colonização do Norte do Estado, com sede em Tocantínópolis.

O escritório da "Pranta", com pretendendo também instalações destinadas a consórcio médio e denário, foi inaugurado a 23 de maio daquele ano.

Desde então, tem funcionado, naquela pequena e antiga cidade do Norte, a sede da Frente de Colonização, contando, em caráter permanente, com um agricultor, um médico, um dentista, uma enfermeira, um chefe de escritório e um auxiliar, além de um administrador das terras de campo.

Atendendo à expansão de motivos que lhe dirigiu a Secretaria da Agricultura, o Governo da Estado baixou o Decreto nº 23-A, de 9 de abril de 1962, consolidando de unidade social para efeito de exploração, as áreas das Fazendas «Santana» e «Estreito», no Município de Tocantinópolis, com o total de 42.102,75 hectares, para que se pudesse instalar na referida área, a Colônia de Habitantes do Norte do Estado, integrante da Frente de Colonização.

Prezanta a competente agência desapropriação, no fôro de Tocantinópolis, foi feito em julho o depósito correspondente no valor das terras de acordo com a

lei, transferiu-se o Estado na posse das referidas fazendas mediante nomeação judicial competente, sem incidentes, e passou-se imediatamente, aos trabalhos de instalação da Colônia.

Em Tocantinópolis encontraram-se 43 famílias, nucleadas em três grupos de 15 famílias cada um, sendo em casa próprias

mas 141 famílias. Além de outras famílias aliadas de Tocantinópolis, há da Colônia, além de filhos de viciários, funcionários do arca tripulacionários, agricultores, com um outro em construção, comitês e primários nucleos de 60 famílias.

Por também instalada, em casa própria de palha de algodão, segundo os padrões técnicos da região, e encontra-se funcionando com 25 alunos, a Escola da Colônia.

NUCLEO COLONIAL "BERNARDO SAYÃO"

A margem do Rio Cuiabá, no Município de Araguaema, localizada o Núcleo Colonial «Bernardo Sayão», do antigo Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Dispondo de uma área de

100.000 hectares de mata, situada pelo Estado, com 900 hectares demarcados, a duas vias de acesso, uma terrestre, partindo da BR-14, e outra fluvial, partindo do Córrego Magalhães, a margem do Araguaema, acarre-se o Núcleo, por as-

sim, dizer, madeira, para ser instalado, dependendo de aprovação da Administração e Financiamento da direção superior daquela extinta direção.

Prezados, após consecutivas e esforços da administração do núcleo no sentido de instalação, o Governo do Estado, através em conjunto com os órgãos federais competentes, estabelecendo-se entendimentos para a assinatura de Convênio firmado em Brasília a 28 de abril de 1962, e que permitiu a participação da Secretaria da Agricultura de Goiás na administração do Núcleo.

Tendo tido a participação financeira do INIC, bem como os recursos da SPEVA, teve a Secretaria da Agricultura que realizar um esforço extraordinário a fim de que não se perdesse mais um ano e pudesse o Governo cumprir o compromisso feito com aquela região do Estado.

Quase subito, selecionou-se assim e fez transportar para a sede do Núcleo, 109 famílias num total de cerca de 600 pessoas.

PREVISÃO PARA O FUTURO

Já estão se procedendo estudos para a instalação de novos núcleos, assim localizados:

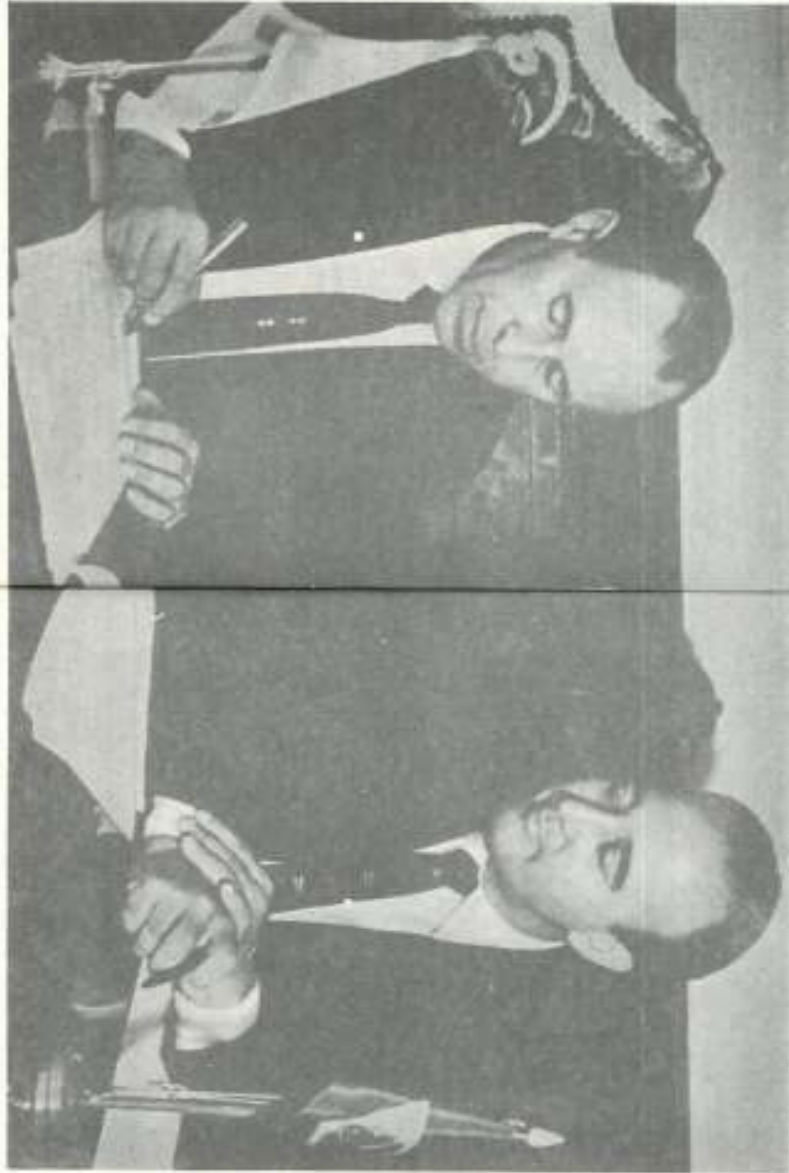
- região Centro Norte — Guapipi
- região central — Barra Alto

- o Colônia
- região sudoeste — Caldas Nova
- região sudoeste — Rio Verde

Tendo chegado, todas, bastante tarde ao Núcleo, em fins de julho e em agosto de 1962, e tendo, a princípio, com a situação muito desfavorável, pois a malha atingiu mais de 90% das novas colônias, não puderam essas famílias apresentar uma grande produção. Mas, assim, a área consagrada e plantada atingiu 234,8 hectares, estimando-se a produção em 2.024 sacos de milho e 5.328 de arroz, além de feijão e algodão.

O Núcleo conta com instalações razoáveis para a administração, seleção de radiorregras, campo de pouso, recém concluído com 800 metros de pista, estacionário, depósito, almoxarifado e cozinha.

As casas dos colôncos, construídas por eles próprios, são de pau-a-pique, cobertas de palha, mas em melhoradas, brevemente, o IDAÇO, visando a etapa inicial, melhorar as condições do Núcleo, de modo a poder para ali encaminhar e colocar, pelo menos, mais 300 famílias.

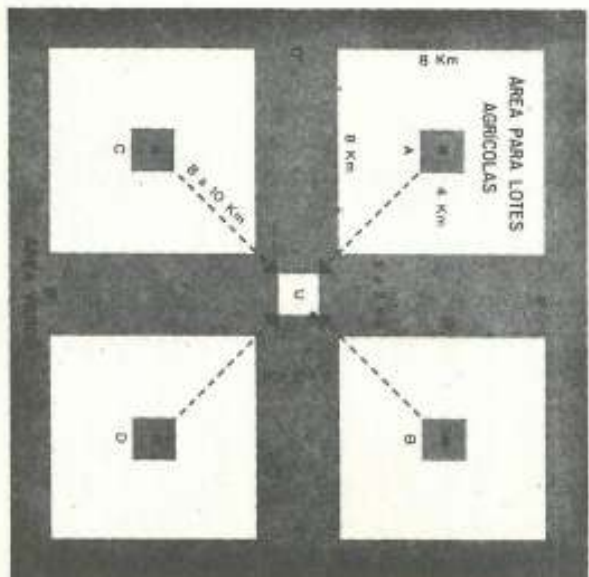


Aristofelis Heitor do Estado de Israel: assinam o documento o Embaixador
ARIEM ESHEL, e o Governador MAURO BORGES TEIXEIRA (à direita).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO

CARTILHA PARA O COMBINADO AGRO-URBANO

DE GOIAS-IDAGO



CAPITULO I
CARTEIRA PARA O COM-
MUNICADO AGRO-LIBRARIO

A finalidade desta publicação é esclarecer o que é um Comu-
nidade Agro-Libreria.
Esta Cartilha não é um tra-
balho exaustivo, adoe o assun-
to; também não se aprofunda
nos problemas correntes. Seu
propósito é reunir, de maneira
concreta, informações tais, que
possam melhorar a situação não só
de colono como também outras
pessoas a respeito da vida de
um Comunidade.

COMUNICADO AGRO-LIBRARIO

A Rurópolis ou Vila Rural Co-
operativa é uma comunidade de
famílias dedicadas à agricultura,
base cooperativa.

Os colonos dedicados a respu-
ta do tipo e grau de cooperação,
contudo, mudanças poderão ser
subseqüentemente feitas, sempre
levando-se em conta que os prin-
cipais fatores de uma vila coope-
rativa sejam preservadas.

CAPITULO II

A VIDA NA RURÓPOLIS

Desta forma, a vida e Governo
da Casa decide estabelecer um
novo tipo de sociedade rural que
terá a família como sua base
econômica e social. A família é
dada completa liberdade e direção
de administração própria, no de-
senvolvimento de sua proprie-
dade, mas, nos assuntos concernen-
tes à vida da comunidade em
geral — tais como a distribuição
de água ou plenas de rotação

de qual poderão preservar a
qualidade do solo — a Rurópolis
estabelecerá princípios básicos,
que as famílias deverão aceitar.

A Rurópolis através de sua
cooperativa de produção e con-
sumo entregará aos membros da
comunidade, fertilizantes, etc., e
faria a venda de produtos de
colono através de comitês de
vendas rotativas de comércio e
de vendas de intermediários.

No caso de doença ou aciden-
tes, a Rurópolis auxiliará a Fa-
mília durante a emergência.

Se os colonos não podem perma-
necer hábeis para todos os tra-
balhos, não necessariamente uma
parcela igualada entre as Ru-
rópolis futuras, visto que cada
uma será expressão do passado,
presente e aspirações dos colonos.

Estes conceitos serão perma-
nentemente aplicados para todos os tra-
balhos. Não necessariamente uma
parcela igualada entre as Ru-
rópolis futuras, visto que cada
uma será expressão do passado,
presente e aspirações dos colonos.

Auxílio mútuo

Na sua forma original, o au-
xílio mútuo significa simples-
mente o que o próprio nome in-
dica — os vizinhos auxiliando
uns aos outros em caso de ne-
cessidade. Por exemplo, se um
colono está doente, sua filha se-
rá trabalhada gratuitamente por
um ou mais membros da Ruró-
polis, eis que não se recupere con-
venientemente para o trabalho. Simi-
lmente, se a dona de casa está

doente, uma de suas vizinhas
irá cuidar da casa e das crian-
ças. Gradualmente, entretanto,
com o desenvolvimento das glo-
bas e tornando-se o colono por
domínio ocupado para deixar sua
própria propriedade, o auxílio
mútuo será feito por um ou
mais trabalhadores, mantidos por
este fim.

Em regra, rural, a Tesouraria
não recebe pagamento de colono
impossível de trabalhar pelo que
ela teve que pagar no trabalho
durante a doença de seu colega.
O que se poderá fazer é, no má-
ximo, estabelecer o pagamento de
seu serviço. Porém o colono in-
teressado, tornava-se colono inte-
doente, se impossibilitado por um
acidente, suas crianças e Adminis-
tração prestará ajuda na dire-
ção da propriedade do colono,
de maneira por este serviço.

Administração financeira, como
tutores e administradores da pro-
priedade, está que o filho mais
velho possa assumir os encargos
da propriedade, caso no caso de
morte do colono. Nesse caso
simultaneamente, a administração
manterá um trabalhador na pro-
priedade, no 8 meses (vítimas)
gastará parte de seu tempo tra-
balhando em um dos setores
públicos (na toro e bola coope-
rativa, ou no departamento de
cooperativistas. Poderá, também, a
vítima decidir que o melhor para
si e para as crianças será de-
ixar a Rurópolis, o que levará a
Administração a procurar para
ela um meio de vida em outra
cidade, buscando com-
pensação justamente pelos bens
deixados na propriedade.

Quando um colono tiver de su-
sentar-se da Rurópolis por in-
cenas imprevistas, a Administra-
ção, imediatamente, fornecerá um
trabalhador livre de pagamento
por parte do colono, para execu-
tar o serviço da propriedade;
mas no princípio, em que as Ru-
rópolis não estão ainda firme-
mente estabelecidas, deve-se ado-
tar a seguinte medida: a Adminis-
tração ajudará as despesas do
trabalhador debitando ao colono
para que ele pague no futuro.

Hospitalização e cuidados
médicos serão providos pela pro-
priedade da Saúde do Estado.
Este tratamento (com encargo
de outra de hospital, medica-
mentos e serviços médicos) ser-
rá gratuito, exceto quando
alguém não tiver impropriedade por
seu atual, o que terá resolvido
por um prazo de despesas entre
os colonos.

Cooperativa de compra e venda

Em cada uma das Rurópolis
haverá uma Cooperativa de con-
sumo, fundada a Cooperativa
Cooperativa localizada na URS.
Os colonos poderão comprar na
Cooperativa da Rurópolis tudo
que desejarem: medicamentos,
alimentos, roupas, máquinas, etc.
Ao realizarem tal compra, o
colono será debitado pelo valor
das mercadorias.

A Cooperativa comprará os
produtos agrícolas dos colonos
pelo que cada família está con-
seqüentemente, creditada com o
valor das mercadorias entregues
(depois que os produtos forem
vendidos no mercado).



Mario Borges dá assistência pessoal e permanente ao CAUL. No seu encanar esta é a maior obra no campo da promoção de Homem.

A Cooperativa operará sobre terras de comissões, sendo estas variáveis, de conformidade com cada produtor. Os colonos não poderão vender seus produtos fora da Cooperativa, sendo essa medida adotada como de proteção aos próprios colonos.

Terra estatal — este transferido a terra, na Rurópolis, será produzida pelo IDAOC e nunca poderá ser vendida, subdividida e nem transferida. Ela, juntamente

com a terra, será arrendada aos colonos por um período de 49 anos. Os colonos pagarão um alforneamento, de pagamento ao IDAOC. A terra, não ficará, por causa da medida adotada, em situação de abandono. O contrato de arrendamento será assinado, juntamente reservado, na comissão dos 49 anos. Será garantido ao colono, destruir de sua terra, para ser substituído e trabalhar a terra como bem o desejar, mas se negligenciar ou dedicar-se a qualquer outra profissão,

em detrimento de sua pessoa, o IDAOC poderá substituí-lo, para outro colono habilitado. Um colono poderá apenas uma unidade de terra, nunca lhe serão concedidas duas unidades.

Trabalho assalariado

Um só membro da Rurópolis (colono) deverá trabalhar em sua própria terra com o auxílio de sua esposa e filhos, e sem o concurso de trabalho assalariado. Esta regra poderá ser não observada em casos muito especiais, principalmente na época de colheita de culturas como citrinos e algodão.

Um fator que serve para facilitar a vida de não ser agricultor e trabalhar assalariado nas parcerias, é o incentivo da comissão de serviços que será criado, servindo, a todos os membros da Rurópolis. Os colonos podem ter suas terras cedidas para colheitas feitas pelas máquinas da Cooperativa, as quais são de propriedade de todos os colonos da Rurópolis. As pessoas que operam com essas máquinas, não também membros da Rurópolis, também trabalhando, que o privilégio do trabalho próprio será abastecido.

MEMBROS NÃO AGRICULTORES

Em uma bem organizada comunidade, necessitamos de profissionais, tais como professores, médicos, dentistas, engenheiros, carpinteiros, ferriteiros, construtores,

etc., carteiros, funcionários da secretaria, motoristas, mecânicos e outros.

Por isso, alguns profissionais poderão servir à diversos Rurópolis, por exemplo um médico poderá atender em diversas Rurópolis sem nenhum inconveniente.

De acordo com a constituição das Comissões Agro-Urbanas, todos os não agricultores que vivem e trabalham na Rurópolis por um período superior a dois anos, poderão ser membros desta. Tais membros receberão lote residencial, e uma parcela auxiliar de terra, a qual será usada, a fim de suprir a família com ova, aveia, vegetais e frutas. Na prática ver-se-á que muitos membros não agricultores, desenvolverão essas parcelas auxiliares e, acidentalmente, que irão manejar seus produtos para a Cooperativa.

Os membros não agricultores de uma Rurópolis deverão gozar do direito de voto. Essas terras pertencem a todos os membros, exceto aquelas que foram sobre agricultura. Usualmente receberão um salário de acordo com uma escala cuidadosamente elaborada, por exemplo, o gerente da Cooperativa receberá o mesmo salário de um gerente de Cooperativa de qualquer outra parte. Essas membros não agricultores, gozarão de todos os benefícios sociais, tais como férias anuais, auxílio ao caso de doença e pensão, sendo que parte será pago pelo próprio membro e parte, pela comunidade. Um ge-



A energia potencial do Rio Macaquã será aproveitada para o desenvolvimento do noroeste de Goiás.

ramos de Cooperativas, numa zona rural de Rurópolis, entregando, receberá um salário menor, nada ou poucas de conformidade com o padrão de vida das colônias.

O médico, que será funcionário da Secretaria da Saúde, receberá seu salário daquele órgão. Nos tratamentos de pacientes, não haverá custo inflacionista do fator fluaxoceto.

Os operários da Rurópolis, tais como aviatógrafos, ferriteiros, tinteiros, etc., geralmente têm suas produções off-line de trabalho e

operando pelas trabalhos que fizeram, um preço fixo pre-estabelecido pela comissão executiva da Rurópolis. Poderão também, serem pagos pela Administração, na base de salário.

RESUMEN

Praticamente, toda Rurópolis deverá ter um núcleo de famílias residentes que não a servem diretamente, por exemplo, o distrito que também é funcionário

da Secretaria da Saúde, poderá atender às atividades sociais e culturais, e viver ali sem que torne a ser membro da mesma. Estas famílias não participam das Assembléias nem poderão ser eleitos para qualquer cargo em comissão. Todavia, poderão ser chamados a votar — participar de

atividades sociais e culturais, e garantir aos beneficiários de todas as atividades municipais, como, por exemplo, a educação, a cultura, os serviços que interessarem, estando sujeitos ao pagamento de uma taxa na mesma escala das colônias e membros não agricultores.



A equipe médica da Vila Operária de saúde no campo do Combustível.

C A P Í T U L O III

ADMINISTRAÇÃO DA VILA

Todas as Cooperativas da Rurópolis devem ser registradas no Ministério da Agricultura, com os

Sociedades Cooperativas. Uma Rurópolis é uma empresa com grande número de ações, em que cada colono é um ação com igual direito de voto aos dois centros.

CONTABILIDADE

Cada Rurópolis deve manter um órgão central de contabilidade para todos os colonos, das atividades de fomento e serviços e diferentes ramais e serviços. Todas atividades econômicas. Todas as contas deverão ser mantidas em contas de ordem do sistema de contabilidade contábil do IDA-DO.

Toda operação de agricultura econômica que se realize em Rurópolis deverá ser inscriturada em cartões **INDEX SYSTEM**. Por exemplo, cada família, na Rurópolis, terá uma conta corrente. No caso de estar o colono gastando mais do que recebe, a conta poderá ser debitada. Quando receber, necessariamente uma cópia de seu cartão poderá, facilmente, ser enviada ao escritório.

O DIA DE TRABALHO

O colono de uma Rurópolis não estará preocupado com a duração da sua vida de trabalho, visto que, quanto mais horas trabalhar, maior será seu lucro.

Para os membros não agricultores, o dia de trabalho deve ter a duração de oito horas.

IMPOSTOS E TAXAS

Todas as colônias ou membros não agricultores e residentes, estarão sujeitos ao pagamento de taxas e impostos. Serão mantidas diferentes taxas, tais como: taxa de administração, taxa de serviços, taxa de água, energia e manutenção agrícola, pecuária e lenha. Para

cobrir todas estas despesas, cada família será taxada com uma importância que, no fim do período, será suficiente para manter todas estas serviços.

O imposto de renda será pago ao governo, depois de deduzidos os lucros.

As taxas escolares serão cobradas igualmente de todas as famílias sem se considerarem quantas crianças cada família tem na escola.

DIREÇÃO DA VILA

O conjunto das Rurópolis, elegem o prefeito da URSB, que poderá ser um membro não agricultor, residente e possuiu imóveis. Mas, nas Rurópolis não haverá governo estabelecido nos moldes de nossa Constituição.

Cada Rurópolis será governada por um Gerente, Tesoureiro e Comissões diversas; todos os cargos serão exercidos sem remuneração.

A Assembleia Geral, em que toma parte todos os membros adultos da Rurópolis, é o órgão soberano das decisões e ações tomadas. Os assuntos ordinários são decididos por uma simples maioria de votos dos presentes. As resoluções baseadas em questões fundamentais, por exemplo, a admissão de novo membros, a extinção de uma terceira ou a reorganização das reuniões aduicias, favoráveis dos membros aduicias.

Uma vez no ano, reunirá a Assembleia Geral para estabelecer e aprovar o balanço da Colônia, deliberar sobre os projetos de lei, e outras questões principais e públicas importantes. A Assembleia Anual, também



O deslançamento de 100 alqueires de sítio recém-lido a passo inicial na imediação de Cambuá.

elegem o Conselho de Direção, constituído do GERENTE, TESOUREIRO e uma terceira pessoa. Este grupo, o qual é usualmente escolhido dentro da comunidade, será encarregado da administração distrital da Rurópolis e deverá estar aprovadamente, uma vez por semana, um relato à Comissão Executiva.

APELAÇÃO

A qualquer membro caberá o direito de apelar para a Comissão Executiva contra a decisão do Conselho de Direção. Igualmente, poderá apelar para a Assembleia Geral contra a decisão da Comissão Executiva.



Os debates no Conselho: uma colônia recebe seu próprio tipo de terra.

A apelação contra as decisões da Assembleia Geral, poderá levar o assunto ao Departamento Jurídico do IDAICO.

Poderá o colono desistir apelar ainda, contra a decisão do Departamento Jurídico do IDAICO, o que levará o caso à Justiça Comum de país, à procura da decisão final.

(COMISSÕES)

Em relação à normalização da Rurópolis, revêla o efeito pelo Conselho Diretor e Comissão Executiva, a vista não oficial da Rurópolis à organização, par por muitas comissões, as quais são afixas na Assembleia, atualmente, essas comissões existentes são:

Comissão de Educação e Desenvolvimento — que superintende as atividades culturais e esportivas tais como conferências, festivais, excursões, exibições de filmes, teatro, concertos, seminários, etc.

Comissão de Crianças e Adolescentes — que organiza as atividades extra-curriculares para a moçada, especialmente durante as férias, quando os jovens poderão executar trabalhos manuais. A essas atividades poderão-se incluir festivais, jogos de férias, projetos esportivos, e instruções sobre dança, secristania, publicação de um jornalzinho, etc.

Comissão de Relações Públicas — que considera todas as aspectos atinentes às relações públicas da Rurópolis.

Comissão de Seções — é a que tem a seu cargo o estudo a respeito dos futuros candidatos a seções, recomendando a sua seleção ou rejeição, auxiliando, nos casos candidatos e novos membros a se integrarem na vida da Rurópolis.

Comissão de Almozarilado — é a que superintende tudo o que se refere ao almozarilado e coordena os métodos para a melhoria da mesma região.

Comissão de Segurança — é a que superintende a manutenção da ordem local.

Comissão Jurídica — é a que arbitra no caso de disputa de dois ou mais colonos.

Comissão Rural — é a que superintende, todas as assuntos referentes aos diversos ramos agrícolas da Rurópolis; exparticularmente a venda dos produtos; de orientação sobre os melhores métodos de cultivo e cuidados preventivos contra as pragas e doenças vegetativas e livre para trabalhar em sua propriedade, sem o desagrado, estar sempre sujeito à interferência técnica, a fim de que não tenha inconvenientes sem cultivo, visando evitar maiores prejuízos para a Cooperativa.

Comissão de Alinda Média — é a que superintende a administração de exemplo mútuo em casos de doença e outras causas.

Comissão de Construção e Zonamento — é a que cuida dos planos anuais para construção de edifícios públicos, jardins, parques, etc., regulamentar as regras de edificação e ordenar construído; toma a si o encargo da manutenção das estradas, bem como as da abertura de novas.

Comissão Escolar — é a que superintende os assuntos pedagógicos e administrativos no campo escolar.

C A P Í T U L O IV MEIOS DE SUSTENTAÇÃO DO COLONO

A meta do governo de Goiás é dar aos colonos um padrão de vida compatível com a dignidade humana. São o esperado, do ponto de vista econômico, que um colono não tenha, sequer, em casa, alimentos e vestimentas necessarias para si e a sua família, em quantidade e qualidade, dentro dos padrões exigidos, para que seja considerado em igual nível aos operários da indústria.



Porta sobre o Rio Pirajá — restos de uma barreira sacral.

Kaléidos e equipamentos

A casa, os edifícios e equipamentos para cada colono podem variar de Pirópolis para Pirópolis, mas serão de igual valor, mais ou menos, para todos. A casa de residência consistirá de uma cozinha, dois quartos e confeitaria, de modo que cada colono tenha um quarto adicional. Na Pirópolis, o colono assalariado terá uma propriedade pessoal, mas não poderá ter um quarto adicional. Na Pirópolis, o colono assalariado terá uma propriedade pessoal, mas não poderá ter um quarto adicional.

— 52 —



Campo experimental — emprego de modernas técnicas de cultura e aproveitamento do solo.

portão, à sua custa.

As casas e equipamentos das colônias, não serão de forma alguma, uma doação e sim, um empréstimo a longo prazo, sendo o colono obrigado a pagar com juros moderados.

Baixas econômicas

Por experiência, sabe todos que quando se trata de monocultura condizente, por indústrias nas áreas, assim será adotado o processo de cultura mista.

Reconhecendo, não podemos desmentir que o colono se especialize em uma determinada

cultura, escolhendo uma que seja própria para a área, mesmo assim, além disso, deverá ter outras, as que são necessárias ao cultivo da monocultura, por exemplo, uma Pirópolis, sendo esta

a sua principal fonte de renda. Mas, deverá ter uma fonte de renda auxiliar, como criação de aves, hortaliças, e diversas outras culturas.

Reconhecendo, diversas outras colônias de Pirópolis, que se dedicam à produção de algodão, que se dedica à criação de gado leiteiro, a graxagem, ou a criação

— 53 —



Carribe de trabalho da construção da Hidrelétrica do Rio Mosquito.

de fado para certo. Enfim, cada Rurópolis poderá ter uma base econômica própria, sempre levando-se em conta que já necessitada também de dedicar-se a outras atividades como fator de segurança.

A Cooperativa de cada Rurópolis deverá ter o cuidado de conhecer as possibilidades não só do mercado local, como também do regional, a fim de elaborar o plano agrícola de sua. O mercado poderá ser atuado, aumentando uma queda de preço e uma ligeira falta de produtos

bem ao contrário, poderá ocorrer uma exagerada alta de preço.

Em se tratando de uma região distante, é necessário estar sempre atento aos possíveis efeitos de uma super-produção em qualquer um dos setores.

Uma solução, para que não se vá criando o contrário perigoso entre os administradores das Cooperativas das Rurópolis, em taboando, assim, conjuntamente, um plano anual de agricultura para as diferentes Rurópolis.

A estrada já construída poderá tornar-se intermunicipal desde que a estrada chorona; a única que irá abastecer as Rurópolis não ficará concluída. No caso, é a Cooperativa não irá funcionar logo por estar em fase de organização.

Os problemas da Rurópolis podem encontrar mais dificuldades passíveis; o IDAJO poderá demonstrar-se um ponto em que conseguir um animal com uma carroça, ou poderá levar moedas para que possa ter suas galinhas e vacas; enquanto isso terá que comprar leite, ovos e frango.

Também existem as dificuldades atribuídas ao próprio trabalho. Muitas vezes, chega o colono à Rurópolis em uma época imprópria ao início dos trabalhos agrícolas, o que o obriga a esperar talvez por alguns meses.

Podem ocorrer que a capoeira e fubas, muitas vezes, também que ajudar nas colheitas, nas capinas, na colheita e nos trabalhos da gralça. O sucesso de um colono muitas vezes dependerá da disposição de sua esposa em ajudá-lo.

O Governador (2.ª a partir da esquerda), assistido por técnicos do IDAJO, costeia a alta qualidade de produção no Campo Experimental.



Uma vez conseguida a altura física financeira do colono, tornam-se os filhos mais velhos e passando a cuidar dos cultivos, o colono e sua esposa, se o desejo rem, terão mais tempo para descanso e recreação.

Atividades culturais e sociais

Consideramos de grande importância o aspecto social e cultural da Rurópolis, visto que esta tem uma das razões por que estamos mudando. Interferentemente as normas de colonização. Até então, o processo adotado era permitir que o colono vivesse isoladamente em sua gleba, ficando, com a família, perto de seu centro de trabalho, e longe dos centros sociais educacionais e culturais. Invertemos o pro-

O colono tem sua família perto dos centros sociais e culturais no passo que ele é que se distancia do seu ponto de trabalho. Juntamente por reconhecermos a necessidade de viver a família do colono em pequenas vilas rurais, é que temos que dar especial ênfase ao aspecto social e cultural da Rurópolis. É natural que haja certo rompimento social por parte das famílias, visto que todas as quantas foram, foram se conhecer quando chegaram na Rurópolis. A participação social da Rurópolis dependerá, em grande parte, das próprias famílias, mas a comissão formada de promover atividades sociais e culturais é que

deverá organizar e planejar o todo mais fácil e próprio a uma perfeita integração.

Meio-ambiente e educação de adultos

Atividades recreativas e educacionais deverão ser criadas para os membros adultos e pela comissão de educação e divertimento.

Espritismo, haverá muita preocupação para a recreação em uma Rurópolis recém-criada, onde o problema financeiro é fundamental para o colono, mas mesmo assim, é necessário que se façam programas educacionais de recreação.

Leis

Cada Rurópolis deverá ter uma sua família, João, funcionando como Agrícola Resumido. Um dia que, os colonos aí passaram a conhecer tudo o que diziam. Na 1937, cada um fez sua casa, e as pessoas que trabalhavam no município agricultores.

Debaix de utilidade arde, e alimentos, feições, ferragens, materiais de construção, etc. A compra do colono pagará por suas compras em caixa, ou o colono será deitado por tais compras. Poderá ocorrer que alguns famílias desje comparam artigos em outra vila ou cidades vizinhas; ninguém a não obterá, mas é sempre conveniente referir as compras na Cooperativa da Rurópolis visto que no final de

A política econômica a ser seguida pela Rurópolis, é a de nunca permitir desordens no lucro do colono. As Cooperativas da Rurópolis deverão, previamente, encontrar os mercados para seu produto.

O embebelado prévio do mercado, possibilitará estabelecer quotas de produção para os colonos e que já implicará em responsabilidade destinada para ele, visto que a Cooperativa necessitará dessa quota para estabelecer os seus compromissos com o mercado.

O colono conhecedor, anteriormente, a sua quota, conceda, também, anteriormente, e seu lucro.

Dificuldades econômicas iniciais

Os colonos, inicialmente, irão enfrentar inúmeras dificuldades econômicas. Tais dificuldades são devidas às poucas disponibilidades do Governo do Estado de Goiás. Esta sendo lançada uma semana, em que a família, o homem, é a base de toda a produção. Temos certos aborrecimentos

Melhor sistema de comunicações -- teor decisivo para a rápida solução de problemas do Campesinato.



da que, uma vez criadas as primeiras Rurópolis, as diversas fontes financeiras do País irão conceder-se as ajudas esbarrando-se, o que nos possibilitará a dar, de início, mais alguma coisa aos colonos. Destarte, inicialmente, cada colono irá receber muito pouco, e somente depois que as fazendas produzirem, bem como sua herança, é que começará a ter maior liberdade financeira. Poderá acontecer uma demora — para alguma das fazendas — em o IDACIO construir casas e edifícios; em entregar os equipamentos necessários para a fátia de terra.

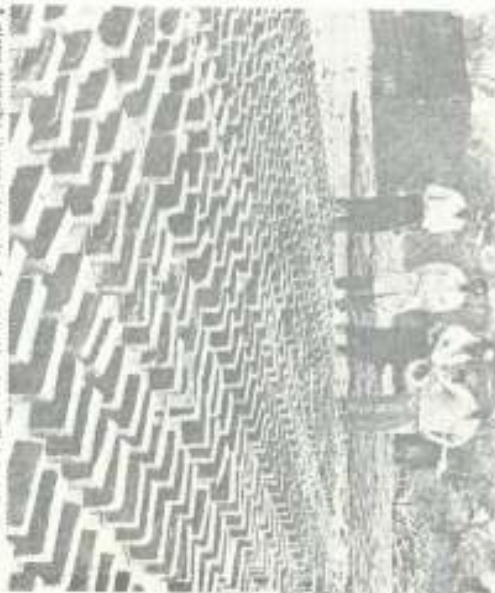
O colono talvez tenha que esperar um bom de tempo para receber tudo isto, o que poderá, de fato, prejudicar os seus rendimentos atuais, mas estamos certos de que isto acolará todo período inicial com elevada compensação, visto que foram cuidadosamente selecionados.

Como a Rurópolis auxilia o sítio colono

Um dos exemplos de assistência do IDACIO será a seguir. Para a Rurópolis um instrutor agrícola irá a fim de atuar como extensionista entre os colonos. Cada Rurópolis será responsável em dar igual oportunidade a todos os colonos, independentemente de sua deficiência, ser juízo durante as primeiras colheitas de desenvolvimento, e também providenciar especial ajuda nos casos de doenças ou outros infelizes

que possam afetar a capacidade produtiva do colono. Durante o período inicial, o colono poderá trabalhar como assalariado, parte do seu tempo, porém, para a Cooperativa da sua Rurópolis, que determinará onde trabalhar e quanto deverá ganhar. Mais assim que a propriedade do colono começa a produzir o suficiente a sua manutenção, esta irá definitivamente impedido de trabalhar como assalariado. A fim de que possa dedicar o tempo todo à sua propriedade, um método interessante para avaliar que o colono tenha que trabalhar como assalariado que ajudará a se criar um fundo financeiro de reserva para o colono em dinheiro. A Cooperativa poderá então fazer empréstimos para o colono quando forem vendidos seus produtos pela própria Cooperativa. Chamamos a atenção para o fato de que a Cooperativa poderá fazer um desenvolvimento físico para lidar as fazendas da Rurópolis, no Banco do Brasil, ou noutras fontes de crédito.

O financiamento se destinará a fornecer aos colonos, utilidades e serviços (carroças, pulverizadores, etc.). A Cooperativa deverá, inclusive, garantir a manutenção, evitar fornecer dívidas aos colonos, mas isso não será totalmente possível, ainda que a Cooperativa tenha tudo o que precisa. Visto a necessidade de o colono ter consigo sempre a Rurópolis, a propriedade que a Rurópolis tem demonstrado que a prática indiscriminada de assistência acima mencionada, poderá



A terra fazenda recentemente. A construção das edifícios definitivos do CAUVI dependo da sua produção.

ser a responsável por um grande aumento de débito da Cooperativa, para com as Fontes de Crédito e do colono para com a Cooperativa. Assim, deverá a Cooperativa ter o controle preciso, na adoção das promessas, a fim de evitar futuros dissabores.

Pontos necessários para a criação do Colono na Rurópolis

Fuirmos ser impossível determinar exatamente quanto precisará cada colono para sua criação física na Rurópolis. Temos plena consciência de que a maioria dos Colonos não dispõe



Um gerador de força e luz no aradoado no Cossacado, enquanto se aguarda a colheita na União do Mtschurita.

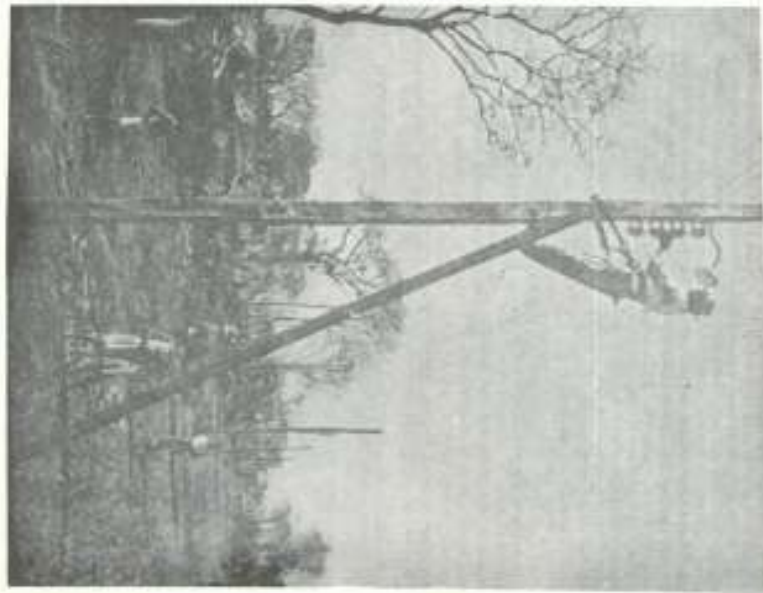
de recursos próprios necessários à sua fixação. Assim sendo, o ITADCO procurará, junto aos estabelecimentos de crédito, obter financiamentos que serão destinados justamente às operações técnicas das Biorpólis. Fica, assim, a determinação da quantidade destinada a cada colono, na dependência dos financiamentos a serem dotados.

Um mistério, porém, é o respeito para a aquisição de implementos agrícolas, aquisição de animais, abertura de estradas, ex-

atamente, construção de edifícios para escola, administração, posto médico, almoxarifado, etc., e isso restará milênio o ITADCO esperar em condições de fornecer.

Indústria na Biorpólia

Não conta nos planos a existência de estabelecimentos industriais nas Biorpólis, preconiza nos seus, Indústrias na URSS, que sendo a rede regional, estará em condições de receber os produtos de todas as Biorpólis e transformá-los. Admitamos que



O milagre da energia elétrica em pleno sertão.

tais indústrias pertencem. A Cooperativa Central das Rurópolis. Suas Rurópolis poderão admitir indústrias de menor dimensão, como exemplo: olaria, carpintaria, ferraria, solaria, etc.; na URBB, teremos máquinas de beneficiamento de arroz, café, algodão, etc. Fábricas de mantas, fitas, quirlas, do caçaflores, fábricas de calçados e cortinas, fábrica de móveis, etc., etc., etc.

Trabalhada social

O aspecto da previdência social é coberto com a maior seriedade. Sendo o combinado um estabelecimento privado, e o colono um homem independente, estará nas mesmas condições de qualquer cidadão de profissão liberal no país.

A veloz do colono estará assegurada, dependendo tão somente do desenvolvimento de sua propriedade e do fato de que um filho casado, ou a filha, se torne sócio na propriedade.

A Cooperativa poderá instituir seguros em grupo (seguro de vida, seguro contra fogo, etc.)

Dirigido de um colono que deseja a Rurópolis

Um colono não mais desejando pertencer à Rurópolis, terá que seguir a seguinte ordem: a) Cooperativa da Rurópolis fará avaliação das bens e edificações pertencentes ao colono referente, que receberá um abetimento, o qual valerá de sua conta. A seguir, a Cooperativa selecionará o colono para o lugar do colono. Caso o colono se recuse a

nha falta. Financiamento, e novo colono passará a regressar e retirará como se ele é que tivesse feito, continuando, assim, a pagar as prestações devidas. Logicamente, deverá ser feita, por ocasião da avaliação dos bens, o desmonte da importância do financiamento. Todos os detalhes do retirante serão desmontados na ocasião. A transição só estará concluída, depois de autorizado o novo colono pelo Conselho Executivo, a fim de que o substituto possa pagar as prestações. A transição só estará definitivamente realizada, depois que a Assembleia Geral aceitar o novo membro.

C A P Í T U L O V

REALIZAMENTO

Muitos dos aspectos sociais e culturais da Rurópolis abastecida poderão ser compreendidos e avaliados, depois que os colonos também já virão algum tempo na Rurópolis.

As Rurópolis estão situadas em áreas cobertas de matas, que terão que ser limpas. A água é escassa, até que se resolvam certas problemas a ela atinente. Sabem que o IDAGO procura fornecer aos colonos as unidades essenciais, tais como coxa e equipamento, mas não algumas que a situação do colono está comprometidamente resolvida.

A estrada já construída poderá tornar-se inutilizável durante a estação chuvosa, e seria que irá abastecer as Rurópolis não ficará concluída tão cedo, e a Cooperativa não irá funcionar logo por estar em fase de organização.

Os colonos da Rurópolis podem encontrar mais dificuldades pessoais; o IDAGO poderá demorar-se um pouco em lhe conseguir um animal com uma carroça, ou poderá levar meses para que possa ter suas galinhas e vacas; enquanto isso irá que comprar leite, ovos e frango.

Também existem as dificuldades atinentes ao próprio trabalho. Muitas vezes, chega o colono à Rurópolis em uma época imprópria ao início dos trabalhos agrícolas, o que o obrigará a esperar talvez por longos meses.

Podrá ocorrer que a sequebra e fome, muitas vezes, também que ajudar nas vacinas, nas caprinas, na criação e nos tratamentos da granja. O sucesso de um colono muitas vezes dependerá da disposição de sua esposa em ajudá-lo.

O Governador (2.ª a partir da esquerda), assistido por técnicos do IDAGO, visita a alta qualidade da produção no Campo Experimental.



Uma vez conhecida a situação financeira do colono, tornam-se os filhos mais valiosos e passando a cuidar das colteiras, o colono e sua esposa, se o desejarem, terão mais tempo para dedicar-se a recreação.

Atividades culturais e sociais

Consideramos de grande importância o aspecto social e cultural da Rurópolis, visto que neste está uma das razões por que estamos modificando, inteiramente as normas de colonização. Assim, o processo adotado era permitir que o colono vivesse isoladamente em sua gleba, ficando, com a família, perto de seu centro de trabalho, o longo dos centros sociais educacionais e culturais. Invertemos a ordem.

O colono tem sua família perto dos centros sociais e culturais no mesmo que ele é que se distancia do seu ponto de trabalho. Justamente por reconhecermos a necessidade de vivermos em família do colono em pequenas vilas rurais, é que temos que dar especial ênfase ao aspecto social e cultural da Rurópolis. É natural que haja certo distanciamento inicial por parte das famílias, visto que todas ou quase todas, foram se conhecer quando chegaram na Rurópolis. A participação integradora social da Rurópolis dependerá, em grande parte, das pequenas famílias, mas a omni-estudo incluída de promover atividades sociais e culturais é que

deverá organizar e planejar o modo mais fácil e rápido a uma perfeita integração.

Ferramenta e educação de adultos

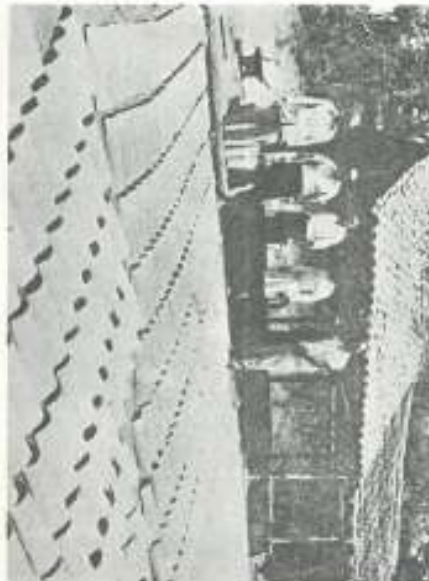
Atividades recreativas e educacionais deverão ser organizadas para os membros adultos e pela comissão de educação e divertimento.

Entretanto, haverá muito pouco tempo para recreação em uma Rurópolis recém-criada, tendo o problema financeiro é fundamental para o colono, mas mesmo assim, é necessário que se façam programas educativos de recreação.

Legislação

Cada Rurópolis deverá ter uma bem sortida legislação, funcionando como Armatzin, Reembolavet, a fim de que, ao cobrarem as parcelas, encontrem tudo o que desejarem. Na loja, será o lugar onde a esposa do colono fará suas compras; e as pessoas que trabalham no Armatzin, Reembolavet, são membros não agricultores.

Todas as utilidades serão obtidas no Armatzin, Reembolavet: alimentos, tendas, ferragens, ferramentas de construção, etc. A esposa do colono pagará por suas compras em caixa, ou o colono entregará em troca, ou o colono entregará dobrado por sua compra. Poderá ocorrer que alguma família deseje comprar artigos em outra vila ou cidades vizinhas; ninguém a isso objectará, mas é sempre conveniente destacar as compras na Cooperativa da Rurópolis, visto que no final do



O CAUP está sendo controlado com material produzido no próprio local. As terras são da melhor qualidade.

exercício cada colono receberá parte do lucro proporcionalmente de acordo com o número de famílias que se comprarem lá por ele.

Solteiros

A existência de solteiros, como membros agricultores da Rurópolis, não é aconselhável. Entretanto, muitas vezes existem colônias solteiras que pertencem ao grupo pioneiro que a iniciativa, e nesse caso, deverá ser estudado um meio adequado à solução de sua existência.

A Rurópolis será constituída por um número limitado de famílias. Em que pese existirem as famílias justas em uma pequena comunidade, a Rurópolis é constituída por independentes unidades de famílias rurais baseadas na cooperação econômica. Assim, consideramos ser quase impossível um solteiro desenvolver a sua propriedade na mesma escala como desenvolveria um colono casado, porque a esposa do colono e filhos constituem um apoio auxiliar para ele. Existe

ta nova possibilidade para os membros abstratos da Paróquia: é tornarem um membro não aprendiz, trabalhando no escritório ou em alguma outra instituição da Paróquia. A Coopera-tiva poderá manter um relatório geral para os sócios, que deverão ter um decalógio só para eles, mas a base de Burd-polis deverá ser a família.

CAPÍTULO VI CRIANÇAS E JOVENS

Dada a idade, devemos usual-mente as crianças como sendo a que dá mais trabalho sério. De-vido ao ser preparadas para serem-ter no futuro, são membros da comu-nidade onde vivem. A educação dessas crianças deverá visar o de-



Tipos e mais tipos. Na obra trabalha-se dia e noite.

— 66 —



Educação — fator decisivo de promoção do homem. A escola do Combinação em seis períodos.

desenvolvimento da auto-confiança

e despertar líderes para que, mais tarde, possam aplicar a mesma filosofia em suas próprias comunidades. Primeiro, por meio de um trabalho que a educação da criança começa em seu nascimento. Durante as horas de trabalho dos pais, ainda que a mãe não trabalhe, a criança deverá se juntar a esse trabalho. Já, quando por enfermidade, fazendo parte de um grupo de outras crianças com as quais conviverá, até mesmo falar suas palavras e comportar-se da maneira que lhe dá prazer. Da infância e, de lá, para a es-

cola elementar.

Atividades oportunas e estudos deverão ser organizados por especialistas. As crianças deverão ser introduzidas no trabalho quando tiverem certa idade e sem prejuízo das aulas, ajudadas em coberturas, limpadas, etc. Quando a criança atingir os estudos do outro, já deverá estar familiarizada por semana nos trabalhos gerais do núcleo. Ao mesmo tempo estabelecer contato com os vários ramos de atividades, por onde se observará se possui ou não vocação aos trabalhos rurais.

— 67 —

O Exército e o jovem

Na idade de dezoito anos, a fimna dos cobões poderia ser convocada para o serviço militar. O treinamento militar tem uma decisiva influência na formação do caráter dos jovens. Tal período da vida dos adolescentes induzirá os futuros colonos ao hábito do cumprimento do dever. Progresso da período regular do serviço militar, os jovens serão considerados os futuros candidatos a aquisição de glebas pedregosas.

Voto e Herança

Gentyluk-sek que todos os filhos são convidados a participar da Assembleia-Geral sem direito a voto após todos os assuntos a serem editos para todas as condições, exceto a Excecutiva e o Secretariado.

Na atual Constituição da República, apenas um filho ou uma filha poderá suceder o pai. Tal medida visa assegurar que a terra não seja fragmentada entre muitas pessoas, mas permanecerá sempre a mesma área por muitas gerações.

Cada unidade tem área suficiente, casas de sustentor duas famílias: a do pai, aposentado e a do filho que dirige a propriedade. Filho ou filha, portanto, ficará na propriedade e a terra família construída uma certa residência no lote, incluindo cozinha e outras conveniências. Os outros filhos ou filhas poderão

ficar na Kurtopolia, como trabalhadores para eles, ou serão encaminhados para uma nova Kurtopolia em que eles serão necessários. Caso queiram, estas jovens poderão ser encaminhadas para as indústrias da Cooperativa Central localizada na URSR.

C A P Í T U L O VIII

ADMISSÃO DE UM COLONO NAS HURÓPOLIS JA INSTALADAS

Qualquer família de cobões, desejando pertencer a uma República deverá apresentar um formulário e entregá-lo ao Secretário-Geral.

A aceitação ou rejeição é prerrogativa da Kurtopolia. Os candidatos devem ser avaliados também, a ser indicados por membros do IDAOD através das periferias, e depois analisados pelo Conselho de Jovens Filhos. O princípio da homogeneidade da idade dos grupos da família, deve ser observado. Em uma Kurtopolia composta de jovens casais com crianças pequenas, não deverá ser admitido nenhum candidato, como filho adotivo.

Outro fator importante na admissão dos candidatos é o fator econômico.

Condições

Quanto ao novo candidato apto a ser admitido na Kurtopolia, deverá ele residir na vila por algum tempo em caráter experimental, através de 6 meses a um ano. No fim desse período, haverá-



O cultivo de soja foi atingido pelas máquinas. Em breve o que era antes arroz produzido riqueza.

uma votação secreta, pelas membros aditos da Kurtopolia que decidirá se será aceito ou rejeitado, mediante o pronunciamento de 2/3 da Assembleia-Geral. Caso seja aceita, ele deverá pagar diversas taxas, valor das propriedades e bens de sua propriedade, bem como, sua quota nos diversos serviços da Kurtopolia, tais como edifícios, hospitais, escolas, etc. Se for o caso de um colono retirante e valor pago ao presidente, valor está estipulado para Cooperativas.

Condições

A condição desta Carolina, uma questão deverá ser levantada, se que poderá obter um colono, em uma Vila Cooperativa, e a mala do que um colono dentro das condições atuais da estrutura agrícola do País.

A primeira e grande vantagem será a segurança de segurança por parte do colono e de sua família, visto que, a Kurtopolia estará interessada, de fato, no seu bem estar e tudo fará para auxiliá-lo.

A responsabilidade da comunidade, em relação ao colono, é baseada no conceito de que seu sucesso dependerá de sua própria capacidade e atividade na administração de seus bens. A Rurópolis providenciará auxílio financeiro para os colonos em casos de doença, até que lhe fique novamente. O colono estará também livre de aborrecimentos de mercado. Necessitará, tão somente, trazer suas produções ao depósito central da vila onde será passado e certificado com sua cota. A Cooperativa assumirá todas as responsabilidades pela venda das produções.

A Rurópolis providenciará, o que o colono necessitar, tais como produtos agrícolas, rações, ferramentas e serviços de máquinas pesadas, a preço de custo. Não é sómente no campo de Cooperativismo econômico que se desamarram as vantagens de os colonos vi-

verem em Vila Cooperativa. Há também na cultura e social, o que fará com que as famílias dos colonos também, por meio de escolas, festas, e outras atividades culturais e sociais.

Deverá ser lembrado que cada Rurópolis comportará, além dos colonos membros, não agricultores e residentes, previstas na planificação. Não será cada Rurópolis uma junção de nossas vilas e cidades, que tem como fator de progresso o aumento de trabalho e da população. Na Rurópolis haverá progresso através resultante da construção de pequenas residências, melhoria das estradas, no abastecimento de água, iluminação, ajardinamento, etc., porém sempre conservando a essência do número de membros estabelecidos na planificação.

Toda madeira utilizada no Caminho é industrializada em moderna serraria.



DISPOSIÇÃO ESQUEMÁTICA DO USO DA TERRA

HIPÓTESE MAIS FAVORÁVEL

- R U RURÓPOLIS
- R F RESERVA FLORESTAL
- S U SINCULTURA
- L A LAVOURAS
- P A PASTAGENS
- ESTRADAS EXISTENTES
- ESTRADAS PROJETADAS
- CAMINHOS EXISTENTES
- RIOS E CÓRREGOS
- PERSNETS
- RIOS E CÓRREGOS PROJETADOS
- LIMITE APROX. DO COM. AGRÍCOLA



ESTADO DE GOIÁS - CASEGO
REDE DE ARMAZENAGEM E ENSILAGEM DO ESTADO

- 1 GURUPI 1.500 T
- 2 AMARÉ 1.500 T - 1.320 T
LEITE
- 3 JARAGUÁ 6.000 T - 2.340 T
- 4 ABADIÂNIA 1.500 T
- 5 CAIAPORÃ 1.500 T
- 6 NAZARÉ 1.500 T - 1.320 T
- 7 INHUMAS 1.500 T
- 8 ANÁPOLIS 6.000 T - 1.320 T
- 9 S. SIMÃO 4.000 T - 1.320 T
- 10 DOLATUBA 6.000 T - 2.340 T
- 11 PANAMÁ 1.500 T - 1.320 T
- 12 IPAMERI 1.500 T - 1.320 T
- 13 ITUMBAMA 6.000 T - 2.340 T
- 14 CATALÃO 1.500 T



— 74 —

IDAGO
ESTADO DE GOIÁS
SITUAÇÃO DOS NÚCLEOS
DE COLONIZAÇÃO

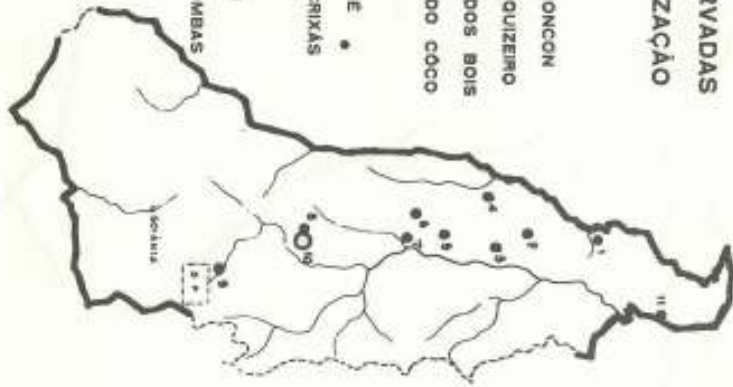


— 75 —

IDAGO
ESTADO DE GOIÁS
ÁREAS RESERVADAS
PARA COLONIZAÇÃO

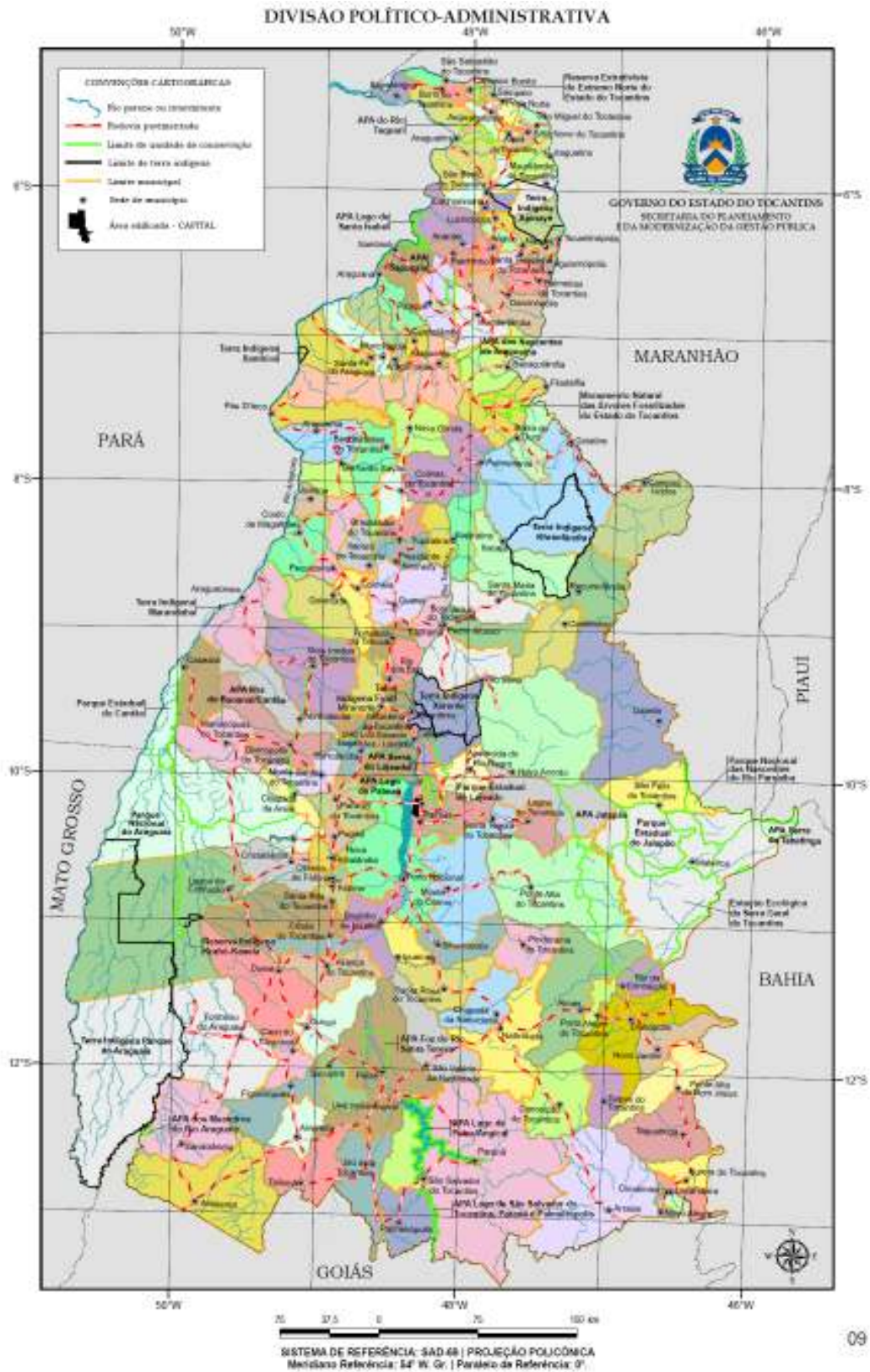
LEGENDA

- 1 LOTEAMENTO JONCON
- 2 REGIÃO DO PEQUIZEIRO
- 3 TERRENO RIO DOS BOIS
- 4 " RIO DO COCO
- 5 SERROTE
- 6 TERRENO DUERE *
- 7 LOTEAMENTO CRIXAS
- 8 ESMERIL
- 9 ANAIAI VELHO
- 10 REGIÃO DE TROMBAS E FORMOSO
- 11 MOSQUITO



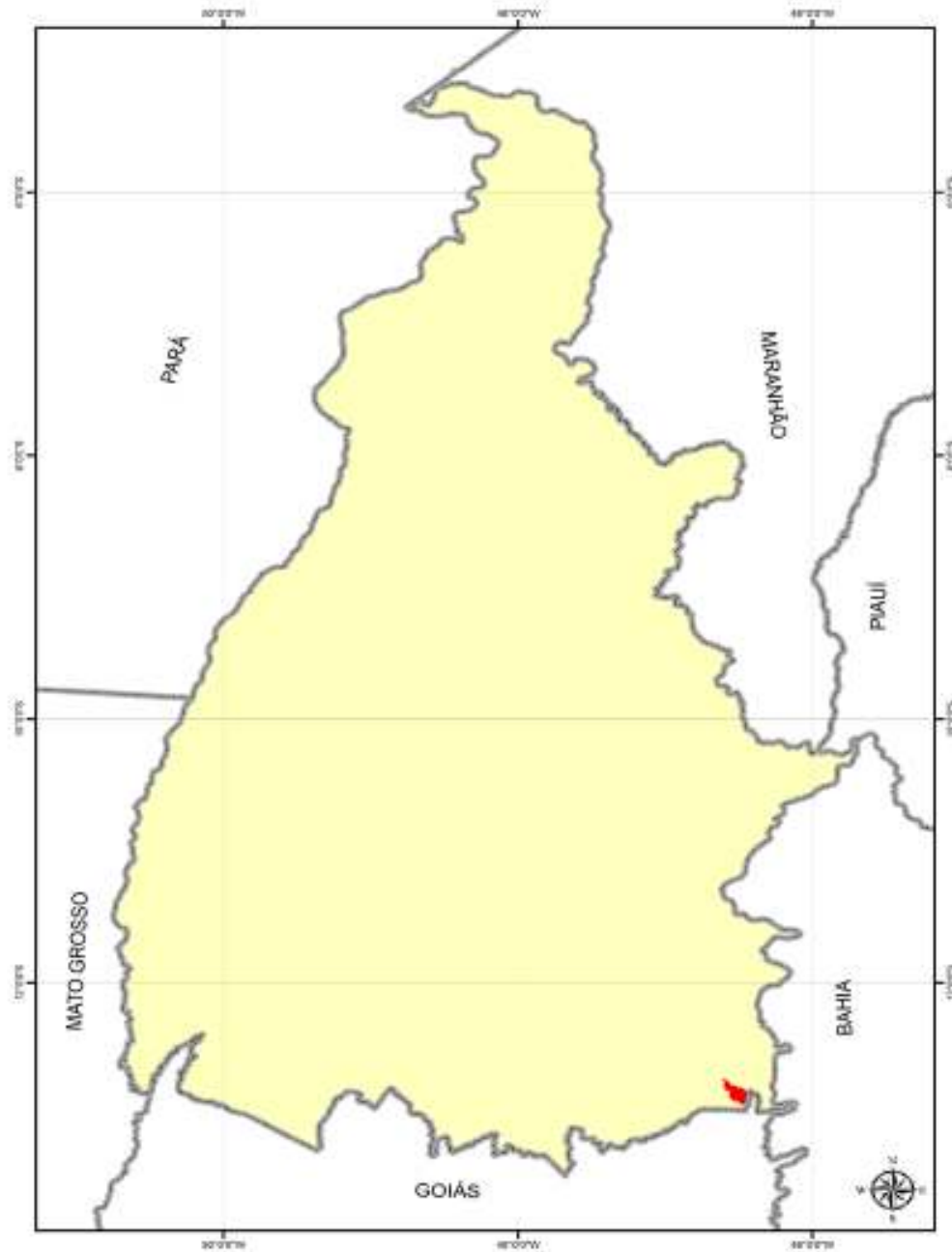
— 76 —

ANEXO B



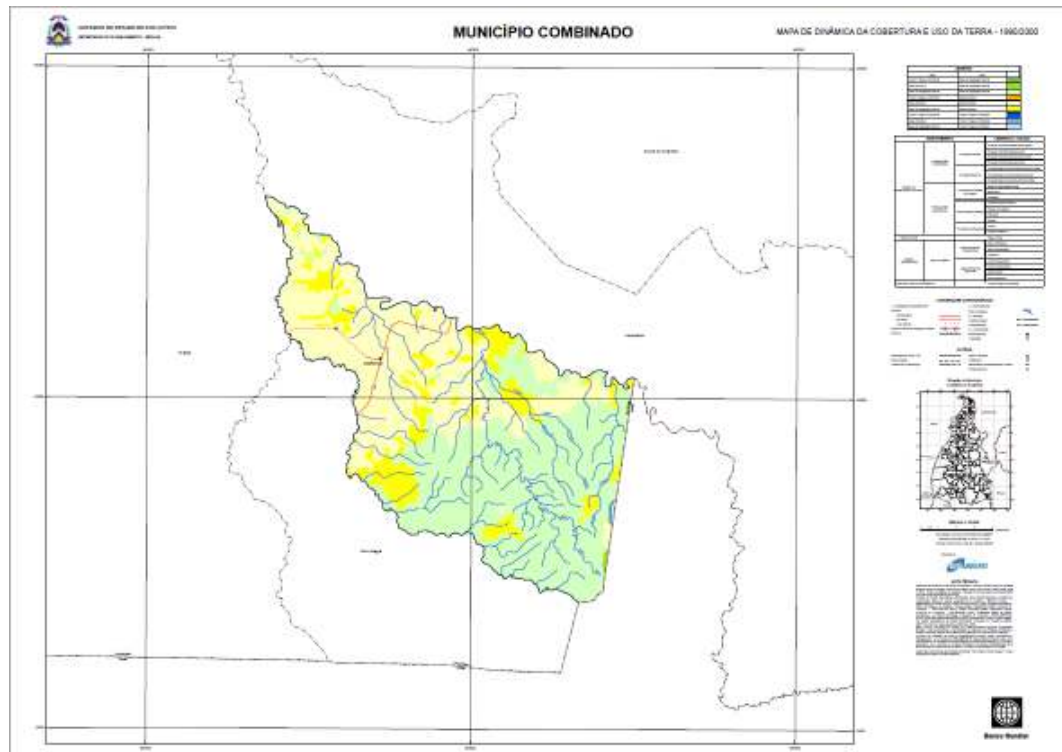
Fonte: Seplan (2012)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE COMBINADO



FONTE: SEPLAN (2017)

MUNICÍPIO DO COMBINADO DO TOCANTINS



Fonte: Seplan (2000)

ESTADO DE GOIÁS



Fonte: Segplan (2017)